UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARIA AUXILIADORA ALVES CORDARO BICHARA

*Psicopatologia dos laços institucionais: a desorganização
grupal*

São Paulo
2015

MARIA AUXILIADORA ALVES CORDARO BICHARA

*Psicopatologia dos laços institucionais: a desorganização
grupal*

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia para obtenção do título de
doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social
e do Trabalho

Orientador: Professor Livre Docente
Nelson da Silva Junior

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Versão original

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Bichara, Maria Auxiliadora Alves Cordaro.

Psicopatologia dos laços institucionais: a desorganização grupal / Maria Auxiliadora Alves Cordaro Bichara; orientador Nelson da Silva Junior. -- São Paulo, 2015.

191 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Grupo 2. Organizadores psíquicos 3. Organizadores socioculturais 4. Instituição 5. Psicopatologia dos laços 6. Educadores I. Título.

RC454

Nome: BICHARA, Maria Auxiliadora Alves Cordaro.

Título: **Psicopatologia dos laços institucionais:** a desorganização grupal.

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutora em
Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

A meu pai por ter me ensinado que o conhecimento valia a pena.

À minha mãe com quem aprendi a nunca desistir dos sonhos.

Ao José Carlos, meu amor, companheiro curioso e sempre disponível para partilhar viagens, escritas e meu saber sobre os grupos.

À Tatiana e Camilla, minhas filhas, que me encorajaram a continuar nesse longo percurso.

Ao Arturo e Malu, meus netos, por sua curiosidade e interesse em ouvir minhas histórias...

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao Prof. Nelson da Silva Júnior, meu orientador, cuja generosidade, rigor, liberdade intelectual e confiança contribuíram para a produção dessa escritura. Compartilhar de seu conhecimento tem sido uma grande honra.

À Prof^ª Vera Iaconelli pelos subsídios importantes dados no exame de qualificação e nas discussões no Núcleo.

À Prof^ª Maria Livia Tourinho Moreira, ao Prof. Pablo de Carvalho Godoi Castanho, ao Prof. Fuad Kyrillos Neto e à Prof^ª Tatiana Carvalho Assadi pela confiança e presteza com que se disponibilizaram a participar da comissão julgadora.

Aos colegas do Núcleo pelas informações, incentivo e companheirismo.

À Prof^ª Maria Consuelo Passos pela escuta e o apoio nas maiores dificuldades.

À Lygia Tibiriçá e Maria Antonieta Fannelli, minhas amigas queridas, agradeço pelo apoio incondicional, pelas reflexões e pela prontidão em acolher minhas ideias, enriquecendo-as.

À Glaucia Faria da Silva pelos seus conhecimentos e paciência que ajudaram a me encontrar no meio de tanta desorganização.

À Kátia Novaes amiga e parceira que me acompanha há anos nos meus desafios.

À Tatiana Bichara que com seu rigor acadêmico e carinho indicou pontos que fez toda a diferença em minhas elaborações.

À Ivani Blum pela cuidadosa e bem-humorada revisão do português.

Ao Rubens Vollich por sua escuta e palavra cuidadosa me possibilitaram a superação de obstáculos.

Aos meus irmãos Cesar, Rogério e Cláudio, a cada um, com suas particularidades em viver a vida, foram unânimes em me dar apoio e amor.

Eu não mexi. Fiquei esperando nem sei o quê. Era como se aquele navio, de repente, se tivesse tornado num lugar muito antigo, a lembrança de uma casa onde me apetecia nascer. A mulher começou então a estremecer, parecia sofrer de todos os frios. Os olhos perderam o centro, as mãos procuravam gestos longe do corpo. Tombou no chão, se enrodilhando nas cordas. Parecia que seres invisíveis lhe amarravam e ela resistia com desespero. Me levantei, querendo ajudar. Segurei-lhe o corpo. Mas ela me sacudiu, violenta. Voltei a apanhar seus braços, lhe prendi de encontro a mim. Assim, prisioneira de mim, eu senti como seu corpo fervia. Ficamos assim um tempo. Até que ela me pediu:

- Por favor, me escuta...

Ela só tinha um remédio para se melhorar: era contar sua história. Eu disse que a escutava, demorasse o tempo que demorasse. Ela me pediu que lhe soltasse. Ainda tremia, mas pouco. Então, me contou a sua história...

Mia Couto

RESUMO

BICHARA, M. A. A. C. **“Psicopatologia dos laços institucionais”**: a desorganização grupal. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O objetivo deste trabalho é compreender os processos de desorganização grupal verificados durante a Supervisão psicanalítica de um grupo de educadores sociais de crianças em situação de rua. Os grupos se constituem num movimento dialético de desestruturação, reestruturação e estruturação, no entanto, no grupo de educadores estudado se produziu um excesso de desorganizações e um intenso sofrimento psíquico. Entre as diversas formas possíveis de abordagem de um caso em pesquisa, optou-se pela construção de caso, privilegiando um olhar que parte da clínica, na qual entendemos fundar-se a descoberta psicanalítica em sua vocação de retroalimentação da teoria. A pesquisa privilegia três grandes eixos: o grupo, o mal-estar dos sujeitos agrupados na desorganização e a contribuição das instituições nesse mal-estar. Para alcançar seu objetivo, a pesquisa faz um percurso histórico iniciado com as formulações de Freud, sobre as motivações dos sujeitos para organizar um grupo, segue com a epistemologia dos grupos criada por Bion e a metapsicologia psicanalítica de grupo de Kaës, com seus organizadores psíquicos e socioculturais do agrupamento, que serviram de indicadores para a análise das desorganizações, a psicopatologia dos laços intersubjetivos, as funções metassociais das instituições e conclui com as contribuições da filosofia de Honneth (2008) sobre a patologia do social. Ao fim desse percurso, este estudo aponta as falhas das funções metassociais das instituições apoiadas na patologia do social, como promotoras do intenso sofrimento psíquico a seus membros pela impossibilidade de inclusão do pensamento nas práticas educativas, restando as desorganizações grupais como mecanismos de defesa e a dessubjetivação de cada um no laço institucional.

Palavras-Chave: Grupo. Organizadores psíquicos. Organizadores socioculturais. Instituição. Psicopatologia dos laços.

ABSTRACT

BICHARA, M. A. A. C. "**Psychopathology of institutional ties**": a group disorganization. 2015. Thesis (Ph.D.) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The objective of this study is to understand the group disorganization processes that occurred during psychoanalytic supervision of a group of social educators working with children who live on the streets. The groups constitute themselves in a dialectical movement of disintegration, restructuring and structuring, however, in the group of educators who were studied, an excess of disorganization and an intense psychological distress were produced. Among the many possible ways to approach a case study, it was decided to build the case by favoring a look coming from the clinic, in which we understand the psychoanalytic discovery is based on its feature of feedback theory. The research focuses on three main areas: the group, the malaise of individuals who are grouped in the disorganization and the contribution of institutions in this malaise. To achieve its goal, the research makes a historical journey that starts with Freud's formulations on the motivations of individuals to organize a group, follows with the epistemology of the groups created by Bion and the group psychoanalytic metapsychology of Kaës, with its psychic and socio-cultural organizers of grouping, which served as indicators for the analysis of disorganization, the psychopathology of intersubjective ties, the metasocial functions of the institutions and concludes with the contributions of philosophy of Honneth (2008) on the social pathology. At the end of this journey, this study points out the shortcomings of metasocial functions of the institutions supported by the social pathology, as promoters of intense psychological suffering to their members by the impossibility of inclusion of thought in educational practices, remaining the group disorganization as a defense mechanism and the desubjectivation of each one in the institutional tie.

Keywords: Group. Psychic organizers. Sociocultural organizers. Institution. Psychopathology of ties.

RÉSUMÉ

BICHARA, M. A. A. C. **“Psychopathologie des liens institutionnels”**: la désorganisation du groupe. 2015. Thèse (Doctorat) – Institut de Psychologie, Université de São Paulo, São Paulo, 2015.

L’objectif de ce travail est de comprendre les processus de désorganisation de groupe constatés pendant la Supervision psychanalytique d’un groupe d’éducateurs sociaux d’enfants des rues. Les groupes se constituent dans un mouvement dialectique de déstructuration, restructuration et structuration, cependant, dans le groupe d’éducateurs étudié, il s’est produit un excès de désorganisations et une intense souffrance psychique. Parmi plusieurs manières possibles d’approche d’un cas en recherche, on a opté pour la construction de cas en privilégiant un regard qui part de la clinique, où on comprend s’étayer la découverte psychanalytique dans sa vocation de rétroalimentation de la théorie. La recherche privilégie trois grands axes : le groupe, le malaise des sujets réunis dans la désorganisation et la contribution des institutions à ce malaise. Pour atteindre son but, la recherche fait un parcours historique débuté avec les formulations de Freud, sur les motivations des sujets pour organiser un groupe, suivi de l’épistémologie des groupes créée par Bion et la métapsychologie psychanalytique de groupe de Kaës, avec ses organisateurs psychiques et socioculturels du groupement qui ont servi d’indicateurs pour l’analyse des désorganisations, la psychopathologie des liens intersubjectifs, les fonctions métasociales des institutions et conclut avec les contributions de la philosophie de Honneth (2008) sur la pathologie du social. À la fin de ce parcours, cette étude montre les revers des fonctions métasociales des institutions étayées sur la pathologie du social, comme promotrices de l’intense souffrance psychique à ses membres avec l’impossibilité d’inclusion de la pensée dans les pratiques éducatrices, restant les désorganisations de groupe comme mécanismes de défense, et la désubjectivation de chacun dans le lien institutionnel.

Mots clés : Groupe. Organisateurs psychiques. Organisateurs socioculturels. Institution. Psychopathologie des liens.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
A Psicanálise de Grupo.....	19
1. A questão da desorganização na teoria psicanalítica de grupo.....	26
1.1. O contexto.....	29
1.2. Das origens.....	32
1.3. Das primeiras experiências.....	37
1.4. Dos desdobramentos.....	41
1.5. Das rupturas.....	45
1.6. Das invenções.....	52
2. A Psicopatologia dos laços instituídos.....	56
2.1 O grupo, o laço e a psicopatologia.....	58
2.3 As psicopatologias das instituições.....	60
2.3 Modalidades de psicopatologias institucionais.....	62
2.4 As instituições sociais.....	64
3. A história grupal.....	68
3.1 As passagens pelo método.....	68
3.2 Nos labirintos do grupo.....	70
3.3 A tessitura da lenda.....	71
3.4 A narrativa clínica.....	72
3.5 Propedêutica.....	74
3.6 A lenda.....	76
4. A organização desarranjada.....	108
4.1 O que organiza um grupo?.....	110
4.2 Os organizadores psíquicos inconscientes e socioculturais.....	112
4.3 O enquadre.....	113
4.3.1 O tempo e o grupo.....	118
4.4 Organizadores psíquicos grupais.....	123
4.4.1 O grupo e o corpo.....	123
4.4.2 O aparelho psíquico grupal.....	125
4.4.2.1 O turbilhão.....	129
4.4.2.2 A posição ideológica.....	131

4.4.3 As fantasias.....	133
4.5 Algumas considerações sobre as desorganizações e os organizadores psíquicos da grupalidade.....	137
4.6 Os organizadores socioculturais da tarefa grupal.....	142
5. A psicopatologia e as funções metassociais.....	147
5.1 As falhas nos dispositivos metassociais.....	149
5.2 Psicopatologia da fundação e da função instituinte.....	152
5.2.1 O pacto narcísico.....	152
5.2.2 O pacto denegativo e a fundação do Centro.....	154
5.2.3 A transmissão do recalçamento originário.....	157
5.3 Psicopatologia Institucional e Patologia do Social.....	162
6. Considerações Finais.....	165
7. Referências.....	170

Introdução

Todos reconheceram os direitos de Pedro Bala à chefia, e foi desta época que a cidade começou a ouvir falar nos Capitães de Areia, crianças abandonadas que viviam do furto. Nunca ninguém soube o número exato de meninos que assim viviam. Eram bem uns cem e destes mais de quarenta dormiam nas ruínas do velho trapiche.

Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas. (AMADO, 2006, p. 21).

A primeira edição de **Capitães de Areia**, romance de Jorge Amado publicado em 1937, foi queimada. O Estado Novo justificou o ato alegando que se tratava de propaganda do “Credo vermelho”. Na verdade, a incineração ocultava o medo, a impotência, a incompetência no enfrentamento do drama dos meninos de rua e de quem deles cuidava. Queimar os livros era mais fácil e mascarava o sistema de produção capitalista com suas questões políticas, sociais e econômicas empenhadas na manutenção da miséria em que viviam essas crianças e esses adolescentes.

Ainda hoje presenciamos, nas grandes cidades brasileiras, as mesmas cenas nas ruas e as mesmas condições de vida de meados do século XX retratadas no romance. Essas situações têm raízes profundas nas desigualdades da sociedade capitalista, incapaz de se predispor a uma reflexão genuína sobre o denunciado nas mídias e na literatura a respeito dessas crianças.

Colocá-las em cena nestes escritos causa certo constrangimento ao se evidenciar o sofrimento, em criar assombro e agonia (SILVA Jr., 2000), o que nos impulsiona a recorrer à literatura como objeto de mediação entre o campo social e esta escrita. Assim, a literatura aqui apenas servirá e funcionará como filtro, “[...] como uma passagem que modera e pondera a intensidade pulsional mobilizada, permitindo o acesso ao pensamento” (VACHERET, 1999, 2008) para as primeiras aproximações.

As ruas de nossas cidades são esse lócus dramático, onde avistamos crianças aflitas, exasperadas, alienadas no *crack*¹, juntadas umas às outras e marcadas pelo sofrimento no corpo. Para alguns, vê-las causa horror. As denúncias de suas existências provocam repulsa.

¹ Elaine Patrícia Cruz, repórter da Agência Brasil, relata que “mais de mil crianças e adolescentes que vivem nas ruas da capital paulista são viciadas em *crack*. A estimativa é do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo. “O pessoal que atende na rua estima que haja 1,2 mil crianças e adolescentes envolvidas com *crack* só em São Paulo (na capital). É um número muito alto”, disse o presidente da organização, Robson Cesar Correia de Mendonça.

Pensar sobre elas implica deparar com a impotência, os medos, as angústias e o desamparo primordial, ao mesmo tempo que nos mobilizam e são depositárias do sadismo e perversões de outros.

O escritor baiano desfere duras e precisas críticas à sociedade capitalista brasileira, além de evidenciar a importância do agrupamento como instrumento de sobrevivência dos meninos. A leitura desse romance causa forte impressão por sua atualidade. Ao acompanharmos os enlaces dos personagens, parece que Amado extraiu dos textos de Freud, sobretudo acerca das funções do grupo, do herói, do Ideal, algumas das possíveis resolutivas das situações paradoxais ali expostas.

Freud (1922), em **Psicologia das Massas e Análise do Ego**, analisa as características misteriosas e coercitivas das formações grupais, a força aglutinadora do líder, que une seus membros por meio de laços libidinais ambivalentes, de identificações, de ilusões de um poder ilimitado e de superação dos perigos. Ao pertencer a um grupo seus integrantes sentem-se fortalecidos e protegidos de todas as ameaças.

Os personagens são meninos de rua, que dormem num trapiche abandonado. Enlaçados em um grupo, que lhes garante sobrevivência, afeto e proteção, sentem-se fortalecidos, se apossam da *polis* e são denominados “Capitães de Areia”, tornando-se uma grande ameaça à burguesia baiana.

A diferença entre a ficção de Amado e nossa realidade é que o camarada Pedro Bala, antes chefe do grupo de meninos, sai da rua e do trapiche e se torna “um militante proletário e líder de uma classe” (p. 256). Bala, ao tomar “a revolução como sua pátria e família” (Ibdem), tem agora todos os lares: na tenra infância perdeu a casa paterna, aos quinze, conquistou o casarão, mais tarde, fugiu dos porões da ditadura. Caso ainda haja Pedros Bala, não lhes é dado tempo de muda.

A figura do herói Pedro Bala nos permite estabelecer outra semelhança entre a ficção de Amado e a de Freud. Ambos declaram a importância do herói, tanto para a constituição do grupo, como para a libertação de cada membro do agrupamento: quando cada um pode assumir um lugar que lhe é próprio nesse conjunto. Pedro Bala passa de herói a mito – tem agora todos os lares –, da Bahia a Sergipe, daí a caminho do México. A cada parada, o herói relata seus feitos e, por meio das identificações, os ouvintes se enlaçam e se separam, permitindo a cada um deles emergir como sujeito da “Psicologia do Grupo”.

Na presença do herói, os membros do grupo se identificavam com ele e com seu Ideal, quando, então, por exigência de uma formação reativa, conseguem apaziguar seus impulsos hostis dirigidos aos outros do grupo, abandonando em prol do conjunto a rivalidade

e o desejo de ser o único amado pelo líder. Os meninos experimentavam, fantasticamente, diante de Pedro Bala o estabelecimento da “justiça social e do tratamento igual para todos” (FREUD 1922), da ilusão grupal de juntos serem idênticos, imortais e um bom grupo (ANZIEU, 1990b).

Nesse vai e vem entre o trapiche e a rua, nesses espaços de vivências, de trabalho, de lazer, de transgressões, de moradia os meninos tecem seus destinos e modelam suas vidas.

Passados mais de setenta anos de sua publicação, não podemos hoje em dia quantificar, como no romance, os Raimundos, Barandãos, Queridos-de-Deus, Sem-Pernas. Contudo sabemos que surgiram paralelamente ao aparecimento das primeiras vilas e cidades brasileiras², compareceram e permanecem³ ainda como uma “expressão social urbana contemporânea” (LESCHER, A.D; SARTI, G; BEDOIAN, R. C. F. A; LIMA da SILVA, S.,1998, p. 7) o que determina um enredamento maior, se incorporando à cidade⁴, às suas formas de vida e conduta, ao uso dos espaços públicos, diferentemente de outras realidades, como nas periferias das cidades contemporâneas, onde essa problemática é encoberta nos “guetos”.

O trabalho educativo junto a eles – além da oferta de proteção e acolhimento de quem está exposto a riscos – é invisível, desqualificado e conflitante com a sociedade. A Bahia dos Capitães de Areia enfrentava-os com o Reformatório, de onde os meninos sabiam como

² “[...] a rua, como espaço de sociabilidade específico, sobrevivência e trabalho, faz parte das práticas e do ideário das sociedades ocidentais há larga data, sendo a presença de crianças, jovens, famílias, grupos que tomam a rua para essas finalidades antiga e tradicional em nossa sociedade e na história da Europa Mediterrânea. A Rua é um dos espaços dos excluídos”.

³ O jornal *O Estado de São Paulo*, de 25 jan. 2006 noticiava que em outubro e novembro do ano anterior, um levantamento do número de crianças de rua em São Paulo, feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social “*fez uma descoberta surpreendente*” [...] “*Atualmente, existiriam na capital apenas 1030 meninos e meninas abandonados, vivendo debaixo de viadutos e pontes, banhando-se em chafarizes, pedindo esmolas, usando ou traficando drogas e praticando pequenos furtos*”. A esses “*somam-se outros 3000*” que saem da periferia para comerciar em 180 cruzamentos da cidade. Informava que a Prefeitura Municipal de São Paulo solicitou um censo à Universidade de São Paulo para mais exatidão. .

Em São Paulo, a última pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas da USP (FIPE) e pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura, em 2007, revelou que só na região da Sé e nos distritos do Pari e do Brás existia uma população de 638 crianças e adolescentes em situação de rua. Revista Brasil nº 36, junho de 2009. (REVISTA DO BRASIL, 2009).

Em 22 de março de 2011 o jornal **Gazeta do Povo**, do Estado do Paraná publicava a notícia de que havia no Brasil 23 mil crianças que viviam nas ruas, das quais 4751 em São Paulo (GAZETA DO POVO, 2011).

O jornal **O Estado de São Paulo**, no início do ano de 2011, informava: “Pela primeira vez, 20 anos depois da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Brasil conseguiu traçar o perfil de crianças e adolescentes que trabalham ou dormem nas ruas do País. São 23.973 espalhados pelas 75 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes. E 63% foram parar lá por causa de brigas domésticas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

⁴ “Na região da Cracolândia, na área central da cidade de São Paulo, a estimativa é de que até 400 crianças estejam envolvidas com drogas, especialmente *crack*. Há 22 ou 23 cracolândias cercando a cidade. A central, que é a maior cracolândia do mundo, tem 2 mil usuários [entre adultos, crianças e adolescentes]. Calculamos que mais ou menos 20% dessas pessoas são crianças e adolescentes”. (Cf. AGÊNCIA BRASIL 10 mar. 2013)

escapar. Em tempos democráticos, além de outros, tínhamos os Centros de Referência⁵, construídos pelo medo da violência desses meninos e dos conflitos sociais, Centros cuja política social é a da inclusão. Os profissionais laçados nessas instituições⁶ substituem o Padre José Pedro de Jorge Amado, porém sem o “consolo da religião”, tendo como crenças suas práticas educativas. O desafio na lida com essas crianças é grande. Até mesmo Padre José se embaraçava e, apesar do “conforto na fé em Deus”, se via muitas vezes impossibilitado de ajudá-las ou educá-las:

[...] E como não encontrava meios, e sim uma barreira na sua frente (todos queriam tratar os Capitães de areia ou como criminosos ou como crianças iguais àquelas que foram criadas com um lar e uma família), ficava como que desesperado, por vezes ficava atarantado. (AMADO, 2006, p.102).

Do mesmo modo que Padre José, os educadores ficam atarantados, desesperados, o próprio grupo se desorganiza e o educar dessas crianças se abala. O estudo **Cartografia de uma Rede** (1998), realizado pelo Projeto Quixote⁷, mapeou a circulação de crianças e adolescentes em situação de rua e verificou que os meninos mantêm com essas instituições e seus educadores, laços ambíguos: ora a procuram para se proteger, ora desconfiam delas. Essa ambiguidade produz diferentes efeitos nos educadores, ondulando entre os sentimentos de impotência e de onipotência.

A intensa ambiguidade dessas relações – de um lado a dos meninos com a instituição e, de outro, a dos educadores diante desses meninos e dos próprios educadores entre si, consigo mesmos e com a instituição – acrescentam mais obstáculos no desempenho de suas funções, na execução da tarefa institucional primária, comprometendo o atendimento, o grupo e a cada um deles.

E, hoje, há alguns que perguntam: quem são os heróis? Os meninos ou os educadores? Talvez ambos, os meninos pela capacidade de driblar e sobreviver na rua, e os educadores pela persistência em tentar educá-los. Para outros, os educadores são missionários, tal qual o Padre de Jorge Amado, pois lhes é atribuída a missão de criar, para esses meninos,

⁵Espaços criados pela Prefeitura Municipal de São Paulo para os meninos e adolescentes após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990. Ele proclama os princípios fundamentais à proteção integral da criança e do adolescente nos direitos de lazer, alimentação, família, educação, saúde como prioridade absoluta da Nação. A partir de 2005, em São Paulo houve uma expansão dos Centros de Referência e estavam situados em diferentes bairros, onde albergavam crianças e adolescentes e eram geridos por organizações não governamentais, conveniadas com a Prefeitura de São Paulo.

⁶Estas considerações quanto à tarefa primária institucional se referem apenas aos Centros de Referência de Atendimento à Criança e ao Adolescente, uma vez que existem organizações “caridosas”, que ajudam a manter a vida na rua, distribuindo lanches, marmitex, sopas, roupas e cobertores. Outras formadas por voluntários atendem com horários determinados em locais fisicamente deteriorados, e ainda “sem consenso em relação à prática pedagógica e terapêutica” (CARTOGRAFIA DE UMA REDE, 1998, s.p.).

⁷ Publicação dos resultados da pesquisa realizada pelo Projeto de atendimento de meninos e adolescentes de rua, usuários de drogas, da Universidade Federal Paulista de Medicina.

alternativas à rua. Precisam transformar as instituições em um local de atendimento onde haja possibilidades de expressão, lazer, prazer, moradia, aprendizagem e cuidados à saúde. E, ainda para muitos, os educadores são vistos, assim como os meninos, como delinquentes.

Devem esses Centros, de acordo com a Política Municipal da Assistência Social⁸ e das exigências do Estatuto da Criança e Adolescente, acolher crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de risco social e pessoal, oferecer alimentação, vestuário, atividades recreativas, encaminhamentos, providenciar cuidados de saúde (médicos, psicológicos, odontológicos, farmacêuticos). Os educadores têm ainda como missão despertar nessas crianças o desejo de rematriamento (retorno à família), por meio da formação de vínculos, ou seja, tornar o espaço institucional uma passagem entre a vida nas ruas e o retorno para suas comunidades e suas famílias. Como desempenhar tal façanha?

Autores como Lescher et al. (1998), Ferreira (2000), Rosa (2003) interrogam sobre a trajetória dos meninos de rua e os impasses de seu atendimento. Desde a aprovação do ECA surgiram espaços institucionais para atendimento às crianças de rua, nos quais se criou uma pedagogia alternativa aos modelos coercitivos. Nesses projetos e programas pedagógicos, os profissionais são convocados a intervir para tentar a imersão dos meninos num espaço institucional confinado, enquadrá-los em novas rotinas e persuadi-los a sair da rua. Como concorrer com a rua, com essa construção imaginária “fantástica”, do fascínio, do risco, da liberdade, da novidade e dos prazeres proibidos?

Os meninos, submersos em uma pluralidade de “anástrofes”⁹, em que a rua é um espaço de sociabilidade e, mesmo que nesse espaço predominem a agressividade e a violência, veem a rua como uma forma de vida, um lugar de ganho para sua sobrevivência e, muitas vezes, de sua família; mesmo expostos, desprotegidos e alvo de assédios, dos quais o grupo, “a turma”, o “bando” os protege, a rua funciona como atrativo, proteção, lazer e

⁸ Política pública da Assistência Social de Prefeitura Municipal de São Paulo. A Coordenadoria de Proteção Social Especial possui uma rede de atendimento socioassistencial voltado à população adulta em situação de rua, atuando no âmbito da criação de políticas públicas em consonância ao SUAS – Sistema Único de Assistência Social: “atualmente os serviços apresentam as seguintes ofertas: abordagens sistemáticas nas ruas e pontos de concentração desta população; encaminhamentos para os núcleos de serviços e convivência, centros de acolhida e centros de acolhida especiais”.

⁹ Do grego *anastrophé*, inversão, pelo latim. Termo utilizado na gramática como inversão, mais ou menos forte, da ordem natural das palavras nas orações.

pertença. Paradoxalmente, ela é um lócus de sobrevivência, escolhida¹⁰ (FERREIRA, 2000) pelas crianças e adolescentes após o corte trágico com seus familiares¹¹.

Assim, cada segundo, pela vida ou pela morte, é o tempo dos da rua, que na pressa e na urgência adquirem o tempo próprio e o saber da sobrevivência. Os educadores, ao se depararem com esse saber e esse tempo, sentem o desafio da execução das atividades pedagógicas, algumas vezes inviabilizada pelo desconhecimento das características, dos *traços* próprios das crianças que têm a rua como casa, o que faz os espaços institucionais se constituírem numa certa “extensão” dessa rua. Dessa maneira, há uma descontinuidade permanente nas atividades dos educadores, tornando uma luta a organização de rotinas. Ao chegarem em “bandos” desorganizam ainda mais os educadores e a execução das propostas preparadas para o trabalho com o grupo. O espaço físico é frequentemente violado, arrombado e destruído. O planejamento torna-se efêmero, pois emerge a todo instante o imprevisível e o incontrolável, o que põe em questão a tarefa institucional e o modelo pedagógico adotado.

O educador, habitando esse espaço do imprevisível, onde seu corpo é o instrumento pedagógico de aproximação, de possibilidades e de limites, se transforma e se surpreende com o reencontro do menino que já foi um dia ou com o menino que poderia ter sido; e dessa fantástica magia emergem seus mais recônditos desejos e seus mais antigos temores fazendo com que o tempo se esvaneça, na pressa e urgência.

Nesse contexto, a práxis educativa com essas crianças e adolescentes se vê confrontada com uma multiplicidade de situações, que arremessam os educadores a transmutar suas intervenções e, tomados pela onipotência, passam a executar ações coercitivas e disciplinadoras, resvalando na “pedagogia” da segregação: é impraticável para os profissionais incentivar ou participar da

[...] integração social entendida como o fruto de uma luta entre os sujeitos sociais, para reconhecimento de sua identidade, para que todos os indivíduos e todos os grupos adquiram uma chance igual de tomar parte na organização da vida comum. (HONNETH, 2008, p. 25).

Assim, a complexidade é a característica desse atendimento, no qual coabitam desejos e prazeres, devaneios e medos, situações de violência e abandono. Quando os educadores são chamados a intervir em uma abundância de problemas – no uso de drogas, furtos, contravenções de diversas ordens, prisões, exercício precoce da sexualidade, dispersão no

¹⁰[...] “em termos freudianos trata-se de uma ‘eleição forçada’ na qual o sujeito é muito mais ‘agido’ pela situação traumática, do que age” (p.5).

¹¹ Pelos relatos dessas crianças, os educadores, sempre que possível, entram em contato com as famílias e constata os motivos de rompimento, que vão desde a precariedade social, afetiva, até as mais diversas formas de violência familiar.

tempo, a impotência se esparrama pelo espaço institucional e o avesso do regulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente preenche a cena institucional.

Por sua vez, as instituições têm um idioma estrangeiro, além de uma equivocidade de objetos: em sua genética, há forças destruidoras e benfeitoras, apagam-se apaziguando os sujeitos, nelas se oficializam violências e sofrimentos, se aceita a morte, se repelem os fantasmas, permitem a quem nunca aprendeu a querer a escolher. Nesse lugar com uma geografia murada, ora atrofiada pelo medo, ora expandida pelo desejo, a vida vai se humanizando e desumanizando. Forças institucionais e das subjetividades as compõem e se entremeiam e todas, em algum momento, inventam situações extremas, os nervos desabotoam, abalam o suave balanço, o horizonte se perde e de repente, nossos olhos, que olham para dentro e veem os sonhos, ficam cegos. São momentos críticos, e as falhas institucionais se revelam, e as dificuldades grupais aparecem, e os laços se desorganizam.

Entre a luta pelo reconhecimento, a proteção e os equívocos, os membros das instituições des/organizam laços intersubjetivos, constroem um aparelho psíquico institucional, vivem crises e conflitos capazes de produzir intenso sofrimento psíquico, de impedir a realização de sua tarefa primária, quando, então, em condições favoráveis podem formular demandas de intervenção psicanalítica.

A Psicanálise de Grupo

Meu conhecimento dessa problemática social e institucional foi adquirido durante meus trabalhos de escuta psicanalítica de grupos de educadores de instituições executoras de políticas de Assistência Social, na capital e região metropolitana de São Paulo, aos quais venho me dedicando há anos. Em razão de minha experiência com esses grupos, fui convidada pela coordenadora do Centro de Referência a realizar uma supervisão psicanalítica grupal. Nessa ocasião, tive a oportunidade de escutar os educadores sociais de crianças e adolescentes em situação de risco social, que, por suas características inusitadas, originaram esta pesquisa.

Nesse sentido, a psicanálise foi convidada a responder a uma demanda social, o que nos permitiu sua utilização nos campos institucional, social e de investigação. Evidenciaram-se características conflituosas, paradoxais e de extrema violência, que envolvem aspectos das mais variadas ordens e foram tratadas a partir de novos (velhos) dispositivos psicanalíticos, diferentes da clínica individual. Utilizamos a psicanálise de grupo, o que nos permitiu verificar a formação de um sintoma grupal, algo compartilhado entre todos os educadores, que

não pôde ser identificado a nenhum individualmente e foi tomado pela analista como efeito dos laços intersubjetivos.

A Supervisão se desenvolveu em um pequeno grupo (doze participantes) que, em razão do número reduzido de membros, permitiu trocas específicas e significativas, como sugerido por Kaës (1997): “o tamanho do grupo (mais de dois, entre doze e quinze) torna possível verificar a percepção mútua, o investimento recíproco, as representações, as identificações comuns entre os sujeitos” (p.18). A dinâmica dos pequenos grupos difere da dinâmica dos agrupamentos maiores, como grupos com mais de vinte participantes, bem como produz diferentes modos de enlaçamento e configuração.

Na psicanálise, o grupo é entendido como “a forma e a estrutura de uma organização de laços intersubjetivos” (Ibid.), em que se podem investigar as relações e os efeitos estabelecidos entre as organizações intrapsíquicas e as formações do laço intersubjetivo, precisamente no ponto de entrelaçamento de suas estruturas e de seus processos, aí onde se constitui o sujeito do inconsciente. O trabalho psicanalítico em situação de grupo permite construir experiências, verificar seus efeitos, diferentes em cada sujeito. Os movimentos complementares e antagônicos que ocorrem nos processos grupais nos obrigam a compreender a lógica das organizações intrapsíquicas, a lógica do grupo, suas conjunções e a lógica do social.

A intervenção, assim como esta pesquisa, se apoiaram em uma Metapsicologia Psicanalítica Grupal, que considera o laço intersubjetivo como aquele instaurado e detectado no campo das transferências e concebido não como a interação entre os sujeitos, [...] “não como um regime de interações comportamentais entre os indivíduos comunicando seus sentimentos pela empatia, mas a experiência e o espaço da realidade psíquica que se especifica pelas relações de sujeitos enquanto sujeitos do inconsciente” (KAËS, 2007, p. 6). A noção de sujeito do inconsciente, por sua vez, implica um sujeito com uma realidade psíquica constituída pelo assujeitamento a duas ordens: a ordem da realidade inconsciente inter e transpsíquica e a ordem da realidade externa. O sujeito se singulariza pela diferença que ele introduz entre “[...] o lugar que ocupa na relação de submissão à ordem que o constitui e à representação que ele faz deste lugar e desta relação.” (Kaës, 1995, p. 123).

O grupo não é só pensado como modalidade técnica de tratamento, mas também como testemunho de uma concepção de sujeito constituído e constituinte de laços intersubjetivos:

[...] os sujeitos formados e ligados entre eles por seus assujeitamentos recíprocos – estruturantes e alienantes – aos mecanismos constitutivos do inconsciente: os recalcamientos e os fins em comum, os fantasmas e os

significantes compartilhados, os desejos inconscientes e os interditos fundamentais que os organizam. (Ibid.).

A metapsicologia psicanalítica dos conjuntos intersubjetivos propõe a existência de “uma homologia de estrutura e de funcionamento entre a cadeia associativa nos grupos e os laços intersubjetivos que ali se tecem” (Kaës, 1994b, p. 7). Esse tecido intersubjetivo se constitui a partir da palavra associada em grupo. A linguagem permite a associação intersubjetiva e a organização associativa intrapsíquica. As palavras entre elas e os sujeitos entre eles nos grupos criam cadeias associativas homólogas. A cadeia associativa estabelecida por meio da palavra põe em ação o pensamento como movimento intersubjetivo, em que o sujeito singular é o depositário, o pensador. Por outro lado, essa cadeia associativa organiza o grupo e o mantém em funcionamento. A metapsicologia psicanalítica dos conjuntos intersubjetivos possibilita a construção de hipóteses a propósito da organização e funcionamento do casal, da família, dos grupos e das instituições, revelando, ainda, condições de estudo da intersubjetividade, das produções psicopatológicas coletivas, apesar de serem, ainda, poucos os elementos teóricos disponíveis.

Tal metapsicologia nos permitiu formalizar¹² essa supervisão psicanalítica que resultou em uma experiência na clínica do social. O trabalho psicanalítico por meio do grupo obriga os psicanalistas a se depararem com a realidade social nua e crua (COSTA, 1989) e simultaneamente o grupo incorpora à sua própria noção um enlaçamento pluripsíquico, implicando um trabalho no entrecruzamento das várias forças: as subjetivas e as sociais, que se articulam formando um nó entre o singular, o plural (intersubjetividade), a história, a estrutura e os funcionamentos da própria instituição.

A psicanálise de grupo, nossa ferramenta de escuta e trabalho, permitiu dar voz e palavra aos educadores. Esta investigação não pretendeu criar novos rótulos para esses sujeitos: educador, meninos de rua¹³ e instituição, apenas pensar na humanidade desaparecida nesse contexto. Nossa intenção foi colaborar para que as instituições possam acolher e reconhecer as demandas dos sujeitos, tanto dos meninos como dos educadores e, de alguma maneira, lhes seja assegurado que a vida não contenha tanto sofrimento e violência.

¹² Nesta tese o sentido dado à expressão “formalizar uma experiência” é de oficializar a experiência de acordo com a metapsicologia psicanalítica de grupo.

¹³ Nesta tese utilizaremos os termos “criança de rua” ou “menino de rua” ao invés das noções de “crianças e adolescentes em situação de rua” como forma de afirmar um posicionamento ético-político não encobridor da questão social e da continuidade histórica de tal fenômeno. O termo “menino” como coisa, como qualquer um aponta para a desqualificação e despersonalização presentes no termo, diferente do dicionário Houaiss em que a palavra “menino de rua” significa: criança que vive nas ruas, sem apoio ou qualquer vínculo familiar (2001, p.1893).

Esta tese resultou da prática de Supervisão de um grupo de educadores sociais que atendiam crianças em situação de vulnerabilidade social, em uma organização religiosa não governamental (ONG) internacional, conveniada com o poder público municipal de São Paulo, do qual recebia subvenção financeira e orientação pedagógica.

A partir desse estudo de caso, discuti a formação de um sintoma grupal, em que os sujeitos se encontravam em grandes dificuldades e grande sofrimento psíquico e moral, em que a humanidade e a singularidade de meninos e educadores foram excluídas¹⁴ nas tentativas de inclusão social.

Um dos aspectos dessa escuta e que nos inquietou foi o “excesso” de desorganização grupal. Os laços ali instituídos se diferenciavam de outros em razão de um excedente, que amplificou situações normais existentes e necessárias para a constituição de qualquer grupalidade. O sofrimento escancarado, a visibilidade do absurdo, do incompreensível que era a presença da morte e da destruição da vida ali estava naturalizada e instituída “sob o silêncio da normalidade” (SILVA Jr, 2000).

A garantia e a permanência dos educadores enquanto um grupo fundado na desorganização promoveu a inibição de algumas funções psíquicas, como o pensamento, a imaginação, a percepção. Essa inibição pôde ser notada pela compulsão à ação, resultando em *acting-out* aparentemente sem sentido e descontínuo, cujas ações se encontram esvaziadas de qualquer práxis educativa.

A presença, no grupo de educadores, de um sofrimento agudo, profundo e visceral, em que o enlouquecimento foi verificado na transferência, na contratransferência, na

¹⁴ Luciano Oliveira, em **Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito** (s/d), diz que "os excluídos, [em] termos bem empíricos, no Brasil [...] são os moradores e meninos de rua, os desempregados das favelas e periferias [...] e mesmo os delinquentes, os catadores de lixo. Mais do que simplesmente pobres, eles estão mais próximos do que normalmente designamos miseráveis. Os excluídos, aparentemente postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são, no momento, considerados 'desnecessários' (NASCIMENTO, 1994, apud OLIVEIRA). Mas não apenas isso. O segundo traço, aquele que mais imprime força e sentido à própria ideia de *exclusão*, tem a ver com o fato de que sobre eles se abate um estigma, cuja consequência mais dramática seria a sua expulsão da própria 'órbita da humanidade' (id. ib., p. 36) – isso na medida em que os excluídos, levando muitas vezes uma vida considerada sub-humana em relação aos padrões normais de sociabilidade – 'passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.'" Oliveira destaca, ainda, outro aspecto da exclusão: “É como se o exército industrial de reserva, ao ultrapassar determinados limites, viesse a se tornar 'supérfluo', para usar um termo do próprio Marx. Tanto mais que, por conta dos espantosos e contínuos avanços tecnológicos dos últimos tempos, parece consistente a hipótese de que a massa de trabalhadores miseráveis já não possui as qualificações necessárias para funcionar como massa de 'reserva', da qual o setor dinâmico do capitalismo poderia lançar mão para comprimir salários, como quer a análise clássica de Marx. Nesse caso, como parece ocorrer no Brasil atualmente, o setor dinâmico da economia poderia operar sem se preocupar com os miseráveis que, de tão numerosos, deixariam de ser funcionais e passariam a constituir um estorvo. Tratar-se-ia de um estágio no qual se produziriam segmentos que, importantes por seu número, já não teriam nenhuma 'importância' econômica. Dois exemplos extremos desse fenômeno seriam os meninos de rua e os catadores de lixo".

desestruturação dos laços e nas condutas sintomáticas – o agir incessante, a violência e os ataques de uns aos outros e às crianças – denotava o grau de desorganização institucional e a precariedade, entre todos, dos processos simbolizatórios.

Essa constatação se desdobrou em múltiplas perguntas: quais as origens de tamanho sofrimento? Por que esse excesso de agressão e violência? Decorreria da impotência do trabalho com os meninos? Qual/quais elemento(s) ainda os mantinha(m) agrupados em torno da missão institucional? Qual o horror, o temor, a ameaça nesse atendimento? Por que nosso espanto com a violência naquele grupo, se ela é constituinte do sujeito, do próprio grupo, da instituição e comumente emerge durante os processos grupais e na clínica individual? Haveria nesse trabalho uma negação da morte, que de certa maneira poderia ser tomada como a tendência a não querer saber da castração?

A desorganização grupal, o sofrimento psíquico e seus efeitos dessubjetivantes no trabalho, o mal-estar de professores e de outros profissionais são estudados por outras áreas do conhecimento, como a psicanálise, a psicologia social, a medicina do trabalho, a pedagogia, a filosofia social. Entretanto, tais áreas, por desconsiderarem a intersubjetividade e seus efeitos como produtores de sofrimento, levam a resultados que culminam em políticas de cuidados restritos à proteção individual e na falta de ações preventivas ao sofrimento do laço grupal. Dessas proposições, esta tese se distanciou, na medida em que a desorganização grupal foi tomada como efeito múltiplo do agrupamento e de seu contexto social. Dessa maneira, o grupo foi o objeto deste estudo e sua desorganização nossa ideia axial.

Esta tese se insere em um cenário em que são históricas as dificuldades dos educadores em executar uma tarefa educativa que se constitua em um projeto de trabalho e de vida, alicerçado no tecido social. E a tarefa de educar as crianças e os jovens constantemente expostos aos riscos, – desde a adesão ao tráfico de drogas, os graves ferimentos por crimes banais, até a morte –, quando confrontada às limitações das instituições especializadas, tornam especialmente opacas as esperanças de mudança. Nessas situações agudas, a psicanálise tem como contribuir na busca de um saber que permita o conhecimento dos processos singulares e plurais na constituição dos sujeitos, na preservação da vida, na construção de políticas sociais e de programas de atendimento.

O objetivo deste trabalho foi descrever os processos de desorganização dos laços grupais dos educadores na relação com os meninos em uma instituição educativa. Para alcançá-lo, elegemos neste estudo três grandes eixos norteadores: o grupo, o mal-estar dos sujeitos agrupados na desorganização e a contribuição da instituição nesse mal-estar.

Em seus escritos iniciais, as preocupações de Freud estavam em provar ao mundo científico de sua época, a realidade psíquica inconsciente constituinte do aparelho psíquico singular baseado no conflito psicosssexual. Conhecer os sistemas, processos e formações desse aparelho, suas leis de composição e seus efeitos, criar uma metodologia congruente com as hipóteses do inconsciente, conhecer as perturbações profundas desse aparelho em um sujeito em sua singularidade histórica e em sua estrutura, o ocuparam por toda sua vida.

Já em suas primeiras construções teóricas sobre a psicopatogênese desse aparelho, Freud se indagava sobre as condições familiares, diretas e transmitidas, inscritas no sujeito pertencente a um determinado conjunto e a uma determinada cadeia de laços em que era escravo e servidor. Deste modo, embora a questão do grupo tivesse sido explorada na psicanálise desde seu início, mereceu maior atenção de Freud em seus escritos antropológicos ou sociais quando se dedicou a investigar os processos psíquicos necessários para a constituição e organização de um grupo, que inauguraram o conhecimento psicanalítico dos laços intersubjetivos.

No último século, o grupo se tornou objeto de investigação, o que permitiu a organização de um conjunto teórico e a criação de um dispositivo capaz de atender às exigências do método psicanalítico. Criou-se uma metapsicologia da psicanálise de grupo baseada em Freud, nos modelos de Bion e de seus contemporâneos ingleses, modelos que foram continuados nas investigações posteriores, com ênfase nos processos de organização de um grupo. Anzieu e Kaës construíram novos conhecimentos que foram incorporados à psicanálise de grupo. Nesse processo de criação teórica se consolidou também, uma situação clínica adequada para a investigação e prática terapêutica da psicanálise de grupo. Deste modo, para compreendermos os processos de desorganização do grupo de educadores refizemos esse caminho teórico – desde os textos de Freud, passamos pelas experiências inovadoras em grupo inauguradas por Bion, e chegamos até os grupelistas argentinos e franceses, em busca de formulações teóricas sobre os processos de organização e desorganização do grupo.

A clínica psicanalítica grupal se desenvolveu de tal modo que hoje é possível pensar nos sofrimentos produzidos nos laços intersubjetivos como uma psicopatologia coletiva: do casal, da família, da instituição. As loucuras coletivas não são mais novidades. Existem várias práticas e inúmeras construções teóricas a respeito da psicopatologia dos laços intersubjetivos e foram esses conhecimentos que nos forneceram instrumentos para melhor compreendermos os processos de desorganização e o sofrimento produzido no nosso grupo de educadores, pois

esta psicopatologia se configura no entrelaçamento do grupo, com a instituição e com a ordem social e não no sujeito singular.

A clínica tornou-se o alicerce fundante desta investigação, abordada como um estudo de caso. Optamos por este método que é próprio da psicanálise, pois a construção do caso clínico funda a própria descoberta psicanalítica em sua vocação de retroalimentação da teoria. Nesta perspectiva foi detalhado o processo de supervisão, a que se seguiu uma análise referenciada nos organizadores psíquicos e socioculturais pertencentes à metapsicologia psicanalítica do grupo. Por meio da análise de documentos coletados durante a clínica psicanalítica, verificamos que o grupo se organizou e se manteve vivo graças aos organizadores psíquicos da grupalidade: as fantasias, a imago do corpo e o aparelho psíquico grupal que cumpriram sua função organizadora. Todavia, os organizadores socioculturais do grupo contribuíram para a desorganização dos nossos educadores, na medida em que os modelos culturais da tarefa primária institucional eram ambíguos e desqualificados. Falhas metassociais na rede de apoio a manutenção da vida psíquica grupal geraram intensos sofrimentos e favoreceram o aparecimento e desenvolvimento de uma psicopatologia da fundação e da função instituinte.

Capítulo 1 A questão da desorganização na teoria psicanalítica de grupo

Rap

*Casa da Praça espaço diferente
 Lugar onde você é tratado como gente
 Casa da Praça é bom lugar amigo
 Lugar onde você se abriga do perigo.
 Você que está na rua perdido e abandonado
 Vem cá, vem aqui, vem ficar do meu lado
 Aqui tem proposta que melhora sua vida
 Espaço onde você recebe uma acolhida
 Casa da Praça espaço tem de sobra
 Aqui no Hip Hop te ensino uma manobra
 Esporte e cultura tem tudo, pode crê
 Teatro, artesanato, vem cá, venha ver.
 Casa da Praça lugar da partilha
 Ajuda você no trabalho com família
 Casa da Praça formando cidadão
 Toma banho, lava roupa, que beleza meu irmão!
 Casa da Praça lugar organizado
 Desde a coordenação, até o assalariado.
 Lugar de compromisso e dedicação
 Só falta sua participação.*

Autores: Cleonice, Carlo e Nestor

(Criação realizada durante a quinta sessão)

Esta história está sendo escrita há alguns anos, depois que o atendimento às crianças de rua nos Centros de Convivência acabou. Inúmeras tentativas e reinvenções de modelos de atendimento foram feitas. Não obstante, as contradições e impossibilidades das políticas sociais, o sonho de se educar, semente impossível de se golpear, ainda germina, e os Centros foram substituídos pelo Serviço de Abordagem às Crianças e Adolescentes de Rua. Nas ruas essas crianças e adolescentes são encaminhadas para o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e para a República Jovem. São instituições destinadas a atenção e abrigo das crianças, atendimentos considerados de “alta complexidade” pela

Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP)¹⁵.

Nossa narrativa conta daquele lugar, onde educadores sociais trabalhavam todos os dias da semana por oito horas. A fadiga que dava forma aos seus desejos tomou dos desejos a sua forma e quando o sonho parecia ter chegado aos seus limites ainda encontrava outra chama para um novo despertar. Com a perspectiva de os educadores efetuarem algumas mudanças no atendimento às crianças fui procurada pela então diretora, para ali realizar uma supervisão grupal, antes que de repente, o sonho se ocultasse na barbárie. Desse modo, agendamos, por telefone, um contato inicial, em meu consultório.

Na primeira entrevista a diretora expôs variados e inúmeros conflitos que enfrentava no cotidiano com as crianças, com e entre os educadores, com a instituição mantenedora e com a Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, com a qual a instituição estava conveniada. Os conflitos diziam das dificuldades na realização da tarefa institucional, das condições dos meninos de rua, da garantia da posição e do lugar de educador e de diretor, das interferências da diretoria da instituição no atendimento e das incertezas emanadas do poder público. Após seu relato, esclarecemos a necessidade de escutar a demanda do próprio grupo, uma vez que a supervisão seria com eles e dependeria de seu pedido e aceitação.

Marcamos um encontro no próprio Centro de Convivência, para nova escuta, agora em/do grupo. Nessa ocasião, os educadores confirmaram as dificuldades e as contradições existentes no atendimento, principalmente a lida com as crianças, a ausência de um lugar de reflexão e de continência institucional. A demanda e a urgência dessa supervisão se confirmaram apesar de a desconfiança permear o encontro.

Munida de uma proposta de supervisão com objetivos, estratégia, regras de funcionamento e orçamento, retornamos ao grupo para sua apresentação, discussão, alterações e aprovação. Combinamos, então, uma sessão semanal, com duas horas de duração.

Aproximadamente, dois meses de trâmites foram necessários para o início dessa supervisão. Essa espera permitiu que a demanda fosse atualizada, o que a nosso ver ampliou a possibilidade de um processo de apropriação e simbolização dessa experiência pelo grupo e cada um dos sujeitos e o processo transferencial se estabeleceu.

A espera pela supervisão implicava a presença de uma violência antecipada, pois o trabalho psicanalítico se fundamentava no questionamento de cada um dos envolvidos e do

¹⁵ Informações sobre essas instituições estão disponíveis em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/criancas_e_adolescentes/index.php?p=3190 – 23-05-2014>. Acesso em: 23 mai. 2014.

próprio grupo solicitante. Esta experiência era mobilizadora, pois cada um foi requerido em sua identidade, em suas identificações pessoais e grupais, o que exigiu um intenso trabalho psíquico.

Quando uma instituição endereça uma demanda a um analista é porque tem o conhecimento imaginário do objeto de desejo do demandado. A demanda coloca o demandante no papel de objeto de desejo do demandado que, por sua vez, assume o papel de sujeito do desejo. Os desejos inconscientes se imbricam e, do ponto de vista consciente, aparecem na formulação concreta da demanda. O encontro necessita de acordos conscientes e inconscientes prévios entre as partes, e ao mesmo tempo, uma diferenciação e um reconhecimento mútuos, que ameaça o narcisismo de cada um e tempera a violência implícita nesse momento, que sempre evoca uma situação originária.

Responder à demanda é reconhecê-la, identificar-se com ela, é também ser reconhecido e identificado. É um jogo que suscita reciprocidade de desejos, temores, mobilizações defensivas e, simultaneamente, permite pensar estratégias para melhor trabalhar.

Com essas etapas preliminares, nossa intenção era descriptografar em detalhes a demanda institucional, antes de propor e colocar em operação um dispositivo de intervenção, tendo em vista que a presença da supervisão em uma instituição representa um terceiro, invasor e ameaçador.

Inauguramos o grupo, pela definição de um enquadre de supervisão psicanalítica com a introdução de um dispositivo dotado de algumas regras fixas, como a associação e a abstinência da analista, e outras móveis, acordadas entre a analista e os participantes. Esse enquadre nos permitia o acesso mais confortável a alguns processos pré-conscientes e inconscientes, a partir da cadeia discursiva e associativa, sendo a tarefa da analista assegurar a manutenção dessa cadeia.

Com efeito, em data previamente combinada, a supervisão foi feita fora da instituição, embora próximo a ela, em um centro cultural.

Esse lugar teve influência na dinâmica grupal como um terceiro, um depositário do material projetivo dos participantes, usado como área de fuga, como veremos no Capítulo 3. Foi sugerido esse outro lugar, que não a própria instituição, com a intenção de se estabelecer um enquadre seguro, um envelope de pensamento e criação, uma cultura própria, onde se pudesse reunir as identificações, diferentes das cotidianas, o que permitiria a criação de outros espaços tanto geográficos como psíquicos. Sabíamos que as instituições sociais, por suas peculiaridades, têm muitas dificuldades em cumprir o enquadre de uma supervisão psicanalítica.

1.1 O contexto

Surpreendentemente, na primeira sessão, contemplamos e ouvimos que, ao tentar educar meninos de rua, os educadores perdidos sentiam seus projetos se exaurir a cada instante.

Diariamente, reuniam-se numa estrutura arquitetônica constituída de um salão circular principal, cujo teto alto, sem forro, abobadado, imitava a cobertura de um circo. Era um grande espaço sem paredes onde conviviam crianças e adultos distribuídos em oficinas. E foi justamente nesse local propício para o atendimento inovador à infância e aos adolescentes em situação de risco social que, de um silêncio inquietante, surgiu um grito de denúncia: *Essas crianças já são expulsas da escola, da família, de todos os lugares e, ainda são expulsas por nós que deveríamos acolhê-la!?*

Essa situação eclodiu durante a segunda sessão da supervisão psicanalítica grupal, quando a educadora Diana agressivamente relatou alguns acontecimentos da semana. Um deles foi o de ter notado, no acolhimento, que um dos meninos chegou ao Centro com as calças molhadas e como não era horário de banho, só pôde trocar de roupas. Amparou-o solicitando ao educador Rafael que o levasse para vestir uma roupa seca. A criança retornou e foi, então, encaminhada para a oficina educativa, mas ao se aproximar dela, o educador Carlo impediu sua participação, porque no dia anterior, havia determinado sua suspensão, por indisciplina. Uma intensa desorganização grupal se deflagrou.

Diana deixou a criança no Centro e foi desenvolver suas atividades pedagógicas na rua, isto é, tentar estabelecer laços de confiança com os meninos de rua e atraí-los para as oficinas. Ao retornar à instituição, viu que aquele menino, Natanael, estava lanchando com as outras crianças. Ainda indignada pela suspensão de Natanael, dirigiu-se ao casal de educadores Carlo e Marina, responsáveis pela oficina, e acusou apenas Carlo de agressor. Esse fato desencadeou uma desestruturação grupal e institucional. Tal desorganização se deu na presença de todos, crianças e educadores, e produziu um terrível mal-estar. Cíntia, a psicóloga, interveio, levando os três a uma pequena sala, na tentativa de estabelecer uma conversa e possível acordo, o que não ocorreu.

Durante o relato, no trabalho psicanalítico, essa desorganização grupal se agravou com novas acusações e denúncias de agressões de Carlo a outras crianças, agora na presença de um terceiro. Inconformada, Diana esperou a recém-iniciada supervisão para explicitar seu questionamento: *como a agressão de uma criança podia ocorrer dentro do próprio atendimento? Isso é uma transgressão ao Estatuto da Criança e do Adolescente*, afirmou

Diana.

Essa desorganização cresceu quando os integrantes continuaram a narrar outras situações semelhantes, que tentaram diversos modos de contorná-las, inclusive com a criação de regras que, na prática, eram impossíveis de serem cumpridas, tais como a que dizia que nunca um educador poderia suspender uma criança por conta própria; essa medida punitiva só poderia ser tomada pelo conjunto de educadores. Esta resolução constou em Ata das reuniões semanais dos funcionários do Centro.

Continuando a sessão, Carlo se defendeu da acusação com uma pergunta: *Já se levantou o B. O. [Boletim de Ocorrência]? Os meninos me ameaçam, querem me bater, testam minha autoridade e vocês ficam me acusando, fazendo disso um boletim de ocorrência policial, dizendo que sou violento!*

As acusações a Carlo continuaram; Rafael se manifestou: *Você praticou uma violência com essa criança ao suspendê-la, ao tentar impedi-la de tomar banho e deixando-a continuar molhada. Você expõe as crianças a situações vexatórias e humilhantes.*

O clima estava tenso, pesado, havia um constrangimento generalizado. Alguns elogiavam Carlo, outros estavam a favor de Diana. Carlo se defendeu: *Os meninos são mentirosos e dissimulados!*

Expôs seu sentimento de culpa, ao ressaltar que estava tentando mudar de postura como educador. Mas, em contradição ao que acabara de afirmar, recontou o acontecido e passou a ridicularizar os demais – a analista e o próprio grupo. E nesse tumulto, todos relataram como as crianças se aproximavam deles, educadores: geralmente com ameaças de agressão física e mesmo de afastamento do Centro de Convivência.

Refletia-se nessa desorganização, entremeada por silêncios, o desfazer de sonhos; ao dizerem, não se ouviam; agrediam-se, criticavam-se, magoavam-se; esperavam condutas padronizadas, viviam em uma confusão, sem apoio, desgastados, e um grande incômodo predominava entre eles. No entanto, os educadores ainda procuravam um código comum, um amadurecimento, a tranquilidade para o enfrentamento dos conflitos, desejavam intensificar o aprender, saber priorizar e planejar o trabalho. Permanecia o desejo da coesão grupal. Na impossibilidade de sozinhos tratarem de toda essa desorganização, buscaram uma analista para apoiá-los, com a intenção de se reapropriarem dos sonhos perdidos, do objetivo da instituição, do atendimento de crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social.

Essa desorganização grupal constatada na práxis psicanalítica tornou-se um disparador para esta tese, ao fomentar questões como: quais formações psíquicas intersubjetivas

produzem essa desorganização em que o grupo se agrega e se mantém, sem romper seus laços? Nas proposições freudianas a desorganização grupal leva ao rompimento do laço e a finalização do grupo. No nosso caso, o grupo se manteve na desorganização, que foi mantida nas sessões.

A garantia e a permanência, enquanto um grupo instituído, ocorria graças à desagregação¹⁶ grupal com passagens ao ato (KAËS, 2012); movidos pela inibição, pelo não reconhecimento, pelos traços de confusão e pelas experiências de vazio, o grupo se agregava na desagregação, no apagamento das posições subjetivas, a um “ninguém não pensa” (ANZIEU, 2009), fato por nós observado na posição de vários sujeitos que se mantinham mudos diante da pulsão ou na mostração infundável, quando nada queriam saber e eram tomados pela paixão da ignorância, junto com a alienação, na mais profunda angústia.

Hoje, conhecendo mais amplamente os processos inconscientes intersubjetivos, sabemos que todo agrupamento opera em um equilíbrio instável (BION, 1975). Diante de sutis movimentos, qualquer desequilíbrio da tensão permanente entre duas forças antagônicas – o sujeito e o enlaçamento (KAËS, 1997) – leva o grupo a naufragar na desorganização. Então, se é sabido que a desorganização compõe a vida grupal, por que a daquele grupo nos convocou a novas interrogações?

A desorganização está inserida na dialética dos processos grupais, e pensamos que a daquele grupo foi, parafraseando Bion (1975), uma “forma aberrante”¹⁷ (p. 143) de desorganização grupal. Mostrou algo estranho, uma tensão, um excesso e em uma velocidade ímpar, o que nos paralisou e impediu qualquer pensamento e intervenção. Se a psicanálise é uma práxis e a clínica nossa fonte de reflexão, esse acontecimento grupal nos impulsionou a este estudo, pois algo desconhecido e novo ali se anunciou. Para investigarmos essa dinâmica grupal uma retrospectiva teórica sobre os grupos nos possibilita estabelecer algumas hipóteses sobre tal desagregação.

¹⁶ Para efeito desta tese, esse termo será compreendido como desorganização, desestruturação psíquica, fragmentação, desestabilização, (cf. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**), que serão aqui usados também como sinônimos.

¹⁷ Bion, na investigação dos processos inconscientes, afirma que, quando os grupos funcionam sob esses processos inconscientes se está no campo das suposições básicas. São três as suposições básicas: Dependência, Luta-Fuga e Acasalamento. O movimento grupal opera mudando de uma suposição à outra, e essas formas de suposição podem tornar-se aberrantes, quando há um aumento exagerado de tensão no grupo. Nesses momentos, há o aumento da hostilidade entre os participantes “[...] o ponto crucial da questão reside na ameaça da ideia nova a exigir o desenvolvimento e na incapacidade dos grupos de suposição básica em tolerá-lo”.

1.2 Das origens

O grupo tornou-se objeto epistemológico, principalmente a partir das agitações sociais que foram capazes de levar um grande número de pessoas às ruas para confrontar a ordem vigente, especialmente nos séculos XVIII e XIX. A massa e o grupo sempre foram assustadores, tanto por seu volume como por suas ações que, violentas ou não, sacodem e revelam algo de obscuro presente nos sujeitos e nas relações sociais, despertam preocupações, instauram o caos e a desordem. Sua visibilidade cria uma ameaçadora desorganização social de que são exemplos, na França, a tomada da Bastilha (1789), a Comuna de Paris (1871), ou as mais recentes, em 2013, no Brasil. Os movimentos populares desencadearam, especialmente no século XIX, um intenso interesse filosófico e científico sobre os fenômenos coletivos, que deram origem a investigações nas diversas áreas do conhecimento. O foco dessas análises era a busca da compreensão das motivações subjetivas e intersubjetivas promotoras do agrupamento, na expectativa de que o conhecimento das forças internas de tal formação levaria ao controle, evitando-se assim, as agitações das massas e dos grupos nas ruas.

Em meados do século XX, ao ser implementado o Plano Marshall¹⁸ na Europa, o temor ao agrupamento se transmutou na descoberta de sua potência para reorganizar os Estados destruídos pela Segunda Grande Guerra. Novas pesquisas e descobertas teóricas grupais foram desenvolvidas e acrescidas, sobretudo, à psicanálise de grupo, o que possibilitou um maior aprofundamento do conhecimento sobre o funcionamento dos grupos. Esse movimento foi iniciado na Inglaterra, com as experiências dos primeiros psicanalistas na clínica intersubjetiva.

Algumas hipóteses sobre os interesses subjetivos e intersubjetivos nas formações coletivas podem ser encontradas nos textos de Freud. O primeiro deles é o ensaio **Totem e Tabu**, de 1913. Pela primeira vez, Freud trata da organização grupal e social, de como se efetua a passagem de indivíduos isolados ao agrupamento. O grupo se organizará a partir do assassinato do Patriarca odiado e amado, que une os jovens irmãos nesse assassinato, por meio de um pacto denominado por Kaës (1997) como pacto denegativo e identificatório. Esse pacto impôs duas proibições: a do incesto e a do assassinato totêmico edificado em homenagem ao Ancestral.

¹⁸ O Plano Marshall foi lançado pelos Estados Unidos em 1948, “para reerguer economicamente os países do bloco ocidental e supri-los de gêneros alimentícios, maquinaria e matérias-primas.” (HOLLANDA, S. B. [1970], p. 274.

Após o assassinato, os filhos, ao se perceberem abandonados e desamparados e com uma saudade inextinguível do pai, o erigiram à condição de um Ideal, inventaram um substituto, primeiramente encarnado na figura do totem e, posteriormente, na figura de Deus. Um pai glorificado pôs fim à horda primitiva, promoveu a organização vitoriosa da aliança entre os irmãos e marcou o advento do *Pai*, precisamente pela ausência de um sucessor para o pai da horda, uma vez que sua morte não deixará sucessor.

Devorado e partilhado em refeição totêmica, o lugar do pai permanecerá para sempre vazio. Imediatamente após seu assassinato a imagem desse pai foi recalçada e, a partir daí, pela renúncia à satisfação pulsional e a instalação da figura de um pai simbólico, fundou-se o grupo organizado.

O grupo organizado foi edificado calcado na culpa e nas identificações, um pai organizador. Essa organização grupal é decisiva tanto para o psíquico como para o social. De um lado, ela explica a transmissão psíquica intersubjetiva, as fantasias compartilhadas e as identificações, apoiadas nas formações ambivalentes (FREUD, 1913) e de outro, articula as estruturas psíquicas subjetivas e os laços intersubjetivos.

A observação de Freud sobre o processo psíquico implicado nessa organização grupal se refere ao pacto de renúncia às mulheres e à rivalidade entre os jovens irmãos: o pacto é a salvaguarda do agrupamento, promove um limite, o assentamento e a interiorização da lei, e permite ao sujeito firmar-se como sujeito do grupo, por meio do estabelecimento de laços de afeto e de pertença para com os seus semelhantes, assim como pela assunção de uma figura representativa da lei que, absorvida internamente por todos, rege e estrutura o grupo. Assim a função paterna mais ampla e profunda se constitui como princípio organizador grupal ao engendrar a lei, acompanhada de um conjunto de regras e normas que irão instituir o agrupamento e o sujeito humano.

Nesse ensaio, simultaneamente à descrição da instituição da grupalidade, Freud delineia o processo psíquico promissor do agrupamento, a constituição de uma mente coletiva, construída à semelhança do aparelho psíquico singular, em que os desejos impulsionam a todos a uma ação coletiva, da qual decorre um intenso sentimento de culpa e a identificação, a criação de um Ideal comum, mecanismos necessários para a criação do contrato social. Freud (1913) argumenta:

Ninguém pode ter deixado de observar, em primeiro lugar, que tomei como base de toda minha posição a existência de uma mente coletiva, em que ocorrem processos mentais exatamente como acontece na mente de um indivíduo. Em particular supus que o sentimento de culpa por uma determinada ação persistiu por muitos milhares de anos e tem permanecido operativo em gerações que não poderiam ter tido conhecimento dela. Supus

que um processo emocional, tal como se poderia ter desenvolvido em gerações de filhos que foram maltratados pelos pais, estendeu-se a gerações novas livres de tal tratamento, pela própria razão do pai ter sido eliminado. (Ibid., p. 187).

Essa alegoria freudiana nos permite, por sua vez, pensar em seu contrário, a desorganização grupal. A desorganização pode ser apresentada como produto da falta/excesso de autoridade e da ausência/presença do pai e do líder. Essa falta/excesso remeteria a grupalidade ao retorno da horda primitiva. Pereira, em **Pânico e Desamparo**, de 2008, sinaliza o potencial desorganizador do grupo e do sujeito, quando estão submetidos a um pai tirano e cruel ou quando estão sem esse pai/líder, tornando-se um bando de irmãos se debatendo entre si, abandonados à própria sorte.

A desorganização está ligada à perda da figura do Ancestral, o possuidor de todas as mulheres, o detentor da Lei e com sua sexualidade ilimitada (PEREIRA, 2008), condições produtoras do pânico. Esse pânico é evocado pela emergência do assombroso do sexual “[...] o lado apavorante do sexual que se apresenta quando este não encontra mais os pontos de referência simbólicos onde se ancorar” (Ibid., p. 66), do que resulta uma experiência de intenso sofrimento psíquico e “[...] um mergulho no sem sentido” (op.cit., p. 67).

A função paterna no Complexo de Édipo, com seus componentes narcísicos e homossexuais, que no grupo é uma função exercida pelo Líder, é organizadora da grupalidade. No entanto, é no próprio grupo que cada participante deverá encontrar o momento de ocupar o lugar desse líder para tornar-se um sujeito assujeitado ao laço intersubjetivo (ANZIEU, 1990b).

De outro modo, a ausência ou o fracasso da função do líder no grupo produz o esfacelamento dos laços intersubjetivos, dirá Freud em **Psicologia das Massas**, em 1922. Dessa forma, no caso da falta de um pai/um líder, os membros do agrupamento entram em pânico e se sentem desamparados, ao não encontrarem referências simbólicas. Instala-se uma crise, uma ruptura, o que promove a desagregação grupal, produzindo uma violenta desidentificação e instaurando a desordem e o terror, com a predominância do narcísico sobre o grupal.

Essa função paterna fundante do agrupamento continuará ainda a ser aprofundada por Freud, nesse mesmo texto de 1922, em que destaca a importância do líder e os processos psíquicos envolvidos no agrupamento e em relação ao líder. Em discussões com os grupelistas de sua época – Le Bon (1905), MacDougall (1922)¹⁹, Trotter (1922)²⁰ e Tarde (1922)²¹ –,

¹⁹Psicologia das Massas e Análise do Ego. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII.

²⁰ Ibidem

Freud explicitou mecanismos e razões adotados pelos sujeitos para se organizarem. Pode-se afirmar que a organização e a desorganização dos grupos foram temas relevantes de investigação dos grupalistas nos primórdios do século XX, quando a organização do processo grupal deixou de ser o foco e passou a entremear as construções teóricas. Dos meados do século XX em diante as pesquisas sobre os grupos se intensificaram e, mais tarde, grupalistas como Bion (1975), Pichon-Rivière (1985), Anzieu (1990b) e Kaës (1997) continuaram a investigar a organização, agora, derivando-a da articulação dos processos inconscientes nos grupos.

Le Bon (1905), talvez o precursor das hipóteses sobre os processos inconscientes nos grupos, considerava que organizar-se em grupo produzia a desorganização do próprio sujeito, que por contágio, movido pelo inconsciente herdado de ancestrais e pelo seu apagamento subjetivo na mente grupal, sobre o predomínio da fantasia e da ilusão, se transformava em louco e alienado, que agia desenfreada e impensadamente. A “massa” era sinônimo da própria desorganização. Somente nos grupos altamente organizados os membros podiam pensar juntos, dizia MacDougall (1922)²², o que mais tarde também foi destacado por Bion (1975): nos grupos muito organizados, os processos inconscientes estavam controlados pelas regras de funcionamento e enquadre, o grupo podia tornar-se refinado, preocupado com a realidade e os sujeitos reunidos podiam cooperar uns com os outros e pensar juntos.

Retornemos a Freud, que, ao investigar as motivações e as modificações experimentadas pelo sujeito ao se agrupar, inventou alguns princípios organizadores da grupalidade: o amor ao líder e a identificação, a partir da sugestão e da identificação, princípios que se tornaram modelos de compreensão do grupo organizado e dos processos de desorganização.

Para os participantes do debate de Freud sobre o grupo (FREUD, 1922), a perda do pensamento era o grande efeito desorganizador do sujeito e organizador do grupo, enquanto para ele, era o amor a matéria do laço do sujeito ao grupo. Por amor, os sujeitos projetavam seus ideais no líder e renunciavam ao seu próprio; pela crença de que esse líder os amava a todos com o mesmo amor, abdicavam de seus ideais em troca da ilusão de segurança, proteção e usufruto do amor entre os iguais, a violência e a agressividade eram descartadas e dirigidas aos estrangeiros, aos inimigos externos (p. 125), como observa Freud (1922) ao se referir ao grupo religioso, em **A psicologia das Massas e Análise do Ego**:

²¹ Op.cit.

²² Psicologia das Massas e Análise do Ego. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII,

Mas, mesmo durante o reino de Cristo, aqueles que não pertencem à comunidade de crentes, que não o amam e a quem ele não ama permanecem fora de tal laço. Desse modo, uma religião, mesmo que chame a si mesma de religião do amor, tem de ser dura e inclemente para com aqueles que a ela não pertencem. (p.125).

A violência e a agressividade serão as forças promissoras e organizadoras da civilização, afirmará Freud, mais tarde, em **Mal-Estar da Civilização** (1929). Mas, retornemos à psicologia das massas. De acordo com Freud o amor temor incondicional ao líder gerava efeitos: o apagamento do sujeito, a predominância de afetos e da vida psíquica inconsciente, um estado de regressão fazia ressurgir a horda primeira, com a diferença de que estavam libertos do pai super-homem, mas amarrados a um líder, submetidos ao grupo, não pela coerção, mas pela identificação. O grupo encontrava-se organizado.

O grupo se desorganizava com a irrupção da libido objetal, com as tendências sexuais diretas, com a emergência das diferenças entre os sexos, das gerações, das raças, das nacionalidades e das classes sociais, com a transição final do complexo de Édipo e com a ruptura com o líder. No caso da ruptura com o líder, como já dito, o grupo se desintegrava e surgia o pânico. Os laços que os uniam desapareciam e os membros não atendiam mais às ordens de um superior. Os sujeitos passavam a se preocupar consigo mesmos, sem considerar os demais. Com esse rompimento surgia um medo gigantesco e insensato – o pânico, grande o suficiente para romper os laços e os sentimentos de uns com os outros. Esse medo pânico emergia porque os laços emocionais, que os tornavam onipotentes diante do perigo, deixavam de existir. O pânico surgia com a iminência de um perigo comum ou pelo desaparecimento de laços emocionais que mantinham o grupo unido.

A desorganização grupal freudiana levava ao rompimento do laço e a finalização do grupo. Os grupos não organizados compeliavam seus integrantes a atitudes semelhantes à de um animal selvagem. O pânico pela ausência do líder era o grande desorganizador grupal. O amor organizava e o medo desagregava o grupo:

[...] É impossível duvidar de que o pânico signifique a desintegração de um grupo; ele envolve a cessação de todos os sentimentos de consideração que os membros do grupo, sob outros aspectos, mostram uns para com os outros. [...] a perda do líder, num sentido ou noutro, o nascimento de suspeitas sobre ele, trazem a irrupção do pânico, embora o perigo permaneça o mesmo; os laços mútuos entre os membros, via de regra, desaparecem ao mesmo tempo, que o laço com seu líder. (FREUD, 1922, p. 124).

Freud não chegou a trabalhar com grupos, suas preocupações se dirigiram a provar ao mundo científico de sua época a realidade psíquica inconsciente constituinte do aparelho

psíquico singular baseado no conflito psicosssexual; todavia teceu elogios ao psicanalista Simmel, pelo seu trabalho grupal com os neuróticos de guerra, em 1914 (FREUD, 1919).

No grupo objeto deste estudo, a intensa e veloz desorganização que presenciamos não era a de uma multidão nas ruas, de um grupo efêmero, sem líder, sem laços emocionais, mas de um grupo já instituído, permanente, enlaçado, com líder e tarefa comum. Identificados uns aos outros tentavam desenhar um projeto juntos.

Posteriormente a Freud, Bion (1975) dirá que o grupo, mesmo sob os efeitos do pânico, não se desagrega, se mantém nessa organização sob a vigência de um sistema defensivo, em que os integrantes, ainda que estejam vivendo uma situação de despersonalização provocada pelo sentimento de estranheza, em virtude do próprio agrupamento, se mantêm enlaçados em um movimento de regressão, massivos.

1.3 Das primeiras experiências

De posse das contribuições de Freud, de algumas outras publicações e de experiências de psicanálise de grupo já realizadas desde a Primeira Guerra, Bion (1975) se deparou com a exigência de tratar em grupo as neuroses dos soldados feridos durante a Segunda Grande Guerra. Paralelamente, Foulkes (1970) e Ezriel (1998) teorizavam e experimentavam a psicanálise de grupo. Bion não tardou a vivenciar a desorganização grupal, que enfrentou com a criação de regras e regulamentos que circunscreviam as ações de todos os membros e davam ênfase ao fato que a organização e a estrutura eram as armas do grupo de trabalho. Notou que a desorganização se instaurava simultaneamente à configuração grupal e a descreveu, ricamente adjetivada, sem no entanto nomear essa desarrumação como desorganização.

Bion (1975) notou que, pela luta constante entre manter a subjetividade e se enlaçar ao conjunto, o sujeito no grupo se sentia incomodado e desconfortável, confuso, em uma torre de Babel, onde cada membro falava um idioma estrangeiro. A atmosfera grupal era sempre tensa. As conversas eram desconectadas e desprovidas de conteúdo intelectual. Ali era o lugar da apatia e da obstrução, dos silêncios longos, das experiências desconcertantes. A hostilidade agregava. Os sujeitos em grupo empregavam a evasão e a negação como mecanismos defensivos. Havia dificuldade de lidar com a realidade e com a cooperação. As hostilidades eram anonimamente depositadas. A situação era sempre tensa e desorientadora: sentimentos de frustração eram comuns, o tédio era agudo e, amiúde, o alívio só era oferecido por explosões de exasperação entre os membros do grupo. As crises, o constrangimento, os ataques ao líder e ao analista permeavam todo acontecer grupal.

A desorganização passeia por seu livro **Experiência com Grupo** (BION, 1975) e, por meio de suas observações sobre os processos inconscientes acionados nos grupos, podemos apreendê-la como efeito das mobilizações inconscientes do/no agrupamento. Bion registrava que o grupo mobiliza intensos estados emocionais. A palavra desorganização, no entanto, é empregada por Bion para referir-se apenas à estrutura formal em que se instala o grupo e a regras explícitas de funcionamento, que são usadas como ferramentas para combatê-la. Exemplificando, relatou como foi possível, com essas ferramentas, enfrentar o agrupamento dos 300 soldados internados no Hospital Psiquiátrico, onde era o médico responsável: com a instalação da disciplina e da organização foi possível lidar com os pacientes que representavam um perigo ao médico. Então, escreveu Bion, para controlar o grupo era necessário organizá-lo, o que foi feito com a criação de um inimigo comum – a própria neurose de cada um – na crença de que um Superior era capaz de manter o grupo organizado. Arranjou a ala de internação como se fosse uma estrutura encerrada dentro de paredes transparentes. Criou regulamentos. Como num campo de batalha, a neurose foi combatida em grupo, por valentes guerreiros comandados por um Superior, incapazes, no entanto, de controlar a desestruturação grupal; Bion passou então a centrar suas pesquisas nas suposições básicas.

Com nosso grupo de educadores, também utilizamos as regras como recurso organizador, mas, diferentemente de Bion, elas foram em vão. Continuadores das investigações sobre a psicanálise de grupo têm insistido sobre a importância das regras na garantia e manutenção dos enquadres na grupalidade. Psicanalistas argentinos contemporâneos a Bion, como Pichon-Riviére (1985) e Bleger (1997), defenderam a importância da transparência do contrato, do enquadre e das regras de funcionamento, como estratégias para realizar as operações no campo grupal e a proteção de todos os envolvidos. No enquadre incluíram desde as concepções teóricas sobre grupos, as constantes de tempo e espaço, os laços entre os participantes e o analista, até os aspectos asseguradores do trabalho psíquico grupal.

O enquadre significa um conjunto de regras que caracterizam um continente propício para tornar-se um depósito, recipiente dos temores, das ansiedades e das expectativas reais, sendo um lugar de trabalho psíquico. Ele é também um invólucro para a deposição massiva dos sentimentos hostis, das ideias, das expectativas excessivas, dos desajustes, daquilo que não cabe no próprio psiquismo de cada um.

A importância do enquadre como continente e a própria dinâmica grupal permitiram a Bion defender a ideia de que todo grupo se organiza em duas formas diferentes, uma sob

efeito dos processos secundários e outra sob efeito dos processos primários²³. Na primeira, temos o grupo refinado ou de trabalho, designado por T, cujo funcionamento psíquico estaria sob o predomínio da identidade de pensamentos, e o segundo, o grupo como suposição básica – SB, que opera sob o império dos processos inconscientes, da identidade das percepções e de emoções intensas, que se manifestam involuntariamente em todos os grupos, o que levou Bion a privilegiar sua atenção sobre ele – o grupo das suposições básicas. Na presença das suposições básicas o enquadre propicia a manutenção da grupalidade.

O grupo mantém-se em constante conflito entre tornar-se um grupo refinado, sob o domínio dos processos secundários, ou seja, um grupo de trabalho, e viver sob o império dos processos primários, quando intensas fantasias são mobilizadas, tornando-se um grupo das suposições básicas. Esse conflito perdurará em toda a vida grupal:

A suposição básica do grupo entra em conflito muito agudo com a ideia de um grupo reunido para efetuar um trabalho criativo, especialmente com a ideia de um grupo reunido para tratar das dificuldades psicológicas de seus membros [...]. (BION, 1975, p. 56).

O psicanalista inglês identificou três Suposições Básicas (SB), presentes nos grupos: a **SB Dependência**, quando o grupo estabelece uma relação de dependência com um líder, com uma ideia ou *Ideal*; a **SB Fuga-Luta**, quando há a liberação do ódio que é escoado em ataques destrutivos a um suposto inimigo ou numa fuga ao objeto odiado; e a **SB Acasalamento**, quando aparece a esperança do surgimento de um *Messias*, seja ele uma ideia, uma *Utopia* ou uma pessoa que salvará os participantes da destrutividade e do ódio mobilizados no grupo. Todas as suposições contêm a ideia da existência de um líder e de que o grupo, ao encontrar uma dessas suposições básicas, estabelece certo equilíbrio instável.

A vida grupal se movimenta na busca de uma dessas suposições básicas, sempre em trânsito, de passagem de uma à outra, o que ocasiona intensas dificuldades e produz diferentes efeitos no acontecer grupal. Essas SB estão em perpétuo embate com o grupo de trabalho. A organização do conjunto permite a estabilidade e a permanência no grupo de trabalho; caso esteja desorganizado, enfraquecido em sua estrutura e regras, mais facilmente pode sucumbir às suposições básicas. Elas decorrem da mobilização de determinados estados emocionais e se dirigem à procura do caminho de uma suposição. Essa busca se inicia com e na ocorrência de

²³ O processo primário é a busca de uma percepção idêntica à imagem do objeto (resultado da experiência de satisfação); quando se estabelece uma equivalência entre as representações ou uma relação de identidade entre as imagens (identificação), opera por condensação e deslocamento. O processo secundário é a busca do estabelecimento de uma identidade de pensamentos; isto implica o adiamento da satisfação e funciona sob as leis da lógica formal (FREUD, 1900/1974).

algo novo, da exigência de se entrar em contato com a realidade, de pensar-se a si e ao grupo, de se desenvolver e ser um grupo T.

Podemos subtrair dessas construções bionianas uma proposição de desorganização grupal, que se aproxima de certo modo de nossa experiência clínica: a desorganização é uma alteração emocional produzida pelo/no grupo, por um subgrupo e/ou por um sujeito, decorrente de um excesso de tensão e de hostilidade. Os participantes, ao experimentarem o trânsito de uma suposição básica a outra, caso nesse deslocamento nada encontrem, se lançam num vazio e, sem o albergue de uma suposição, ali permanecem até achar o conforto no abrigo de outra suposição. Nesse estado, que precede às suposições básicas, os participantes vivenciam a confusão, a desordem e o descontrole. Esses estados são oriundos do sistema protomental, um lugar de confinamento das suposições básicas, sugeriu Bion. Na ausência de qualquer suposição básica há uma indiscriminação entre os planos somático, psíquico, entre o sujeito e o grupo, que assim se desorganiza, sem, contudo, desintegrar-se:

Visualizo o sistema protomental como um sistema em que o físico e o psicológico ou mental são indiferenciados. Trata-se de uma matriz de onde se originam os fenômenos que a princípio parecem – num nível psicológico e à luz da investigação psicológica – ser sentimentos distintos, apenas frouxamente associados uns com os outros. É desta matriz que as emoções próprias à suposição básica fluem para reforçar, infiltrar e, ocasionalmente, dominar a vida mental do grupo. Uma vez que se trata de um nível em que o físico e o mental são indiferenciados, é razoável que, quando a aflição originária dessa fonte se manifesta, ela possa manifestar-se tanto sob formas físicas quanto sob formas psicológicas. (BION, 1975, p. 91).

Quando as emoções tomam uma forma de suposição básica elas podem ser direcionadas ao grupo. O grupo então experimenta em um balanço circular as suposições básicas de dependência, de luta-fuga, ou de acasalamento, tendo no sistema protomental, as matrizes dessas três probabilidades. Quando as emoções não se apontam ao grupo, se manifestam em identificações projetivas, em passagem ao ato, em *acting-outs* no ambiente. Neste nível de funcionamento, as emoções se descarregam e o sujeito poderá tomar consciência delas e distinguir os processos internos que deram origem a essas emoções.

Bion abandonou o trabalho com grupos, contudo suas contribuições permanecem vivas ao embasarem as pesquisas contemporâneas sobre a psicanálise. Para nossa investigação, a ausência de uma suposição, o vazio de sentido desencadeado pelo início da desconhecida supervisão psicanalítica tornam-se indícios significativos para a ocorrência daquela desorganização.

1.4 Dos desdobramentos

As primeiras teorias psicanalíticas de grupo, principalmente a de Bion, centraram-se no grupo como objeto de conhecimento e como dispositivo terapêutico. A ênfase clínica e teórica se concentrou nos processos capazes de organizar o agrupamento, a partir da configuração de uma mente grupal. Nesses estudos os processos coletivos predominaram sobre as formações psíquicas singulares produtoras do agrupamento. Nessa etapa da epistemologia dos grupos, a parte do sujeito singular na organização do grupo não foi considerada. Bion destacava que a participação do sujeito na psique grupal é “anônima”, o sujeito era apenas um elemento do conjunto.

Na Argentina, a psicanálise grupal inaugurada por Pichon-Riviére (1985), na década de 1940, tenta destacar a participação do sujeito no agrupamento ressaltada pela importância das relações sociais na constituição subjetiva. Essa concepção de sujeito psicossocial, as noções de tarefa e do laço serão os principais organizadores do agrupamento. O grupo é concebido como um reunião de sujeitos enlaçados entre si realizando algo em comum, em que o laço e o fazer conjunto são os pilares mantenedores do agrupamento.

Tanto na América do Sul como na França, Pichon-Riviére é considerado como um importante explorador dos processos grupais, e com seus aportes, exerce influência sobre os grupelistas atuais. Criou um esquema referencial teórico sobre grupos, que combina aspectos da teoria marxista, da psicanálise inglesa e das construções da psicologia social americana de Palo Alto²⁴, aplicado a uma técnica de trabalho e intervenção a que denominou de Grupos Operativos.

Para ele o grupo era um espaço de conflitos a serem enfrentados pelo conjunto e pelo analista, caso contrário, se consolidaria uma situação dilemática, repetitiva e sem saída. O dilema era a resistência ao trabalho analítico, à mudança e aos pensamentos novos, significava a presença de um fantasma carregado de medo, um inimigo com o qual se estabelecia uma luta constante. O medo instalava o grupo e os sujeitos na paralisia, na confusão, no impedimento ao pensamento, no universo da dissociação, na paz dos cemitérios e na vida interrompida. A finalidade do grupo operativo era o enfrentamento do mortífero, do caótico, do conflito, do estereotipado como forças inerentes ao agrupamento em busca da apropriação

²⁴ A escola americana de Palo Alto, na década de 1960, coordenada por George Bateson, reuniu pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – psiquiatras, antropólogos e sociólogos, com o intuito de investigar a problemática da comunicação e as suas aplicações à patologia mental. Nesses estudos se estabelecia uma interação entre fatores sociais, patologia mental e comunicação. Bateson deixou importantes contribuições para o estudo dos processos grupais.

do objeto de conhecimento, forças que deveriam ser transitadas pelos integrantes e pelos analistas (JASINER e WORONOWSKI, 1992).

Trabalhando com o materialismo dialético, Pichon-Riviére (1985) afirmava que todo movimento grupal na direção de um objetivo levava seus membros a viver um processo que implicava uma estruturação-desestruturação-reestruturação. Esse jogo ocorreria em todos os grupos, nos momentos de abertura das sessões, nas situações inaugurais e na emergência de algo novo durante toda a vida. Nessas circunstâncias, de modo semelhante ao pensado por Bion (1975), Pichon-Riviére (1985) alegava que, na emergência do novo, os integrantes do grupo regrediam a uma situação primitiva, em que predominavam sentimentos de perda, de vazio, de caos, sem a constituição de um psiquismo continente, e o corpo encontrava-se ameaçado de desmembramento ou confinamento. A essa situação Pichon-Riviére denominou de protodepressão.

Essa desestruturação gerava uma situação caótica, que incidia no contato e na intenção de se apropriar de um objeto de conhecimento²⁵, quando intensas ansiedades eram mobilizadas por algo desconhecido vivido como ameaçador à integridade dos participantes, como a perda do conhecido e dos referenciais de cada um no grupo; o medo de ser assaltado, desvalido, violado, de perder o que se tem, produzia uma experiência de falta, de vazio e do sem sentido.

Esses momentos de dissociação e exclusão do pensamento, às vezes da falta de palavras, de passagens ao ato e *acting-out*, de negação da realidade – do evitamento do contato com o objetivo explícito do grupo, eram parte constituinte da história grupal. A desestruturação grupal era detectada pelo analista no clima tenso, na comunicação confusa entre os participantes, nos ataques que se instauravam no agrupamento, nos cismas – nas divisões internas em subgrupos.

Pichon-Riviére (1985) priorizava duas ansiedades básicas – o medo da perda das referências e o medo de ser atacado por esse novo objeto do conhecimento, medos que, ao brotarem, eram capazes de criar o caos, a desordem, sem desagregar os participantes, que se repetiam a cada nova ocasião, sempre em dialética, do manifesto ao latente²⁶. Essa

²⁵ Pichon se refere ao novo objeto do conhecimento como representando para os sujeitos do grupo a fantasia de se apropriar da mãe, "[...] ou melhor dizendo, conhecer o corpo da mãe, em seu interior e seus conteúdos" (PICHON RIVIÉRE, 1985, p. 96). Mas, esse conhecimento mobiliza a angústia de ser ali aprisionado.

²⁶ Em Pichon, o manifesto se relaciona com o consciente, o latente se relaciona com o pré-consciente, embora também se ligue com o inconsciente em um sentido amplo e descritivo. O inconsciente se apresenta por meio das formações inconscientes: atos falhos, lapsos, esquecimentos, tropeços, sintomas e sonhos. As formações do inconsciente são rupturas de um discurso, de uma cadeia associativa grupal (op. cit., 1985).

desestruturação se repetiria, mas nunca de maneira idêntica, diante da mobilização desses medos à mudança inerentes à vida grupal, sempre presenciada pelos/nos agrupamentos.

Eram situações de resistência inseparáveis de todo processo grupal, diante da possibilidade de mudança; a resistência representava um inimigo para a operatividade grupal e a maneira de manejá-la proposta por Pichon-Riviére (1985) era a mesma do processo analítico dual.

Participar de um grupo implicava para os sujeitos o temor de se perder, de ficar submerso, fusionado tal qual uma massa amorfa, de perder os limites pessoais. Ameaçador ao narcisismo, o grupo obrigava os sujeitos a se descentrarem, notarem os outros e serem notados: o grupo era espelho a refletir imagens de cada um. O grupo é para Pichon-Riviére (1985) uma estrutura em movimento, um vir-a-ser, que a cada instante se depara com dificuldades, oriundas de ansiedades e fantasias nascidas dessa configuração.

Assim, aquela desorganização do grupo de educadores, iluminada pelas referências pichonianas, seria naturalmente esperada na genealogia da vida grupal. Em seus escritos, a intensidade violenta com que nos deparamos em nossa clínica não foi encontrada como desorganização grupal, mas denominada de pré-tarefa, um momento do processo grupal em que os integrantes mobilizados por intensas ansiedades e fantasias ficavam impedidos de pensar e de realizarem algo juntos. Havia, nas poucas publicações de Pichon, tentativas de classificar as desorganizações; coube, porém, a seus continuadores a categorização das desorganizações em: “intelectualização”, “umbiguismo”, “bois perdidos” e “atuação” (MANIGOT, 1980).

A **intelectualização** é o momento de discussão no grupo em que os sentimentos, a vivência são retirados da cena grupal, quando os integrantes discursam em um lugar onde o saber é racional, abstrato, teórico, em que se repetem conceitos. Há uma aparente organização, apesar de o clima ser de apatia e desinteresse.

Os **bois perdidos** se referem ao grupo, quando elegem temas desconectados, as falas são vazias, quando os participantes empregam a negação e o evitamento de assuntos relacionados aos objetivos do grupo e ao objeto de conhecimento. A desorganização se nota pelas interrupções na cadeia associativa e discursiva do grupo, pelos discursos muitas vezes incompreensíveis, pela prevalência de temas transcendentais da realidade social, política ou pessoal.

O **umbiguismo** diz respeito à posição em que os componentes do grupo repetem discussões já trazidas, são recorrentes e revelam sentimentos e medos, sem nenhuma elaboração. O grupo volta-se para si mesmo, analisa sua própria dinâmica, *como se* todos

estivessem trabalhando os conteúdos mobilizados, mas os participantes se sentem impotentes para enfrentar o processo de grupalização, o que é desorganizador.

A **atuação** é outro modo de desorganização, em que o grupo dramatiza, faz uma representação inconsciente de parte do objeto de conhecimento. Não há distância entre o objeto a ser conhecido e cada sujeito, que aí se confundem, se dissociam e excluem os pensamentos. Aparecem subgrupos, que debatem sem saber do que se trata.

No nosso grupo de educadores, caso se desconsidere a intensidade ou o grau daquela desorganização, podemos classificá-la como *atuação*, na proposta dos pichonianos.

Na situação caótica do grupo de educadores, talvez a atuação tenha ocorrido quando se dramatizou o conflito institucional cotidiano, a contradição fundante entre a inclusão e a exclusão dos meninos. Entretanto, não conhecíamos com exatidão o tipo de ansiedade e as fantasias que afetavam o grupo. O revelado naquele instante, o grau de sofrimento agudo profundo e visceral do grupo, tomado no corpo da analista, era a própria loucura.

O enlouquecimento desses sujeitos, as disfuncionalidades dos laços e as condutas sintomáticas dos participantes – o agir incessante, a violência e os ataques de uns aos outros, da instituição, das crianças – e a precariedade dos processos simbolizatórios entre todos os participantes apareceram sob a forma de desorganização grupal.

Psicanalistas de grupo argentinos contemporâneos como Puget (1991), Bernard (1997), Chaves (1991) e Romano (1991), descendentes da linhagem pichoniana, porém já banhados com as águas da psicanálise francesa, influenciados por Pontalis (1968), Anzieu (1990 b) e Kaës (2000), continuaram as investigações de Pichon sobre a teoria e a clínica grupal.

Para eles, na constituição de todo grupo há uma série de etapas intermediárias a serem ultrapassadas: num primeiro momento se estabelecem as normas para a garantia de um equilíbrio, ainda que frágil, pois participar de um grupo significa o confronto e a relação *olho no olho*, que mobiliza conteúdos atemorizantes de seus membros. Teme-se o grupo, porque ele incita a exploração de contatos ameaçadores: o contato com o múltiplo, o complexo, o heterogêneo, com o caos do desconhecido, de um e das partes, do partido, do singular e do plural. Todo esse contexto estremece a organização narcísica de cada membro, transmitida pelo ideal do eu constituído pelos valores próprios.

Nesses momentos iniciais ainda não é possível a cada participante reconhecer o temor ao desconhecido de si e dos outros; somente em um segundo tempo, um desequilíbrio se produz, gerador de perplexidade, de despersonalização e de crises. Apenas no terceiro momento, os parceiros descobrem esses temores, vivenciados como terríveis, rúpteis,

inquietantes, e avaliados como a possibilidade de reconhecer os valores alheios como diferentes dos seus próprios.

A estranheza lançada no terceiro tempo convoca a chamada da defesa contra esses estados de máxima desproteção, que são verificadas nas situações muito caóticas e de massificação: nessas ocasiões uma desorganização ocupa o campo grupal.

Pela primeira vez, encontramos um referencial teórico em que a desorganização grupal se torna um conceito. Assim, para Puget (1991) as desorganizações emergem nas situações muito caóticas, não necessariamente nos momentos iniciais do grupo. Ela escreve:

A vivência do caos em um grupo corresponde a uma impossibilidade de encontrar formas mínimas de vínculos, restando o enquadre como o único elemento que protege contra o caos. Remete à solidão desesperada e à anomia. O caos se manifesta como *a-organização* ou *des-organização* por perda brusca de normas compartilhadas.

A vivência de massificação é equivalente à sensação de perda do eu singular em prol de um eu ilusório grupal em que ainda não existe um nós isolado de uma entidade sincrética “grupo”, às quais se atribuem significações. Manifesta-se como coesão intensa, que chega a uma aglutinação expressa no discurso, com um frequente emprego de termos, tais como “o grupo, disse... sente... pensa... faz...”, como se o “grupo” fosse uma superestrutura que absorve e controla. Podem aparecer momentos de elação, correspondentes à negação do empobrecimento vincular. Esta vivência de massificação encobre uma grande violência. (p. 26).

As contribuições desses psicanalistas argentinos influenciados pelos franceses, principalmente por Anzieu e Kaës, podem iluminar o que presenciamos, no entanto, em nosso caso, a clínica mostrou a irrupção de um sujeito singular no meio da massa indiferenciada, quando, por exemplo, um sujeito acusa e condena um outro em grupo. Neste momento, ainda não temos respostas sobre as formações inconscientes psíquicas intersubjetivas que produziram esse acontecimento, o que nos impõe a busca de psicanalistas contemporâneos como Anzieu e Kaës. Ambos puderam, com suas investigações teóricas, promover rupturas na epistemologia de grupo, que colaborarão nas respostas a nossa questão.

1.5 Das rupturas

Nestes últimos sessenta anos, os interesses dos psicanalistas pelas práticas grupais como dispositivo de trabalho ampliaram a compreensão de seus processos. Pontalis (1968), contemporâneo de Anzieu e Kaës, contribuiu para os avanços da psicanálise de grupo ao formular a ideia de que o grupo é um objeto pulsional a ser investido e representado, como também produziu uma ruptura com a Psicologia Social, na medida em que o grupo, por ser um objeto (do ponto de vista psicanalítico) é capaz de produzir efeitos no inconsciente

singular, o que introduz em sua concepção a própria ideia de imagem do grupo com suas fantasias e valores, além dos processos inconscientes.

Essas formulações que precederam as de Anzieu (1990 b), ou seja, de que o grupo é como o sonho, o lugar de realização de desejos inconscientes infantis, foram compondo a metapsicologia psicanalítica dos conjuntos intersubjetivos de Kaës (1997).

Com o afastamento progressivo da Psicologia Social, a ênfase dada pelos psicanalistas aos estudos do grupo recairá sobre as produções inconscientes, em que sua organização e desorganização dependem das tensões, para além das relações interpessoais e da rede comunicacional, provocadas pela ressonância imaginária entre os membros do agrupamento, ao mesmo tempo que serão destacadas as contribuições psíquicas singulares na organização do agrupamento.

Assim, Anzieu (1990 b) introduz novos aportes à compreensão da organização de um grupo com o conceito de envelope psíquico, a partir do Eu-pele. Para tornar-se grupo é preciso que seus membros efetuem um trabalho psíquico de construção de um envelope, que é o próprio agrupamento:

[...] um grupo é um envelope constituído por uma rede (de regulamentos implícitos ou explícitos, de costumes estabelecidos, de ritos, de atos e fatos com valor de jurisprudência, as atribuições de lugares dentro do grupo, as particularidades da linguagem falada entre os membros e conhecida somente por eles). [...] Essa rede que contém os pensamentos, as palavras, as ações, permite ao grupo constituir um espaço interno (que proporciona um sentimento de liberdade na eficiência e que garante a manutenção das trocas intragrupo) e uma temporalidade própria (compreendendo um passado de onde tira sua origem e um futuro onde projeta cumprir suas metas). Reduzido à sua trama, o envelope grupal é um sistema de regras, aquele que opera por uma trama simbólica: é ela que o faz perdurar. Um grupo onde a vida psíquica morreu pode mesmo assim sobreviver. De seu envelope, a carne viva sumiu, só resta a trama. (ANZIEU, 1990 b, p. 17).

O envelope grupal é uma membrana de dois lados, um virado para a realidade exterior, o outro voltado para a realidade interior dos membros do grupo. Ele solidifica uma barreira protetora contra o exterior, funcionando como filtro das energias e das informações. Esse envelope grupal se constrói a partir da projeção das fantasias, das imagos, da tópica subjetiva ativada no espaço grupal. Em seu interior, o envelope grupal cria um estado psíquico transindividual, um Si-mesmo de grupo, fundador da realidade imaginária dos grupos. É o continente onde há uma circulação fantasmática e identificatória. É o que organiza e torna o grupo vivo (ANZIEU, 1990 b).

No interior desse envelope grupal, Anzieu propõe a existência de uma dinâmica, movida pela circulação fantasmática, um elo entre os sujeitos do grupo. Essa circulação

provoca a realização imaginária das ameaças e dos desejos subjetivos inconscientes, tornando-os comunicáveis. Essa circulação fantasmática organiza e dá vitalidade ao grupo:

[...] É, com efeito, essencialmente na forma de uma circulação fantasmática entre os membros do grupo que se manifesta o arranjo tópico que estruturará de forma mais ou menos estável o aparelho psíquico grupal. A fantasia é um produto, e um produto em grande parte defensivo; resulta de uma dupla estruturação, econômica e tópica, que ela representa, deforma e mascara. Por outro lado, ela é, por sua vez, produtora de efeitos particulares sobre os pensamentos, os afetos e condutas dos membros do grupo. (op.cit., p. 169).

Para que esses processos ocorram o grupo necessita de organizadores que funcionam como estrutura e compõem a grupalidade como um envelope, cuja função é conter os processos psíquicos inconscientes, que aparecem nos integrantes em grupo. Anzieu (Ibid.) propôs cinco organizadores inconscientes do grupo:

- a) O fantasma individual que, pela ressonância fantasmática, reúne alguns participantes em torno da fantasia de um sujeito, por identificação com o desejo ou com a defesa contra esse desejo contida na fantasia. Quando há incompatibilidade, quando há o bloqueio da circulação de outros fantasmas individuais que não entram em ressonância, o grupo se desorganiza, pois a falta de ressonância de um fantasma entre os participantes não é suportável por falta de um organizador grupal. Nesse momento, há mobilizações de intensas ansiedades (aniquilamento, engolfamento, separação, castração e as decorrentes do Superego) desagregadoras.
- b) O segundo organizador, as imagos – materna, paterna, dupla (materna e paterna em uma só), a mãe fálica, da fratria – asseguram ao grupo um estado de equilíbrio entre a aglutinação e a diferenciação entre os membros. A imago emerge como um organizador, mas quando aparecem bivalentes (imago boa e má), favorecem redemoinhos bruscos, que causam desordens, transformações ou rupturas no envelope psíquico grupal.
- c) O terceiro organizador se refere aos fantasmas originários, comuns a todos os humanos e dizem das origens, das diferenças dos sexos e das origens da sexualidade.
- d) O quarto organizador, o complexo edípico, permite a diferenciação do grupo e da família, do heterogêneo, da diferença dos sexos e das gerações.
- e) O quinto organizador é uma imago do corpo próprio, da qual derivam as funções psíquicas sustentadas nas funções orgânicas. Entretanto, ao grupo falta um corpo

real. Cria então um corpo imaginário, um grupo-corpo único, apoiado no tecido social.

Os organizadores grupais funcionam desde que exista um mínimo de estrutura dada por uma das instâncias psíquicas de natureza identificatória: Eu, Eu Ideal, Supereu, Ideal de Eu: [...] “uma instância psíquica comum aos aparelhos individuais estrutura um aparelho grupal; essa estrutura organiza várias organizações fantasmáticas” (ANZIEU, 1990 b, p. XIX). Uma identidade fundadora – um chefe, uma ideia, uma utopia, um grupo, que não é uma “identidade de percepção” e sim uma “identidade de envoltura” (a uma representação do grupo como horda ou como matriz) sustenta a organização do agrupamento. Essa identidade tem a função de conter os processos psíquicos inconscientes que aparecem nos integrantes. É um envelope que garante o agrupamento, como região de trocas entre o interno e o externo, são lugares de depósito, de implicações e esquecimentos (ANZIEU, 1990 b, p. 200). Este envelope psíquico grupal é também o quinto organizador.

Nas elaborações de Anzieu (1990 b) sobre os organizadores encontramos de forma superficial uma referência à desorganização. Nesse sentido, menciona que a desorganização grupal ocorre com a entrada em cena de um fantasma “[...] ele (**o fantasma**)²⁷ o é conforme a natureza e massa de angústia a que se relaciona o contágio próprio da situação plural da angústia, vindo acrescentar-se à dificuldade” (ANZIEU, 1990 b, p.198). O fantasma traduz um embate com a angústia, no caso, da angústia de castração imaginária. A angústia de castração ao entrar na cena grupal produz uma desorganização pela ameaça da perda do objeto, acompanhada de uma projeção da inveja destrutiva. A desorganização se recobre de angústias diferentes, e representa uma situação que os participantes se sentem ameaçados. Estas desorganizações grupais produzidas pelo aparecimento de angústias conduzem os membros a utilizarem desde mecanismos de defesas arcaicos até as grandes descompensações.

Tanto Anzieu (1990 b) como Kaës (1997) fazem uso da noção de organizador mediante a transposição, para os grupos, da embriologia de Spitz (2004)²⁸ e a de Lacan (2008)²⁹, sobre a rivalidade edipiana como organizador da família

²⁷ Grifos nossos.

²⁸ Spitz denomina de fatores organizadores determinados momentos do desenvolvimento infantil “épocas específicas nas quais acontece uma mudança, uma reorganização completa da estrutura física, um despertar. São períodos particularmente vulneráveis, durante os quais qualquer traumatismo tem consequências específicas de gravidade.” (SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 33, 34).

²⁹ Lacan concebe o termo organizador psíquico como aquele que implica uma organização que dirige ou determina processos de desenvolvimento, uma estrutura de determinantes de transformações. Neste sentido,

Fomos testemunhas, em nosso grupo de educadores, da passagem de fantasmas cristalizados em um sintoma, vimos um enlaçamento abalado, em que triunfou e se liberou a fomentação fantasmática. Entretanto, qual(is) é(são) o(s) fantasma(s) a que esse abalo se refere?

Kaës trabalhou com os grupos e os investigou com Anzieu, até sua morte. Um intenso debate entre eles pode ser notado em ambas as escrituras. Assim, Kaës, partindo da noção de envelope grupal e ao estudar os efeitos da grupalidade psíquica na organização dos processos de grupo, elaborou um modelo de articulação entre o espaço psíquico singular e o espaço psíquico próprio do agrupamento. Para Kaës (2007), a organização de um grupo ocorre quando se constitui um aparelho psíquico grupal – o APG, que entre outras concepções, foi definido como

uma construção comum dos membros do grupo que permite articular, mediar com o espaço transicional, no intercâmbio das diferenças entre a realidade psíquica (em seus componentes grupais) e a realidade grupal (em seus componentes societários e materiais). (p. 116). [...] O APG serve para compreender os processos, os investimentos, a produção e tratamento da realidade psíquica no grupo e entre os sujeitos membros do grupo. (p. 45).

A noção de aparelho psíquico grupal é concebida como uma construção intermediária e paradoxal que realizam os membros do grupo, apoiados em dois organizadores: o organizador fim – os desejos inconscientes, e o organizador sociocultural, apoiado nos modelos socioculturais. Para Kaës (2000), haverá *grupo* e não *conjunto de pessoas* quando os aparelhos psíquicos singulares se organizam em um aparelho psíquico grupal mais ou menos autônomo. Este aparelho psíquico se sustenta pela tensão entre uma tendência ao isomorfismo – quando os membros do grupo reduzem a distância e a diferença entre os aparelhos psíquicos subjetivos e o aparelho psíquico grupal, e uma tendência ao homomorfismo – quando os membros do grupo diferenciam o dentro e o fora, a realidade psíquica subjetiva e a grupal. Enquanto o aparelho psíquico subjetivo busca apoio no corpo biológico, o aparelho psíquico grupal o faz no tecido social.

Essa noção permite que se estabeleça uma relação de reciprocidade entre o sujeito e o grupo, ao mesmo tempo que se pode pensar o sujeito no grupo, atravessado pelo desejo – pelo

descreve como complexos: o do desmame, o da intrusão e o do Édipo, cada um deles determinantes em um momento de desenvolvimento do psiquismo; “o complexo [...] liga sob uma forma fixa um conjunto de reações que pode interessar a todas as funções orgânicas, desde a emoção até a conduta de adaptação do objeto. O que define o complexo é que ele reproduz uma certa realidade do meio ambiente, e duplamente: primeiro: sua forma representa essa realidade no que ela tem de objetivamente distinto numa certa etapa do desenvolvimento psíquico; essa etapa especifica sua gênese; e a segunda: sua atividade repete na vivência a realidade assim fixada; cada vez que exigirem uma objetivação superior dessa realidade, essas experiências especificam o condicionamento do complexo” (LACAN, J. **Complexos Familiares**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 15-16).

organizador-fim e pela história – os organizadores socioculturais. Para a fundação dessa aparelhagem, Kaës (2000) resgata os organizadores psíquicos formulados por Anzieu (1990). Os organizadores são formações inconscientes de caráter grupal, que definem relações de objeto encenadas e articuladas entre si de maneira coerente para um fim de satisfação pulsional. São eles: a imago do corpo, as fantasias originárias, os complexos e imagos familiares, a imagem do aparelho psíquico subjetivo e o aparelho psíquico grupal. Esses organizadores são as representações psíquicas do grupo. Além deles, Kaës (2000) destaca os modelos socioculturais, que também permitem e sustentam a grupalidade. E, ao discutir o mal-estar contemporâneo, ressalta que diante das falências das funções metapsíquicas, que pertencem à organização sociocultural, o grupo se desorganiza.

[diante das] rupturas que invadem os limites silenciosos sobre os quais repousam a vida psíquica – a pertença comunitária, as crenças partilhadas provedoras das certezas, as alianças fundadas sobre os interditos fundamentais – se tornou necessário pensar as funções metapsíquicas do grupo. Eu chamo de metapsíquicas as formações e as funções que molduram a vida psíquica de cada sujeito. A psique individual se apoia em molduras mais amplas – culturais, sociais, políticas, religiosas. Os desregramentos, as falências ou as falhas dessas funções metapsíquicas afetam diretamente a estruturação da vida psíquica de cada um. (KAËS, 2007, p. 20).

As funções metapsíquicas são enquadradas em contextos metassociais que permitem a vida psíquica de cada sujeito. As garantias metassociais fornecidas pelas redes social, cultural e política estruturam e mantêm o continente do psiquismo subjetivo. Desregramentos, falhas ou defeitos dessas funções desorganizam os grupos e a vida psíquica de cada um. Essa desorganização pode se referir à falência ou falhas nos dispositivos intersubjetivos de para-excitação e de recalçamento na estruturação dos apoios da vida pulsional; falências nos processos de formação das identificações e das alianças intersubjetivas estruturantes de base; e falências nos processos de transformação e mediação. As formações e os processos *meta* permitem pensar as formações concretas e os laços que limitam, envelopam e, ao mesmo tempo determinam a vida psíquica dos sujeitos, do grupo e da instituição (Kaës, 2012).

As alianças são a matéria do laço intersubjetivo, estão na posição meta por sua relação com as formações intrapsíquicas. Formam os pactos instituintes das interdições maiores (interdição da morte do semelhante, do canibalismo, do incesto). Essas alianças formam cercaduras ou bases intersubjetivas da subjetividade, são as condições e as garantias metapsíquicas do espaço onde o “Eu pode advir” (KAËS, 1997). Certificam a transmissão da vida psíquica entre as gerações. Suas falhas ou suas falências ocasionam a regressão das formas contratuais do laço, que ao se romper de maneira arbitrária e violenta, abala as normas

sociais e o lugar de cada um, da ordem e dos valores dominantes. Sua ruptura conduz à deterioração social e a experiências psíquicas radicais.

Quando as falências ocorrem nos processos de transformação e mediação, é o mais frágil em toda organização viva que se paralisa: as formações intermediárias e os processos articulares. Na vida psíquica, tais formações e processos são as condições de possibilidade de si e da formação da alteridade, tanto quanto da capacidade de amar, de trabalhar, de jogar e de sonhar. Essas formações e estes processos são ameaçados diante das crises que afetam as garantias metapsíquicas. A consequência maior de sua falência é a colocação do pré-consciente fora de circuito, o aniquilamento, a destruição da capacidade de pensar pelo extermínio das representações verbais, visto que o trabalho do pré-consciente está estreitamente associado à atividade de simbolização e da construção de sentido nos laços intersubjetivos.

As contribuições de Kaës (1997) nos levaram a uma indagação: aquela desorganização grupal dos educadores do Centro de Convivência teria sido efeito da irrupção de uma aliança inconsciente grupal, uma ruptura sempre violenta, em que tanto o grupo como o contexto institucional não foram capazes de cumprir sua função metapsíquica de enquadramento e de continente favorecendo tal desagregação?

Em uma outra pesquisa, havíamos estudado (BICHARA, 2000) a importância dessa função metassocial, continente e metapsíquica das instituições para a garantia da organização grupal, cuja relevância vem sendo dada pelos psicanalistas argentinos e franceses Pichon Rivière (1985), Bleger (1967), Quiroga (1990), Puget (1991), Kaës (1996) e outros mais recentes como Pinel (2007), Rouchy (1998), Duez (2004), Lecourt (2011) entre outros.

Nas instituições é depositado, projetado o que não é aceito e metabolizado na psique singular. Nas situações de incapacidade de cumprir essa função psíquica ocorre uma desorganização, há uma paralisia da função interpretativa do eu e se produz uma perda da sustentação identificatória sobre o conjunto. Nessas circunstâncias seus integrantes, sob efeito de uma ruptura do trabalho psíquico de ligação, de representação e de articulação, cortam o pensamento pela dificuldade de representação da violência associada à ruptura, promovem nos membros uma angústia vinda do ataque contra a identidade, do ataque à ordem do simbólico e do ataque contra o próprio enquadre metapsíquico.

Sem garantias externas na capacidade de sustentação dos processos de pensamento e de sublimação, o trabalho da memória dos integrantes se encontra entorpecidos ou destruídos e tanto o aparelho psíquico grupal como o institucional se desorganizam. As desorganizações

da vida psíquica produzidas pelas falhas da cultura, das garantias e dos processos de simbolização são expressas nos impasses das produções institucionais e grupais.

1.6 Das invenções

Desde o pós-guerra, os avanços teóricos sobre os grupos, feitos pelos clínicos grupelistas das escolas inglesa, argentina e francesa, possibilitaram o desenvolvimento de uma concepção de sujeito como aquele que é membro e elo de uma cadeia social e intergeracional, assujeitados uns aos outros, por mecanismos constitutivos do inconsciente, concebido e constituído na intersubjetividade. Ser constituído nessa cadeia implicou enfrentar os processos de recalçamento das pulsões destruidoras, transitar pelos fantasmas e significantes compartilhados, lidar com os desejos inconscientes e suas proibições fundamentais e, ainda, fabricar patologias coletivas.

Quando nossa atenção se voltou ao grupo familiar (RAUSKY, 2007) encontrou um lugar de sofrimento, de violência, de pedofilia, da morte das crianças, de loucura, tudo isso exposto por meio de uma comunicação patogênica. A partir de então nossa visão se alargou: se há sofrimento e violência na família, os há em outras instituições. Assim como os hospitais psiquiátricos foram denunciados por sua violência e por sua própria loucura, pelo movimento antipsiquiátrico dos anos 1960-1970, verificamos loucuras institucionais, suas ressonâncias e seus funcionamentos paradoxais, em outras instituições terapêuticas ou educativas.

Os comportamentos irregulares das equipes de cuidadores e professores, as depressões conjuntas, os sintomas partilhados, os fantasmas recíprocos, os recalçamentos comuns, as culpabilidades mútuas, a alienação sectária, os suicídios coletivos são considerados doenças produzidas no interior de um grupo, efeito do grupo sobre os sujeitos.

Existem várias práticas inovadoras e algumas construções teóricas a respeito da psicopatologia dos laços instituídos. Todavia, o conhecimento dos processos de desorganização e o sofrimento produzido nos conjuntos intersubjetivos está em construção. Ainda hoje, os inúmeros modelos produzidos outorgam ao sujeito singular a explicação e o tratamento da psicopatologia dos laços. A psicopatologia, ao contrário, considera que o laço pode ser tratado e é capaz de se tornar patogênico.

Novas perspectivas estão se abrindo pela metapsicologia psicanalítica de grupo, que nos permitem a aproximação com essas desorganizações, com os comportamentos e com as atitudes patológicas coletivas, para além do efeito do contágio, das epidemias, da histeria coletiva, do estado hipnótico, do amor ao/do líder.

Nos grupos surgem sintomas compartilhados, sofrimentos que afetam um sujeito, dois, vários, até uma massa inteira, até a totalidade de seus membros. Esses sofrimentos são indissociáveis da especificidade dos efeitos aferidos nos laços intersubjetivos e da organização social que o sustenta. Supõe-se que os efeitos mobilizados pelo contexto intersubjetivo produzem determinadas configurações que podem orientar e definir as modalidades do enlaçamento, bem como sugerir os modos de funcionamento e de adoecimento de determinado conjunto.

Neste estudo tratamos de uma desorganização coletiva, geradora de um profundo mal-estar, que entendemos como um dos efeitos produzidos pela reunião de espaços psíquicos heterogêneos, submetidos a processos de transformação, de articulação e de diferenciação de partes dos aparelhos psíquicos singulares. Essa formação pluripsíquica é construída em uma organização institucional (KAËS, 1996), que assegura e participa nessa formação, criando uma realidade psíquica original – uma organização desorganizada. Essa organização pode ser melhor compreendida pela psicopatologia dos laços instituídos, na medida em que adota a metapsicologia psicanalítica dos grupos com a inserção das garantias metapsíquicas (KAËS, 2012) apoiada sobre as garantias metassociais que a mantêm, e que, ao falharem, faz emergir o adoecimento coletivo.

À proposição de Kaës (2012) sobre a função metapsíquica ou mesmo aos estudos denominados de desorganizações coletivas pelos psicanalistas grupais como Rouchy (1998), Lecourt (2013), Dejours (2013) e outros, podemos adensar as contribuições dos diferentes filósofos da Escola de Frankfurt, que vêm desde o século passado, com os referenciais freudianos, marxianos e werberianos, alargando cada vez mais as proposições de uma patologia do coletivo, por eles designada de psicopatologia do social, estendendo-as à própria sociedade capitalista, evidenciando seu adoecimento pela impossibilidade da autorrealização coletiva, pelo déficit da razão social reificada, pelo ressentimento, pela alienação e pela falta de sentido.

Alex Honneth (2008), membro contemporâneo dessa Escola, incrementou esses estudos ao apontar o sofrimento patológico da apatia, da indeterminação, resultante das condições sociais dissimuladas pela sociedade capitalista. E ainda, destaca “*esta patologia chamada o social*” como o bloqueio do princípio de reconhecimento e das práticas da justiça. Amplia a análise da ordem social afirmando que as patologias do social seriam as deficiências da sociedade para assegurar a seus membros condições de uma vida bem sucedida, como também afirma que a patologia do social se caracteriza por um déficit de racionalidade e pela

deformação da razão, a qual torna legível a falta de tematização pública das contradições sociais.

As patologias não emanam apenas da violação dos princípios de justiça, mas também de danos às condições sociais, de autorrealização individual (HONNETH, 2008, p. 35). Toda e qualquer forma de “patológico” deve ser entendida *pelo* social, ou seja, como bloqueio, interrupção ou contradição não reconhecida nos laços sociais. Os danos causados pela patologia do social são oriundos dos maus-tratos físicos, que ocorrem quando o sujeito é alienado do controle sobre seu próprio corpo. A tortura e o estupro são os exemplos clássicos desse insulto. Para Honneth, o maior dano causado por essa forma de desrespeito não é a dor física, mas a humilhação da perda da autonomia corporal, que, mais tarde, se converte em perda de autoconfiança, estranhamento em relação ao mundo e insegurança no contato com outros atores. O autor se refere a essa forma de desrespeito como “morte psicológica”.

O cidadão se entende possuidor de uma série de direitos que espera ver respeitados pelos outros membros da sociedade; uma vez que um desses direitos lhe é repetidamente negado, o sujeito sente-se rebaixado a uma posição de inferioridade moral, pois o que pressupõe a igualdade de direitos é a capacidade que cada um tem de formular julgamentos morais. Tal insulto deprime a autoestima do ator social, no tocante à capacidade que tem de se relacionar com os outros de igual para igual. Honneth designa essa forma de desrespeito de “morte social”. Uma terceira forma de desrespeito consiste na depreciação do estilo de vida individual ou grupal.

Se por um lado essas formas de desrespeito são degradantes e impedem a realização plena do indivíduo em sua integridade, elas estão, por outro lado, na base da constituição da luta por reconhecimento e podem-se tornar a motivação para as lutas sociais, pois revelam que outros atores sociais são o obstáculo à realização do *bem viver*.

Assim, as contribuições de Honneth nos fornecem elementos para a compreensão das garantias metassociais necessárias à sustentação e à organização da vida psíquica grupal e institucional. A ausência dessas garantias produz como efeito a produção de alianças ofensivas perversas (KAËS, 2009) e laços intersubjetivos alienantes. Essas mesmas falhas podem ainda, promover a ruptura de uma aliança, o que gera violência e desorganização.

A ruptura de uma aliança talvez tenha ocorrido, o que contribuiu para a desorganização do nosso grupo de educadores. Esta hipótese será o fio condutor deste estudo. Várias perguntas se apresentam: como se forma essa aliança, qual o seu conteúdo, quais partes da realidade institucional participam desse acontecimento? Como são construídas?

Qual a participação de cada um nessa proposição coletiva? Quais os fantasmas, as angústias envolvidas?

Como vimos, os processos grupais necessitam de um ambiente de sustentação e organização, o que nos direciona a pensar aquela desorganização também como um dos efeitos produzidos em um ambiente sem continente, isto é, a própria instituição gerou sofrimentos, possíveis de serem pesquisados por meio da psicopatologia institucional, o que permite nosso trânsito pelas dimensões subjetivas, intersubjetivas e institucionais. No entanto, esclarecemos que nesta tese não estudaremos a instituição de per si e em suas implicações, mas apenas como o continente metassocial, como o pano de fundo do grupo, no ponto em que contribui para a desorganização grupal, enquanto uma ambiência promissora, ou não, da grupalidade, esse contexto onde se constroem as alianças e os pactos inconscientes que estruturam a vida psíquica institucional e grupal. A instituição será pensada em uma articulação entre dois espaços: externo – a instituição, e interno – o grupo, e será analisada em sua capacidade intermediária, de depósito e de continência, em sua função de garantia metapsíquica.

Por outro lado, embora na literatura teórica as desorganizações grupais sejam citadas, não encontramos um estudo específico sobre esse tema e, como afirma Kaës (1997) será necessário uma construção teórica específica sobre essas desorganizações grupais:

[...] temos as experiências da morte dos grupos, das fraturas, das cisões e das reunificações, temos finalmente a de nossas próprias partidas e de nossos jogos entre filiação e afiliação, temos também [as experiências] das chegadas e das partidas de novos membros. Mas, curiosamente, não existe quase teoria deste fenômeno e há poucas observações clínicas [...] aqui sem dúvida, as diferentes formas em que os grupos (**se desorganizam**) morrem e desaparecem nos ensinariam muito sobre o que os organiza enquanto vivem, sobre aquilo que, de nós, os faz viver, desenvolver-se e morrer. (p. 235 grifos nossos).

Capítulo 2 A psicopatologia dos laços instituídos

Rap

*Com poucas palavras eu começo a rimar
A falar das dificuldades que nos faz estressar.
Trabalha... trabalha... nos faz lembrar do tempo
da senzala
Você pode acreditar as coisas não mudaram
A coordenadora faz o papel da Mantenedora
A psicóloga trabalha como loca, mula
A assistente social, que dá assistência e faz muito
mais, mas
Os educadores pobres rapazes que pegam peso
Arrumam e quebram as coisas
Abrem o portão
Dão banho na bunda de um monte de moleques
As educadoras moças muito boas catam piolhos e
reclamam das coisas,
Fazem café,
Falam mal da comida e da cozinheira.*

Autores: Roberto, Renata e Marina.

(Criação dos educadores durante a quinta sessão)

A desorganização e o sofrimento em carne viva daquele grupo de educadores levaram-nos a pensá-los como sofrimento dos sujeitos assujeitados a uma *psicopatologia dos laços institucionais*. Os aportes teóricos da psicopatologia nos permitem considerar a instituição, como propõe Bleger (1967), como uma organização de laços, um conjunto de constantes de espaço e tempo, com uma estrutura, com regras de trabalho, no interior da qual se desenvolvem as trocas e se sustentam os laços. Forma-se um enquadre que possibilita aos sujeitos ali inseridos efetuarem um trabalho psíquico, que garante os depósitos, a formação e a produção imaginária, organizador do trabalho. O enquadre permite seu funcionamento e a realização de seus objetivos. No entanto, em determinadas situações há uma ruptura nesse conjunto estrutural, pois a presença de elementos fantasmáticos pode vir a desorganizar o grupo, desestruturar o campo institucional e os grupos ali inseridos, e fomentar crises e

excessos, cujo resultado aparente é a instauração da perda de sentido, de uma psicopatologia institucional. Assim, os laços se desorganizam e a loucura coletiva se apresenta.

O estudo das loucuras coletivas, nos séculos XIX e XX, principalmente com Freud e sua metapsicologia psicanalítica, trouxe novas mutações epistemológicas sobre a saúde mental, revelou como é mínima a distância que separa o louco do não louco e, desde então, todos nós precisamos admitir que os humanos trazem em si a loucura. Nossa loucura torna-se o limite da liberdade de cada um de nós, dos grupos, dos casais, das famílias e das instituições. A psicopatologia elimina a dicotomia entre o normal e o patológico ao mostrar que ambos têm uma continuidade, o que nos permite pesquisar tanto os fenômenos normais como os patológicos, pois são expressões de um mesmo princípio. A psicopatologia considera o patológico como uma amplificação de um processo normal que

[...] traz à tona uma verdade imperceptível sob o silêncio da normalidade. Sob este manto do silêncio, a normalidade é um enigma a mesmo título que o é a patologia. A pesquisa tem como ponto de partida empírico apenas as diferenças quantitativas entre ambas. (SILVA JUNIOR, 2000, p. 134).

O sofrimento é a experiência de desprazer oriundo da própria existência. Ele estrutura nossa vida psíquica, dividida, conflituosa e insatisfeita. O sofrimento surge nas faltas de continuidade e de integridade do eu, quando entramos em contato com a angústia primitiva, quando as identificações fundamentais são ameaçadas, quando a confiança na vida desaparece. Sofremos por nós mesmos, pelos objetos que amamos e pela maleabilidade das nossas relações com a alteridade. Esse sofrimento torna-se patológico pelos efeitos da desorganização e da destruição das funções psíquicas, como o pensamento, a imaginação, a motricidade e a percepção. O sofrimento patológico é um impedimento ao amar, ao trabalhar, ao prazer: está associado à impossibilidade de se estabelecer um laço amoroso, criador de vida, consigo mesmo e com os outros.

Todo encontro, todo engajamento em um laço, sua manutenção ou dissolução causa sofrimentos, diferentes de outras formas psicopatológicas de sofrimento. A psicopatologia dos laços intersubjetivos tem por objeto o estudo e o tratamento das perturbações psíquicas entre dois ou mais sujeitos; ao se ocupar do sofrimento dos sujeitos constituintes de um laço, ela inclui a correlação entre a ambiência, os laços intersubjetivos e a formação do sujeito.

Do ponto de vista etimológico, a palavra psicopatologia deriva de três raízes gregas com os sentidos de: um saber sobre a paixão da mente, um discurso sobre o sofrimento psíquico e um saber sobre a passagem misteriosa da desrazão em um festim intersubjetivo. Essa passagem deixa marcas, um intenso e excessivo sofrimento, altera um modo de

funcionamento, produz como efeito o engripamento do aparelho de pensar e interpretar dos sujeitos reunidos. No caso desta pesquisa, o atravessamento do *pathos* pelos “nós” deixou seus rastros no grupo de educadores de meninos de rua. Essa passagem pela malha intersubjetiva institucional foi tomada pela analista como uma psicopatologia dos laços. Ao tomarmos essa expressão, adotamos um princípio de organização dos fenômenos psíquicos intersubjetivos.

2.1 O grupo, o laço e a psicopatologia

A grupalidade³⁰ é um espaço compartilhado, em que é possível a investigação das relações e dos efeitos estabelecidos entre as organizações intrapsíquicas e as formações do laço intersubjetivo, precisamente no ponto de entrelaçamento de suas estruturas e de seus processos, onde se constitui o sujeito do inconsciente. Nos entrelaçamentos intersubjetivos, o inconsciente de cada sujeito em uma articulação complementar, antagônica, produz efeitos: organiza os laços, a cadeia discursiva e o *pathos*, com a violência necessária para sua formação e sua manutenção. O trabalho psicanalítico em situação de grupo permite transformações das experiências, por meio das narrativas compartilhadas do *pathos* de vários sujeitos, escutadas por vários outros. Nessa escuta se produz algo próprio que é inacessível em outras situações clínicas.

O grupo é uma configuração intersubjetiva por efeito do entrelaçamento dos sujeitos, que ao se enlaçarem entre si instituem laços. O laço instituído é aquele que nasce de um casal: um dos parceiros é o “*desejo*” de cada sujeito de se inserir em um projeto determinado, o que implica elaborar contratos e pactos inconscientes e conscientes para organização e manutenção desse laço. São constituídos pelas formações psíquicas de cada sujeito, havendo a correspondência e a ressonância dessas formações nos outros membros. Todo o conjunto enlaçado investe, cuida da vitalidade e da duração desse recém-nascido. O segundo do par, o “*reconhecimento social*”, é dado pelo registro de seu nome e pela sua sustentação. Nascido e registrado, com suas composições genéticas e sociais derivadas dos desejos, das alianças e das obrigações, o laço se organiza em casal, famílias, instituições, que serão renomeados pela psicanálise de grupo como *laços instituídos*.

Na instituição dos laços intersubjetivos, sua formação, manutenção e dissolução, há sempre violências, desorganizações e sofrimento psíquico. Todo encontro comporta desarranjo e sofrimento: há desilusões, ambivalências, intermitências dos afetos em razão dos

³⁰ Usaremos como sinônimos as palavras grupo, grupalidade, agrupamento, enlaçamento e a expressão conjunto intersubjetivo.

investimentos e das representações de cada um no laço. O estabelecimento de laços implica renúncias e acordos. Eles são susceptíveis de desorganizações. Essas desorganizações produzem sofrimento e transtornos psíquicos, os quais se referem a determinadas condições em que os laços são estabelecidos. A desorganização grupal é uma exteriorização coletiva das condições patológicas em que os laços foram instituídos, bem como as condições dos sujeitos envolvidos. No entanto, alguns sujeitos estabelecem laços como modo de evitar o sofrimento.

Os laços se desorganizam e os sujeitos sofrem diante de situações de ameaça à capacidade de cada um em dar continuidade e manter a integridade do eu, diante da mobilização de angústias primitivas, quando as identificações fundamentais desaparecem. Essa desorganização emerge do contato com os objetos amados, com a alteridade. Nessas ocasiões os sujeitos do laço manifestam o desconcerto, a destruição de algumas funções psíquicas e, principalmente, o fracasso dos processos simbolizatórios.

Ao estudar e tratar o laço institucional a teoria psicanalítica ressalta, tanto para a psicologia como para a psicopatologia, a importância psíquica do laço e a possibilidade de seu tratamento. O laço instituído possui uma complexidade que lhe é própria, pois é a reunião de espaços psíquicos heterogêneos, submetidos a lógicas específicas intrapsíquica e intersubjetiva, que produz uma realidade psíquica original. A psicopatologia, deste modo, oferece modelos explicativos ao laço, bem como leva em consideração a complexidade, a heterogeneidade e suas interrelações.

Nesse sentido, a psicopatologia analisa como esses laços se constituem, se mantêm e se dissolvem. Os laços produzem fantasias, investimentos pulsionais, mecanismos de defesa, benefícios secundários, identificações, que podem ser objetos de análise e investigação. Podem, ainda, ser analisados pela psicopatologia em sua tópica, em sua dinâmica e em sua economia. Por outro lado, os laços fabricam efeitos específicos como as alianças inconscientes, os contratos narcísicos, as comunidades identificatórias e as funções fóricas, acontecimentos psíquicos pertinentes ao agrupamento, que podem ser identificados pela psicopatologia por meio de suas manifestações: as desorganizações e a quantidade de sofrimento psíquico existente nessas formações.

A psicopatologia do laço recorre aos estudos das patologias das relações de objeto dos sujeitos, como as neuroses, as organizações simbióticas, narcísicas, perversas e psicóticas, como modelo de compreensão da patologia do laço. No entanto ela não é a soma ou as combinações das patologias individuais, ela é uma produção específica do agrupamento e incide sobre as condições em que os laços se produzem e, principalmente, sobre suas formações específicas, ou seja, *as alianças, os pactos e os contratos*. A psicopatologia analisa

os sistemas de representação e de interpretação estabelecidos entre os sujeitos, os mecanismos de defesas conjuntamente implantados para sustentar as defesas subjetivas, ideais comuns e os dispositivos sacrificiais, aos quais os laços se associam.

2.2 As psicopatologias das instituições

A instituição é por nós entendida, neste trabalho, como uma garantia metassocial, que apoia e conserva a função metapsíquica dos sujeitos, que enquadra o agrupamento e é capaz de produzir uma patologia em seus membros reunidos. A instituição tem múltiplas influências na desorganização, no sofrimento psíquico e nos sintomas subjetivos e grupais.

As bases da instituição aqui estudada são modeladas pelas relações de produção capitalista neoliberal, pela expropriação do trabalho e do saber. São criadas por meio de políticas cuja motivação não está nas soluções dos problemas a que se propõem resolver, e sim no tamponamento da realidade social em conflito. Desse modelo produtor de desigualdades e de exploração caberá, então, à política, no sentido que lhes atribuíram os gregos, a tarefa de corrigir tais desigualdades. Por meio da luta e da criação de sindicatos e partidos políticos, os trabalhadores se constituíram, historicamente, como uma força política autônoma e foram capazes de conquistar alguns direitos sociais, inclusive para aqueles expostos aos riscos, como por exemplo, o direito à Política da Assistência Social e seus programas.

As instituições funcionam pautadas no modelo do qual nascem. No modelo capitalista de produção, funcionam como instrumento de poder das classes burguesas em conflito com as classes trabalhadoras: ditam condutas, normas disciplinadoras e alimentam a esperança de que o poder possa ser mudado de mãos, lugar onde os trabalhadores e usuários possam ser inseridos enquanto sujeitos de direitos. No entanto, sabe-se das limitações e impossibilidades institucionais – se, de um lado, as instituições são resultados da política propiciadora da igualdade e inclusão, ao se instalarem na sociedade metamorfoseiam-se em instrumentos disciplinadores, intrinsecamente relacionados com a capacidade de criar sintomas, carregados de tensão, de morbidez (RIBEIRO, 2013) e muitas delas produzem sofrimentos excessivos (KAËS, 1996). Quando nas instituições prevalecem manifestações como o predomínio, o excesso de sofrimento e de violência, elas perdem suas finalidades e produzem como efeito uma psicopatologia dos laços instituídos.

A instituição, em sua gênese, tem como função produzir e conservar a ordem e o controle social, o que para Lévi-Strauss (1981) significa que está a serviço, na sociedade humana, da passagem do estado natural para a cultura. Para o sujeito social essa passagem não

ocorre sem renúncia, sem desprazer, pois para nela permanecer são necessários processos psíquicos substitutivos, o que não é feito sem sofrimento. As instituições têm ainda por finalidade controlar as pulsões e humanizar as paixões, pois as paixões representam a loucura, o sexo, o inconsciente e a morte (KÄES, 1996).

A instituição é uma formação social e um dispositivo econômico: participa do conjunto da vida econômica, está submetida a suas normas; está organizada no quadro jurídico, é mediada pelos recursos da Lei contra o arbítrio. O poder político também ali se exerce: ele rege as relações de dominação, de rivalidade e de submissão, implica a renúncia dos interesses individuais em prol dos objetivos próprios da instituição. Possui uma dimensão cultural, pois as instituições são capazes de criar uma cultura institucional peculiar, com história, herança, ideologia e regras próprias.

As instituições possuem sistemas de representação e de interpretação que organizam a formação do sentido sobre os significados partilhados e, enquanto participantes de crenças comuns, expressam valores e normas. As crenças, valores e normas contribuem para definir, conjuntamente, a identidade da instituição e as marcas identificatórias de seus membros, garantem a continuidade narcísica e a participação em ideais comuns. As instituições mobilizam funções e processos psíquicos de seus sujeitos, canalizam, dominam e domesticam as pulsões e criam sistemas representacionais (investimentos e contrainvestimentos, representação-fim, cenário fantasmático, identificações e relações de objeto).

Com vista à manutenção dos laços, exige-se a formação de um *aparelho psíquico institucional*, o que implica intenso trabalho sobre as formações e os processos psíquicos singulares de cada um dos sujeitos. Participar em uma instituição resulta um mal-estar constituinte e necessário à manutenção da sociedade, exige um trabalho psíquico de cada membro para que, mediante alianças e pactos, a ordem e o controle sejam alcançados.

A própria existência e finalidade da instituição, sua estrutura social, tarefa proposta, realidade psíquica construída, arquitetura psíquica do sujeito singular, a relação do Eu e do Nós, esse conjunto reunido torna a instituição fonte de sofrimento. Kaës (2007) sustenta que as instituições são fontes de sofrimento, que ele denomina de sofrimento institucional, sob três aspectos: um é inerente à própria institucionalização, ao pertencimento a uma instituição; o outro se refere ao sofrimento originado pela especificidade de determinada instituição, sua estrutura social e a estrutura inconsciente que lhe é própria; e o terceiro, a configuração psíquica do sujeito singular.

Em **Souffrance et Psychopathologie des Liens Institutionnels** (1996), Kaës e outros psicanalistas de grupo como Sirota (2007), Diet (2013), Pinel (1996, 2007) e Duez (2004)

discutem o sofrimento psíquico do sujeito dos laços instituídos. Nas instituições, os lugares, as funções são determinados por regras e códigos que as organizam, porém não são construídas pelos sujeitos (subjetivamente), na sua singularidade, mas por sujeitos membros da instituição, responsáveis por sua própria institucionalização. Deste modo, para pertencer a esse conjunto são necessários acordos, pactos, contratos conscientes e inconscientes, que ligam cada membro, numa assimetria em que a violência se faz presente e necessária.

No entanto, se de um lado, a instituição impõe renúncia e sacrifício de interesses narcísicos, bem como impõe trabalho psíquico a cada um de seus membros, de outro, ela oferece benefícios, pois é receptáculo, continente, depósito, envelope de para-excitação aos fluxos pulsionais, às funções psíquicas fundamentais, aos cenários fantasmáticos; fantasisticamente é um lugar de proteção contra a angústia do desamparo primordial e do desmoronamento psíquico.

2.3 Modalidades de psicopatologias institucionais

A escuta dos participantes das instituições permitiu a Kaës a elaboração de indicadores de sofrimento, verificados, também, por meio das condutas sintomáticas dos sujeitos agrupados: a paralisia e a sideração, a agitação e o ativismo, efeitos do incremento das defesas pela falência ou destruição dos enquadres metapsíquicos de contenção e de transformação das ansiedades primitivas. Assim, o excesso ou a falta de investimentos nos laços são manifestações da negatividade, o resultado de uma insuficiência de articulação e manutenção do espaço de simbolização do aparelho psíquico grupal. Nesse sentido, pode-se afirmar que as instituições promovem diversas modalidades de sofrimento a seus membros, na medida em que exigem trabalho psíquico, articulam formações psíquicas, mobilizam formações arcaicas e edípicas dos sujeitos enlaçados, e, ao mesmo tempo, são sensíveis aos efeitos de desenlaçamento.

Nas situações institucionais a emergência de um objeto perigoso, impossível de ser contido pela instituição, projetado sobre certos sujeitos ou no exterior, agencia o sofrimento psíquico intenso, os ataques contra os laços, a regressão, a rejeição e a negação em comum, produzindo a clivagem do eu e do objeto; e, quando se joga com o masoquismo fundamental, com seus complementos sádicos onipotentes, essa clivagem dá origem a ações violentas e conjuntas sobre os objetos vitimizados. Esse interjogo entretece um desconhecimento do sofrimento do outro, o que favorece a emergência de uma aliança inconsciente e a reintensificação do sofrimento.

Kaës descreve alguns dos sofrimentos pertencentes a essa psicopatologia:

a) Psicopatologia do embaraçamento

Ocorre quando os laços intersubjetivos formam um bloco isomórfico, sem distinção entre os espaços psíquicos singulares e o espaço intersubjetivo institucional, denominado de *souffrance de l'inextricable*³¹, que aqui será traduzido como o *sofrimento do embaraçamento*, em que o mecanismo de salvaguarda de cada membro é a dessubjetivação e o apagamento do sujeito. É um momento de confronto com a indiferenciação, com a angústia diante daquilo que representa para cada um o “perigosamente desconhecido, de não identidade” (KAËS, 1996, p. 33). Nesse sofrimento do embaraçamento se incluem os estados passionais (Ibid.), nos quais a paixão se relaciona com um intenso sofrimento

[...] próximo de estados psicóticos, que aí se experimenta, e ao transbordamento da capacidade de conter e de ser contido; a capacidade de formar pensamentos é paralisada e atacada: a repetição, a obnubilação servem de cobertura para ódios devastadores [...] Há aí algo como que um orgasmo institucional, escudo do gozo terrível e pânico contra a angústia de aniquilamento. (p. 33).

Kaës (2007) dirá que o sofrimento do embaraçamento é a característica fundamental da patologia institucional.

b) Psicopatologia da fundação e da função instituinte

Quando há um intenso sofrimento psíquico operado pela ruptura no envelope psíquico institucional, com o transbordamento da capacidade de conter e ser contido, ameaçando cada participante, que com o escudo do gozo enfrenta essa angústia. Há um rompimento das formações intermediárias e dos espaços de mediação. Kaës denominará esse sofrimento como “*trouble de la fondation et de la fonction instituyente*” – o sofrimento da desunião ou estado patológico da fundação e da função instituinte. Esse sofrimento se remete ao passado institucional, com seus conteúdos traumáticos, e às origens da fundação da instituição, conteúdos que permanecerão recalcados, transmitidos e mantidos por meio das alianças inconscientes entre os membros; nas ocasiões de crise, quando são necessárias transformações e mudanças institucionais, estas serão afetadas pelo retorno desse recalcado, gerando dificuldades e resistências. Por outro lado, em muitas fundações se criam instituições impróprias às suas funções pela inadequação de sua estrutura à tarefa primária eleita, como observa Kaës:

³¹ Traduzimos para o português como inextricável, que significa o que é embaraçoso, complicado, difícil de resolver (Dicionário inFormal: Dicionário Online). Confirmamos esta significação no Dicionário eletrônico Houaiss: inextricável [acepções]: 1- o que não pode dissociar ou desembaraçar, indestrinçável (nó); 2- constituído de elementos entrelaçados, entrecruzados a ponto de não se poder reconhecê-los, dissociá-los, elucidá-los. Exs.: *relações i., negócios i. um processo i.*

As instituições ou são demasiadas ou são insuficientes, quando não são inadequadas para sua função. Em todos esses casos, essas perturbações por excesso, por falha ou por inadequação entre a estrutura da instituição e a estrutura da tarefa primária conduzem a um sofrimento ligado à instituição na sua singularidade. (1996, p. 34).

c) Psicopatologia da tarefa impossível

Quando não se pode garantir a instauração e a manutenção dos espaços psíquicos na instituição, pela prevalência de relações excessivamente burocratizadas, que funcionam como impeditivas da realização da tarefa primária, se produz a desarrumação nos laços, com abertura de espaços para o vazamento de formações narcísicas, repressivas, para a formação de pactos denegativos e defensivos vedantes à obtenção de prazer no trabalho.

d) Psicopatologia da ameaça da extinção do espaço psíquico

Ocorre quando o espaço psíquico fica ameaçado de extinção pelo excesso de burocracia ou pela supremacia e desenvolvimento de ações burocratizadas em detrimento do processo criativo e de pensamento. Nesta patologia as formações narcísicas, recalcadoras, denegadoras e defensivas que protegem a instituição contra a hostilidade se abalam pela emergência de formas elementares da vida psíquica.

As instituições expõem seus membros a vivências muito angustiantes, sem oferecerem suportes e experiências satisfatórias capazes de permitir a utilização de mecanismos de defesa de proteção contra essas angústias. Roussillon (1999) demonstrou o nó paradoxal, que enlaça as defesas subjetivas e as institucionais: incapazes de fornecer apoio, as instituições são atacadas pelos próprios membros, o que leva ao aumento da angústia e ao confronto com um sofrimento intenso e catastrófico.

A psicopatologia institucional analisa e evidencia as falências do trabalho psíquico imposto pelo laço instituído, mediante a criação de indicadores de sofrimento psíquico institucional que orientam a escuta em direção a sua fundação e origem, aos passados mantidos sob silêncio traumático, que retornam em busca de sentido.

Para a formação de sentido, Kaës, como foi descrito no capítulo anterior, enfatiza a importância do pré-consciente e da função interpretante do outro ou de vários outros, na construção e manutenção das funções de representação e dos sistemas de pensamento.

2.4 As instituições sociais

Nossa prática clínica com instituições da área da Assistência Social, bem como estudos psicanalíticos recentes sobre as patologias dos laços instituídos, nos levam a formular a hipótese de que essas instituições, por especificidades próprias, são mais frágeis e sensíveis

a produzir o adoecimento dos laços ali instituídos, o que nos indica a necessidade de certo aprofundamento de nossa hipótese.

A instituição, nesta tese, é compreendida como uma rede de enlaçamentos, um tecido de apoio para a emergência do psiquismo singular, uma proteção para as angústias, uma filiação identitária e de intercâmbios, uma sede própria para a estranheza, a dessubjetivação e alienação. É um instrumento cortante à ferida narcísica, um alinhavo muito delicado para amarração de diferentes ordens: social, econômica, plural, singular, simbólica e imaginária.

Essa heterogeneidade é estruturada e mantida por meio de laços intersubjetivos, formador de um grupo. As instituições devem ser capazes de apoiar, conter, fazer ligação, transformar e transmitir formações e processos psíquicos. Constroem um aparelho psíquico institucional por alianças inconscientes, pactos denegativos e renúncias dos fins pulsionais, que articula a psique singular as formações coletivas.

As formações inconscientes e as alianças intersubjetivas asseguram o trânsito entre os sujeitos e a instituição, que se manifestam no trabalho analítico por meio da cadeia associativa do grupo, nos signos, nos atos, nos sintomas, no não-dito, no denegado, no rejeitado, no forcluído, ingredientes e conteúdos dessas alianças e pactos. Essas formações singularizam os laços intersubjetivos e permitem os processos identificatórios.

São formações que ocupam uma posição intermediária, ao mesmo tempo em que tecem e ligam os laços. As alianças são frágeis aos efeitos do negativo, principalmente as instituições socioeducativas que, devido a suas tarefas de cuidado e educação, bem como a uma gama de outras precariedades administrativas, políticas e sociais, têm dificuldades em fornecer apoio e sustentação e ainda, como indica Roussillon (1999), elas são atacadas também por seus próprios membros, o que aumenta a angústia e os confronta a um sofrimento intenso e catastrófico. Ao ocupar uma posição transicional entre os sintomas sociais e a própria ordem social, ela está exposta a formações de alianças e pactos. Trata e acolhe aquilo que o social exclui. Assim, essas instituições, nas palavras de Pinel, [...] às vezes denegadas e celebradas, [...] figuram o espaço de acolhimento do negativo. Modelo emblemático atribuído à posição do ideal, elas são ao mesmo tempo, o lugar de reciclagem do excluído, do denegado ou do impensável” (1996, p. 53).

Pinel (1996) argumenta, ainda, que as instituições se caracterizam por um sistema de tensão, sempre precário, e são atravessadas por movimentos oscilatórios energéticos de conjunção e de disjunção, de associação e de dissociação. Elas são uma instância de articulação de formações psíquicas extremamente sensíveis aos efeitos de desligamentos e desorganizações. Essas oscilações permanentes afetam as relações intra e intersubjetivas,

expressas por uma desregulação parcial, por um desinvestimento global ou por crises catastróficas.

As crises ou a desregulação dos laços são acompanhadas de intenso sofrimento psíquico que afeta os sujeitos, pois são modos de desligamento patológico dos laços. Pinel (Ibid.) considera que os fenômenos de desligamento patológico dos laços institucionais revelados por uma desregulação econômica grupal são manifestados por meio do excesso ou pela falta de investimentos; eles procedem da negatividade e resultam de uma carência do aparelho psíquico grupal para articular a força e o sentido, para manter um espaço de simbolização que acolha, gerencie e transforme os elementos pulsionais sem sentido que imobilizam as formações psíquicas comuns. Essa desorganização, entre outras causas, é oriunda da ressonância negativa entre a patologia central dos pacientes acolhidos na instituição e as falhas latentes na estrutura institucional para contê-la. Assim, a desorganização do enquadre institucional é homóloga àquela dos pacientes acolhidos.

Isso quer dizer que a instituição é um lugar fundante da psique, um dado primário da identidade e da economia psíquica. Revela-se, como o próprio agrupamento, um lugar de despossessão radical (KAËS, 1996) no qual o sujeito luta para manter sua unidade psíquica. Por outro lado, nossa relação com a instituição se tece sobre o fundo de uma ferida narcísica sempre renovada.

Assim, a psique se apoia sobre as instituições, mas simultaneamente, ela pode se encontrar, nas situações patológicas, imobilizada pela própria instituição, tornando-se um lugar fora do sujeito. Tentar pensar esse espaço paradoxal, às vezes parte constituinte, outras vezes parte externalizada da psique, implica renunciar a uma ilusão de dominação e aceitar os limites de uma compreensão sempre parcial dos processos ali em jogo.

As instituições apresentam uma ambivalência, porque nelas se defrontam o desejo dos sujeitos envolvidos de satisfazer seus próprios fins e a renúncia necessária ao funcionamento do conjunto. A relação com a instituição subentende o assujeitamento de cada um e mobiliza, por isso, afetos negativos como raiva e inveja. Os contrainvestimentos solicitados se manifestam por uma paralisia psíquica do sujeito para pensar o objeto e sua relação com ele.

As instituições superpõem, combinam ou integram de maneira conflituosa as lógicas e as ordens de realidades diferentes e assim formam um objeto compósito. Realizam a aparelhagem de registros, de realidades e de lógicas diferentes ao se situar no quarteirão das relações do singular e do plural, do simbólico e do imaginário, exercendo uma pluralidade de funções.

De modo geral, as instituições estão em posição intermediária entre o sujeito, o grupo e a sociedade, e sensíveis e frágeis, ficam sempre expostas às tensões e aos efeitos do negativo. As instituições sociais são específica e emblematicamente confrontadas com as tensões massivas, engendradas por sua posição particular e pela natureza de sua tarefa primária. Nas missões sociais lhes é atribuída uma posição transicional e articular entre a patologia e a ordem social, dicotomia que vem sendo discutida nas proposições de Honneth (2008) como patologia do social. Isso quer dizer que as instituições sociais se encarregam do tratamento e do atendimento da patologia do social, quando acolhem, administram e tratam do que é excluído, impensável e denegado. São ora denegadas, ora endeusadas, e se figuram como o espaço de acolhimento do negativo. São modelos emblemáticos atribuídos a uma posição ideal, ao mesmo tempo que são lugares de reciclagem do excluído.

Em outras palavras, elas articulam duas posições antagônicas – acolher o excluído e exercer uma função de tecido conjuntivo, o que as constitui em espaços de ligação criativos e vivos. Essa posição paradoxal mobiliza o narcisismo de seus membros com a reativação das formações ideais arcaicas, como também mobiliza as representações radicais em um tudo ou nada, referentes à oscilação entre a onipotência e a impotência. Assim, tais instituições vão potencializar em seus participantes um ideal que garanta a identidade singular e um objeto negativo, contrainvestido, que sempre será insuficientemente bom.

Pode-se supor que nesse lugar, por suas características, haja o favorecimento ao engendramento do fenômeno de desorganização, de crise, de sofrimento e ruptura dos laços institucionais, o que, por sua vez, não significa que todas as instituições sociais tenham crises e dificuldades intransponíveis, bem como sejam incapazes de se reorganizar.

Capítulo 3 A história grupal

Rap

*Antes de levantar
 Já começo a pensar
 Como é que vou atuar
 Cada dia uma surpresa
 Vivo cheio de incertezas
 Sem saber o que encontrar!
 Chego no portão, aperto a companhia e ela diz
 NÃO! NÃO! NÃO!
 Estou vivenciando a exclusão!
 NÃO! Você não pode entrar
 NÃO! Você é trombadinha...
 NÃO! Já fora daqui, saia daqui, vai para lá...
 Eu não sei se vou aguentar...
 No meio do salão é uma panela de pressão
 O que devo conter e que ninguém pode entender
 E nesse turbilhão sinto uma enorme emoção
 Quando vem um garoto demonstrando gratidão
 Diga
 NÃO! NÃO! NÃO! à exclusão
 NÃO! NÃO! NÃO! à rejeição
 NÃO! NÃO! NÃO! ao desrespeito
 NÃO! NÃO! NÃO! à desigualdade
 NÃO! NÃO! NÃO! ao preconceito
 E, assim, o dia acaba e eu começo a entender que
 A incerteza e a surpresa me levam a pensar
 Que a criatividade é a solução para aguentar
 Com o menino sua identidade par.*

Autores: Rafael, Deise e Cintia
 (Criação dos educadores durante a quinta sessão)

3.1 As passagens pelo método

A escritura da história de um grupo, de uma lenda, oscila entre dois polos: ser uma lenda que pode perdurar como a recordação de um acontecimento importante transformado

em um referencial, que contribua para o deciframento de outras realidades, ou tornar-se uma sequela, como a não elaboração de uma perda no luto de um ser querido. Tanto a lenda quanto a sequela podem ser transmutadas em tentativa de despedida de um objeto perdido, que adquire sentido independente do seu destino de relíquia ou registro.

Esperamos retratar essa lenda que nos foi narrada com profundo sofrimento e desamparo por um grupo de educadores, em meio à hostilidade, à confusão, ao mal-estar e ao horror aos meninos a quem deviam educar. O horror em onda atingia o grupo, que se debatia em desespero, a recorrer ao ECA, quando o caótico insistentemente retornava. As situações paradoxais e dramáticas na presença do ódio e da descarga pulsional direta marcaram sua história. Essa experiência atingiu nossos corpos e, diante do inusitado, as formulações teóricas conhecidas sobre os grupos se abalaram, juntamente com nossas certezas, nos fez rodopiar, sem soçobrar, numa dança desconhecida, que nos impulsionou até conseguirmos com sua escritura novas descobertas.

A própria história da psicanálise é permeada de lendas originadas de estudos de casos. Freud ouvia os pacientes em sua clínica e, imediatamente após as sessões, fazia seus registros, descrições que usaria, para em um outro tempo, construir sua teoria, a partir da análise e interpretação. Baseado nos fragmentos de lembranças e associações de seus clientes, supostamente desconexas, Freud redigia suas inferências sobre os não-ditos na clínica. E, por esse caminho, construiu sua complexa metapsicologia psicanalítica, que enfatizava o conhecimento do Inconsciente, a sutileza entre a normalidade e os processos promotores de patologias. Criou um método de investigação e de tratamento, apoiado nas deduções, no equívoco, no lapso, no sonho, no sintoma, nos detalhes dissonantes e nas produções inconscientes. Freud não pretendia a narrativa completa de um caso, tampouco as análises até à exaustão, sua escrita repousava sobre sua experiência transferencial. Seu método fundamentou-se, principalmente, nas associações livres, que eram a garantia da validade da interpretação. Freud (1922) inventa a psicanálise como

1) um procedimento que serve para indagar processos anímicos dificilmente acessíveis por outras vias; 2) um método de tratamento de perturbações neuróticas, fundado nessa indagação; e 3) uma série de compreensões psicológicas, adquirida por esse caminho, que pouco a pouco se associam em uma nova disciplina científica. (p. 231).

A escrita, em psicanálise, escreve Mezan (1998), é sempre um desafio, principalmente quando se trata de não-ditos, de processos inconscientes reunidos em uma pluralidade psíquica.

O próprio grupo é um método de conhecimento capaz de revelar aspectos de uma realidade psíquica e social. É um método de investigação e de conhecimento da realidade psíquica intersubjetiva e de seus efeitos inconscientes. Os efeitos do inconsciente aparecem nesse dispositivo, por meio das relações de transferência e contratransferenciais entre os membros e o analista, em um processo associativo, em que a palavra é o meio privilegiado, sem, contudo, ser o único, pois em alguns grupos as mediações são necessárias e fecundas. Essas mediações – desenhos e pinturas, psicodrama, contos, música – são sempre dirigidas ao acesso do sujeito singular à sua própria palavra. Os mediadores recolhem as projeções dos membros do grupo e as tornam objetos maleáveis, que podem ser transformados em representações.

3.1.2 Nos labirintos do grupo

A escuta psicanalítica de um grupo consiste em considerar seu discurso manifesto, sua tonalidade, seu ritmo, sua dimensão emocional, bem como o agir dos participantes, que expressam e escondem o discurso inconsciente. Da mesma maneira como no sonho, cabe ao analista decifrar esse discurso inconsciente, interpretando-o. É entre o discurso consciente e inconsciente, que estão os efeitos do inconsciente a serem reconhecidos: alguns mecanismos defensivos, os sintomas, que por meio da projeção, da denegação, do retorno em seu contrário emergem no grupo, a partir do enquadre. Nesse movimento, elaboram-se as resistências, que ali se atualizam. A resistência apresenta-se com a transgressão da regra, e é também, um entrave ao acesso ao inconsciente, mas é própria ao tratamento psicanalítico. Essa mesma resistência é que torna possível a análise e o trabalho com o inconsciente.

O grupo representa um dispositivo particularmente adequado para receber em seu espaço e em seus sujeitos os laços de transferência, melhor dizendo, são laços intertransferenciais (entre os sujeitos do grupo e a analista), que ocorrem por meio da repetição de objetos infantis, pelos diversos mecanismos e modalidades de deslocamento e condensação, de identificação, de depósito. Nos grupos são possíveis, pela multiplicidade de objetos e de relações com esses objetos, conexões transferenciais. Nesse campo as transferências são múltiplas, sucessivas e simultâneas, que operam em conexão com os objetos inconscientes do desejo. Ocorre uma *difração* da transferência que se multiplica quando uma só ideia latente é representada por muitos sujeitos. A transferência é resistência. Mas, é por meio dela que os sujeitos ocupam seus lugares no grupo. É com o transferido que cada um se torna delegado, representante, portador de uma função que é, ao mesmo tempo, a de outros membros do grupo.

De acordo com Pichon-Rivire (1985), as transferncias no grupo se expressam por meio de um ou vrios porta-vozes, que do indcios e permitem ao analista a decodificao de seus contedos e a confrontao desses contedos com a dinmica grupal. Esse processo ocorre porquanto cada sujeito, com sua histria e suas circunstncias pessoais, est disponvel para estabelecer conexo, atualizao ou analogia emocional com os outros, do que resulta um processo de intertransferncia, num intercmbio de lugares e objetos, que diz respeito a contedos de um sujeito e do conjunto.

O conceito de porta-voz ampliado por Kas (1997). O porta-palavra emerge no grupo quando o sujeito compelido a tomar certo nmero de posies e de funes no grupo, endossadas pelo conjunto, em razo das formaes psquicas prprias da lgica intrapsquica, que possui uma face e um correlato no espao intersubjetivo, que nomeada de funes fricas (KAS,1997). Elas surgem em todos os grupos, quando os sujeitos ocupam lugares de porta-palavra, porta-ideais, porta-sonhos, porta-silncio, porta-morte, porta-sintoma. Esse lcus lugar de transferncia e recebe a sustentao nos espaos psquicos dos prprios sujeitos – de seus grupos internos – e no conjunto intersubjetivo, onde o sujeito est totalmente imbricado. Um sujeito no grupo carrega e condensa em seu psiquismo as transferncias de todo um grupo, o que torna comuns e partilhadas as fantasias, identificaes, sintomas e sonhos.

Em um processo grupal, a anlise da transferncia ocorre por meio da existncia de um enquadre e da abstinncia de um analista com funo interpretante, que est atento s funes fricas, uma vez que os contedos trazidos pertencem ao portador e aos demais. E, ainda, ao realizar as interpretaes da transferncia, o analista grupal supe que o efeito da interpretao, ao recair sobre o grupo, repercutir no espao intrapsquico de seus membros, portanto a interpretao deve atingi-los, mesmo que indiretamente. O trabalho do analista grupal implica verificar os processos e as formaes psquicas que ocorrem no grupo, a partir dos laos estabelecidos entre os sujeitos. No enlaamento se analisa a posio do sujeito singular no grupo e sua articulao com o conjunto intersubjetivo. O grupo foi nossa ferramenta de escuta e trabalho, e somente em/no grupo foi possvel darmos voz e palavra aos educadores, que nos revelaram uma realidade psquica prpria e, em conjunto, produziram um acontecimento indito por suas diversas desorganizaes.

3.1.3 A tessitura da lenda

A histria e a anlise do processo grupal foram elaboradas sobre as bases das notas manuscritas pela analista, que na poca, no tinha intenes investigativas. As anotaes

foram feitas imediatamente ao término de cada sessão, a partir das lembranças e das imagens dos acontecimentos no curso de cada uma delas, como tentativa de resgatar a cadeia discursiva dos participantes. Procurávamos observar as trocas gestuais, verbais, as posições, as posturas e as atitudes. Esse material tinha como função permitir à analista a escolha de técnicas, estratégias e táticas na direção da Supervisão, com o intuito de favorecer a retomada dos processos de elaboração e simbolização pelos participantes. Cabe esclarecer que as anotações *in bruto*, muitas vezes sem sentido, foram transformadas em escritura de uma história para tornar-se compreensível.

A partir dos registros, as sessões foram recortadas e minuciosamente analisadas em sua dinâmica e conteúdo; detivemo-nos na cadeia discursiva, no equívoco, no lapso, no sonho, no sintoma, nas atuações, e, principalmente, demarcamos os momentos de desorganização, na sua antecedência e sequência, reconstruindo a história grupal de forma inteligível. Com uma nova escuta, uma reescuta, com uma atenção flutuante, com o trabalho do *après-coup* sobre o estatuto da palavra, do pensamento e do discurso, todo ele a várias vozes, na polifonia da intersubjetividade e da interdiscursividade procuramos descrever os processos de desorganização.

Nessa história tivemos, ainda, o cuidado de modificar os nomes dos integrantes daquele grupo.

Neste capítulo decidimos apresentar a história grupal, detalhada em 21 sessões, como um acontecimento que se inscreve em uma complexa rede: a dos participantes, a do grupo, a da analista e a das instituições e, como um movimento de ideias e práticas, tratado com o método psicanalítico, não como uma pura e simples reprodução concreta, mas como uma criação e composição. Uma criação que inevitavelmente transforma a experiência inicial vivida em uma outra experiência a ser compartilhada e repensada. A exposição da história ilustra os conceitos e as categorias de uma teoria e pode produzir novas interrogações sobre os grupos.

3.2 A narrativa clínica

Antes de continuarmos, vale lembrar que essa história a ser contada é a reconstrução de uma verdade histórica (Freud, 1937, p. 302) ficcional, derivada da análise das sessões grupais confeccionada com o nosso olhar, nossa escuta, nosso corpo e memória. A meio caminho entre a realidade e a ficção, vamos apresentar uma história incompleta, pois como nos lembra Pichon-Rivière (1985), o grupo é “um vir a ser”, uma construção dialética, impossível de se compreender por completo, porque sempre haverá um resto a ser narrado.

A leitura e análise dos manuscritos foram realizadas em diferentes etapas, a primeira, uma leitura de todo o conjunto, e a segunda, uma leitura de cada sessão, seguida da escrita. Organizamos em duas etapas a compreensão do processo grupal: primeira, a análise das seis primeiras sessões e segunda, das 15 restantes. As sessões foram consideradas em seu conjunto, exceção feita a três delas que não serão apresentadas pois, no manuscrito, não encontramos informações sobre as desorganizações.

Na inauguração da vida grupal configurou-se uma estrutura em que vários significantes foram falados, atuados, encenados; tratados no transcorrer das demais sessões, foram adquirindo novos sentidos. A princípio uma conflitualidade se apresentou no grupo, com alto grau de condensação e de deslocamento, que se desdobrou, durante a vida grupal, em uma sucessão cronológica de acontecimentos. Embora a ordenação cronológica dos fatos possibilite a reconstrução do processo e do momento em que as desorganizações ocorreram, sabemos que corremos o risco de organizá-las, e com isso, descaracterizá-las.

No trabalho com grupos, Pichon-Rivière (1985) e seus seguidores atuais verificaram a importância do início do acontecer grupal, o momento em que ocorre uma “abertura”, quando se abre uma fenda, e nessa fenda, um furo. A fenda impacta e causa uma desordem. O grupo se desestrutura, os mecanismos defensivos são acionados, configuram-se o caos e os nós da trama grupal. Na fenda aberta surge um buraco, um lugar onde falta algo, um lugar vazio, um lugar aparentemente sem sentido, que marcará seu enredo.

Esse é, para Kaës (2003) um momento traumático, o momento do confronto com a pluralidade de outros, que são, para cada um dos participantes, objetos de investimentos pulsionais, de afetos e de diversas representações, em ressonância e dissonância uns com os outros. Esse encontro com vários semelhantes e estrangeiros produz a imagem do próprio eu em cada um. Essas excitações intensas se entrecruzam em um jogo complexo de projeções e identificações e os participantes conhecem experiências de transbordamento e de falhas na capacidade de associar os estímulos excitantes com as representações. Tais experiências serão traumáticas se os dispositivos de para-excitação forem insuficientes. Nessas condições, os mecanismos de defesa comuns são postos em funcionamento: identificações, alianças inconscientes e a invenção de uma unidade narcísica imaginária grupal, mecanismos que dão garantias ao sujeito e ao próprio agrupamento.

No grupo estudado, nas primeiras sessões uma situação caótica se apresentou e foi dramatizada. Uma tragédia, parafraseando Pichon-Rivière (1985), foi exposta aos espectadores: vários sujeitos assujeitados, sem lugares, à procura de referências, mergulhados no nada. No entanto, como sugere Nietzsche (1978), em **A origem da tragédia**, a tragédia

surge da vitalidade. Para não serem tragados nesse buraco, restou a cada um buscar, em um outro tempo, uma saída.

No transcorrer da vida grupal, com a transferência amorosa instalada entre os participantes e a analista, as desorganizações grupais, embora continuassem a ocorrer, diminuíram de intensidade, os tons pastéis substituíram o vermelho inicial, o que nos permitiu uma aproximação com a psicopatologia dos laços ali instituídos.

Vamos ampliar a história grupal, cujo começo foi contado no Capítulo 1, a partir do instante em que a Supervisão se iniciou e imediatamente disparou um massivo ataque dos participantes entre si e na direção da analista, ataques que provocaram uma surpreendente desorganização grupal.

3.2.1 Propedêutica

Estes esclarecimentos iniciais têm por objetivo facilitar a compreensão do que será analisado na história desse grupo, no Capítulo 4. Recuperemos os primórdios: essa experiência de supervisão psicanalítica foi realizada em 2001, em uma organização não governamental, em um Centro de Referência de Atendimento às Crianças em Situação de Rua e Vulnerabilidade Social, também nomeado de Centro de Convivência, localizado na zona sul da cidade de São Paulo.

Foi inaugurado em 1991 e administrado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que na época era gerida, pela primeira vez, por um partido político dito de esquerda e com intenções democráticas. Com esse mesmo ideal de proteção e garantia de direitos aos mais vulneráveis nasceu o Centro de Convivência. Pretendia-se um espaço diurno aberto à população infantil. Com poucas regras. Livre de horários predeterminados. Modelado para a convivência, para inovação e para propostas arrojadas. Uma única certeza se cultivava: a oposição ao modelo escolar excludente, sem rigidez e formalismos. Tudo estava a ser inventado, inclusive seu espaço.

Sua formidável estrutura arquitetônica constituía-se de um salão circular principal, cujo teto alto, sem forro, em formato de abóbada, imitava a cobertura de um circo. Havia poucos ambientes fechados: um pequeno escritório, os banheiros de adultos e crianças e uma cozinha. Era um grande ambiente sem paredes, onde conviviam as crianças e os adultos distribuídos em oficinas. A área externa era ampla, com um *playground*, com brinquedos de madeira sofisticados e criativos, tendo sido premiada a arquiteta que os elaborou. Localizava-se diante de uma praça ajardinada, com um único prédio, tombado pelo Patrimônio Histórico da Cidade.

Sem métodos nem planejamentos prévios, a Prefeitura contratou um grupo de educadores e um diretor, o único a possuir alguma referência e experiência com a população infantil eleita. Após seis meses de funcionamento, em crise, convidaram-me a escutar os fundadores – educadores e diretor, como supervisora psicanalítica.

Essa escuta dos fundadores foi nosso primeiro contato com a complexidade da configuração social ali envolvida: os meninos de rua e a desrazão institucional. O desconhecimento e o despreparo coletivo para o atendimento a essas crianças predominavam. A loucura institucional se derramava com os banhos na caixa d'água e se alienava nos pernoites proibidos dos meninos. Nessas passagens transbordavam o desamparo e a impotência dos educadores, da instituição e da própria municipalidade. Dessa época, sintomaticamente, poucas lembranças guardei.

Ao término de um ano de funcionamento, esse Centro e outros, desfigurados e abandonados pelo poder público, foram privatizados com a mudança política, uma guinada à direita foi escolhida pela Cidade. Com a terceirização da educação desses meninos, subvencionada pelo poder público, uma organização não governamental, internacional e religiosa, encarregou-se de salvar e garantir o sucesso do projeto.

Até que os meninos de rua inventem as próprias histórias, as instituições serão as heroínas arruinadas no atendimento dessas crianças impossíveis. Nessa novela institucional, a organização ensaiou diferentes propostas. Atendeu diuturnamente. Albergou as crianças. Eliminou o abrigo. Voltou ao atendimento diurno, adotando o modelo de intervenção em duas etapas: uma intervenção no interior da instituição, por meio de oficinas educativas de teatro, capoeira, jogos recreativos, *hip-hop*, grafismo e outras. A segunda, a abordagem da criança na própria rua, com o objetivo de os educadores estabelecerem laços de confiança e ajuda e de conquistá-las, para serem protegidas de riscos.

Novo modelo, novas crises e desorganizações. E foi nesse contexto que se efetivou uma demanda à analista, que por meio da livre associação e abstinência os escutou.

Na narrativa dos educadores sobre essa história, havia zonas de silêncio, de desconhecimento ou de estrangulamento no atendimento às crianças de rua, denúncias das vivências de diversas crises identitárias institucionais. Sabe-se que, quando aparecem essas zonas desconhecidas, essas situações repetitivas, todas as mentes se tornam impotentes, e a dor e o sofrimento emergem.

Em meu retorno a esse Centro, confirmei: a deteriorização tomava conta dos laços instituídos, do contorno e do entorno, até o premiado *playground* havia se desfeito. Sua área, cedida aos camelôs e distribuidores de droga, impediam a circulação e as passagens. A rua e a

praça mudaram de donos. O confinamento dos meninos e dos educadores foi proporcional à ampliação da convivência dos vendedores e consumidores.

Ao instaurarmos o dispositivo de intervenção, uma parte dessa pesada realidade institucional foi descartada e a inscrição de uma falta apareceu, houve uma delimitação que produziu um resto. Ao mesmo tempo, esta diferenciação dos espaços psíquicos e a criação de uma bordadura protetora e limitante se constituíram nos principais operadores da retomada do trabalho psíquico, perdido durante a desorganização.

O grupo era composto de cinco homens e sete mulheres, na faixa etária entre 20 e 30 anos, seis solteiros e seis casados. A escolaridade variava entre nível superior completo e incompleto. Todos eram denominados de educadores sociais, mas tinham diferentes formações universitárias: psicologia, serviço social, arte educação, educação física, pedagogia, computação. A maioria trabalhava na organização por volta de um ano e quatro meses. Foram contratados todos juntos. Poucos tinham experiência em outras instituições semelhantes. Aprendiam, executando o trabalho. Durante a supervisão novos educadores foram contratados e incorporados ao grupo.

A supervisão psicanalítica desenvolveu-se a partir de um contrato de trabalho com a organização não governamental mantenedora para a realização de 12 sessões, com duas horas de duração cada uma. Após algumas sessões verificamos a insuficiência de tempo desse contrato, tendo em vista a dimensão das questões trazidas e o tempo exíguo para sua elaboração. Foi então proposto um aditamento ao contrato inicial, que foi ampliado com mais 12 sessões. Essas 24 sessões foram distribuídas em quatro meses de trabalho.

3.2.2 A lenda

Os participantes, transbordantes de si mesmos, espraçando-se como uma onda de espanto, consagraram a Supervisão. Tomados pela surpresa e pelo susto, uma integrante disparou palavras balas em direção a um outro. Foram feridos. Essa ferida se estampou e os tatuou.

Esse inesperado acontecer grupal nos surpreendeu e nós, de nós para ninguém: inibimo-nos em movimento, tomada pela angústia. Antes mesmo do início da supervisão, na escuta da demanda e em uma sessão prévia, foi acordado um conjunto de regras, cuja finalidade era contribuir para a efetivação de uma trama simbólica capaz de organizá-los e mantê-los em grupo; um contrato foi formulado. Entre as regras acertadas, combinou-se o compromisso com o horário e a proibição de agressões – mas, exclusivamente as físicas, de

acordo com eles. Esperávamos que desse modo as regras funcionassem como antídotos contra a desorganização; desembrolhou-se o inverso.

A primeira sessão

Aguardamos um infinito, atrasaram-se trinta e cinco minutos para a primeira sessão. Aproximaram-se habitando a sala, e, num alívio ao intenso trabalho psíquico requerido nos primeiros instantes do agrupamento, preferiram simular a ausência de quaisquer conflitos, passeando pelos temas: – a participação de todos em uma Conferência sobre Direitos e Deveres referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o código norteador e o Ideal a ser buscado. Como num sonho, revelando a ilusão grupal (Anzieu, 1990 b) e o desejo de formarem um bom grupo, um deles se lembrou da conferência, e, de como gostaria que eles fossem vistos lá como o grupo dos gaúchos, *uma roda de chimarrão chamando tu, guri e tchê!*

Naquele Centro tudo estava em mudança: a adoção de novas regras na organização da rotina das crianças, a modificação da diretoria da ONG, a inovação no trato com as famílias, a introdução do trabalho grupal, de entrevistas familiares individuais, as conversas sobre o papel da mulher na sociedade, as questões de gênero e outros temas socioeducativos. Assepticamente, contaram que um novo impedimento aos trabalhos com os meninos estava sendo implantado, um Atestado de Responsabilidade para os empresários assinarem com o Centro, ao receberem um deles para trabalhar.

Deram uma outra notícia, agora prazerosa, o convite recebido e aceito da SAS (Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social) para participarem da elaboração e implantação de um projeto de criação de um abrigo de acolhimento aos meninos de rua. A participação consistiu no relato de suas experiências com as crianças no Centro. Subitamente, a cadeia associativa foi atravessada por um longo silêncio, posteriormente, retomada por um deles: *não tenho nada a falar.*

Aquele convite fora uma experiência de reconhecimento, despertando o desejo de serem reconhecidos e a importância de se mostrarem: ... *quem não é visto não é lembrado.* Em concomitância, esperavam que ali não se perdesse a criança de vista, pois muitas vezes: ... *não conseguimos pensar na criança, só nos problemas pessoais e não damos o próximo passo para aprimorar o atendimento* – já haviam perdido o referencial de trabalho com a criança e o adolescente. Consideravam que a visibilidade e o reconhecimento eram dados aos meninos. Identificados a eles, todavia sem o mesmo trato, desejavam se igualar, ocupar seus lugares e

suas posições na instituição. Precisavam se mostrar, para serem reconhecidos, mas como enfrentar esse risco?

Na aparente calma, borbulhava um clima persecutório com um forte temor ao desconhecido: da supervisão e do próprio grupo, pela entrada de estrangeiros. Ali estavam expostos ao olhar e serem olhados, aos conteúdos próprios, ameaçadores e secretos, que poderiam ser despejados na presença de tantos. Surgiu uma zona de silêncio, um não querer dizer, o medo de se expor no grupo. Uma demanda os convocou como um apelo para a saída desse emaranhado de conflitos e desse grande tumulto, ainda não revelado, que insistia: *não sabemos o que fazer*.

Precisávamos procurar certo apaziguamento para esses conteúdos aterrorizantes e para a retomada da cadeia discursiva, o que foi possível com a entrada de um objeto mediador – um café imaginário. Esse objeto assegurou aos participantes alguma continência e o estabelecimento de uma aproximação, adocicada, acalentadora, que lhes permitiu provar certo amparo e proteção. Nessa ambiência nomearam as dificuldades cotidianas: os desafios encontrados na manutenção de uma postura adequada como educador; a desorganização da rotina das crianças; a indiscriminação das funções de cada um e os entraves na comunicação (palavra adotada para designar as confusões existentes entre eles). As manhãs, momento de chegada e entrada das crianças, eram sempre uma ameaçadora *incógnita*³², gerando um desgaste diário com as crianças.

Esperavam por um Messias que os tirasse desse mundo trágico, como também esperavam que o grupo amadurecesse; que todos falassem a mesma língua e fossem ouvidos; que as diferenças fossem respeitadas; que houvesse uniformidade no trabalho; sem que houvesse agressão (na sessão a violência estava latente) e deixassem de ser melindrosos. No cansaço da lida e no embaraço diário, os laços de confiança e de proximidade com as crianças e entre eles se perdiam. No entanto, a esperança em reencontrá-los não se evaporava.

A abertura das sessões foi, em sua maioria, sempre caótica e tumultuada, com o atraso de alguns participantes, ausentes no início, chegando todos juntos no decorrer do trabalho.

A segunda sessão

Na sessão seguinte havia um novo membro na Supervisão e outros retardários. Sabíamos da importância da repetição do enquadre nas sessões iniciais, principalmente, nas instituições sociais, quando fazíamos o reenquadramento, até que todos os participantes

³² As palavras grafadas em itálico foram utilizadas pelos integrantes no decorrer das sessões.

pudessem incorporá-lo. Nessas ocasiões, retomávamos o horário de abertura e término e a regra da associação livre. Curiosamente, nessa segunda sessão, considerada inicial, esquecemos-nos do enquadre.

Diana imediatamente solicitou a palavra, contando que estava ansiosa aguardando o encontro, pois ocorrera um problema entre ela e Carlo, durante a semana. Discutiram e não chegaram a uma conclusão. Em meio a seus rodeios, solicitamos que esclarecesse o que estava acontecendo. Nada entendíamos do que ali se passava e “não há medo maior que não se entender a humana voz de outra pessoa (Couto, 2013, p. 101)”.

Diana tomou coragem e relatou: ao atender Natanael³³, na acolhida, soube que Carlo o havia suspenso. Ela tentou combinar, explicar e decidir com a criança, o que fazer naquele dia. Então, resolveu autorizá-lo a permanecer por ali, sem participar das atividades. Comunicou a Carlo sua decisão e saiu para atuar na rua. Sem nenhum motivo aparente, ao retornar *armou o maior barraco tirando satisfação com o Carlo, no meio de todas as crianças*. Continuou, acusando Carlo de que ele *lhe havia dito que dera um safanão em um menino. Ela não vira, mas se lembrou de que ele já fizera uma agressão a outra criança, o Mateus, há um ou dois meses*.

Diana não se conformava com a agressão à criança, pois na ocasião estavam discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Rafael, aliando-se a Diana, também acusou Carlo de infração e de maus-tratos às crianças. Neste triângulo, vislumbrou-se outro casal – Diana e Rafael, agora, de sábios que conheciam as respostas aos enigmas dos cuidados às crianças.

Espantada diante dessa violência invisível, nos paralisamos: a narrativa de Diana teve o efeito de projétil, porém, em seu arremesso certo, um pouco de si foi disparado. Inesperadamente descarregado, ao contrário dos filmes de Tarantino, com seus sangramentos hiper-realistas, Diana, em um simulacro de discussão da tarefa institucional, desqualificou o outro, erradicou sua dimensão subjetiva, desorganizou a todos. Uma cena fantástica e fantasmática se desenrolou no palco grupal, onde essa violência confundiu e tornou o clima tenso, pesado, insuportável... Quando todos procuravam um lugar no grupo, Diana tentou desesperadamente ocupar sozinha todos os lugares, numa imitação da rivalidade fraterna. Emergiu a rivalidade, o jogo de quem sabe e quem não sabe, de quem era o melhor educador, de quem era o educador-modelo, num vaivém entre a onipotência, a impotência e num excesso de cobranças e exigências.

³³ Relembrando todos os nomes aqui mencionados são fictícios.

Em nossa longa experiência com/em grupos, nunca havíamos presenciado e vivenciado situações como essa de violência entre os sujeitos do grupo, em que um dos membros fez algo semelhante a um extermínio: expôs-se um outro, de modo vexatório e humilhante, aos olhares de horror e fascinação, petrificando os demais.

Deflagrado esse emblemático combate, entremeando a vida e a morte, delineou-se uma problemática narcísica que poderia interditar o nascimento desse grupo de Supervisão e, contraditoriamente, nos colocou a questão: qual a necessidade de nascer desse grupo?

Carlo dizia sentir-se culpado e, atacado, procurava, sem conseguir, mudar de postura com as crianças. Dirigiu então seu ataque a elas, crianças, descrevendo-as como mentirosas e dissimuladas. Em cumplicidade, Cintia e Cleonice exemplificaram essas dissimulações expondo que, certa vez, esse mesmo menino, Natanael, fora chamado para uma conversa com elas; abruptamente, apanhou sua máquina fotográfica, fotografou-as e a conversa não ocorreu, deixando-as paralisadas.

Buscamos esclarecer e tentar, ansiosamente, organizar aquele campo explosivo, com algumas perguntas; e Carlo, sentindo-se atacado, revidou: *você está me acertando, você me atacou três vezes, fez três perguntas ao mesmo tempo, assim não dá!*

Desconcertada, solicitávamos as associações dos demais, assinalando que se tratava de uma situação na qual aparecia a dificuldade de todos: o trabalho com as crianças. Diana e Rafael discordaram veementemente: *não era isso, algo precisava ser feito. Ali havia violência contra as crianças*, insistiam. Ao mesmo tempo, outros do grupo nada sabiam sobre essa violência, outro dizia, *eu não sabia que não era para dar lanche para as crianças*, mas todos ou quase todos estavam estupefatos, ao tornar visível a violência ali instituída.

Numa efusão de relatos de violências, evidenciava-se uma culpabilidade persecutória: Carlo dizia que ali se fazia um boletim de ocorrências e esperava a condenação pública, quando Cintia completou: *eu também já peguei um menino e sacudi, ele estava violento, queria quebrar tudo, eu segurei o menino*. Continuaram a contar como os meninos testavam a autoridade deles e os ameaçavam de lhes baterem. Diana, por sua vez, nos advertia com um movimento corporal e um olhar expulsivo que dizia – ou você sai ou eu saio.

Os participantes procuravam impedir qualquer sinal de diferenciação entre eles, em face dos perigos de desmantelamento do grupo e de cada um. As diferenças apareciam enunciadas por Diana, porém na forma de exclusão de um deles, numa luta enunciada por meio do paradoxo entre os que sabiam sobre os meninos e outros estranhos a eles, que nada sabiam.

Carlo e Diana disputavam provocando-se mutuamente, os outros em aliança prosseguiram no embate; assustados, se desorganizaram em uma grande confusão, em um palavrear inaudível e incompreensivo. E a cadeia associativa entrou em curto-circuito. Veementemente, interrompemos essas conversas. Diana tentou retomar a história e impedida começou a chorar. Cleonice rematou a confusão: *precisamos ser humildes*.

Desde a estreia da Supervisão, produziu-se um movimento de ataque às regras, numa tentativa de homogeneização confusional, resultante de defesas e de resistências narcísicas pessoais e grupais, expostas por meio das dificuldades e das zonas de vulnerabilidade profissional, inscrevendo-se o estatuto de um sintoma, “o substituto de uma satisfação pulsional não ocorrida: tal como o sonho e o ato falho, é uma formação de compromisso entre representações recalçadas e as instâncias recalcadoras, associando desejo e defesa” (KAËS, 1994 a, p. 98). Um sintoma fundado nos conflitos sexuais, nas fragilidades e perturbações narcísicas de cada um no laço, específico daquela trama, sem pertencer ao sujeito fora dela.

A terceira sessão

Nossa ansiedade e incerteza batucavam. Receávamos pela continuidade da próxima sessão, e, mesmo da Supervisão. Entretanto, os participantes, em bloco e com demora, ocuparam o espaço grupal. Ressabiados enroscaram-se num silêncio. Um palavreado de Roberto balançou-os e caíram a pensar: *se as crianças iam ao Parque Ibirapuera para se divertir por que será que se agrediam tanto?*

Esse questionamento o perturbara desde o sábado, após uma excursão com as crianças. Levara nove delas ao Parque, de lotação. Durante a viagem, os meninos se atacavam, batiam uns nos outros, provocando o educador. Lá, os meninos não conseguiam se juntar, *cada um queria fazer uma coisa por si só*. Repentinamente, Roberto foi atingido: um deles atirou-lhe um pote de cola, usada na confecção de pipas, quando tentava organizar uma oficina, para ensiná-los. Viu-se tomado pela raiva e pela indignação.

Nesse caótico passeio, descobrira que tanto os meninos como ele inexplicavelmente se desorganizaram, mas enigmaticamente, conseguiram confeccionar e empinar as pipas, jogar basquete e se divertir. Ao perceber essa situação paradoxal, ele se questionou: *por que será que havia tanta agressão?*

Aproveitamos o conteúdo enunciado por esse porta-palavra – a constatação de que ali havia agressão e de que algum pensamento era possível – e, ainda com receio de nova desorganização grupal, recorremos a uma atividade em pequenos grupos, seguida da retomada

da cadeia associativa em conjunto, com a finalidade da inclusão de outros participantes nas associações e na reflexão sobre a agressividade das crianças.

Em paralelo, Carlo não se envolvia com o tema, afastou-se de sua parceira Marina e em pé, arrumava os livros nas estantes, atrás das cadeiras, num movimento ostensivo de recusa. Estávamos em uma pequena biblioteca. Aproximamo-nos e indagamos sobre seu estado:

– Estou me sentindo mal, fui traído, estou magoado e triste por terem tratado da briga na sessão anterior daquela forma. Hoje não queria vir aqui, caso haja algum conflito vou sair, ameaçou.

A proposta do trabalho em duplas – refletir sobre a agressividade das crianças e como eles ali a reproduziam – foi retomada separadamente. Carlo continuou não aderindo, permaneceu calado, no que foi respeitado. Outras vezes tentou participar, mas não conseguiu. Saiu da sessão para ir ao banheiro e retornou preferindo o silêncio. Nesse momento, o espaço fechado do grupo, essa experiência diferente, produziu uma experiência de vazio e um insuportável risco de morrer, que o levou a respirar fora da sala e voltar à Supervisão.

Ao tentarmos colocar ali um envelope mais simbólico para podermos operar naquele momento, exercitamos ao máximo nossa capacidade de continência e de elaboração. Tornamos-nos um seio-toalete³⁴ (Kaës, 2000), fomos designados como lata de lixo, uma descarga ou ainda um esgoto, o que permitiu aos participantes funcionarem com menos angústia e ganhar certa coesão.

Minutos mais tarde, apresentaram suas produções com a caracterização das crianças com as quais trabalhavam. Ao argumentarem sobre as dificuldades em educá-las, faziam tentativas de subjetivar as crianças: viviam na barganha, trocavam tudo, tinham interesses diferentes, dos quais pouco se sabia, conheciam apenas o que era expresso pela desconcertante agressividade; elas não estavam acostumadas a demonstrar afeto, principalmente amor, só agressividade; não estabeleciam diálogos entre eles e, submetidos às ruas, utilizavam esses mecanismos para se defenderem e se protegerem. Embaraçavam o Centro com a rua, e acostumados ao despropósito, os meninos procuravam garantias pelo desafio aos educadores, até confiarem nos laços e em suas ofertas. Insistentemente, na ausência das garantias, repetiam essa procura que extenuava os educadores, os quais, para alcançá-los e romper suas resistências, precisavam *quebrar as pernas dos meninos*.

³⁴ No período inicial de um grupo os participantes, ao estabelecerem um primeiro limite no espaço, o fazem assimilando uma parte do corpo ou o corpo todo no processo de construção do espaço grupal e o espaço vivido (Kaës, 2000, p. 169), quando o grupo é vivido como boca, seio, espírito, esfíncteres, conforme veremos no Capítulo 4.

Enredados pelo pensamento nos meninos, descobriram-se seus parceiros a alimentar essa agressão: não haviam planejado a excursão e o menino, no improviso, sentia seu solo movediço; as crianças equilibravam-se no uso do que bem sabiam – lutar para não morrer, brincar e provocar, resvalar e correr, na agitação e na ansiedade. Todas as crianças, em uníssono, pediam ajuda a ele para confeccionar suas pipas; em disputa pelo amor e o zelo de um único educador, não podiam esperar, dividir e tolerar; e ele, desorganizado, sem referências e entorpecido, quase as abandonava.

Como turista nesse estranho sítio, o educador impotente não podia contê-los, estava só, ansioso e despreparado. Fora o primeiro passeio juntos, precisava suportar suas próprias angústias; impossibilitado, não circunscrevia os limites, e o espaço grande e aberto de um Parque em nada o favorecia.

Os educadores destacaram a importância da agressividade para essas crianças, como mecanismo de defesa contra a destruição de seus corpos e de seus psiquismos. Era essa agressividade que os protegia de não morrerem na rua. Com isso, foram enunciando a confusão entre o amor e o ódio e as dificuldades em interpretar cada um desses afetos, na relação com as crianças.

Durante essa sessão, os participantes, admiravelmente organizados funcionaram como um Grupo de Trabalho, como o proposto por Bion (1975), o que possibilitou a retomada pela analista dos ataques ocorridos na sessão anterior, da homogeneização confusional ali existente, em que se ansiava por uma mítica harmonia absoluta, sem diferenças e conflitos e que os protegia do medo do aniquilamento.

Com resistência evitavam pensar e falar desses medos, pois acreditavam pertencer à esfera da vida pessoal. Mas ao retomarmos o enquadre, com a sugestão de que bastava dizer o que viesse a cabeça e/ou a imagem que aparecesse, arranjadamente contaram sobre a rivalidade entre eles, sobre o que cada um sabia fazer melhor, sobre o que o outro não sabia fazer, temiam mostrar seu próprio não saber, suas dificuldades, o medo de manifestar sua fragilidade nas situações cotidianas com as crianças. Ao abordarem esses temas considerados delicados, criaram uma unidade que os humanizou. Isso permitiu revitalizarem o agrupamento, reuni-los em uma figura única e grupal, na qual podiam se apoiar mutuamente, um grupo fundido em um só corpo.

Perceberam que transferiam uns aos outros seus medos, comentaram que na coordenadora não dava (para depositar), porque *ela é igual a nós, no grupo*, bem como não podiam depositar esses medos na instituição mantenedora porque a diretoria era nova e não conhecia o Centro. Nesse tempo, Diana mencionou como fez de Carlo o bode expiatório,

completando: *tenho muito medo de minha agressividade, eu tenho uma fantasia de que vou acabar com o menino!*

A quarta sessão

Os participantes compareceram à nova sessão em bloco. Houve até o caso de um deles ter faltado ao trabalho no período da manhã mas não se ausentou da Supervisão. Nesse dia, a maioria estava gripada; um deles portava uma caixa de lenços de papel, que circulou e foi compartilhada. Esperávamos o cair de uma tempestade. Não caiu. Estranhamente, todos estavam presentes e organizados na abertura da sessão grupal. No entanto, o clima inaugural indicava certo abatimento e tensão, acompanhado de um misterioso silêncio. Não era possível o estabelecimento de uma cadeia associativa: alguém iniciava um discurso que logo estancava apesar das insistentes intervenções da analista.

O tempo passava e as falas continuavam vazias, até que Cleonice interpretou esse clima como efeito de uma notícia que os abalara: tratava-se da publicação no Diário Oficial do Município, da transferência da administração desse Centro para a rede pública, o que implicava o rompimento do convênio com a ONG e provável demissão dos funcionários. Nessa mudança, o quadro funcional se modificaria, não haveria psicólogos e os educadores seriam todos de nível universitário, o que resultaria na exoneração quase coletiva.

Apesar de estarem preocupados e desconhecerem *o que ia acontecer com cada um deles*, com exceção da Coordenadora, que *acreditava poder se manter empregada, consideraram a proposta muito boa para o atendimento da criança*. Nesta cena, os participantes tentavam negativamente colocar à distância esse novo objeto perigoso, por meio da clivagem entre as emoções e o conhecimento da notícia.

Carlo, Roberto e Nestor voltaram a um outro tempo, regredidos e em desespero cantavam os versos da Valsa da Despedida: *Adeus amor eu vou partir*, embalando-se, coreografando uma dança com seus braços e pernas emaranhados, e formando um nó, e encenavam o adeus. Estavam ansiosos, pois suas mulheres estavam grávidas e o nascimento de seus filhos se daria com eles desempregados. Apresentavam nos registros do corpo e da ação demasiada angústia e sofrimento. Nestor, num disparo, disse: *quero ser o amante argentino da Marta*³⁵! *Quero comer ela e ter prazer!* Os demais desfecharam várias críticas à expressão de sua raiva.

³⁵ Marta Suplicy, prefeita de São Paulo, na época.

Esse ataque permitiu aos três desembrulharem-se, suas singularidades emergiram diante da gravidez de suas mulheres: Nestor planejava o bebê; para Roberto, o mais jovem entre eles, o bebê fora inesperado e, se sua mãe já havia ficado transtornada com a notícia, ele imaginava como seria a reação dela com a perda do emprego. Carlo nada disse sobre seu bebê. Alice, ao compartilhar seu desespero com o do trio, contou que iria ser avó (ela era bem jovem) e se perguntava como manteria seus compromissos financeiros com o filho e o neto.

Esse risco de aniquilamento pelo desemprego efetivou uma diminuição da distância entre os participantes, que estabeleceram um contato sonoro (LECOURT, 2011) e se colaram pele com pele, experimentando o som e o apego. Esse movimento de apegar-se foi amplamente estudado por Anzieu (1990 a) e incorporado na construção de seu conceito do Eu-pele, como um movimento arcaico do bebê de agarrar-se ao corpo da mãe. Com o apego, ou seja, por meio das experiências de contato com o corpo materno logo nos primeiros dias de vida, ele adquire a percepção da pele como uma superfície. Anzieu (Ibid.) estabeleceu uma ligação da pele, da relação de apego com a “pulsão de apego³⁶”. É pelo apego que o bebê percebe sua própria pele como uma superfície delimitadora, uma membrana separadora, entre o espaço interno e o espaço externo.

A pele é o lugar das sensações perceptivas determinante na construção e desenvolvimento da subjetividade. Nesse sentido, o bebê constrói, por meio das sensações táteis, uma consciência de si e do outro. Foi dessa maneira que, no nosso grupo os participantes, ao se apegarem, se intrincaram, e se protegeram do risco iminente de ser despelado, despedaçado; construíram um envelope tátil, criaram uma membrana que lhes permitiu a diferenciação entre o dentro e o fora, delimitaram o ataque que vinha de fora.

Às formulações de Anzieu sobre o apego, Kaës (2000) agregou o conceito de “identificações pélicas” (p.172), as quais são as primeiras identificações estabelecidas entre os integrantes, a partir de um movimento regressivo protetor da angústia de ser despelado, de se estar sem pele, que permite ao grupo a constituição de uma pele singular-grupal comum, um envelope e um tecido coletivo, composto de uma trama em que os fios estavam indiferenciados.

Retornemos a nossa quarta sessão com o grupo. Nesse dia o clima se tornou denso e depressivo, quando se aperceberam de que temiam também, perder a Supervisão. Resfriaram-se e num desalento, o lenço de papel circulou, queriam chorar, mas continham suas emoções.

³⁶Para Anzieu (1990 (a)) a pulsão de apego está entre a pulsão de autoconservação e as pulsões sexuais, independente das zonas erógenas parciais. O apego aparece como a moção de uma pulsão de vida, não libidinizada e que se inclui nos mecanismos de apoioamento.

Lembraram-se da perda de outros empregos, do desamparo e do abandono. Sentiam-se mesmo *injustiçados*, como os meninos, além de uma insuportável culpabilidade persecutória, como *Adão, que morava no paraíso e perdeu, daí teve a Eva, a serpente e o pecado*. Na perda do paraíso se aludiu à perda narcísica, do eu ideal, quando se sentiam perdendo as certezas, as referências, a pele, caindo no nada.

Voltaram a brincar e a dançar até criarem uma cena, em que se imaginavam na Praça³⁷, a cantar e a esmolar: *vamos para a Praça dar um show de break e Alice vai passar o chapéu!*

De modo semelhante aos meninos, estariam na rua, sem emprego e sem teto. Cantaram, novamente, a “Valsa do Adeus” e em movimentos repetitivos com os corpos, todos se desorganizaram. O espaço grupal tornou-se caótico e entrou em colapso.

Quinta sessão

Intercambiando alegrias, começaram uma outra sessão. A ideia da municipalização do Centro fora suspensa, a PMSP não tinha estrutura para operacionalizar o decreto.

Contaram que no final de semana anterior, os educadores inundaram a Praça: de gente, de música e de poesia. Inventaram uma festa com apresentações de *Hip Hop*³⁸, *Rap* (iniciais de *rhythm and poetry*)³⁹ e Grafite⁴⁰. Os artistas convidados eram grupos da periferia. Um episódio cultural acontecera.

³⁷ Onde estava localizado o Centro.

³⁸ "Hip significa algo atual, que está acontecendo no momento e *hop* refere-se às coreografias de danças. É uma expressão artística, considerada por muitos como subcultura, que começou na década de 1970 na periferia de Nova Iorque, nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas. A tradução literal desta expressão é "balançar os quadris". A designação "*hip hop*" foi dada por Afrika Bambaataa, o apelido de seu criador. O primeiro evento da história do *hip hop* ocorreu no dia 11 de Agosto de 1973, em uma festa no nº 1520 da Sedgwick Avenue, no Bronx (Nova Iorque). Quando o *hip hop* surgiu, se concentrava nos *disc jockeys* que criavam batidas rítmicas, eram pequenos trechos de música com ênfase em repetições; posteriormente, foi acompanhada pelo *rap*, identificado como um estilo musical de ritmo e poesia, junto com as danças improvisadas, como a *breakdance*, o *popping* e o *locking*. O *hip hop* tem quatro elementos principais: o *rap*, o *DJing*, o *breaking* (praticado pelos *b-boys* e *b-girls*) e a arte do grafite. A relação entre o grafite e o *hip hop* surgiu quando novas formas de pintura foram sendo realizadas em áreas onde se dava a prática do *rap*, do *dj* e da dança. Entre as diferentes manifestações artísticas do movimento *hip hop*, a música se insere como papel principal, com DJs, MCs (mestres de cerimônias) e do *Rap*."

Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Hip_hop >. Acesso em: 21 out. 2014.

³⁹ O *Rap* é uma técnica vocal diferente para acompanhar os *loops* dos *DJs*. É um ritmo de música parecido com o *hip hop* e que engloba, principalmente, rimas. É um dos seis pilares da cultura *hip hop*. A tradução literal de *rap* é "ritmo e poesia", ou seja, uma poesia feita através de rimas, geralmente feitas em uma velocidade superior à do *hip hop*. O *rap*, na maioria das vezes, é feito sem qualquer acompanhamento de instrumentos musicais tradicionais, mas geralmente é acompanhado por um *Dj*.

⁴⁰ Nessa época, em sua maioria, as instituições sociais adotaram essas expressões culturais como instrumento pedagógico. O *Rap* e o *Hip Hop* envolvem a fusão de várias formas artísticas: músicas, poesia, dança, pintura, que juntas se inserem em um contexto social marginal, repleto de problemas sociais, educacionais e de exclusão social. Esse contexto social é o que dá sentido à performance.

No início, o desconhecimento das letras das músicas a serem apresentadas os preocupou: não sabiam se o conteúdo seria educativo e adequado às crianças. No entanto, mesmo assim se festejou.

Roberto e Rafael explicaram que um dos *raps* apresentados se dividia em três partes. Uma delas fora escrita por um detento, *o namorado da amiga da namorada* de Roberto que ali estava e contou seu *rap*. Ao narrar a história do namorado detido, a Praça em dor, ouviu seu pranto: ao ser preso perdera todos os amigos (do crime), mas, agora, tarde demais, na solidão e no arrependimento, concluíra que o crime não valia a pena! De repente, se aproximou uma menina, Daiane, que ao adquirir voz, fez seu *rap*. Escreveu na rua, a história que era sua. Tornou pública sua trajetória, de vida e de rua. E agradeceu, ao Centro e aos educadores, a passagem em seu caminho. No tamanho destempero da menina, eles, assombrados despencaram: desconheciam-se emocionados, reconhecidos e agradecidos pela menina, *ela tinha lhes dado muitos problemas!*

O espanto não cabia nos demais. Ainda há um instante, discutiam a trama das crianças, e, não suportando o incômodo elogio, emitiram ruídos e faíscas e um incêndio interromperia o drama, acabando na desorganização. Da intensa confusão, num lampejo, um sinistro silêncio perdurou. Recusaram os apelos e as associações. Tateante, Carlo lembrou-se da primeira cena, de seu desamor pelo grupo e pela Supervisão, o que intensificou o silêncio, recarregado de desconfianças e angústia, permeado pela culpa.

Nesse impasse, a formação de pequenos grupos intermediou a retomada da discursividade. Solicitamos que criassem um *rap*, o que foi feito com agilidade e desembaraço. Inventaram um refrão e repetiam cantando “*na Casa da Praça, todos são gentes*”... Ao ouvirmos esse refrão fomos tomadas por uma intensa emoção, e, em júbilo, admiramos esse bebê-grupo, nascido capaz e criativo.

Com a música e os *raps* expressaram os desconhecimentos e as agruras vividas no cotidiano com os meninos, evidenciando seus temores: “matar as crianças e/ou ser morto nesse atendimento” e neles se reavivou o desejo de concretizar o Ideal, tornar esse Centro modelo e referência no atendimento aos meninos.

Durante todas as sessões foi necessário recorrermos ao trabalho em grupos pequenos para a garantia da cadeia associativa. Constantemente, ao perdê-la, utilizávamos esse objeto mediador “susceptível de receber e transformar os fantasmas perigosos” (Kaës, 2000, p. 11): os participantes eram divididos em pares ou trios, e essa forma de organização os acalentava. Ao formarem um par, obtinham um objeto de apoio narcísico; era necessário apoiar-se em alguém, não estar só, à mercê das forças destrutivas que ali circulavam. Trabalhavam de dez a

quinze minutos com alguma consigna dada pela analista e, em seguida, retornavam ao grande grupo, quando expunham aos demais as discussões e desse modo retomavam o processo associativo.

O grupo dos 12 juntos, cada um de frente para os outros, num círculo vazio, suscitava a angústia e as representações do eu e do corpo. Esse grupo “amplo” era uma ameaça de extermínio, de um nada ser, de um corpo despelado. Ao transformarem-se em um grupo pequeno, essa ameaça se estabilizava, pois o grupo-corpo despelado e vazio, sem representação, podia assumir a representação de uma parte do corpo, de uma imagem, em que um limite se circunscrevia e um laço os amarrava. Deste modo, o pequeno grupo era representado como um grupo-boca que nutria e era nutrido.

O grupo amplo, por outro lado, também funcionava como espelho, em que se refletia a imagem do outro e não a imagem própria, suscitando um não reconhecimento de si nesse lugar, pois o outro não refletia a imagem esperada, o que causava espanto. Além do mais, era em uma multidão de diferentes espelhos que cada participante se via.

A sexta sessão

Em uma transferência amorosa, Roberto, Carlo e Nestor principiaram uma nova sessão. Encalorados, se abanavam e diziam estar na *andropausa*, tamanho era o calor que sentiam. Ao explicar esse calor, Carlo contou que no caminho para a Supervisão havia corrido muito atrás de uma loira vestida de preto, tentando alcançá-la, daí estar muito aquecido. A moça era *uma loira que não era loira, ela tinha cabelo preto e a pele branquinha*.

– *Mas, sou casado, tenho princípios!* ressaltou.

– *Até ver uma loura!* replicou Cintia.

Abandonaram o calor, deram passagem às crianças: o Centro atendia crianças e jovens de 7 a 18 anos, a faixa etária definida em seus projetos. No entanto, chegavam crianças e adolescentes de todas as idades, de cinco anos, de três anos, com 18 e até adultos jovens e eles acabavam atendendo a quem chegasse. De passagem, mencionaram sem entrar em detalhes, que em certa época, tiveram um projeto que era aberto a todos, mas não prosseguiram nessa história.

Avançaram com o relato do caso de uma menina de cinco anos, que eles já haviam atendido ali. Várias vezes a criança foi vista perambulando de madrugada, às duas horas da manhã, pedindo esmola ao redor da Praça. Todos a conheciam, como também conheciam sua família, padrasto, mãe e irmãs. Vivia em condições precárias e precisava pedir esmolas. Nessas ocasiões, sentiam-se impotentes e emergia uma culpabilidade persecutória. Encadeada

à história dessa menina, contaram outro acontecimento: quando se dirigiam para o Centro, notaram a presença de muitos policiais na rua e assustaram-se. Às gargalhadas, alguém lembrou: *a delegacia é aqui perto!*

Um clima de desalento instaurou-se no grupo. Porém, ao escolherem temas mais suaves, como o trabalho com as famílias, continuaram até retomarem a complexidade dos objetivos institucionais. Aos objetivos (que não nomeavam) eram acrescidas outras exigências: o cuidado com a autoestima das crianças, a incorporação de novos hábitos, a integração à família e à sociedade. De imediato, assumiram a hostilidade presente e explodiram: *esse objetivo é medonho! A Prefeitura não entende das dificuldades e quer tudo isso atendido. Cobram quantidade de atendimento e cobram a qualidade. Não entendem de meninos de rua, mas cobram.*

A percepção do excesso permitiu que criassem simultaneamente um perfil das crianças e do educador, que punha à mostra uma relação entremeada pelos conflitos e pelas situações paradoxais existentes. Verificaram que esse atendimento exigia disponibilidade, tanto do educador como da criança. As crianças, por sua vez, chegavam inseguras, com medo, desprotegidas e com dificuldades de estabelecer laço. Precisavam de proteção, mas não demonstravam. Fora do Centro as pessoas tinham medo delas. Elas eram fortes, tinham iniciativa para tomar decisões e para sobreviverem. A Prefeitura as percebia boazinhas, como coitadinhas, que precisavam de oportunidades, pois eram carentes e vítimas.

Durante essas enunciações formulavam a questão: o que os meninos procuravam ali? Era banho, era algo concreto, era o atendimento às suas necessidades básicas? *elas chegam com a demanda de tomar banho, não querem comida*, disseram alguns. Outros educadores argumentaram: [elas] *não querem banho*. O que queriam essas crianças? Não sabiam. Invidados pela agressividade e pelos próprios medos nada podiam conhecer: *a agressividade do educador que é vermelha, é colocada na gaveta. Mas, não temos gaveta! Era no fogão e fechamos. Agora não há mais fogão!*

Com relação aos educadores, parte da população os estigmatizava, outros *achavam lindo o trabalho deles*. Essa contradição contribuía para a prevalência da agressividade. Sentiam-se análogos às crianças, desprotegidos, não tinham privacidade; naquele amplo espaço, totalmente expostos a todos os olhares, sem paredes, sempre coletivo, não eram contidos.

Durante essa narrativa uma intensa tristeza foi contagiando a todos; consideravam inócuos os resultados de seu trabalho, pois os maiores de idade acabavam por ser presos, algumas crianças eram encaminhadas ao sistema de saúde e a outros recursos públicos,

entretanto retornavam sem atendimento e somente uma voltara para a família. A fragilidade foi exposta e a impotência se espalhou. Não conseguiam manter a criança em atendimento tampouco atingiam as metas estabelecidas.

Nesse dia, a sessão se prolongou além do enquadre. Os três participantes que a iniciaram terminaram por retomar a *loira* e puderam novamente expressar algo de próprio: Nestor *ouve e vai atrás da musicalidade da loira*, Carlo *notava sua postura, muito correta e bonita*, e Roberto gostava, *o negócio dele é a dança, então vai atrás do movimento dela, do corpo dela*. Os três queriam o *quadril* dela; enciumadas, Cintia e Cleonice dispararam: *não gostamos quando acham o nosso trabalho lindo!*

Em seus escritos sobre o aparelho psíquico grupal, Kaës (2000) afirma que “o grupo é uma metáfora do corpo ou de uma parte deste, tal qual o próprio corpo é uma representação do corpo ou parte do corpo grupal” (p. 169). Assim, o grupo, ao se configurar como uma parte do corpo, um ventre, uma cavidade com bordas, se tornava uma bolsa que contém, conserva e abriga. O reencontro com o útero, com os limites do corpo de cada um, permitiu aos participantes recuperar alguma referência. A entrada da imagem do grupo-útero promoveu uma nova dinâmica grupal, menos persecutória, dando acesso a algum pensamento e à reflexão. Puderam, então, traçar um perfil das crianças: *são crianças expulsas da sociedade, da família, de todos os lugares. São lixos, estigmatizadas ou provocam dó, medo, desprezo. Chegam ao atendimento com muitas carências de afeto e tudo mais. Põem o educador à prova, procurando saber e ver se mais uma vez serão excluídas para depois estabelecerem laços. Têm um comportamento arredo transformado em agressão, pedem ajuda sem dizer nada. São meninos de rua, trombadinhas, bandidos, coitados e drogados. Não são cidadãos. São muito fechadas e agressivas para demonstrar suas carências afetivas sociais, emocionais e financeiras. Não obedecem às regras, pois na rua têm leis próprias. Os educadores devem atendê-los sem repetir o ciclo da exclusão social, sendo este o maior desafio e é necessária muita disponibilidade durante o processo com elas e precisam de muita compreensão. Os meninos não atendem as expectativas do educador, o que produz frustração, angústia. Eles representam para nós o fracasso, que faz parte do trabalho com elas.*

A sétima sessão

Passados os primeiros desconsertos, a vida grupal decorria no aconchego da tristeza. Os educadores, com a alma e o corpo doloridos pelos desatinos, tanto deles como dos meninos, continuavam, mesmo fora de si. Paralisados ou brincando, a tristeza foi fixando morada, não sem antes nos surpreender por um curioso episódio: nesse dia, antes mesmo da

sessão, na rua, Roberto estava na porta do Centro Cultural, local da Supervisão, nos esperando. Vestido como os meninos, sinalizava, ajudando-nos a estacionar. Aproximou-se dizendo: *se a polícia vier, posso ser confundido com um deles*. O estado depressivo se encenou na rua como uma experiência do caos, do caos interior de cada sujeito, protagonizado por Roberto. Ali não havia sujeito, não havia diferenciação entre interior e exterior, tudo se confundia.

Sem portanto nem consequência⁴¹ os meninos tornavam-se potentes com os desencontros e os fracassos dos educadores. No final de semana os meninos foram convidados a participar de um desfile comemorativo da Independência do Brasil, promovido pela Guarda Metropolitana. Espertos que eram – os meninos não vieram. Com inesperada argúcia um deles telefonara avisando que *estava com a família a passeio*. Ora, diante de tal esperteza, como seria possível o educador fazer qualquer previsão sobre os meninos? Dessa maneira, inquietos, diziam – *nada sabemos sobre o que estava sendo dito aqui*.

Os participantes retomaram, então, um movimento ambivalente: a onipotência/potência dos meninos era diretamente proporcional à sua impotência – *é muito difícil entrar nesse grupo, tem que ter muita competência*, aludiu Diana ao produzir um lapso – a palavra a ser enunciada era competição. Sentiam-se incompetentes, mas tentavam conhecer os meninos e procuravam as diferenças entre eles; eram, contudo, impedidos por essa impotência: eles, os meninos, queriam ser encaminhados, mas não eram escutados; os educadores com tristeza foram percebendo que não exerciam suas funções.

Comparavam-se a eles, principalmente durante as reuniões semanais, em que se repetia o mesmo drama: *as nossas reuniões são péssimas, os educadores não se comprometem, não chegam no horário, não cumprem compromissos e tudo vai se perdendo*. Sentindo-se abandonados na loucura, crescia o temor aos meninos, especialmente, *se chegam em dez mais ou menos, temos medo do desconhecido*. E, aos poucos, manifestaram um grande horror aos meninos.

Os meninos potentes foram então transformados em objeto atemorizante, pois as mensagens emitidas eram reconhecidas como insuficientes ou ambíguas, em razão dos processos traumáticos e defensivos dos educadores, nos quais representavam a si mesmos como frágeis e indefesos. Ao perceberem suas limitações e as do entorno, decompunham os meninos cada vez mais nesses objetos ameaçadores e perigosos, repetindo-se os efeitos traumatizantes presentes naquele cotidiano.

⁴¹ Tomamos emprestadas as palavras de Mia Couto, em **A menina sem palavra** (2013).

Desse modo, o trabalho com os meninos submetia os educadores a uma experiência de inadequação e apesar de saberem da irracionalidade desse pensamento, as dificuldades diárias representavam o testemunho de sua inferioridade. Na continuidade da Supervisão a experiência de inadequação revelou-se como uma depressão narcísica, que ocorre, de acordo com Bleichmar,

[...]quando o que está em jogo é a percepção que não somos autossuficientes, quando descobrimos que não somos o centro do universo, quando a criança descobre no Édipo que não faz parte do casal, mas é fruto de suas ações criativas. Essa é uma dor profunda, e pode mobilizar uma série de defesas, sendo a onipotência, a cisão e a idealização as mais comuns. (1984, p. 21).

E, a cada sessão foi se arranjando a imagem do menino sobrevivente e pujante, aparecendo o seu extraordinário, enquanto nos educadores cresciam os sentimentos de ameaça, de perda e de luto. Por outro lado, aproveitando-se dessa situação de extrema fragilidade narcísica, semelhante ao que havia ocorrido na primeira sessão, Renata, a coordenadora, repentinamente fez uma inoportuna cobrança pública. Exigia de Carlo o cumprimento de tarefas: *você é muito bom, só que não faz os relatórios para o Juiz, para o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] e todos os outros também não fazem. E a SAS [Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social] cobra todos os dias o não atendimento das crianças, às 2ª feiras, dia programado para a reunião semanal.*

A cobrança resultou em mais um colapso grupal. Essa desorganização derivou de um movimento defensivo de todos contra os ataques sádicos da coordenadora dirigidos a Carlo, que, mais uma vez, assumiu por sua própria escolha uma posição masoquista de vítima e novamente foi exposto no grupo. Em tais circunstâncias, a desorganização significou uma proteção contra a hostilidade.

Os educadores sentiam-se ineficazes e, levados por um processo inexorável, fatal, eram arrastados por um turbilhão, por uma sobrecarga, por um cansaço intenso, tanto físico como psíquico. Pareciam, a cada sessão, tomados por uma força que os superava e sobre a qual não tinham poderes. Uma angústia de perda de controle, de caráter misterioso e aterrador, composta pelos meninos, pela instituição e pela PMSP, crescia e proporcionava, então, um pressentimento da efusão da humanidade entre eles, com a emergência do desejo de serem tratados “humanicamente”; um lapso alguém cometeu, quando o dito seria humanamente: *parece humano, mas é mecânico, as oficinas são mecânicas, tudo é mecânico!*

Por outro lado, os participantes davam a impressão de terem soltado as amarras, que se evidenciava na produção inconsciente de atos falhos durante o processo associativo, quando intercambiaram algumas dificuldades, sobretudo, o medo de morrer, de ser aniquilado, no

grupo e no atendimento, por agentes internos e externos, que engendrava um movimento de ataque e fuga, de sadismo e de masoquismo (BION, 1975), o primeiro a denunciar a agressividade implícita entre eles e o segundo a assunção de uma posição desqualificada perante o menino e o grupo.

Contraditoriamente, diante do desconhecido de cada dia, sentiam a satisfação de viver a experiência excepcional de entrar num mundo ignorado, de dinamismos possantes e obscuros. Nestor contou que encontrou um dos meninos no *Shopping* e ficou apavorado, pois

– *A criança aqui no Centro estava acostumada a se atirar no chão, me chamando de pai. Era meio débil mental. Mas no Shopping deu a mão:*

– *Boa noite!*

– *Supercomportado!* Surpreendeu-se.

Os educadores procuraram a finalidade do Centro, sem encontrá-la, e diante disso, ao término da sessão a analista solicitou que escrevessem num papel, a partir da experiência de cada um, os objetivos que poderiam desenvolver com as crianças e os trouxessem para a próxima sessão. Nesse instante, um dos participantes atirou um papelzinho na cabeça dela e aos risos foram saindo.

A oitava sessão

Marina fora demitida. Desmontado com essa perda, o grupo chegou para uma nova sessão. Antes mesmo do enquadre, a confusão se instaurou: esqueceram os objetivos!... Num tumulto, o grupo se dividiu: uns achavam que era para trazê-los e outros não. Diziam que os objetivos estavam com a Renata. Outros sabiam que era para serem discutidos, porém não os trouxeram. Outros quatro participantes e Renata estavam atrasados. Estava tudo perdido. Dessa maneira, recusaram-se a trazer ou fazer o que lhes fora solicitado, preferiram apelar às crianças.

Abalados pela falta, os educadores buscavam, por meio dos meninos, pensar em si mesmos, na tentativa de compreender e recuperar as qualidades e a perfeição perdidas, o que permitiu uma continuidade narcísica de cada um e do grupo. Assim Roberto se dirigiu a todos:

– *Por que será que Paula imita Alice?* referindo-se a duas recém-chegadas ao Centro.

– *Ela (Paula) chegou da FEBEM, é muito pequena para sua idade tem 14/15 anos, chorava por ser a última da fila, sentia-se excluída, foi encaminhada e estava tratando de um cisto em um dente.*

– *Eu fiquei contente de poder atendê-la na autoestima,* contou Roberto.

Iniciaram, dessa maneira, um acercamento ao sentimento de exclusão e de rivalidade presentes nas relações entre eles. Cintia pôde, então, apontar para o fato de que na festa do japonês os educadores se comportaram como as crianças, esqueceram-se de tudo e foram comer. Ao relatarem a festa faziam uma confusão entre “nós”, “eles”, “os meninos”, que tornava impossível uma distinção.

Solicitamos que fizessem uma narrativa detalhada da festa. Ficamos sabendo que uma fundação japonesa contribuíra com vários instrumentos musicais para o Centro, pois *para os japoneses a música era muito importante*. Passado algum tempo, a fundação japonesa convidou-os para a comemoração de seus 35 anos. Vieram pessoas de fora, outras desistiram por causa do atentado às torres gêmeas⁴². Do Centro, participaram os educadores Roberto, Nestor, Carlo, Cintia e Cleonice, acompanhados de quatro crianças. Durante a festa, os educadores difratando nas crianças seus medos, tinham receio de que a comida acabasse, imaginando que ao apresentarem o Olodum⁴³ *os convidados podiam comê-la toda, sem sobrar nada para eles*. Todos foram expostos ao devoramento, ninguém sabia como seria e o que iriam fazer lá. Não sabiam o que tocar, dançar ou cantar. Tudo estava confuso. Nessa confusão, Renata abandonou a posição de coordenadora do Centro e perversamente, usando seus conhecimentos como psicóloga perguntou: *qual a fantasia de não poder dizer não?* Responderam, em seguida *...temos que mostrar o trabalho!*

Tentamos retomar nossa posição de analista, indagamos: o que teriam ido mostrar? Fez-se um longo silêncio, interrompido com a enunciação dos medos e das contradições ali existentes: precisavam mostrar o trabalho, mas os meninos poderiam não comparecer. *E se os meninos não fossem? E se os que tivessem ido, desistissem e não se apresentassem? O que faríamos?* Os meninos compareceram, estavam do mesmo modo ansiosos, pois, afinal, também nada sabiam sobre essa comemoração.

⁴² “No dia 11 de setembro de 2001, eram quase 9 h da manhã em Nova York quando um avião sequestrado por terroristas islâmicos teve sua rota desviada em direção a uma das torres do World Trade Center – um dos prédios mais altos do mundo. Inicialmente, imaginou-se que se tratava de um acidente aéreo de grandes proporções, mas não de um ataque premeditado. Porém, quando cerca de 20 minutos depois um outro avião chocou-se contra a segunda torre do WTC, ficou claro que os Estados Unidos estavam sendo vítimas de atentados terroristas cuidadosamente planejados. Poucos minutos mais tarde, um terceiro avião, também sequestrado, foi jogado contra o Pentágono, a central de inteligência norte-americana, cuja sede fica próxima à capital do país, Washington D.C. Havia ainda um quarto avião, que acabou caindo na Pensilvânia antes de atingir seu alvo. Segundo as investigações feitas posteriormente, o plano dos terroristas era jogar a aeronave contra o Capitólio – a sede do Poder Legislativo dos EUA. Em Nova York, o choque dos aviões contra as torres do WTC desestabilizou a estrutura dos edifícios, que caíram cerca de duas horas depois dos ataques.” Morreram, no total, quase 3 mil pessoas. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/11-de-setembro-de-2001-o-maior-atentado-terrorista-de-todos-os-tempos.htm>>. Acesso em: 15 fev.2015.

⁴³ Trata-se de um bloco afro de carnaval de Salvador na Bahia. É uma organização não governamental que luta contra a discriminação social do negro. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Olodum>>. Acesso em: 15 fev 2015.

Os educadores enfrentaram enormes dificuldades nessa ocasião, não tinham informações e não as procuravam. A reunião preparatória à festa, sem coordenação e sem elementos que os norteassem, se transformou em uma enorme desordem. No caos acabaram por abandonar seu planejamento. Nesse momento do relato a sessão foi tomada por uma grande desorganização; em conflito, se agrediam e se ofendiam. E no caos, um ataque foi disparado à Supervisão com o comentário de Renata:

– *Esse foi o motivo de se buscar uma intervenção grupal. Porém, desde agosto quando [essa intervenção] começou, as coisas funcionam assim, e agora está tudo fora do lugar, os objetivos estão fora do Centro.*

E Diana replicou:

– *Eu não tenho vontade de arrumar nada.*

Os educadores, na tentativa de salvaguardar a onipotência, procuravam imaginariamente transmutar o menino, queriam que fossem semelhantes a outras crianças que brincavam na rua, tinham famílias e frequentavam, nos bairros, ONGs com trabalhos educativos diferentes do Centro. Eram esses modelos de educação, conhecidos e com crianças pobres com famílias, com os quais gostariam de trabalhar para desse modo assegurar o desenvolvimento da vida contra as forças destrutivas e de morte. No entanto, os próprios educadores, ao se depararem com o fracasso desse ideal no Centro, viam, impotentes, suas angústias e suas tendências destrutivas mobilizadas. Acionava-se *um fantasma* de onipotência e imortalidade que procurava encobrir a destruição, a angústia e a culpabilidade. Impotentes, expunham-se a inúmeros riscos. Os educadores buscavam na onipotência ocupar fantasmaticamente todos os lugares e, com o sentimento de que tudo podiam, viviam como se inexistisse o perigo real. Lentamente, foram se aproximando desse delicado tema, por meio da delimitação e definição de um objetivo para o trabalho. Neste sentido, Nestor interrogou:

– *Na festa do japonês tocamos, cantamos e depois vieram [os japoneses] e deram as mãos para cada educador e agradeceram. E se não viesse nenhum menino? Eu e Carlo íamos tocar?*

– E vocês seriam os meninos? perguntou a analista.

A nona sessão

Enquanto pensávamos que a Supervisão se acabara, chegaram enviesados pela confusão e pelo atraso. Em curto-circuito, sem demora nem delongas contaram que haviam escrito, minutos antes, os objetivos do trabalho com as crianças e que haviam sido pedidos

pela analista na sessão anterior, mas ao irem almoçar, esqueceram o documento. Telefonaram para alguém levá-lo, mas esse “alguém” ainda não chegara.

Nesse dilema, nenhum deles conseguia ocupar um lugar no espaço grupal. Sentavam-se. Levantavam-se. Trocavam de lugares. Não se encontravam. Sentiam-se prisioneiros e sufocados. Carlo, que estava com dores, ficava em pé e lia livros. Ainda assim, nesse clima desordenado e tenso, conseguiram pensar por que estavam naquele trabalho.

– *Venho buscar prazer, tenho prazer com os meninos!* Diana expôs.

– *Quando estou na faculdade e digo que trabalho com os meninos de rua, todos querem saber... eu me sinto valorizada,* comentou Alice.

– *Eu estou aqui por acaso, eu preciso de dinheiro. Eu era monitor de educação física na faculdade e o meu professor me orientou para eu fazer mestrado, eu não pude fazer, porque minha mulher está estudando inglês e tem que ser um de cada vez. O que eu queria era dar aula na faculdade,* Carlo conseguiu dizer.

– *... É o problema de autoestima rebaixada! Eu tive oportunidade de trabalhar em outro lugar. Pensei... cuidar de alguém com tantos problemas piores que os meus, me promove e fico melhor. Acho alguém pior do que eu...* replicou Cintia.

Aos poucos, Carlo foi encontrando um lugar e, em determinado momento, lançou timidamente uma questão, não querendo, entretanto, reconhecer como algo seu. *Sabe como aqui vai acabar? Eu tô meio desamparado e sozinho...*

Então um clima depressivo ocupou a sessão. Permaneceram numa espiral, ora se paralisavam, ora tentavam retomar a Supervisão, comentavam sobre a escrita dos objetivos, mas retornavam à paralisia.

A décima sessão

Chegaram desolados para mais uma sessão. Deise fora demitida. Agora, a ameaça se espalhava: *estamos fodidos, tem encrenca,* disse Carlo. Estava sem lugar, mantinha-se à distância, lia e folheava livros. Recolheu-se na mudez, enquanto os demais, abalados, procuravam manter o processo associativo, mas ao perderem a palavra, sentiam-se inumanos.

– *Todos se tornam obsoletos, descartados, mas são seres humanos!*

– *No interior, de onde sou, lá chama de gado, quando ele está magro, não dá para mais nada, vai para o abate!* protestou Zélia.

A indefinição das funções e lugares no grupo foi sendo tratada, quando Carlo e Diana protagonizaram outro conflito: juntos, indevidamente, foram a uma visita domiciliar. Havia usurpado o lugar de Cleonice, já que essa atividade era responsabilidade da assistente social;

isso gerou uma disputa em trio. Nesse instante, Carlo ostensivamente levantou-se, ausentou-se da sessão e, ao retornar, atacou:

– *Eu não gosto desta sessão, não era para discutir o caso da Deise aqui, daí eu saí e fiquei lá fora, olhando os quadros.*

Em disputa por lugar, pareciam transfigurados. Inesperadamente, foram disparados ataques mútuos, todos brigavam contra todos, encenavam uma desorganização. Carlo, fixado na posição de vítima, se ofereceu em sacrifício. Foi barrado pela analista, a quem se dirigiu com uma pergunta: *é comigo? o problema é comigo? não posso falar?* A resposta foi afirmativa.

Havia um clima persecutório, estavam identificados com Deise. Nessa situação o grupo produziu uma cisão – de um lado a equipe de coordenação, Cintia, Cleonice e Renata e, de outro, os demais. As gestoras haviam decidido pela demissão de Deise, o que provocou a hostilidade contra elas e o revide dos educadores que as culpabilizavam. Essa acusação foi insuportável para o trio. Saíram de seus lugares, grudaram-se nos corpos dos educadores, formaram um corpo grupal: se agarraram, emaranhando-se. Trocavam seus sapatos e entrecruzando as pernas, formaram novamente aquele nó, compondo Um.

Ao aproximar-se o encerramento da sessão, Cleonice fez novo protesto: *não gosto dessas reuniões, porque mexe na ferida*, e começou a chorar, desencadeando as lágrimas de Cintia e Renata. Subitamente, Diana pediu demissão e abandonou o grupo, deixando todos atônitos.

A décima primeira sessão

Durante a semana, os conflitos se agravaram, com o pedido de demissão de Diana. Renata, não sabendo como enfrentá-lo, solicitou-nos uma entrevista individual, o que foi acolhido. Na sessão seguinte, os participantes, muito deprimidos, contaram sobre outro fracasso. Diana, presente, em aviso prévio, ouvia. Dois novos educadores haviam sido contratados e, pela primeira vez, participavam da Supervisão.

Assolados pela tristeza narraram que haviam preparado, para o Dia da Criança, a apresentação dos filmes **Pixote** (BABENCO, 1980) e **Central do Brasil** (SALLES, 1998). As crianças escolheriam um deles para assistirem. Os dois filmes tratavam da problemática de crianças abandonadas, amparadas por mães substitutas: **Pixote**⁴⁴ expunha os mais cruéis retratos da realidade das ruas de São Paulo, onde crianças tinham contato com um mundo de

⁴⁴ **Pixote, a lei do mais fraco**, filme brasileiro, dirigido por Hector Babenco, 1980.

crimes, prostituição e violência. **Central do Brasil**⁴⁵, por sua vez, misturava as solidões de uma velha professora aposentada que escrevia cartas numa estação de trem para sobreviver e de um garoto “sozinho no mundo” (a princípio) à procura do pai. Mostrava a realidade brasileira com sua massa de migrantes e suas condições de vida no subúrbio do Rio de Janeiro. Ambos exibiam a crueza da vida de meninos. Carlo não se havia envolvido nem com a comemoração nem com o filme.

Nesse dia, as crianças que costumavam frequentar o Centro pela manhã se ausentaram. As da tarde criaram o maior tumulto chegaram em grupo, eram as 17 juntas. Tomaram banho e lavaram roupa. Depois de muita demora, assistiram ao filme, que foi interrompido aos 45 minutos de reprodução. Logo após resolveram exibir um outro filme, chamado **Kids** (CLARK, 1995)⁴⁶, e, aí tudo correu bem.

Durante a discussão sobre essa inesperada interrupção, contaram o quanto era insuportável assistir à morte das crianças no final, como também era insuportável o contato diário com a realidade dessas crianças e sua condição de rua. Mas eram essas mesmas crianças, cientes do horror que causavam, que apontavam para os educadores e para a instituição aquilo que era impossível esconder:

– *Os meninos grandes dizem no portão, vocês não seguram ninguém aqui!* [referindo-se aos educadores]. *Vocês não seguram as crianças no equipamento*, alguém disse.

Nossa sessão se transformou em tumulto e num entra e sai, os educadores não conseguiam se instalar. Nessa situação, Diana provocou uma nova confusão com sua ironia, certo prazer sádico e, numa postura onipotente, disse rindo: ... *eu sabia que ia ser assim, sugeri o filme para não ter trabalho, todos entram na minha*. Entre ataques mútuos, assinalamos a contradição existente entre o desejo de permanecer e o desejo de se retirar dali, evidenciado pelo ato de Diana.

A décima quarta sessão

Surpreendentemente nessa sessão, Carlo, assumindo um lugar no grupo e em um clima de devaneio, contou que resolvera fazer um homem-aranha para pintar no teto do Centro de Convivência... *ele está muito feio, assim ficaria mais bonito!* Explicou que fizera em um molde vazado. E seu desenho foi sendo completado com as contribuições de André, que modelou um astronauta, mas Diana, em separado, refletiu com ele que era o logotipo das lojas

⁴⁵ **Central do Brasil** é uma coprodução franco-brasileira. O roteiro é de Marcos Bernstein e João Emanuel Carneiro, baseado em história do diretor Walter Salles, 1998.

⁴⁶ **Kids** é um filme americano de Larry Clark, de 1995.

de departamento da C&A. Lembraram que certa vez, a C&A (rede varejista) patrocinou um trabalho no Centro, de pinturas em cartões de natal: as crianças os pintavam e a C&A os comprava. Foi uma experiência prazerosa de reconhecimento.

André continuou, dizendo que fez o desenho de um menino, parecendo um jogador de basquete, de bermuda, camiseta regata, mas tinha chinelos havaianos. Em uma das mãos segurava a lua e cada pé estava em planetas diferentes. Ao detalhar os moldes, foi rememorando os tempos em que se drogava – *deitava no chão e olhava para a lua*, como os meninos de rua.

Carlo acrescentou que gostava muito do homem-aranha quando era criança e por isso iria pintá-lo no teto. De repente, interrompeu a narrativa, dizendo que precisava sair da sala; a analista perguntou se dava para ele ficar na sessão, quando respondeu: *eu não tô dando*, [insinuações sexuais] *estou com diarreia*.

Pintar o teto do Centro de Convivência, em forma de abóboda, sem forro, sem instrumentos de pintura adequados e sem proteção, era correr riscos. Entretanto, pintar o teto era também criar a possibilidade de a imagem situar o sujeito em algum lugar, olhar de cima, da abóboda do Centro. Com a separação de Diana, Carlo pôde assumir no grupo uma função ativa e de liderança.

A décima quinta sessão

Diana aguardava sua demissão e, agora, Rafael comunicava ao grupo: *vou trabalhar em outra instituição*. A iminente saída dos dois educadores provocou uma angustiante desorganização, expressada pela ausência de lugar – não podiam se abrigar, se sentar, não tinham um líder, tampouco quem os protegesse. Nestor estava com dor de cabeça, Edson, por sua vez, resolveu sair para comprar remédio para o colega. Era impossível permanecer na sala. Perambulavam num entra e sai. Iam ao banheiro. Voltavam. Bebiam água. Voltavam. Diante de tanto tumulto resolvemos fazer um imprevisto intervalo. Sentiam-se muito desamparados. Era impossível para eles permanecer ali.

Após essa parada, devagar foram se reorganizando e retomando o processo associativo, discutiram a figuração do desenho do menino com um pé em cada planeta, o que representava o estado de cada participante – com um pé dentro e um pé fora da Supervisão e do Centro.

A décima sexta sessão

Com as demissões, novos educadores foram contratados e mais um outro compareceu à sessão. Nesse dia, Renata, aproveitando-se do espaço grupal, recriou Diana por seus atrasos diários enquanto cumpria o aviso prévio. Essa cobrança desagregou o grupo; em pânico, sentiam-se desamparados com a perda do casal de líderes, Diana e Rafael, porque deles adviria o Messias (BION, 1975), que os salvaria do profundo desamparo em que se encontravam. Era mais um projeto falido!...

O educador recém-contratado estava paralisado e mudo. Havia um clima persecutório de ataque e fuga e, nesse contexto enlouquecido, se abraçavam, andavam colados aos pares, simultaneamente, passavam a brigar, em disputa, todos queriam ser amparados e libertados. Agora o útero-grupo ficara pequeno, concorriam num espaço reduzido, tinham urgência e precisavam sair dali.

A décima sétima sessão

Organizados em apaziguadores pequenos grupos, foram se aproximando de mais uma sessão: primeiro cinco participantes, depois três e, por último, uma dupla. Todos estavam atrasados. De imediato Cleonice inaugurou o encontro

– *Tirei quatro dias de folga, queria descansar, mas fiquei com gripe, meu corpo doía e minha pele também.*

Nestor também se ausentara por quatro dias e voltara bem... *não fui trabalhar*. Carlo, por sua vez, mantinha-se encolhido em posição fetal, obstruindo a visão de outros participantes, enquanto Renata se escondia atrás dele. Diana saíra, deixando-os circunspectos, em silêncio, até que Cintia irrompeu:

– *A saída de Diana tem sentido ambíguo, de um lado sinto alívio, mas de outro sinto medo do grupo estraçalhar, pois Rafael acusou o grupo de ter matado, destruído Diana.*

Rafael completou com ódio:

– *Esse grupo é hipócrita!*

Isso levou Cintia ao pranto. Um clima hostil se instaurou, mas ela retomou *o defunto*, *o defunto [que] está aí fedendo, mas é preciso fazer o luto, sinto coisas ambíguas, de um lado alívio, ela tomou uma posição, e de outro, era boa educadora, ficou a falta, e agora?* Por fim, reconheceu... *foi um alívio ela sair, ela tomou uma posição.*

O clima continuava muito denso, Carlo recolhia os livros da estante, manuseava-os, repetindo esse ritual até sentar-se sobre eles. Edson, recém-chegado, narrou um episódio em que dois educadores se desentenderam e, não citando detalhes, deixou a todos perplexos,

porque nada se entendia do que dizia e ainda concluiu: *parece que a ficha não caiu*, referindo-se à saída de Diana. Retomaram o silêncio. Interrompido pelo ataque ao grupo enquanto objeto, que recebeu os golpes e tornou-se o depositário de todo o mal existente entre eles, o que possibilitou a continuidade da Supervisão. Nesse momento, de muita angústia, havia a expectativa de que alguém os tirasse desse sofrimento, quando Edson delegou a Rafael essa função: *eu estava fazendo um jogo de xadrez com a Diana, fizemos seis peões e o Rafael dois cavalos e agora o que vai dar?* [referindo-se à saída de Diana] *Mas o Rafael sabe...*

Nesse caldo de hostilidades foram tratando do desamparo, que a partir desse momento, passou a ser falado em nome próprio, à medida que cada um dos sujeitos nomeava seus conflitos no e com o grupo. As primeiras diferenciações foram surgindo e sendo abordadas, apesar da ameaça de exclusão permear a sessão, quando Nestor apontou: *é muito difícil falar nesse grupo! Eu e a Marina temos dificuldades de falar nesse grupo...*

A décima nona sessão

Algo inesperadamente inovador surgiu nessa outra sessão: um silêncio reflexivo e uma tranquilidade inédita. Tudo estava diferente.

Cabe aqui abrimos um parêntese, para recordarmos que o trabalho analítico com esse grupo foi assegurado por um pacto organizador, pelo narcisismo grupal mantido por meio da ilusão de ser um corpo único. A estruturação desse narcisismo foi expressa por meio de faltas e falhas. O narcisismo grupal se configura como o intenso desejo de “*fazer Um*”, conceito resumido por André Green, como uma “*utopia unitária, totalização de um ideal*” (1988, p. 21). O narcisismo grupal uniu os participantes em torno de um corpo grupal atravessado pelo fantasma de uma mãe arcaica que aglutinava todos juntos e iguais, como veremos no Capítulo 4. Apoiada nesta hipótese, preparamos para essa sessão uma história dos irmãos Grimm para mediar e facilitar os processos de elaboração, pois o contrato da Supervisão com a ONG se aproximava de seu término. Não haveria mais tempo...

Então, narramos a história dos Sete Suevos, de sete homens que viajavam juntos, em fila, ligados por uma única lança, que os impedia de se separarem. Eram guiados por um chefe, que ao se soltar dessa lança, deixou-os morrer.

Após ouvirem esse conto, os participantes discutiram em duplas, desencadeando uma produção associativa em que foram estabelecendo várias relações entre os suevos do conto dos Grimm e eles. Destacaram o papel do líder no grupo, que podia levá-los à morte, caso permanecessem colados entre si, com uma única lança para todos. Roberto associou essa história a outra, que ouvira na aula de filosofia, quando o professor contou sobre a alegoria da

caverna de Platão, *onde*, nas palavras de Roberto, *todos ficavam nas sombras: como eram cegos e não ouviam direito todos morreram no escuro.*

A partir dessas associações foram relatando, contentes, o aumento do número de crianças atendidas na semana anterior. Constataram que esse aumento tinha sido possível graças ao envolvimento de todos nesse projeto, durante a jornada diária. Estavam disponíveis para a acolhida das crianças. Essa atitude foi notada por Rafael, que pôde conversar durante uma hora com um menino que, apesar de sua *aparência monstruosa – tinha muitas cicatrizes de queimadura grave* –, foi ouvido. Suas queimaduras causavam certo horror em quem olhava para elas. Mas, Rafael conversou e explicou a situação da criança para o André, que facilitou o trabalho em equipe e permitiu descobrirem o objetivo: acolher as crianças.

Iniciou-se um movimento dirigido às primeiras diferenciações entre eles, que possibilitou um processo reflexivo e a leitura de textos auxiliares. Refletiram e pensaram sobre suas ações e Carlo então contou... *Rafael trouxe uma apostila e eu li. Vi que muita coisa nós já fazemos aqui! O Rafael trouxe e combinamos que cada um ia ler sozinho e depois íamos discutir juntos. Essa semana foi mais tranquila!*

A vigésima sessão

Nesse dia, diante da iminência de um novo tipo de atendimento às crianças – a Casa Abrigo –, chegaram doentes. Cleonice não participou, pois fora a um congresso na Bahia. Renata viera com rinite, afônica e com o braço engessado. Estava em licença médica, porém chegara dizendo que era preciso trabalhar, pois sentia que *o que tenho hoje é tudo somático! Hoje à tarde haverá uma reunião na SAS para a assinatura de um novo convênio de atendimento 24 horas, para 20 meninos. Eu não sei nada do projeto. E agora, hoje, às 16h30 tem uma reunião com a ONG responsável pelo Centro de Convivência para decidir. A ONG tem que decidir.*

Durante a abordagem desse tema, Nestor e Carlo começaram a brincar, dispersando os participantes. Atrasados, entraram Cintia e Rafael, no momento em que Zélia, uma das mais antigas funcionárias, estava resgatando a experiência vivida no Centro, quando ali havia o pernoite de meninos.

Naquela ocasião, ela fora a diretora; contou que ligavam para sua casa de madrugada para resolver os problemas; não havia pessoal especializado e o espaço físico era inadequado, aquele já descrito, um grande salão aberto. As crianças dormiam em colchonetes. Durante a noite os meninos mantinham relações sexuais entre si e com as meninas. Havia duas

adolescentes grávidas, uma delas foi levada, por eles, para a maternidade à noite. Na época, trabalhavam na Casa, Renata, Nestor e Alice.

Nesse instante, Rafael, com muita hostilidade, interrompeu a cadeia associativa, tornando-se o líder da resistência, indagando *por que está se retornando a essa história? Não é dessa maneira que vamos implantar o novo equipamento!* A partir desse instante, os participantes compactuaram um grande silêncio.

A experiência anterior, ou seja, o relato da época dos pernoites, fora traumática para o grupo. Pôde ser verificada pela angústia, descompensação de Renata, pela denegação violenta de Rafael, tornando impossível a retomada e a elaboração do passado e dessa história institucional. Essa impossibilidade implicou para o grupo a estagnação e o fracasso nos processos simbolizatórios. Marcou o retorno do recalcado, de um pacto denegativo para além daqueles sujeitos, formado pelos laços institucionais.

A manutenção desse pacto foi garantida com a contribuição de cada um dos sujeitos ali envolvidos, desde a história da fundação do Centro pela PMSP, passando pela assunção do Centro pela ONG, até o possível *convênio de atendimento 24 horas, para 20 meninos* e, em consequência da urgência com que esse convênio deveria ser assinado, não dava tempo aos integrantes para a reflexão, impedindo o pensamento. Somente Cíntia e Rafael tiveram acesso às informações e a alguma reflexão sobre essa nova proposta. Os demais foram excluídos desse processo, sem acesso às informações, assegurando a manutenção desse pacto.

A vigésima primeira sessão

Nessa sessão, o projeto de abrigamento das crianças fora esquecido e apagado. Os integrantes já dele não se lembravam, parecia-lhes muito distante. No entanto, Renata esclareceu alguns pontos, o projeto continuava em discussão e Cintia contou que no Abrigo seria utilizada uma metodologia de atendimento semelhante ao Centro. Tentamos retomar a história do pernoite das crianças, mas foi impossível, o segredo e o pacto ali permaneceram.

A vigésima segunda sessão

Nessa outra sessão, vieram organizados em dois grupos: as mulheres de um lado e os homens do outro.

Em pequenos grupos reconstruíram a história dessa Supervisão. Nos trios sussurravam, quase não se ouviam ruídos. Lembravam-se do sofrimento, das saídas de alguns integrantes, do *rap*, do mito da igualdade. De repente, ainda no pequeno grupo, Edson, ao se espreguiçar, passou por duas vezes, a mão no pescoço do Nestor, que exclamou... *isso me dá*

nojo! Mudou sua cadeira de lugar e se afastou, evidenciando a presença das fantasias homossexuais.

Ao apresentarem as conclusões, Cintia e Renata contaram sobre uma situação desagradável ocorrida entre eles. Sentiam-se atrapalhadas com as brincadeiras de Edson, Nestor, Carlo e Roberto, durante o horário de trabalho. Essa referência desencadeou um conflito grupal. Nesse instante, Carlo, em tom de brincadeira, disse: *sou homossexual, apesar de ser casado e ter um filho, eu dou e dou meio no paralelo!*

Continuaram a explicar que os quatro educadores juntos faziam muita algazarra após as 15h30 e isso embaraçava a todos, que ainda estavam trabalhando, mas Carlo completou: *estávamos só brincando, eu me sentia com cinco anos de idade.*

Nessas circunstâncias, o grupo fabricou mais uma nova desorganização. O clima grupal foi tomado por uma intensa hostilidade, que resultou no ataque à analista e a suas intervenções. Carlo arrematou – *tudo que é brincadeira inocente, aqui não é. Eu fiz um desenho e já virou um problema. A gente não pode brincar, ser espontâneo, tudo vira problema. Esse problema não é para vir parar aqui. É para ser resolvido lá.* Era nas brincadeiras que buscavam alívio.

A vigésima terceira sessão

Os participantes narraram algumas conquistas obtidas durante toda a semana: conseguiram se controlar e não brincar. No entanto, na relação transferencial se notava que não brincar representava correr o risco de ser aprisionado em diferentes loucuras: das próprias, das crianças, das famílias e da instituição. Cíntia, em confirmação dessa hipótese contou que na *sexta-feira dispensaram 30 meninos*, pois o Centro estava na maior confusão e *não sabíamos o que fazer! Carlo, Nestor e Roberto foram para um curso, precisamos dispensar, não dávamos conta!* Os participantes se enlaçaram em um processo discursivo, abordando inúmeras situações intoleráveis ante a realidade dos meninos e de suas famílias. Eram relatos em que o desconhecimento se transformava em experiências representadas como “loucura”: os desejos dos meninos, seus sentimentos e seus sofrimentos. A título de exemplo, Cíntia contou:

– *Chegou Natanael [a criança da cena inicial] e fiquei conversando com ele um tempão. Ele queria escrever um livro, ele não sabe ler nem escrever, precisava de um gravador. Ele tinha uma história para escrever e perguntava para mim: Eu tô louco? Só se acalmou quando eu fiquei de arrumar um gravador para ele. Aí Natanael me disse: vou*

mandar o livro para o Presidente da República, vou tirar todo meu grupo dessa situação e o Centro vai ficar famoso!

E aí Cleonice completou:

– Para mim foi muito difícil, não sei lidar com isso. Todo mundo na sala juntos, eu não conseguia trabalhar, tinha mães, crianças, eu não sei lidar. Ele perguntava para Cíntia: eu tô louco?

Seguiram no relato das “loucuras das crianças e das famílias”, em que revelavam um intenso sofrimento psíquico do qual, impotentes e despreparados, não tinham como escapar. Sentiam-se ameaçados de desintegração física e psíquica, nesse caldo confuso, indiscriminado, entre loucura e desconhecimento.

Puderam, então, estudar os casos, trocaram experiências, desvelaram as diferenças existentes entre eles na lida com as crianças, como também se manifestaram sobre alguns êxitos obtidos no trabalho. Trataram da fragilidade, dos limites de cada um diante da problemática social complexa dos meninos de rua e da ausência de uma metodologia pedagógica própria e sistematizada.

Não haviam ainda esboçado o projeto educativo do Centro de Convivência, com a participação de todos. Ainda poucos educadores eram detentores desse saber, os demais eram excluídos e depositários do não saber. No entanto, o ideal ainda permaneceu – desejavam aumentar o número de crianças atendidas, desejavam manter o maior número delas na instituição e imaginavam que poderiam *dar o próximo passo para aprimorar o atendimento*.

A vigésima quarta sessão

A festa de Natal se aproximava, era a última sessão. Para a última sessão os educadores não chegaram mais meninos. Os participantes do nosso grupo, de repente crescidos, sem perceberem suas próprias angústias depressivas, estavam agora preocupados com os jovens que, aos 18 anos, eram excluídos do atendimento. Alice pensava em uma atividade para o Natal com as crianças com menos de 18 anos. *E o que fazemos com ‘as’ de 18? Das outras vezes, eles entraram e pularam o muro, atrapalharam tudo, não deixaram a festa acontecer. Como fazer a festa?*

Como era difícil a vida adulta dos meninos, dos que sobreviveram à prisão e à morte. *Estavam com 23, aos 20 anos já tinham filhos*, mas queriam retornar ao Centro e, para isso, faziam uso de inúmeras artimanhas: escondiam a idade, *quebravam os canos e diziam que eram encanadores e a coordenadora pagava para eles consertarem*. Mas existiam os meninos que queriam crescer antes da hora... *havia outros que, às vezes falavam [enganavam]*

que já tinham 18 anos e tinham que sair... Crescer era separar-se do grupo, da onipotência, do narcisismo.

Os meninos continuavam, portanto, funcionando como uma imagem especular de cada educador e, ao comparar-se a eles, ficava evidente o conflito entre separar-se, nascer e crescer: nascer para a vida adulta e deixar a criança. Procuravam elaborar a angústia de separação e o temor ao mundo adulto. Este poderia ser perigoso, haveria faltas e incompletude: *o problema é que eles já vieram na festa junina e como são grandes comem muito, daí a comida não dá, mas não deu confusão. E quando voltam parecem criancinhas. Eles regridem.*

Apesar de poderem enganar, quebrar, transgredir, a lei do tempo era implacável: não haveria mais o tempo infundável da onipotência: *na urgência do tempo é impossível um trabalho a longo prazo com os meninos, eles vinham um dia e outro não. Tudo tem que acabar e começar no mesmo dia.*

Essa foi a última sessão de Supervisão do grupo de educadores. O grupo não era mais o mesmo, uma outra dimensão do tempo aparecia, não mais o tempo da regressão. A composição grupal também se modificou no decorrer do processo, com a demissão de alguns, a saída intempestiva de Diana, a proposição de demissão de Rafael e de Carlo, que abandonou a Supervisão, nas últimas sessões. No entanto, novos educadores foram contratados e chegaram ao grupo. Os novos educadores no trabalho analítico sentiam-se estrangeiros, por não compreenderem o processo, o que se passara nas outras sessões, pois delas não participaram. A analista procurava incluí-los, e eles também tentavam se incluir, mas era bastante difícil e desorganizador a cada um e ao grupo realizar esse movimento. Porque a vida institucional era marcada de entradas e saídas de meninos e de funcionários, o modo complexo e perturbador como chegaram ao grupo e dele saíram vários educadores foi naturalizado e esquecido num emaranhado de desorganizações.

Os participantes, aos poucos, organizaram o processo grupal mas apenas o impacto das desorganizações diminuiu. Emergiram novos líderes. Conseguiram refletir sobre a acolhida das crianças que agora, no final da Supervisão, eram menos ameaçadoras. Suas diferenças e histórias continuavam desconhecidas e encobertas pelo estigma da loucura. Todavia, esse estigma pôde ser transformado em interrogação: essas crianças eram loucas? Quem eram os loucos?

Entre desorganizações sucessivas, um enquadre psicanalítico foi construído. Exerceu sua função de continente, depósito e sustentação. Permitiu, entre saídas e entradas de participantes, que o grupo escrevesse sua história. O enquadre albergou o primitivo, o

indiferenciado, as angústias e o gozo mortífero. A analista, por sua vez, ocupou a posição de terceiro entre os educadores, as crianças e as duas instituições. Teve, também, a função de duplo, ao oferecer ao grupo um espelho que garantia a continuidade narcísica de cada um dos participantes, quando estavam ameaçados pelos desejos destruidores e se encontravam em perigo.

Para o manejo destes conteúdos foram utilizados objetos mediadores, como filtros moderadores da intensidade pulsional ali mobilizadas, e, ainda, de atos analíticos de barra ao gozo mortífero, quando houve o impedimento direto de determinados movimentos de violência entre os membros do grupo, o que consentiu no acesso a algum processo de simbolização. A estratégia de divisão em pequenos grupos de trabalho criou um espaço intermediário, onde se pôde recuperar a atividade do pré-consciente e certa metaforização do sofrimento existente entre eles. O enquadre conteve e favoreceu a localização, pela relação transferencial, de uma psicopatologia dos laços instituídos e a “morte social” dos sujeitos (HONNETH, 2008), denunciada pela degradação nas relações de trabalho. No entanto, as alianças inconscientes asseguradoras desta psicopatologia não puderam ser rompidas e constatamos que as desorganizações proporcionavam seu encobrimento, o que garantiu a manutenção de um pacto narcísico e denegativo entre os participantes.

Capítulo 4 A organização desarranjada

Rap

*Chegamos na Casa com a tarefa programada,
Olhamos o cronograma, mas isso não dá em nada,
Cada dia é uma surpresa, uma coisa inesperada,
São crianças diferentes são todas abandonadas,
São crianças abusadas, sujas, espancada,
Nos sentimos **semideuses**⁴⁷ buscando uma saída,
um sorriso, uma esperança, um sentido para a vida.
Diante de tanta morte, às vezes, fica difícil
encontrar uma resposta, uma segurança numa
sociedade indiferente, em um sistema fodido.
É Conselho Tutelar, escola, família, hospital, Casa
Abrigo, assim não dá para trabalhar.
Então, a gente dá risada, brinca, pinta, dança,
canta, pra não chorar.
E o menino nos entende e começa a melhorar.
Descobre que o sentido é a gente ficar bem,
Seja na escola, na rua, na companhia de alguém.
E, então, a Casa da Praça ganha cor, vida e vigor,
E, assim, vai funcionando regada de muito amor.*

Autores: Diana, Zélia e Alice

(Criado durante a quinta sessão)

Neste capítulo analisaremos a história grupal de nossos educadores em Supervisão. Elaborar esta análise significa fazer um trabalho de decomposição, separação e fragmentação, na busca dos detalhes e dos processos inconscientes que produziram como efeito a desorganização do grupo de educadores. Analisar implica desconstruir, reconstruir e criar um outro texto, realizar um trabalho de criação teórica. Estamos de acordo com Assadi (2007), o texto teórico é invenção e criação e se assemelha a uma produção literária: no entanto, o primeiro tem guia, forma e metas, ao contrário do segundo, que é incerto à mercê dos devaneios de seu criador e não possui caminhos previamente definidos. Mas ambos são ficções a serem inventadas. A criação está na essência deste capítulo, que continuará a transformar a história do nosso grupo de educadores em um texto teórico.

Para descrevermos os processos de desorganizações identificadas no grupo, partiremos de seu inverso, buscaremos os indicadores que organizam a formação do grupo, ou seja, os

⁴⁷ Grifos nossos

organizadores psíquicos, compostos pela imago corporal, pelo aparelho psíquico grupal e pelas fantasias e os **organizadores socioculturais**.

A noção de organizadores da grupalidade permeia a epistemologia dos grupos. Desde Freud (1922) os mistérios sobre a organização de um grupo são debatidos. Com a prática clínica da psicanálise de grupo, Foulkes (1970) introduziu o conceito de ressonância fantasmática entre os participantes, como organizadora da grupalidade, e Ezriel (1998), seu contemporâneo, completou esse conceito atribuindo-lhe o papel de fundante do grupo. Bion (1975), por sua vez, sem nomear as fantasias como organizadores, criou as suposições básicas. Pontalis (1968) reconheceu que os supostos básicos – o ataque, o acasalamento e a dependência – são esquemas que organizam o comportamento do grupo e orientam a escolha de um líder. Os supostos básicos organizam o grupo e permitem que ele ingresse na psique singular como uma fantasia, o que indica que no grupo sejam produzidos efeitos imaginários e uma realidade psíquica específica.

Com as contribuições de Pontalis, Anzieu e Kaës continuaram a investigar os processos grupais e constataram que os sujeitos, ao se enlaçarem, produzem determinadas formações inconscientes, criando uma realidade psíquica que autoriza a configuração grupal. Essa configuração é possível pela entrada dos organizadores psíquicos inconscientes e os organizadores socioculturais no grupo. Com estes organizadores analisaremos a história do nosso grupo de educadores. No entanto, antes de continuarmos, é importante mencionar como a metapsicologia psicanalítica de Kaës (2000) concebe o **grupo**, o que contribuirá para a compreensão de seus processos organizadores.

O grupo é uma construção dos sujeitos, uma estrutura tecida pela história singular de cada um e que mobiliza certos processos e formações que sustentam essa construção. Esta estrutura é **continente e receptáculo**, onde se operam processos psíquicos, trabalho de transformação dos conteúdos destruidores em um continente humano ativo e apto e tornam possíveis os processos de metabolização.

A grupalidade como um continente e um espaço de transicionalidade é, dessa maneira, entendida como uma **zona intermediária** de experiência e de passagem (de transição) entre dois estados de ruptura em continuidade. É um espaço paradoxal, pois sempre há uma incerteza quanto ao restabelecimento dessa continuidade, da confiança e da integridade de si e do ambiente.

Ele pode significar para seus membros um espaço transicional, suplementar e de prótese aos mecanismos de regulação dos recursos faltantes a cada membro. Também fornece

apoio e modelo aos recursos não utilizados pelo sujeito e a reestruturação de suas formações grupais inconscientes.

O agrupamento não é um indivíduo, porém se apoia na corporeidade de seus membros, sobre o corpo dos participantes. Não é um organismo, não é um indivíduo, não é um conselho de administração de negócios ou um escritório político de um partido. É uma convenção, uma forma de **laço social** regida pelas relações simbólicas de diferenças, articuladas à Lei, à autoridade e ao poder.

O grupo é um **objeto** psiquicamente investido, é uma formação inconsciente na psique do sujeito singular, isto é, o psiquismo singular é estruturado por formações grupais. É um objeto fantasmático, de investimentos e de representações das formações grupais do psiquismo singular. O grupo objeto abraça o grupo social, desde que essa dimensão forneça a matéria para compor o objeto grupo e transforme-se em representação intrapsíquica singular. Desse modo, o grupo e o social são inseparáveis. Nesta composição desenvolvem-se processos formadores de uma realidade psíquica própria e específica organizadora do agrupamento. Nas palavras de Kaës,

[...] o grupo é como um sonho (Anzieu) [...] é também um lugar de meio de dependência, de defesa contra os maus objetos, da expectativa messiânica (Bion) [...] é ainda meio de proteção contra a solidão e o medo (G. Róheim), objeto das expectativas, da partilha de ideais comuns e de ilusões, lugar de estruturação das identificações, espaço “em que o Eu pode ocorrer” (Aulagnier), conteúdo metapsíquico, espaço em que se estabelecem alianças inconscientes estruturantes, defensivas, ofensivas ou alienantes, etc.(2007 p.29)

4.1 O que organiza um grupo?

Para realizar a passagem da pluralidade à grupalidade, como um conjunto social, uma instituição, um grupo, é preciso haver certas condições de possibilidade capazes de garantir a sustentação e a expressão de seu desenvolvimento. Os sujeitos, ao se enlaçarem, criam uma realidade psíquica formada por vários elementos reunidos, uma realidade própria e específica de cada enlaçamento intersubjetivo e instituinte do grupo. Essa possibilidade de reunir elementos, integrando-os, é proporcionada pelos organizadores do processo grupal.

Para Kaës (1997) os organizadores são processos e formações psíquicas combinadas e produtoras de efeitos específicos nos grupos e nos sujeitos singulares, que são ao mesmo tempo seus suportes e agentes. Os organizadores permitem a descrição e a análise de uma estrutura grupal, a partir de um princípio ordenador, que arranja os acontecimentos psíquicos e os laços grupais.

Como já mencionamos, o conceito de organizadores dos laços e da grupalidade foi cunhado por Anzieu e Kaës, apoiados nos escritos de Lacan e Spitz. Ambos retiram de Lacan o termo organizador psíquico, concebido como uma organização que dirige ou determina processos de desenvolvimento, uma estrutura de determinantes de transformações. Neste sentido, os organizadores são descritos como complexos: o do desmame, o da intrusão e o do Édipo, cada um deles determinantes em um momento de desenvolvimento do psiquismo, e organizadores desse desenvolvimento. Explica Lacan (2008, p.18):

Os complexos, no entanto, demonstram desempenhar um papel de “organizadores” no desenvolvimento psíquico; assim, eles dominam os fenômenos que, na consciência, parecem os mais integrados à personalidade; assim, são motivadas no inconsciente não apenas justificações passionais, mas racionalizações objetáveis. O alcance da família como objeto e circunstância foi ao mesmo tempo, aumentado.

Com a concepção de complexos familiares, Lacan revolucionou o conhecimento psicanalítico. Os complexos são organizadores da subjetividade, que operam no entrecruzamento das relações familiares, do desenvolvimento da personalidade e da psicopatologia dos laços familiares. Esses organizadores são compreendidos como uma sucessão de estruturas correlativas do sujeito e de outros, que integram e sustentam seu desenvolvimento.

Em Spitz, os organizadores correspondem a certos estados críticos do desenvolvimento psicológico e afetivo das crianças, que serão ultrapassados por meio da combinação e integração desses estados críticos a anteriores, criando novos modelos de comportamento, cada vez mais complexos. Ele se refere a certos momentos do desenvolvimento infantil como fatores organizadores. São

[...] épocas específicas nas quais acontece uma mudança, uma reorganização completa da estrutura física, um despertar. São períodos particularmente vulneráveis, durante os quais qualquer traumatismo tem consequências específicas de gravidade. (SPITZ, 2004, p. 33, 34).

Assim, determinados indicadores de esquemas específicos de comportamento sugerem a presença do organizador. O indicador do primeiro organizador do psiquismo é “o aparecimento da reação de sorriso” (Ibid., p. 107).

A partir dessas contribuições, acrescidas de modelos matemáticos (as noções de conjuntos isomórficos e homomórficos), Kaës (1997) usará o conceito de organizadores como sistema de compreensão do desenvolvimento da vida psíquica grupal, da relação recíproca entre o sujeito e o grupo. Eles regem o curso dos eventos psíquicos dos grupos e são definidos como “nada mais que as formações e os processos do desejo, do amor e do ódio, os quais fazem o laço entre o sujeito, seus objetos e ele próprio” (p. 180). Os organizadores enquanto

formações determinam posição, lugares aos quais os sujeitos se identificam e se destinam, o que possibilita a construção de laços.

4.2 Os organizadores psíquicos inconscientes e socioculturais

Kaës (1997) indica dois organizadores da grupalidade, os psíquicos e os socioculturais. Os **organizadores psíquicos** designam as formações inconscientes complexas que garantem, sustentam e organizam o grupo e os laços entre os integrantes: são os principais grupos internos, como a imago do próprio corpo, as imagos e complexos familiares, as fantasias originárias e envelope do aparelho psíquico grupal. Kaës (1997) considera o complexo de Édipo como **metaorganizador**, contém os demais organizadores.

Os organizadores socioculturais do objeto grupo são as figurações, os modelos de grupo existentes nas obras culturais, sem os quais é impossível o agrupamento. São próprios de cada cultura, funcionam como código cultural de cada sociedade. Esses modelos permitem a grupalidade, a cadeia discursiva, pois os membros têm uma representação compartilhada por todos. Os organizadores psíquicos se constituem a partir da união, da convergência de um organizador psíquico com um organizador sociocultural.

Os organizadores articulam diferentes ordens, a do sujeito singular e a dos conjuntos, asseguram a passagem de uma ordem à outra e, articulam a dimensão social envolvida no processo grupal. Por essa razão, por articular três dimensões, o singular, o plural e o social, esses organizadores foram eleitos para a análise do nosso grupo. Outros autores mencionados, como Pichon-Rivière (1985) e Anzieu (1990 b), destacaram a dimensão social na formação do grupo, no entanto, sem o aprofundamento realizado por Kaës (2012). Esses organizadores articulados entre si contribuem para a compreensão dos processos grupais desencadeados numa realidade social complexa.

Os organizadores se anunciam desde o início da vida grupal, com a instauração da cadeia associativa por um dos integrantes. Eles contêm a ideia de desenvolvimento, de paradoxos, de temporalidade e da união entre singular e plural. Há conflitos entre eles e estão em constante tensão. Os organizadores estão presentes em todos os processos de mudança, devendo acompanhar seus processos de funcionamento e desenvolvimento no decorrer das transformações psíquicas grupais.

A realidade psíquica construída e o processo grupal apresentam determinado/s organizador/es que sustenta/m - as identificações e os laços entre os sujeitos. O grupo interno é um esquema organizador; a fantasia, por sua vez, também é um grupo interno que, no agrupamento ao entrar em ressonância com os grupos internos e a fantasia dos demais

participantes, organiza o grupo. Em outras palavras, a fantasia de um dos membros do grupo entra em ressonância com a maioria das fantasias dos demais, organizando toda a vida grupal. Uma determinada fantasia do sujeito singular organiza uma estrutura a partir da atração que exerce sobre os participantes ao chamá-los a ocupar posições no cenário. Outras fantasias ou grupos internos poderão não estabelecer ligações entre os participantes em dado momento; ou poderão vir a ligá-los em outro tempo ou ao mesmo tempo. No grupo por nós estudado duas fantasias atraíram e ligaram os participantes, além de outros organizadores psíquicos, como a imago corporal e o aparelho psíquico grupal, apoiados nos organizadores socioculturais, nos modelos sociais de grupalidade e da prática educativa de “crianças nomeadas como de rua”.

Na análise do processo das desorganizações consideramos além dos organizadores, o **enquadre** como o primeiro organizador do processo grupal, por sua função simbólica de limite, de continente, elemento necessário à instauração da Supervisão e da psicanálise de grupo na suposição de que com o enquadre é possível aos participantes criar uma outra dimensão, a de um tempo e um espaço compartilhado.

4.3 O enquadre

Em suas experiências com grupos, Bion foi pioneiro em determinar a importância das regras de funcionamento das sessões, como organizadores dos processos grupais. No grupo de educadores, o enquadre constituiu-se como primeiro organizador: o grupo se apoiou em uma rede de regulamentos explícitos, num continente, intermediário e de depósito como também serviu para ligar as angústias às representações simbólicas.

No grupo estudado um conjunto de regras foi fixado, junto àquelas próprias do método psicanalítico: a regra da abstinência, que se refere à proibição de qualquer relação pessoal do analista com os participantes e a regra da livre associação, pela qual os participantes deviam exprimir o que pensavam, imaginavam, sentiam, e cabia à analista compreender como transferência ou resistência à transferência, aquilo que os participantes expressassem. Juntamente com outros elementos da grupalidade, Anzieu considera que “[...] as regras são objeto de investimentos fantasmáticos e de contrainvestimentos defensivos, podendo ser interpretados” (ANZIEU, 1990 b, p. 3).

Dessa maneira, outras regras foram determinadas, como a fixação de um espaço físico diferente daquele diário; a posição do corpo, sentados e em círculo durante as sessões; a frequência, duas horas semanais; a duração, e a tarefa simbólica exigida dos sujeitos, ou seja, falar, cantar, brincar, improvisar um papel ou produzir algum documento.

No nosso caso, às regras próprias ao enquadre psicanalítico, outras foram acrescentadas, discutidas e elaboradas em conjunto – analista e participantes –, o que resultou no seguinte acordo: 1º) todos deveriam priorizar o trabalho grupal comprometendo-se com a supervisão; 2º) o horário de trabalho grupal deveria ser respeitado; 3º) seria garantida a liberdade de expressão; 4º) não haveria agressão física; 5º) não sairiam fofocas do grupo; 6º) não atenderiam ao telefone e celulares; 7º) não sairiam do grupo durante as sessões; 8º) nenhum membro da diretoria da entidade mantenedora participaria dessa Supervisão e, 9º) todas as opiniões deveriam ser valorizadas.

Esse conjunto de regras, ao ser debatido organizadamente, permitiu aos integrantes efetuar um trabalho psíquico sob o domínio dos processos secundários, quando o juízo, a percepção e o raciocínio controlaram e amarraram os laços. Todavia, quando, em um segundo tempo, com as regras claras e já definidas, o grupo em funcionamento com o método psicanalítico, imediatamente se apoiou nos processos primários, soltou as amarras, atravessou uma regressão generalizada e se desorganizou, contrariando as proposições de Bion (1975) sobre a potência das regras na manutenção da organização grupal.

A partir delas, os participantes desenvolveram produções fantasmáticas, que ao circularem no grupo atingiram o conjunto, desestruturando-o. As regras como remédio para combater a desorganização foram insuficientes, diferente da experiência de Bion (1975) com seus soldados feridos organizados e disciplinados, que as cumpriram.

Fiquei convencido de que o que se exigia (**no grupo**) era o (**mesmo**) tipo de disciplina (**e regras**) conseguido num teatro de guerra por um oficial experimentado no comando de um batalhão bastante velhaco. Mas que tipo de disciplina era esse? [...] a disciplina exigida depende [...] da presença do inimigo, que fornece um perigo comum e um objetivo comum; e a presença de um oficial que sendo experimentado, conhece algumas de suas próprias deficiências, respeita a integridade de seus homens e não tem medo de sua boa vontade nem de sua hostilidade. (p. 5). [grifos nossos].

No caso de Bion, o inimigo era a perturbação neurótica como incapacitante para a comunidade militar. Com o imperativo da disciplina e das regras, Bion transformou esse inimigo em objetivo do grupo, o que possibilitou o tratamento das questões da neurose em grupo. Diferentemente, nosso grupo de educadores, em que a manutenção das regras e da organização era sempre um desafio, como era de se esperar, elegeu em deslocamento, vários inimigos, ora um membro, ora outros, os meninos de rua, o próprio grupo, a analista. Romperam-se as regras, foi atacado, o que contribuiu para a desorganização, mas a existência do enquadre contribuiu para que o grupo se mantivesse.

Diana irrompeu contra Carlo, com a acusação de maus-tratos às crianças, o que foi compartilhado por uma parte do grupo, tornando-o depositário da “infração” e do não saber educar as crianças. Em outro momento, Rafael e Cíntia o confirmaram como inimigo, pois *sua postura com a criança não tinha condições*. Renata, a coordenadora, ao mencionar o descompromisso de Carlo com as crianças, adicionou à lista de infrações, *sua falta de responsabilidade no encaminhamento de relatórios ao ECA e ao Juiz*.

Carlo foi o representante escolhido para ser o depositário da inadequação ao menino e ao enquadre. Além de Diana, outros foram sucessivamente atribuindo a ele essa função de depósito, que, por condições que lhe eram próprias, serviu ao grupo também como porta-sintoma (KAËS, 1997), aquele que enunciou o sintoma do conjunto. Como já mencionamos, em seu conceito de porta-sintoma, Kaës (2012) considera que no grupo o sujeito é singular e plural, é sujeito falante de sua própria subjetividade e sujeito falado na rede intersubjetiva, quando há um laço entre o portador e o conteúdo de materiais inconscientes transportados. Esse conteúdo transportado é matéria psíquica submetida aos efeitos do inconsciente que só pode ser observado em situação de grupo.

O reencontro entre o singular e o plural, entre Carlo, Diana e o conjunto de educadores produziu um efeito em que os participantes puderam portar algo de si e do conjunto, a partir de duas estruturas associativas, organizadas entre o aparelho psíquico singular e os agenciamentos das ligações intersubjetivas. Desse modo, na função do portador – “o sujeito porta e transporta, sem que saiba, para outro ou para um conjunto de outros, sem que saibam, signos, afetos, objetos (bons ou maus), cenas inconscientes, ideias e ideais” (KAËS, 2012, p. 164).

Carlo, enquanto porta-sintoma do grupo, evidenciava a identificação maciça com os meninos, em sua condição de ter sido exposto e humilhado por Diana, ao mesmo tempo que expunha as relações institucionais violentas, da qual cada um se beneficiava. Dessa maneira, por sua própria conta e por conta de outros sujeitos do grupo, simultaneamente bloqueava o acesso ao sintoma e, por meio da encenação, transformava o grupo num lugar para o retorno do recalcado de cada um e do conjunto. A esse aspecto retornaremos mais adiante.

Voltemos às regras combinadas com o grupo. O contrato firmado teve dupla finalidade: a primeira, como já referimos, era delimitar um continente seguro para os participantes; a segunda finalidade era alcançar o diagnóstico vivo dos nós produzidos pelo/no enlaçamento, mediante a enunciação dos conflitos existentes na grupalidade. Já se esperava que o inverso do acordado ocorresse: de um lado, a própria regra psicanalítica de falar livremente induz, no inconsciente dos participantes, os desejos recalcados e a angústia de sua

transgressão como também é uma imposição que obrigava todos a falarem. De outro lado, esperávamos as transgressões às regras enunciadas por eles, uma vez que diziam dos conflitos cotidianos existentes na vida grupal. Por meio da encenação, esses conflitos foram objeto de tratamento na Supervisão.

Todas as regras foram violadas, fato comum nos grupos; todavia, o inusitado foi a velocidade em que se produziu e que resultou na ruptura do enquadre e na desorganização: desde o início não chegavam no horário combinado, ficavam em pé, Carlo saía com frequência durante as sessões, outro foi à farmácia comprar remédios e mais um outro, para realizar uma atividade pessoal. Renata, Cleonice, Cíntia e Rafael foram convocados para outros encontros, se ausentavam ou se atrasavam para a Supervisão. Desse modo, ao saírem ou chegarem atrasados, produziam uma desarrumação: a cadeia discursiva era interrompida, todos se desacomodavam e se reacomodavam e se reviravam e reviravam a dinâmica e o espaço grupal. Contudo, foi nessas confusões e na ruptura do enquadre que o grupo se organizou e os participantes expressaram suas angústias:

– *Não quero falar aqui,*

– *Não gosto de vir aqui, essas sessões não mudam nada, fica tudo igual,*

– *Me sinto prisioneiro, olhando aquela porta, me dá uma sensação ruim, estou sufocado, eu não gosto dessa reunião.*

Outras vezes, a transgressão das regras e a desorganização significaram um ataque entre eles e à analista, com o predomínio de intensa hostilidade, que acarretou um bloqueio dos processos associativos e o impedimento ao pensamento. Esse ataque ao enquadre demonstrava, também, ser ali o lugar onde estavam incrustados os elementos arcaicos do eu, como sugeriu Bleger (1997). Assim, esse ataque demonstrou que o enquadre, ao se tornar um continente psíquico apropriado, garantiu a emancipação dessa parte mais arcaica do eu.

Os estudos já mencionados de Bleger, sobre as instituições e a psicose levaram-no a destacar a importância do enquadre, tanto na relação mãe-bebê, como no tratamento, na psicanálise individual e institucional. Seu interesse centrou-se no próprio enquadre e não em suas perturbações propriamente ditas. Suas contribuições iluminam nossa compreensão daquelas descontinuidades no grupo. A leitura desses estudos a respeito dos ataques ao enquadre e das rupturas nos informa sobre o modo como foi utilizado pelo grupo, como um lugar de exposição de um mundo fantasmático, carregado de um excesso de acontecimentos sem representação, um lugar onde se evidenciava o “mais arcaico do eu” daqueles sujeitos ali reunidos.

Dessa maneira, seguindo as proposições de Bleger, o grupo valeu-se do enquadre em todas as suas funções e amplitude. Conteve e transbordou a organização mais primitiva e menos diferenciada da personalidade daqueles sujeitos. Os desarranjos no enquadre do grupo de educadores evidenciou, também, as falhas na constituição e no desenvolvimento do eu de alguns participantes. Esse acontecimento pôde ser trazido à luz pois o enquadre se revelou um não processo e um processo desenvolvido e apoiado nas invariantes do método psicanalítico.

Bleger (1997) admitiu que o enquadre, por ser mudo, evoca a fase inicial da infância, a simbiose mãe-bebê, “o elemento fusional eu-corpo-mundo de cuja imutabilidade depende a formação, existência e diferenciação do eu, do objeto, da imagem do corpo, do corpo da mente” (1997, p. 255). Com o silêncio do analista essa relação simbiótica é atualizada. Enquanto o enquadre permanece mudo, não temos uma percepção consciente e um conceito sobre ele. Somente o conhecemos na ruptura ou na ameaça de ruptura, como ocorreu nas sessões grupais. Na irregularidade o enquadre se fez presente, quando surgiu uma ameaça ao suporte do eu singular no grupo, o que significou uma ameaça à parte simbiótica da personalidade, pois é receptor dessa simbiose. Com sua ruptura, essa parte não-eu, essa simbiose e indiferenciação, “a parte mais louca ou narcísica do funcionamento psíquico está disposta a depositar-se e a descansar sobre o enquadre. O processo, com suas múltiplas, imprevisíveis vicissitudes poderá desenrolar-se” (p. 256) e, ao ser exposta, pode ser tratada durante a análise.

O enquadre é uma instituição onde se deposita o mais primitivo de cada um. Ele ocupa uma posição meta⁴⁸ em relação ao conteúdo, caso haja mudança no enquadre o conteúdo também se altera. Bleger (1997), ao exemplificar essa posição meta do enquadre, com a análise de psicóticos, pondera que, no caso de alteração do enquadre, haverá o risco de desorganização, que afetará os apoios do eu do paciente, o que significa uma ameaça a tudo que o constitui.

O enquadre tem diversas funções na psicanálise grupal: é um lugar de depósito, tem uma função de continente, que consiste em alcançar certa estabilidade para que haja processo, mobilidade e criatividade; ele garante os limites do sujeito e de seu espaço psíquico, com as distinções entre o eu e o não-eu, entre interior e exterior. Como é “um não ato”, dá acesso à negação: a oposição, a discriminação, a diferenciação, em que se instaura um processo de simbolização e de condições de pensamento. É um espaço da transicionalidade, um lugar habitado pelo paradoxo e pelo indizível.

⁴⁸ Conforme o Dicionário eletrônico Houaiss a palavra meta origina-se do culto, do adv.prep.gr. *metá* ‘entre; atrás; segundo; durante’.

O enquadre foi encontrado e criado pelos participantes do nosso grupo de educadores. Nele colocaram sua própria desorganização, com a repetição e a exposição do mais primitivo, da simbiose, da indiferenciação como também o enquadre permitiu que fosse revelada a vivência de situações catastróficas na vida pessoal e no ambiente institucional agressivo.

Nas irregularidades, com a predominância da angústia e da mostração, os participantes expressaram, ainda, os laços de desconfiança para com a analista e entre si, as condutas desorientadas e violentas com as crianças, consigo mesmos e com os demais até desembocarem adoecidos nas descompensações psicossomáticas, com dores no corpo e *todos gripados*. Essa demonstração foi possível graças ao enquadre, que foi mantido, mesmo que a duras penas e que, por ser diferente do próprio cotidiano, permitiu a evidência dos conteúdos mais arcaicos do eu e a exteriorização de um mundo fantasmático, manifestado pela repetição, em que o grupo era um aglomerado isomórfico: eles e os meninos, todos aglutinados. Por outro lado, as desorganizações provenientes do enquadre foram delineando uma problemática do limite, da indiferenciação de lugares e de espaços.

Sabemos, desde Bion, (1975), Pichon-Rivière (1985), Fumagalli (1981) Anzieu (1990b), Kaës (2012), da importância do enquadre no início de todo grupo, momento caótico para os participantes, em que se delineia a criação de um primeiro continente. No decorrer do processo ele se prolongará com a construção dos envelopes psíquicos sonoros e táteis até a criação de um aparelho psíquico grupal, asseguradores de certa organização. Esse envelope será capaz de reter o contido, encerrando dentro de si os processos psíquicos desencadeados no grupo.

No grupo estudado o enquadre estruturou um continente. Entretanto, de início, por estar em construção, não foi capaz de possuir por completo essa função continente, em sua dimensão ativa e transformadora, o que favoreceu a emergência de forças destrutivas. Esse ataque inicial pôde qualificar a destrutividade presente no agrupamento e, do mesmo modo, revelou o funcionamento de cada sujeito, da própria equipe e da instituição, como promotores da confusão e do ataque às capacidades de ligação. No entanto, com as garantias asseguradas pelo enquadre, o grupo foi se organizando, incorporando-o.

4.3.1 O tempo e o grupo

Pelo fato de o enquadre determinar uma constância de tempo e de espaço, ele possibilita a organização de uma temporalidade própria a cada agrupamento. Descobrimos, ao escrever esta história, que uma musicalidade soava nas irregularidades do enquadre. Essa sonoridade aparecia, ritmadamente, no início das sessões, quando irrompia a dúvida: o grupo

sobreviverá? Mas, o grupo continuava e repetia a mesma musicalidade e a mesma cadência, até quando, num inesperado instante, outra desestruturação acontecia. Era atingido por algo que vinha de fora? Ou de dentro? Era uma obscura passagem, naquele enquanto. Seria resultado da presença do informe, do outro, do improvável, que ao alcançar os corpos dos participantes e o corpo-grupal fazia brotar estranhos elementos desorganizadores?

O grupo contém em si algo de misterioso, e mesmo que seja nosso antigo conhecido, participar dele é deparar-se com o inédito, com outros tempos. Em grupo cada tempo singular será reduzido a uma única temporalidade, que contém diferentes tempos: o primeiro, o tempo do inconsciente, paradoxal, pois nele não existe a temporalidade linear, a temporalidade dos relógios ou dos calendários. Nele habita o tempo da pulsão e o tempo da repetição, uma certa temporalidade que se liga ao inconsciente. O tempo do inconsciente está nas representações do tempo das origens, da fantasia de imortalidade; o tempo das representações e dos afetos recalcados da ferida narcísica; o tempo da separação; o tempo cíclico e o tempo reversível e repetitivo da regressão.

O segundo, o tempo no grupo é o tempo próprio de cada sujeito, descrito por Kaës “como o tempo do sujeito que persegue seu próprio fim” (1985, p. 9). O tempo de sua história singular, o tempo de sua subjetividade, o tempo particular de viver: a ausência, a separação, a depressão. Esse tempo singular está apoiado no tempo impessoal do inconsciente, semelhante à fantasia, ou seja, cada sujeito singulariza a articulação com a fantasia de origem no grupo.

O terceiro tempo é o tempo do sujeito submetido à existência do grupo. O grupo, por sua vez, convoca dois tempos: o tempo no qual o sujeito persegue seu próprio fim e o tempo em que cada um ocupará um lugar na rede intersubjetiva. No intervalo desses tempos, num embate entre o narcisismo singular e o narcisismo grupal, é construído o tempo grupal. Ele é indissociável do advento da palavra e do discurso, é um tempo de ligação entre o tempo subjetivo e o tempo das origens comuns. Ele une, liga tempos diferentes, permite ultrapassar o tempo indiferenciado, une o tempo do inconsciente ao tempo do sujeito singular. O tempo grupal é o tempo do intermediário, do entremeio da presença e da ausência, tempo de separação, que constitui o sujeito em separado e lhe dá acesso à palavra.

Outras dimensões ali se implicam: a ilusão de estarem todos no mesmo tempo, de viverem as mesmas experiências, as ilusões do desaparecimento das fronteiras entre as singularidades. No grupo, o tempo da ilusão, criativa ou mortífera, ou a abolição dos tempos singulares apoia os momentos depressivos. O tempo que assegura de uma maneira destrutiva a imortalidade e a identificação de uns aos outros também tem existência no grupo.

Quando assistimos às inúmeras desorganizações do nosso grupo, em que o tempo, com sua música própria, se estancava na dúvida, na paralisia ou se acelerava na confusão, quando éramos tomadas por uma profunda ansiedade e pelo tempo da urgência, desejando precipitar, antecipar o tempo, nos perguntávamos: qual o tempo necessário para sair da confusão? Viria o tempo da elaboração?

Nas incertezas e descompassos de tempos do enquadre, de cada um, do próprio grupo, dos meninos e do contexto, tudo se confundia. Na presença de diferentes tempos se desenhou uma problemática temporal, geradora de inúmeras contradições: a urgência dos meninos e a lentidão dos laços de confiança; o tempo da diretoria da ONG, sem o tempo necessário de conhecimento do Centro; e, o tempo da PMSP surgia na pressa em cobrar, na pressa em acabar, era o tempo que não lhes dava o devido tempo, no tempo de cada um e do grupo.

Além disso, o tempo para instaurar o grupo da Supervisão requeria um trabalho psíquico de diferenciação dos tempos: do tempo singular, do tempo do grupo, do tempo das crianças e do tempo das instituições. Essa diferenciação suscitava uma grande angústia. Com a enunciação do enquadre psicanalítico outro tempo foi requerido, o tempo da regressão, a um outro lugar e a um outro tempo. Esse outro tempo permitiu o acesso aos tempos da repetição, ao tempo do retorno do recalcado, ao tempo reversivo e cíclico, inclusive ao tempo das origens - voltar a começar, e recomeçar, e recomeçar.

Na transferência se atualizam esses diferentes tempos. No trabalho grupal mais uma outra dimensão foi construída, o tempo sincrônico, tempo inventado pelo grupo para cada um tornar-se membro. Em grupo, cada membro participa do tempo de sua fundação, do tempo do mito, cada um retoma partes do enunciado, do discurso do grupo que vai constituí-lo como membro desse grupo. Escreve Kaës (1985):

Entre os membros do grupo e o conjunto grupal, se funda um contrato, de se ter um lugar assegurado nesse conjunto coletivo, portanto está reassegurado narcisicamente a possibilidade de existir no grupo ou na instituição, na medida em que cada um dos participantes retoma os enunciados fundadores do tempo originário, inaugurado no ato fundador, no ato de casal ou no de todo o grupo (p.7).

Para se pertencer a um grupo é necessária uma garantia prévia, um tempo anterior, um arranjo original, denominado por Kaës de contrato narcísico. Esse conceito foi criado por Aulagnier (1975), em seus estudos sobre a psicose, e aplicado ao grupo por Kaës. É o contrato narcísico que possibilita ao indivíduo se tornar sujeito, a partir de um reconhecimento social, adquirido por meio da garantia de ter um lugar certificado no grupo familiar.

Ao nascer, o bebê precisará da garantia prévia de um lugar no grupo familiar, precisará desse lugar antecipadamente assegurado de uma origem; precisará da garantia de continuidade

entre as gerações; e, ainda, ao recém-nascido, e ao futuro adulto, deve ser garantido o direito de ocupar um lugar social. Um direito que se fundamenta não apenas no veredito dos pais, mas também no reconhecimento de um grupo, que afiança ao recém-nascido uma filiação. O bebê advirá como sujeito, por meio de garantias contratuais, prescritas no contrato narcísico, como dirá Aulagnier:

O contrato narcísico tem como signatários a criança e o grupo. A catexização da criança por parte do grupo antecipa a criança ao grupo. Com efeito, temos visto que, desde sua chegada ao mundo, o grupo catexiza o *infans* com voz futura, ao qual solicitará que repita os enunciados de uma voz morta, garantindo assim a permanência qualitativa e quantitativa de um corpo que se autorregenera de forma contínua. Enquanto a criança, e como contrapartida de sua catexização pelo grupo e por seus modelos, demandará o direito assegurado de ocupar um lugar independente do exclusivo veredito parental. A ela será oferecido um modelo ideal, que os outros não podem rechaçar sem rechaçar ao mesmo tempo, as leis do conjunto, que lhe permita conservar a ilusão de uma existência atemporal projetada sobre o conjunto e, em primeiro lugar, em um projeto do conjunto que, segundo se supõe, seus sucessores retomarão e preservarão. (AULAGNIER, 1975, p.164).

Kaës retoma o conceito de contrato narcísico como necessário ao nascimento e manutenção da grupalidade. Para que os sujeitos enlaçados se constituam e se mantenham em grupo é imprescindível a fundação desse contrato, que garante a existência e o lugar de cada um no conjunto. Nosso psicanalista reitera: só com alguma garantia de um lugar no grupo, o indivíduo torna-se sujeito e advém psíquico, pois “o contrato narcísico se estabelece graças a pré-investimentos narcísicos, por parte do conjunto, no *infans* como voz futura que tomará o lugar que o atribua: dotando a ele, por antecipação, de uma posição e lugar de sujeito do grupo” (1997, p. 264). Kaës (Ibid) pondera ainda que o contrato narcísico está no fundamento de toda relação do sujeito com a sociedade, do sujeito com o conjunto, do discurso singular e do discurso cultural. Os pais, especialmente a mãe, por esse contrato, assumem para o *infans* a função de porta-palavras das expectativas do grupo familiar ao qual pertencem, e a mãe expressa também seus próprios desejos.

Os membros de nosso grupo, ao chegarem à Supervisão, já haviam estabelecido no tempo o contrato narcísico: da demanda, do pedido, quando os futuros membros do grupo se mobilizaram para pertencer ao grupo de Supervisão e puderam depositar suas expectativas nesse novo encontro. Houve um tempo de espera até o início do grupo, esse tempo foi o tempo dos pré-investimentos, o tempo nomeado por Kaës (1985) como tempo da pré-transferência, da pré-elaboração, o tempo da própria formulação desse contrato.

De posse desse contrato, não sem intensos conflitos e desorganizações, os participantes construíram uma conturbada temporalidade grupal, marcada por interrupções,

por sobressaltos, a partir do tempo próprio de cada um, do enquadre do trabalho psicanalítico, da duração, do ritmo das sessões e do seu final. Na espera pela Supervisão anteciparam o lugar de cada um no processo, a posição do sujeito em relação aos outros sujeitos na expectativa de que o tempo próprio de cada um deles fosse inscrito num novo tempo compartilhado.

A partir da contratação da Supervisão, os participantes do grupo foram agravando o sintoma grupal e na pré-elaboração iniciada, antes mesmo da primeira sessão, os sujeitos já estavam reunidos na fantasia de ser um grupo. Essa fantasia, fomentada pela mobilização da sedução e da dominação e com o estímulo do fato de estarem frente a frente, produziu efeitos de fantasia inconsciente, que acionaram as fantasias originárias.

O grupo já antecipava nas relações intersubjetivas, um enquadre ou uma marca temporal, que iria contê-los e receberia como depósito os elementos, as formações psíquicas específicas mobilizadas desde a discussão da demanda. Ainda sem as certezas da efetividade e a conflitualidade própria desse contrato narcísico, iniciaram o grupo. Diana procurou ocupar todos os lugares e os demais se sentiram ameaçados e sem lugar, por um elemento do grupo e pelo próprio agrupamento dispararam uma desenfreada busca de posições e de urgência identificatória (MISSENARD, 2003).

No início do grupo de educadores ao ocuparem um lugar, os participantes se identificaram uns com os outros, havia uma urgência identificatória (MISSENARD, 2003), um trabalho psíquico foi movimentado, que deu início a um processo de fantasmática, interfantasmática e identificações. Por meio das identificações lidavam com o fantasma de aniquilamento, com a falta de lugar e a falta a ser no conjunto. Esse alvoroço foi nomeado por Missenard (2003), em seus estudos sobre o narcisismo no grupo, como urgência identificatória.

Todos estavam também mobilizados diante de uma analista, de um diferente, que era supostamente a única a ter um lugar garantido, enquanto os integrantes eram os desalojados, os expostos às novas regras; isso levou os participantes a procurarem imediatamente referências identificatórias, resultando numa divisão entre eles: alguns aderiram a Diana e Rafael, outros se aliaram a Carlo, como fizeram Marina e Cíntia.

Diante da falta de referências esboçou-se um “tênue limite do eu” em que modos de referências antigos se atualizaram, seja sob a forma de laços intersubjetivos, de projeções, de identificações projetivas e de projeções de partes limitadas do psiquismo de cada um sobre alguns outros, seja sob a forma de laços fantasmáticos antigos, adentrando no grupo os fantasmas de incorporação e de devoramento. Esses fantasmas visavam cobrir a falta

identificatória do início da vida grupal. Eram fenômenos de natureza regressiva, pertencentes a um outro tempo, relacionado às **origens** do sujeito singular.

Desse modo, Diana, a porta-palavra da rivalidade fraterna compartilhada entre os demais, retornou a outro tempo e, tentando ocupar todos os lugares, procurou vorazmente expulsar Carlo, com a palavra bala acusatória. Nesse matar ou morrer, foi se configurando na cena grupal, a fantasia primitiva de um grupo-boca que devora e vomita, cobrindo a ameaça da falta identificatória diante de um narcisismo primitivo. Nesse movimento o grupo foi se construindo e se manteve organizado.

4.4 Organizadores psíquicos grupais

4.4.1 O grupo e o corpo

O retorno no tempo e a construção de uma temporalidade grupal com a entrada da fantasia primitiva de um grupo-boca efetivou um novo movimento em prol da manutenção da grupalidade. O trabalho analítico foi marcado por diferentes modos de desorganizações desde a confusão de línguas, a interrupção dos processos associativos; no entanto, algo novo emergiu em sua dinâmica, o estabelecimento de contato sonoro e tátil, por meio dos cantos e contatos corporais: do pele com pele. Esses contatos aparentemente desorganizadores, naquela grupalidade modularam uma nova qualidade nos laços intersubjetivos.

A visão desse modo diferente de funcionamento, a princípio estranho, dava-nos a impressão de uma grande confusão, em que era impossível a representação e a palavra. Os participantes nos momentos de muita angústia se colavam: peles, braços e pernas, trocavam entre si os sapatos ou, cantando, se embalavam; quando os corpos se misturavam, tudo se mesclava, quando era impossível distinguir o dono de cada parte, faziam um nó, um só corpo. Numa confusa indiferenciação, sem palavras, restavam os corpos.

Esse efeito do conjunto, o engendramento pelo som e pelo contato pele com pele, testemunhava a força e a riqueza do grupo, sua capacidade de enfrentar as dificuldades nos momentos mais angustiantes e/ou mais solitários. Por outro lado, presenciamos que mesmo no caos, algum trabalho psíquico grupal se realizava, a partir do som e da pele. Isso nos levou a pesquisar o corpo em grupo, no grupo, o corpo como um grupo e seu efeito organizador/desorganizador.

Diferentes analistas grupais como Foulkes (1970), Bion (1975), Anzieu (1990b), Pontalis (1968) e Kaës (2000) introduziram o corpo em seus estudos sobre grupo, destacaram que na própria representação de grupo, o corpo está presente e se confunde com ele, ou

melhor, o grupo é pensado e referido como um corpo: célula, corporação, membros, organismo. É, ainda, a imago corporal um organizador privilegiado da representação do objeto grupo.

Entre esses psicanalistas de grupo, o corpo é abordado desde metáfora até relacionado a outros elementos mais complexos, como é o caso de Kaës, que tem uma concepção diferente da aplicação da metáfora do corpo aos grupos. Ele destaca que o estudo das representações do grupo se refere ao espaço vivido do corpo e, inversamente, algumas representações do corpo se figuram sob a forma de grupo:

Todo grupo se organiza só como metáfora ou como metonímia do corpo ou de partes do corpo. A vida grupal e os sujeitos se definem na relação que se estabelece entre o espaço vivido (do corpo) e a representação deste corpo, entre esta representação e o espaço real, que é seu suporte na cena da história. Deste modo, o grupo é uma representação do corpo, sendo, também, representado na cultura como: célula, cabeça (o líder) dos membros, peito, espírito, enfim como um corpo. (KAËS, 2000, p, 160).

Ao se agruparem, os membros do grupo procuram uma articulação entre as partes e o todo, a fim de reduzirem as angústias ali presentes. Kaës (2000) explica que nesse movimento, o espaço grupal vai se articulando com o espaço vivido. Nesse retorno ao espaço já vivido, o grupo será o espaço revivido do corpo materno, de seus conteúdos, de seu envelope (a pele) e de seus complementos. No retorno ao corpo materno, durante o trabalho psicanalítico grupal instaura-se uma fantasmática relacionada ao corpo. O grupo se faz corpo, nos ensina Kaës:

[...] os participantes podem ser sementes a serem germinadas, é um lugar de fecundação, de reprodução ou de destruição in útero, é uma cena em que atuam o drama e o gozo da sedução, em que se representam o enigma do acasalamento e da diferença dos sexos. O grupo é um objeto espacializado, construído e representado com a referência do espaço vivido do corpo. (2000, p. 160).

Em nossa clínica com esse grupo, nos confrontamos com a confusão de corpos, em que os participantes regredidos a organizações pré-genitais do psiquismo, procuraram as identificações pélicas (KAËS, 2000), para se protegerem das ameaças vindas de dentro e de fora do agrupamento. Isso ocorreu quando Diana tentou tomar todo o espaço, na segunda sessão, ao discutir com Carlo a suspensão de Natanael e ao assumir a função de líder. Esta atitude ameaçou a todos de ficarem sem lugar no espaço grupal e sem referências. Do mesmo modo, na quinta sessão, a formação de um nó com os corpos pelos participantes foi outra defesa encontrada para enfrentar a intensa angústia mobilizada pela ameaça da PMSP em extinguir o Centro, o que significava para cada um deles uma ameaça de expulsão do espaço e a falta de lugar para todos. Os participantes grudados enfrentaram as ameaças da falta de

espaço, o que contribuiu para a desorganização, mas, ao mesmo tempo possibilitou a apropriação do espaço pelo grupo, por meio do corpo.

Uma intensa atividade psíquica foi requerida para essa construção do espaço grupal, encontrada por meio de uma procura física de membranas protetoras, quando o grupo foi boca, toalete, útero, pele. A criação dessas membranas imaginárias permitia a contenção de conteúdos desprezados pelos participantes, quando serviram de toalete. Ao serem útero, as membranas eram um continente seguro que os protegia dos ataques às mentes, aos corpos, às descompensações psicossomáticas e garantiam a manutenção da onipotência narcísica dos participantes. Com a fantasmática do grupo como corpo ou parte do corpo e da analista como suporte para a contenção desse corpo, o grupo ganhou sua configuração, se organizou.

4.4.2 O aparelho psíquico grupal

A fantasmática da imago corporal organizou e assegurou a grupalidade. Esse processo foi possível graças à capacidade dos sujeitos reunidos em grupo de realizarem uma produção inconsciente formadora de um aparelho psíquico grupal. Pensar o processo grupal como capaz de fazer brotar efeitos semelhantes aos que estamos descrevendo é recente na história da epistemologia dos grupos. Nesse sentido, a pesquisa e reflexão sobre os processos grupais não tem mais do que 60 anos, se tomarmos como ponto de partida os trabalhos de Bion (1975). Mencionamos que os estudos de grupo anteriores apelavam à sugestão e ao contágio como mecanismos formadores de uma mente grupal, como resultado das somas das partes de cada sujeito. Novas investigações lançaram luz sobre os processos de constituição de um grupo e a importância dos momentos de passagem do estado de um aglomerado de pessoas reunidas para o estado de agrupamento, como afirmou Sartre (1980): "enquanto não se estabelecer a interação (**entre os membros**) não existe grupo, há somente uma serialidade, em que cada indivíduo é equivalente a outro e todos constituem um número de pessoas equiparáveis e sem distinção entre si" (p. 313, grifos nossos).

Estas investigações vêm provando que, muito além da interação entre os membros, como proposto por Sartre, outros processos são necessários nessa passagem da massa ao agrupamento. Pesquisadores como Anzieu e Kaës romperam com algumas posições epistemológicas referentes ao grupo com a criação de uma metapsicologia psicanalítica, enfatizando os efeitos do inconsciente em/no grupo. É essa metapsicologia psicanalítica que vem nos servindo não apenas como guia para a análise do objeto desta tese como também de sustentação para nossas reflexões.

Em suas pesquisas, Kaës (2000) verificou que, além das interações e do contágio entre os membros do grupo, outros processos são necessários na passagem do aglomerado ao grupo, sendo imprescindível a criação de uma realidade psíquica própria daqueles sujeitos do inconsciente reunidos. Essa realidade psíquica, acredita Kaës (Ibid.), é dotada de processos e formações específicas, que a partir de um intenso trabalho psíquico é capaz de construir um aparelho psíquico grupal – APG.

Esse caminho da serialidade ao grupo não ocorre de uma só vez, de modo pronto e acabado; haverá sempre um movimento dialético, em que esse mesmo aparelho se desorganizará, voltará a esse estado de aglomerado ou massa e se reconstruirá de maneiras distintas, com outras bases de organização, como o presenciado em nossa clínica. No nosso agrupamento, os participantes se desorganizaram por inúmeras vezes, retomaram sua organização com a facilitação de objetos mediadores, como a música, o trabalho em subgrupos, e conseguiram em determinados momentos, a retomada dos processos simbolizatórios.

Ao se perguntar como os grupos se organizam e se instala uma realidade psíquica própria, Kaës (2000) reforçou a ideia de que o grupo não pode ser entendido como uma coleção de pessoas somadas umas às outras. A massa se torna grupo com uma produção psíquica específica entre seus membros. Essa produção se inicia com a entrada em cena de um ou vários organizadores grupais: uma fantasia originária, uma imago corporal, psíquica ou familiar, uma rede de identificações que ao serem ativadas reúne os participantes. Desse modo, a partir da mobilização de um organizador grupal dominante em alguns membros, de aspectos complementares ou antagônicos, mesmo em conflito com outros organizadores, se desencadeia no grupo um trabalho psíquico de ligação e transformação, que dará origem ao aparelho psíquico grupal. Essa ficção kaesiana foi elaborada a partir de conceitos vislumbrados por outros grupelistas

A perspectiva que proponho, está próxima da de Bion⁴⁹, de um Ezriel⁵⁰ ou de Foulkes⁵¹, é que a ação comum (e singular) **no grupo** só é possível se houver

⁴⁹As ideias de Bion de suposto básico e mentalidade de grupo subsidiaram Kaës na construção do APG. Nesses dois conceitos Bion vislumbrou uma realidade psíquica grupal específica do agrupamento, quando o grupo funciona nos supostos básicos e cria uma mentalidade própria, uma mente grupal, como destacamos no Capítulo 1.

⁵⁰O conceito de ressonância, originário da física, “utilizado para explicar o processo de transferência de energia, efetuado por pulsos ou ondas, quando emitidos numa das frequências naturais do receptor” (EZRIEL, 1998) foi aplicado ao grupo por Ezriel. Essa ideia permitiu novas compreensões sobre o processo psíquico grupal, as transferências e as intertransferências, pois a ressonância fantasmática de Ezriel explica como no grupo um sujeito ocupa um lugar em um cenário fantasmático colocado em circulação por outro, uma ideia ou um fantasma que como uma onda ressoa nos demais, criando uma operação psíquica a que outros sujeitos aderem.

⁵¹Foulkes criou o conceito de matriz grupal, ou seja, uma trama grupal oriunda das experiências e dos processos intersubjetivos. A matriz do grupo é uma mentalidade grupal, que engloba consciente e inconsciente,

a mobilização de um “complexo”, de uma imago ou de uma fantasia inconsciente, comum à maioria dos sujeitos presentes. (2000, p. 7).

Na presença de um organizador grupal e de certas propriedades do aparelho psíquico singular, por deslocamento ou por condensação, e com a combinação das formações grupais do psiquismo de cada um, é possível a constituição do aparelho psíquico grupal. Esse aparelho proporciona uma superfície de projeção aos aparelhos singulares, aos quais dá forma, limite e continência exercendo ao mesmo tempo um controle sobre eles. O aparelhamento grupal é sustentado pelos aparelhos singulares, e, principalmente, pelas formações grupais do psiquismo singular, de seus grupos internos e, é sustentado pelos grupos sociais articulados com a sociedade. Esse tripé – aparelho psíquico singular, grupo social e sociedade –, apoia a grupalidade e dá vida psíquica aos grupos.

Sabemos da importância do corpo para a construção da subjetividade e, dessa maneira, se compararmos a constituição do aparelho psíquico singular com o grupal, imediatamente nos perguntaremos: qual o apoio que substituirá o corpo na constituição desse APG, uma vez que o grupo não tem corpo próprio? De fato, o grupo não tem uma corporeidade que sirva de apoio ao aparelho psíquico, então para preencher essa falta, o grupo, como dissemos anteriormente, se utiliza de metáforas ou metonímias de corpo e dos investimentos na imago corporal de cada participante para essa formação psíquica grupal. A partir da imago corporal de cada um e o organizador social do grupo como corpo, os participantes formarão um só corpo-grupo, que dará origem a um corpo no grupo. O grupo será boca, útero, esfíncter, enfim, será corpo, no qual se apoiará e tornará possível o APG.

A imago corporal será um dos primeiros organizadores da aparelhagem grupal, pois os participantes, ao buscarem apoio num corpo grupal, produzem um cenário fantasmático, com a entrada das fantasias originárias, as quais têm em sua gênese a intersubjetividade; as fantasias dão conta da posição do corpo na relação com o corpo de vários outros, o que possibilita uma íntima relação entre a imago do corpo e as fantasias.

No nosso grupo, os educadores procuraram um corpo e o representaram “todos juntos unidos em só corpo” – *o corpo grupo dos gaúchos, em roda, tomando mate*, numa tentativa de coesão, modelado por uma representação social de grupo. No contato corporal entre eles, pelas identificações pélicas se fundiram em um corpo único. Criaram a ilusão onipotente de juntos formarem um grupo indiviso, a serviço do princípio do prazer, restaurando os narcisismos ameaçados. A entrada dessa fantasia tranquilizou a angústia de despedaçamento,

realimentada no grupo. Os processos ali vividos expressam os modos como os participantes percebem e traduzem essa matriz grupal.

provocada pela angústia mais profunda – de se estar sem corpo, sem lugar, sem assunção de um lugar, sem a existência no desejo do outro –, e possibilitou o enlaçamento.

Com a emergência da ilusão grupal (ANZIEU, 1990b), de um organizador no grupo como um corpo, um embrião de aparelho germinou. Uma ficção de grupo foi cunhada e os participantes se instalaram na tensão isomórfica do APG, não sem antes terem mergulhado em um turbilhão, quando se viram no nada, sem um organizador.

O grupo para existir e funcionar estabelece uma tensão entre dois polos: o isomorfismo e o homomorfismo. No polo isomórfico há uma correlação entre os grupos interno e grupo social, ou seja, as formas grupais do psiquismo se aderem, sem distinção entre elas. No polo homomórfico o grupo funciona com a instauração das diferenças entre esses dois espaços, ou seja, entre os grupos de cada sujeito e o grupo social. Nessa tensão e em suas diferenças, entre o isomorfismo e o homomorfismo se estabelece e se transforma o processo grupal. Contudo, o aparelho psíquico, constituído por estruturas grupais (os grupos internos), tende a procurar, no tecido social, formas de fazer coincidir essas realidades distintas,

Desse modo, quando Diana principiou o processo grupal, procurando desesperada um corpo, um lugar e uma posição no grupo, investiu uma energia necessária para fazer nascer o grupo, mas ao mesmo tempo trouxe à cena o risco de exterminá-lo. Durante toda a história grupal, os participantes experimentaram essa tensão sempre presente nos grupos: uma luta entre o narcisismo e a grupalidade. No entanto, o grupo permaneceu vivo.

Nosso grupo, mesmo a equilibrar-se na instabilidade, conquistou uma biografia, um APG e demonstrou a força de vários elementos e apoios que deram garantias para o nascimento e o devir grupal. O primeiro, o contrato narcísico – a exigência de um trabalho psíquico anterior ao agrupamento, quando os integrantes formaram as representações e os investimentos libidinais nesse objeto, introduzindo as pré-transferências – um conjunto de expectativas foi acionado e um contrato se estabeleceu. O segundo foi a sustentação narcísica existente no próprio APG. Ao possuir uma instância unificadora, guardiã, que é chamada por Kaës (2000), de **instância ideológica**, foram garantidos aos membros do grupo o apoio e a submissão ao objeto grupo, articulados em torno de um Ideal. Essa instância ideológica sustenta o narcisismo de cada um e do conjunto.

Podemos, também, considerar um outro apoio na conservação da vida grupal, ou seja, a própria constituição psíquica grupal do sujeito singular (Kaës, 2000). Assim, todo sujeito é sujeito do grupo, na medida em que seu psiquismo singular é composto de formações psíquicas grupais, proporcionando a esse sujeito uma predisposição para se agrupar e fabricar um APG. Nosso grupalista insiste que “há em cada sujeito uma disposição das catexias

pulsionais relativa ao objeto grupo, em estado de espera em seus membros, para trasladar e investir na construção de uma realidade psíquica grupal” (2000, p. 275).

Conforme já descrevemos, nos momentos caóticos daquele grupo os integrantes recorreram ao Ideal: de ser um bom grupo, de cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, de ser um Centro de Referência no atendimento aos meninos. Esses ideais contribuíram nos momentos de intensa desarrumação para retomar a organização e manter o grupo vivo.

A própria construção do APG é garantida por essa instância ideológica e por um representante histórico que, em nosso caso foi Diana, essa representante que, por ter trabalhado em uma instituição semelhante, por ser a educadora com maior experiência e maior conhecimento na lida com os meninos, pôde assumir a função de líder e de modelo no grupo.

Diana foi incumbida de assumir uma função que condensava, todas as outras funções, utilizando os sistemas de defesas próprios, ao estabelecer uma indiferenciação, um bloco aglutinado. A aglutinação chegou ao extremo de tornar o grupo uma figura indivisa, uma imago grupal isomorfa com o grupo social. Nessa situação o grupo não dispunha de nenhuma referência da singularidade diferenciadora dos psiquismos subjetivos de cada um ou da maioria dos participantes, ou seja, funcionou no polo isomórfico do APG, quando havia uma indiferenciação entre todos, o que revelou uma estrutura arcaica de funcionamento psíquico e o APG, por sua vez, a funcionar verossímil a uma psicose. Desse modo, merece ser destacado que o início do grupo dos educadores foi análogo ao funcionamento dos sistemas totalitários, com uma Lei própria, com sua própria origem e para seu próprio fim, quando *ali pouco se sabia de si e das crianças*.

Entre as duas polaridades, o isomorfismo e homomorfismo, se interpõe um campo mutável no grupo, o momento do turbilhão, resultado da instabilidade caótica da concordância das psiques. O turbilhão é um momento de mudança de organizador ou de um conflito entre vários organizadores.

4.4.2.1 O turbilhão

Anterior à constituição desse corpo-grupo os integrantes, ao encontrar a multiplicidade de outros, experimentaram turbulência e incertezas, na ausência de um organizador que os unisse, o que impedia os participantes de aparelhar-se entre si, sem nenhuma ligação estável entre o espaço interno e o do grupo: uma excitação intensa completava com confusão essa falta. Esses movimentos caóticos na vida do grupo eram o resultado do conflito entre as

pulsões de autoconservação e as pulsões voltadas para o grupo. No nosso grupo, os participantes concordavam no modo de não acordo, para estabelecer um laço não laço incessantemente atacado, em um turbilhão.

Na experiência de turbilhão (KAËS, 2012) emergiu a necessidade dos membros de rapidamente se protegerem das coexcitações pulsionais, criando um sistema de para-excitação eficaz, uma vez que os sistemas de para-excitação internos subjetivos eram insuficientes ou excessivos para o início do grupo e nos momentos de desorganização grupal. Kaës (2000) escreve:

Eles (**os sistemas de para-excitação**) o serão (**insuficientes ou excessivos**) cada vez que a estrutura do grupo se desorganizar para se transformar. Existe uma conjunção constante entre os momentos de desorganização ou de mudanças de organizadores-atratores, quando há pulverizações ou enrijecimento dos dispositivos para-excitadores (p.123). [grifos nossos].

Como vimos, o enquadre e as transferências prévias têm essa função de proteção e para-excitação, contudo nossa experiência demonstrou que eles foram insuficientes, e se tornaram necessários outros movimentos psíquicos, como a urgência identificatória, as identificações péllicas e a fantasmaticização. Esse conjunto propiciou aos participantes o estabelecimento de uma proteção comum e partilhada, um sistema de para-excitação e, principalmente, favoreceu o encadeamento do processo de aparelhagem psíquica grupal, quando o espaço interno e o espaço externo coincidiram e os sujeitos se tornaram membros do grupo, nessa primeira solicitação de seus grupos internos. As identificações recíprocas de Diana e Carlo, demonstradas pelo ataque, a perturbação suscitada no início do agrupamento reforçaram nos membros do grupo a urgência dos processos identificatórios para o aplacamento da angústia e da vivência de turbilhão, provocada pelo desconhecimento de si em grupo e do próprio grupo.

Esse modo de instituição e manutenção do grupo, o ataque como proteção para-excitatória, a vivência de transbordamento, a perda dos limites, observados quando um se dirigiu ao outro, tornou imperativa a identificação, que forneceu a cada um e ao conjunto pontos de referência. Isso tranquilizou e protegeu o eu de cada participante e do grupo. A identificação entre eles, principalmente a identificação a um duplo, possibilitou a manifestação de uma estranha e inquietante familiaridade.

Nesse contexto, o grupo de educadores revelou a falta de um objeto tranquilizador entre eles, as crianças e a instituição. Por outro lado, as inúmeras desorganizações em turbilhões correspondiam a uma organização maníaca do aparelho psíquico grupal, quando os sujeitos incessantemente ocupavam diversos lugares na fantasia – um educador-

pai/mãe/criança que ameaça/repara/educa uma criança – sem poder se deslocar para explorar cada um desses lugares. Esse movimento caótico se instalou no momento em que se exigia no grupo um processo de subjetivação caracterizado pelo encontro do sujeito com seu lugar na fantasia que lhe é própria: a exclusão/castração. O turbilhão teve efeito errático, entretanto, por meio dessa peregrinação o sujeito pôde descobrir que não lhe é possível ocupar todos os lugares, sucessiva ou simultaneamente, mas apenas e tão somente o seu.

Do mesmo modo, nessas sessões iniciais do grupo, no momento do turbilhão do aparelho psíquico grupal prevaleceu o confronto com um objeto traumático incontrolável: a violência pura, a sexualidade e a loucura, a revelar uma aliança inconsciente, um pacto denegativo em que o educador na lida diária com as crianças experimenta o retorno do recalcado de sua sexualidade infantil. Esse retorno obriga a cada um ou a alguns um duplo recalçamento – da sexualidade da criança que foram um dia e das crianças atendidas.

Esse processo deflagrado e explicitado no grupo pela predominância do visual, do cênico, do especular e do espetacular produz o efeito-grupo. Esse efeito, promovido pela articulação entre o ver, o tocar e o ouvir, pela oposição entre a relação de sedução e de dominação prevalente no grupo, pela relação de escuta e pela palavra instituída no dispositivo grupal torna possível a injunção de fantasias entre os integrantes. Tal cenário fantasmático será contornado pelo Ideal do grupal que delimita a organização grupal.

4.4.2.2 A posição ideológica

Os participantes haviam combinado que para punir uma criança deveriam se reunir e juntos deliberarem esse ato, como se fosse possível pôr em prática esse processo psicossocial, diante de um ato infantil considerado pelo adulto como inadequado. Nesse contexto, a ideia de igualdade e democracia se confundia e a ideologia os amarrava a uma representação social do grupo unido em irmandade na harmonia, assexuada, sem conflitos e onde o consenso era possível.

A função da ideologia nos grupos foi intensamente investigada por Kaës, em sua tese de doutorado em 1965, publicada em 1968 sob o título de **Images de la Culture chez les ouvriers français**, época em que foi objeto de estudo de muitos pesquisadores. Em 1976, a ideologia foi adensada à formulação do conceito de aparelho psíquico grupal - APG. Quando os sujeitos do grupo recorrem à idealização para o enfrentamento das fantasias, os aparelhos psíquicos singulares coincidem com o aparelho psíquico grupal: “a idealização é a elaboração de um fantasma da cena primitiva, sem limites de funções e de posições, quando todos os membros podem mudar de posição, de papel fantasmático de que todos são equivalentes” (KAËS, 2000, p. 194).

A entrada em cena no grupo da imago da mãe ancestral possibilitou aos participantes uma permutabilidade circular, os lugares atribuídos consentiram a cada membro, durante todo o tempo, reconhecer, designar um lugar de perseguidor aos demais. Carlo consentiu que lhe fosse atribuído esse lugar, que serviu para evitar e negar a castração, a existência de um pai, de uma lei predecessora dentro da vida grupal. Desse modo, os participantes não precisariam se envolver com a castração, com a diferença entre os sexos e com o desejo da mulher e das crianças, quando formaram um pacto denegativo. A labilidade das posições de cada um no grupo impedia a constituição de uma identificação estável com um dos membros na cena primitiva. Esta extrema labilidade apenas vislumbrou, à distância, a lei da diferença entre as gerações (a criança, e o pai ou a mãe) e entre os sexos. Cada participante foi se adequando, à margem da Lei. Voltaremos mais adiante a analisar a imago da mãe ancestral e sua inserção organizadora do nosso grupo de educadores.

Assim, o princípio da igualdade abstrata se afirmou como expressão da confusão necessária para a conservação da crença perversa. É interessante ressaltar que essa labilidade nos grupos deve se alternar com a assunção restrita e rígida de lugares bem definidos; toda a evolução grupal se fará nas oscilações entre ambas as tendências – a alternância e fixação de lugares contra a ameaça de deslocamento do eu e a perda das referências identificatórias, com o intuito de evitar a realização por completo do fantasma da fusão, isto é, cumprir o desejo de ser entregue ao desejo onipotente e sem limites da mãe.

Nessa cena primitiva perversa e paranoica o destino do pai é negado na relação sexual com a mãe. Com o apagamento do pai, a criança é entregue à onipotência e onisciência da mãe, o que desencadeia a busca incessante de um pai. Contudo, ela sempre encontrará a mãe no lugar desse pai e, dada a impossibilidade de identificação com ele, lhe restará apenas o modelo representado pela catexização libidinal do seio materno. Esse funcionamento psíquico conduz ao fracasso dos processos simbolizatórios, abre o campo para a entrada da ideologia contra o perigo da fusão com a mãe, a delimitação de um dentro e de um fora, mas abre também o campo para a procura de uma lei e de uma referência fora da lei ou para evocar uma imago paterna bastante coercitiva que assegure o domínio contra as angústias paranoides, evocando relações autoritárias entre os participantes.

Nessa situação, diante da presença de um pai morto, só restará à criança a identificação com essa mãe castradora e todo-poderosa. Em grupo, os participantes acionam suas defesas contra o desejo de castrar o pai, imaginam-se castrados ou, maniacamente, fálicos. De outro lado, efetuam a busca nostálgica do pai, mas, como acabam sempre por encontrar a mãe arcaica, colocam a ideia como substituta do pai. Assim,

[...] a construção da ideologia igualitária instaura a racionalidade da não diferença entre os sexos e das gerações. A não diferença é uma garantia contra a ameaça de castração: se ninguém tem pênis, ninguém corre o risco de ser castrado. [...] Além disso, a ideologia como objeto substitui o pênis como fetiche. (KAËS, 2000, p. 196/197).

4.4.3 As fantasias

As fantasias são os principais organizadores da representação psíquica do grupo e verificamos sua organização na posição ideológica do APG. São elas que dão origem à vida psíquica singular e plural. Asseguram a vida inconsciente e marcam definitivamente a passagem da serialidade ao grupo. São organizadores, por suas próprias qualidades, sua estrutura dessubjetivada, seu caráter impessoal e universal, e ainda, por serem grupais, permitem uma encenação. As fantasias contêm um cenário e uma dramática, com lugares distribuídos e permutáveis, em que alguns integrantes vão assumindo lugares prescritos, com um enredo de cuja sequência o sujeito toma parte, efetuando trocas de papéis, de atribuições, de lugares e de posições. A construção desse modelo de inteligibilidade das fantasias foi criado por Kaës (1994 a), a partir do caso Dora⁵² (FREUD, 1908), para demonstrar a estrutura grupal da fantasia:

[...] as representações de grupo constituídas a partir das experiências infantis, cujas formulações psíquicas mais rudimentares se elaboram no trabalho das fantasias e nas teorias sexuais infantis; essas primeiras representações psíquicas da realidade interna e externa (a família, os pais, a fratria) regem a representação de grupo. (KAES, 2000, p.125).

As fantasias, por suas características e pelos efeitos no grupo de distribuição, organização, cênico, permutativo e relacional do fantasma, e pelo fato de se tratarem de um esquema prévio, são capazes de funcionar como um organizador grupal, principalmente, no que respeita aos fantasmas originários relacionados a respostas às perguntas sobre os enigmas infantis. Em nosso grupo, a encenação inicial de uma fantasia por Diana e Carlo permitiu aos educadores sua instituição gradual como grupo.

O grupo entra em funcionamento psíquico organizado pela mobilização das fantasias, em que a relação de objeto sofre todos os avatares de cada membro do grupo, dos diferentes membros ou de alguns deles. Nessa relação de objeto vivida pelos integrantes, como foi exposto na história grupal, o grupo é objeto – uma boca, um ventre, uma pele, uma máquina organizada em torno do complexo fantasmático.

⁵²Para aprofundamento, cf. KAËS, La histérica y el grupo. In: **La invención psicanalítica del Grupo**. Buenos Aires: Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, 1994 a, p.87

No momento originário do agrupamento, os sujeitos estão dispersos, em estado de serialidade, sem vínculo entre eles, e diante de vários estranhos. Surge, então, uma angústia movida pela ameaça do apagamento dos limites do eu, o que produz uma regressão ao tempo das origens. Essa regressão é exposta pelo participante iniciador do grupo, quando propõe, aos demais, seu fantasma inconsciente. Nesse instante ainda não há distribuição de lugares e o fantasma do iniciador deve ter certas condições para ser aceito pelos demais. Já relatamos que essa experiência impulsiona a identificação. Por outro lado, a identificação não aplaca por completo a angústia, o que impele a busca de uma organização e do enlaçamento entre os participantes. A entrada em cena de um organizador restitui os limites e as distâncias, a entrada da fantasia proposta pelo iniciador oferece a possibilidade de ligar-se a lugares determinados pelo fantasma. Recordemos que esse momento do primeiro organizador, isto é, o instante da entrada da fantasia, é também a ocasião da formação do pacto denegativo grupal, em que os elementos das fantasias organizam o pacto que dará ao conjunto uma unidade grupal. Antes da entrada da fantasia há uma ausência de representação, é o momento da falta, produto de uma experiência desprazerosa. O pacto, desse modo, se forma para encobri-la, para ocultar tudo que representa a falta, e na tentativa de triunfar sobre ela, os integrantes se movem na busca de um grupo indiviso e onipotente.

Tanto Anzieu (1990b) como Kaës (2000) consideram que a fantasia do iniciador, por sua estrutura de múltiplas entradas, organiza o grupo, porque ela funciona como um emergente que abarca as tendências da maioria. Nesse sentido, Diana paradoxalmente ocupou o lugar como líder, e, autorizada pelos demais, encenou a fantasia originária, quando o grupo se tornou palco de um escândalo da sexualidade e do desejo. Surpreendeu os participantes com sua cólera e num ritual público acasalou-se com Carlo. Em posições contrárias ambos revelaram as identificações cruzadas em espelho, dentro das quais capturaram os demais participantes, em algum momento desse jogo violento.

Desse modo, atrasada e acompanhada de Renata (coordenadora) e Zélia (pedagoga), não sem tumulto Diana tomou seu lugar no grupo, próximo a Renata. A confusão cresceu com o esquecimento da retomada das regras pela analista ao incluir um novo integrante na Supervisão. Muito angustiada, Diana expôs *o problema* vivido entre ela, Carlo e a criança, Natanael. Mesmo querendo atendimento, o menino foi impedido, perdera seu lugar por indisciplina e, expulso, manteve-se em errância, perambulando *por ali*, enquanto as demais crianças brincavam. Uma fantasmática se encenou, organizada sobre as angústias e representações de uma exibição sádica, na qual predominou a violência persecutória. Numa segunda versão da fantasia aparece a violência da rejeição e do abandono, por meio de

Natanael. Porém, de imediato, essa fantasmática enunciada por Diana não se acoplou à dos demais participantes e produziu um turbilhão.

Num átimo, os participantes, à deriva, desorganizados ou, como sugeriu Bion, viveram uma experiência em que prevalecia o sistema protomental (1975), uma indiferenciação entre o corpo e o psíquico e cada um dos participantes. Essa indiferenciação era o resultado do montante de angústia mobilizada pela falta de lugar e referência no agrupamento. Ao encontrarem um lugar na fantasia figurada por Diana o grupo se organizou.

A importância das fantasias (ANZIEU, 1990 b e KAËS, 1997) como organizadoras da grupalidade e da fantasia da cena primitiva é o protótipo do agrupamento – por excelência organizadora dos grupos, já foi aqui destacada. A eleição dessa fantasia, por sua estrutura grupal, representa a reencenação da organização do primeiro grupo humano, quando os pais ligados sexualmente engendram um filho, que no imaginário de cada um é fabuloso. Esse ato poderá se repetir com a entrada de um outro novo membro maravilhoso, que excluirá o primeiro. Desde Freud sabemos que todo grupo familiar retoma essa origem primeva: um casal, ao incorporar um novo membro, exclui os demais, e se estabelece a rivalidade entre eles. Desde a origem, os irmãos em rivalidade devem experimentar o interdito do incesto entre os pais e entre a própria fratria.

No entanto, Diana se apresentou como uma imagem onipotente e fálica, capaz de reunir em torno de si os membros que, por características que lhes eram próprias, por suas tramas fantasmáticas singulares, estavam dispostos a assumir essa posição. Todo-poderosa, era possuidora do saber sobre as crianças. Agarrados a suas fragilidades narcísicas, os demais se incluíram nessa matriz; levados pelo desejo de Diana e pelo próprio desejo, expulsaram o pai para um lugar vazio, desqualificado e impotente, para o nada, fantasiado por Carlo. Essa fantasia inconsciente organizou o grupo e o processo associativo, os movimentos de transferência, as posições subjetivas e intersubjetivas.

Com isso, à mercê dessa figura onipotente e castradora, da qual emanavam desejos transformados em ordens, tornaram-se reféns dessa imago aterradora, quando recorreram à posição ideológica, na qual as relações igualitárias e indiferenciadas em torno do Ideal grupal e institucional os agregava e os acalmava. Essa indiferenciação no grupo provocou-nos certa inquietude, pois elementos psiquicamente confusos nos bombardeavam e tínhamos a pressa de portar na transferência os aspectos perigosos ligados ao desejo de fusão com essa mãe todo-poderosa.

A mãe fálica arcaica, primeira substituta do pai, chefe da horda (ANZIEU, 1990 b), reúne os filhos em uma relação fusional, os submete, a todo momento, à ameaça de serem

transformados e devorados por ela, deixando seus corpos despedaçados. Essa imago perigosa torna-se uma terrível ameaça e para se defenderem da imago de um corpo fragmentado pelos possíveis ataques da mãe aos filhos e mesmo dos irmãos entre si, projetam o ataque sobre o grupo, enquanto representante do corpo materno. Esse ataque, ao ser introjetado pelos membros, desorganiza o grupo. Tal operação decorre da prevalência das pulsões parciais. O corpo materno deve conter o que a criança/grupo nele deposita – alimentos, fezes, crianças e pênis e o que mais ali faltar, tudo deve ser contido.

A presença no grupo de uma imago ancestral fez os integrantes regressarem às circunstâncias traumatizantes dos registros mais arcaicos, em que a castração e o desejo incestuoso entre mãe e filho e entre a fratria não eram interditados, devido à presença ausente do pai impotente. Dava-se também lugar à projeção no grupo dos complexos fraternos, das rivalidades, quando um montante de angústia era oriundo da projeção da destrutividade difusa dos participantes.

Nesse ponto instável há um intrincamento de fantasmas originários da cena primitiva, sedução, castração, vida intrauterina, todos se ordenando com o fantasma primitivo em seus polos perversos e paranoicos, onde se estabeleceram as primeiras trocas entre eles. A cena deixa os outros membros do agrupamento atônitos pela violência empreendida, pela inversão adulto/criança, homem/mulher, pelas relações de sedução especular, pela sobreestimulação dos protagonistas, pelo gozo que manifestamente obtêm um do outro. Nessa cena se agridem, seduzem, se deixam seduzir, fazem amor por meio da agressão, submetem-se dominando um ao outro.

Diana, embravecida, assumiu a função de líder no espaço espetacular e visível, que atraía o olhar sobre o corpo, e transformava o grupo em um espaço de gozo, cujos espectadores, recrutados por ela, ao tomar a palavra se convertiam em objetos de uma terrível captação; uma líder que num ataque narcísico, pelo rechaço/sedução expôs o parceiro à castração. Carlo recebeu as acusações, se manteve em silêncio, enquanto os demais estavam siderados. Um casal pôs em cena os laços de amor e ódio, a onipotência, a sedução, a bissexualidade – Diana onipotente e fálica, a androgenia – *andropausa* – de Carlo e sua homossexualidade, a indiferenciação entre os sexos. Ela própria vestida de modo andrógono evidenciava essa indiferenciação.

Toda essa explosão da sexualidade, do desejo de matar e do temor de ser morto produziu uma excitação e para-excitação levando o grupo a passar da desorganização à paralisia, diante das figuras da fantasmática originária condensadas no espaço grupal, “quando os participantes puderam explorar, sucessivamente, vários fantasmas imaginários,

estabelecendo o inventário de todas as possibilidades comuns a seus membros” (ANZIEU, 1990 b, p. 122).

A partir de suas identificações Carlo ocupou o lugar ausente, de estranho ao seu próprio ser e na ausência de uma barreira de contenção aos ataques internos e externos, projetou no enquadre, para fora de si, o mal-estar, os resfriados, as dores de barriga, a diarreia, todo o insuportável daquela situação. Manteve-se num limite – meio dentro, meio fora, meio sentado, meio em pé, procurando uma saída, saindo. Suas evasões levavam a vida grupal para o exterior, denunciavam uma falta de limite dentro e fora, a procura de um lugar continente, que o grupo não lhe oferecia. Havia sofrimento na busca de um terceiro. Sua recusa ocupou a cena, atraiu olhares, fez sua mostração, demarcou um limite.

Simultaneamente, outra versão dessa fantasia organizou e manteve a vida grupal, sustentou as identificações e os laços entre eles: *um educador/pai/mãe bate/educa/exclui/inclui uma criança*, enunciada por Diana e Carlo – “Carlo, o educador exclui Natanael, a criança”. Tal como sugeriu Kaës (2012), desde o início os participantes, ao assumir posições correlativas, complementares e reversivas estruturaram o grupo e, como na gramática com um sujeito, um objeto e uma ação, todos puderam intercambiar várias posições nessa frase. Funcionavam fantasticamente e, como ressaltado por Kaës, “sujeito, verbo e complemento de objeto, o sujeito mãe/pai e o complemento criança podem permutar-se e o verbo pode ser ativo/passivo: ameaçar – ser ameaçado” (Ibid.p. 92).

Nessa organização permeada de desorganizações foram ocorrendo permutas e combinações entre criança e educador, até chegarem a uma “*criança bate/educa/exclui/inclui um educador*”, quando, essas mesmas crianças se tornaram objetos traumáticos e fóbicos, produzindo um enlaçamento carregado de culpabilidade. Nessa fantasmática se organizaram as transferências e as posições subjetivas no grupo. Enlaçados nessa estrutura o grupo prosseguiu.

4.5 Algumas considerações sobre as desorganizações e os organizadores psíquicos da grupalidade

No processo vivido pelo nosso grupo, intensas angústias foram mobilizadas, colorindo e costurando sua trama. Sua magnitude era extrema no início da vida grupal, a ponto de produzir inúmeras desconexões. Essa produção impactante nos levou a buscar apoio nos estudos e formulações dos psicanalistas grupais argentinos Puget (1991), Bernard (1997), Chaves (1991) e Romano (1991), que ao ordenar no tempo os processos de desorganização grupal, sugerem que as desorganizações ocorrem no segundo tempo da vida grupal, quando os

participantes experimentam situações confusionais. No grupo de educadores, de imediato viveram o caos mesmo sob o risco de iminente ruptura dos laços, tempo em que restou apenas o enquadre como elemento protetor, por ser a única norma compartilhada. Esses autores afirmam que, quando as desorganizações ocorrem em outros momentos, evidenciam a existência de uma situação traumática e violenta, semelhante à verificada no grupo de educadores. Essas situações se repetiam durante o processo grupal: violências institucionais, entre as crianças e eles, entre eles próprios e cada um consigo mesmo. Ao abandonar o grupo, na nona sessão, Diana o ameaçou novamente de ruptura, todavia, ao abdicar de sua posição, instável naquele momento, permitiu a manutenção do grupo e a instauração de nova dinâmica grupal.

As desorganizações se apresentaram nos intervalos, na ausência de um organizador. A fantasia, ao entrar na dinâmica grupal, imediatamente remeteu o APG ao turbilhão, até o momento em que encontrou uma ressonância, quando as fantasias funcionaram como atrator capaz de envolver a maioria dos participantes e promover uma reorganização. O instante mais representativo da presença do organizador, com sua função de mantenedor da vida psíquica grupal foi na fase inicial do agrupamento, com a imago materna arcaica e sua adesão pelos participantes. Assim, o grupo se desorganizava por falta de um organizador ou com a entrada de um ou mais de um organizador. No entanto o mesmo organizador que a princípio desorganizava o agrupamento o reorganizava e mantinha a grupalidade.

Outro exemplo marcante já referido, da organização grupal por um organizador fantasmático foi na quarta sessão. Quando souberam do decreto que extinguiria o grupo, a imago corporal de cada participante, a experiência grupal do contato pele a pele, na confusão de corpos, configurou-se um só corpo grupal, que organizou e assegurou a vida grupal, naquela situação caótica.

O grupo foi se organizando com a criação de um APG, que se desenvolveu na tensão entre dois polos principais que estruturaram as relações entre cada sujeito e o conjunto. Esses dois polos oscilavam em um campo instável. Existia uma passagem para o trânsito de um polo a outro, e, num entretempo, em um “*entre*” dois polos, o isomórfico e o homomórfico, ocorriam as desorganizações. A estada no polo isomórfico correspondia ao momento propício de desorganização: os grupos internos se acoplavam ao grupo externo e se tornavam um bloco indiferenciado – os participantes unidos e onipotentes –, como o visto desde a primeira sessão. Deste modo, reorganizado, o grupo vivia. Num átimo, passavam ao polo homomórfico, eram possíveis as diferenciações entre os grupos internos e o externo e o grupo funcionava como um Grupo de Trabalho. Mas, rapidamente retornavam ao polo isomórfico.

Nesses entretempos da passagem de um polo a outro em turbilhão os participantes se desequilibravam dominados pelo temor do desaparecimento e, sentindo-se sem proteção, com os sistemas de para-excitação insuficientes ou excessivos, mergulhavam na desorganização. Emergiam do turbilhão quando encontravam um líder, que por exercer a função alfa⁵³ (BION, 1992), delimitava um continente de proteção e de sonho. Diana assumiu essa função no grupo, contudo, no desejo de ocupar outros lugares, também se perdia na confusão e levava todos ao pânico. Se, em intercâmbio, Rafael, Cleonice e mesmo Carlo ocupavam essa função de líder, o grupo se reorganizava.

Desse modo, nosso grupo contestou a escrita de Freud (1922), em **Psicologia dos Grupos e análise do ego**, de que o grupo, ao perder seu líder, em pânico se desagregava. Na nossa clínica, diante da perda de um líder, os participantes encontraram no próprio agrupamento um outro membro para ocupar esse lugar. A substituição do líder e a permanência da grupalidade eram possíveis graças ao funcionamento de um APG, que pela grupalidade das fantasias, com suas propriedades distributivas de lugares, permutativas e dramáticas, permitia aos participantes encenarem relações de desejos, em que o sujeito era ator, atuado e espectador; a fantasia, ainda, assegurava a permuta de lugares entre os sujeitos do grupo ou mesmo a recusa de certos lugares, que ficavam vagos, sem o esfacelamento grupal, quando os participantes em errância alternavam de lugares.

A desorganização ocorria no momento em que se buscava uma concordância, uma união entre as aparelhagens psíquicas por meio de um organizador grupal suficientemente comum, compartilhado e continente aos membros do grupo. A dramatização do conflito entre Diana e Carlo, com sua violência, ameaçou o grupo e cada membro, instaurou o paradoxo de ser e não ser no grupo. Entretanto, a entrada no grupo das imagos, das fantasias originárias e a criação do APG permitiram a continuidade grupal. Reforça-se deste modo, a afirmação de que toda experiência de início do grupo é conflituosa e produz desorganizações, pois, como ensina Kaës,

Trata-se ao mesmo tempo para o Eu dos participantes de se afirmar inteiro e singular, contra a regressão ao parcial e impessoal, procurando preservar sua intimidade e de se constituir como um elemento perfeitamente ajustado a uma unidade maior, como membro do corpo grupal unificado. (2003, p. 52).

Construir e manter um grupo suscita tensão nos sujeitos – em seu narcisismo singular, por ser membro de um grupo e pela realização do desejo de ser integrado a um grupo. Nessa luta entre o singular e o plural surgem inúmeros incômodos, desconfortos e conflitos, como

⁵³ Bion utiliza esse conceito para explicar os movimentos maternos de metabolização, continência e réverie para desenvolver no bebê a capacidade de pensamento e simbolização.

demonstrou Bion (1975). Os participantes ao se agruparem acionam um montante de fantasias inconscientes que impulsionam o grupo a funcionar nas suposições básicas. De início, ainda sem a presença de uma suposição básica, há um vazio, uma inquietante indiferença entre os sujeitos e o grupo, uma indiferença entre o físico e o psíquico no próprio sujeito, tomado pelo sistema protomental. Nesse sistema, encontram-se sem uma suposição básica que os conduza e correm o risco de sucumbir nas desorganizações, criando uma situação tensa e desorientadora, com um excessivo grau de tensão e hostilidade; reorganizam-se, todavia, com a entrada de outras fantasias pertencentes a uma nova suposição básica.

Em nosso cenário grupal se descortinou a emergência da violência, quando Diana liberou o excesso, o bruto, o intolerável impossível de ser contido por ela no grupo, justamente naquele momento em que se fabricava o envelope e o enlaçamento narcísico. Essa violência era uma descarga traumática, pois não havia um organizador comum que servisse de atrator para a maioria dos participantes, o que produzia uma grande desorganização. Essa violência e a ausência de um organizador atrator comum se repetiu, nas sessões seguintes, embora com diferentes matizes, nos momentos em que prevalecia o intolerável no processo grupal.

A manifestação prematura desse conflito no grupo produziu horror, principalmente porque se tratava da fase inicial da Supervisão, e deixou marcas. Essa cena traumática entrou em ressonância com a própria dimensão traumática do reencontro com os outros. O encontro com a pluralidade, com a disposição do face a face e com a interdiscursividade intensificou o temor à descontinuidade e ao enfrentamento de uma heterogeneidade. Nessas circunstâncias, o eu não se reconheceu e suscitou o temor e a angústia de ser destruído e desestruturado; coexistiu, todavia, graças ao esforço grupal para manter a tensão entre o objeto fantasmático e a continuidade de si no grupo. Lembremos que o grupo por si mesmo é desorganizador, necessita de organizadores que o mantenham.

No grupo trabalhado, entre os organizadores destacados por Kaës, as fantasias nos parecem ter sido o principal organizador, foi o selecionado pelos participantes entre os múltiplos elementos que se apresentaram, o que resultou pertinente e coerente, pois reduziu a uma unidade os elementos e garantiu a grupalidade. As fantasias têm uma representação grupal; são universais, impessoais, pré-existentes aos membros do grupo. Elas permitem a subjetivação dos sujeitos e a constituição psíquica do grupo. São atualizadas no agrupamento, – por sua natureza grupal e dramática. Os outros organizadores como a imago corporal, os complexos familiares e o próprio APG são oriundos das tramas das fantasias. Existe uma relação entre eles e a fantasia: tanto a imago corporal como os complexos familiares são

compostos pelas fantasias. No caso dos pressupostos básicos de Bion (1975) são organizadores que dependem das relações interpessoais para sua emergência, pois são construídos na/pela grupalidade, ao contrário da fantasia que tem uma constituição grupal prévia (KAES, 1997). A produção fantasmática nos grupos antecede sua própria configuração – na espera pela Supervisão as fantasias foram sendo acionadas.

A fantasia oferece a possibilidade de os participantes ocuparem um lugar, por sua capacidade distributiva e de complementaridade, o que organiza a grupalidade. A experiência da falta de lugar no grupo gera uma angústia intensa capaz de romper os laços grupais. Por outro lado, a fantasia é considerada por Foulkes e Ezriel um organizador fundante, que atua como um denominador comum entre os vários membros do grupo, agrupando-os pela ressonância fantasmática.

Um outro aspecto da desorganização exposta pelo grupo se referia ao cotidiano com os meninos; quando eles entravam na cadeia associativa, o grupo se desorganizava, tanto na Supervisão como no dia a dia institucional, o que nos levou a pensar nos organizadores socioculturais: se de um lado, os educadores possuíam modelos culturais compartilhados de grupo, que colaboraram na manutenção da grupalidade, de outro lado, o organizador sociocultural da tarefa grupal, isto é, a educação das crianças, era problemática e ambígua, (como vimos na história do grupo) desde a quinta sessão: quando os meninos ocuparam a Supervisão o grupo se desorganizou e a desorganização se reproduziu nas demais sessões. Se considerarmos a história dessas crianças no Brasil, desde os primórdios até os dias de hoje, notamos uma desqualificação social do atendimento aos “pobres”, bem como um discurso social ambíguo sobre eles, como destacou Rosa:

O discurso sobre o menino de rua, ao mesmo tempo que evidencia a carência, a necessidade de cuidados e atenção, coloca-o em um lugar despido de valor fálico. À menor dificuldade desliza-se do discurso da carência para o discurso do perigoso – aquele que vive o ideal de poder gozar fora da lei, que não se assujeita; aquele que ameaça com seu gozo e precisa ser detido. É preciso salientar que o discurso sobre o menino de rua potencializa no primeiro aspecto – o que vive o ideal de poder gozar fora da lei – o discurso atual sobre a criança em geral. (2003)

Podemos, então, estabelecer um entrecruzamento da História com o grupo, pelo qual perceberemos o organizador sociocultural dessa prática educativa concreta permeou a vida grupal colaborando nos processos conflitivos, às custas de grandes confusões.

4.6 Os organizadores socioculturais da tarefa grupal

Até aqui viemos analisando como o grupo funcionou com os organizadores psíquicos que coincidem com a fantasia, o grande organizador da grupalidade. Ela dá vida e mantém a grupalidade. No entanto, esses conteúdos intrapsíquicos precisam de um espaço encontrado-criado, onde possam desenvolver-se, mediante adoção de diversas configurações em relação às formas sociais concretas. As fantasias se apoiam na experiência cotidiana e nos modelos de relações intersubjetivas, grupais e coletivas da representação do grupo para sua elaboração; separá-los é impossível. Kaës (2000) escreve:

Uma vez constituídas ou referidas, as representações sociais do grupo funcionam como objetos que possuem propriedades análogas às do objeto transicional descrito por Winnicott, ou seja, um objeto criado que define um espaço de comunicação, mediação, criatividade. Neste espaço se estabelece um jogo mais ou menos livre entre as representações inconscientes e as representações sociais [...]. (p. 87).

As fantasias e o próprio agrupamento estão infiltrados pelos modelos socioculturais, um não existe sem o outro. Os organizadores socioculturais, enquanto resultantes da elaboração social de diferentes experiências subjetivas, na grupalidade têm um caráter semelhante a um objeto transicional. Elas representam o espaço encontrado-criado de Winnicott (1975), um objeto transicional, um limite, um lugar de articulação e passagem, de continente em que os processos psíquicos podem jogar, desenvolver-se e o grupo se organizar.

Deste modo, os organizadores socioculturais são figurações que se constituem em referências que expressam uma conexão com as relações sociais. Representam, também, imagens coletivas que facilitam ou não a construção do conjunto. Nos organizadores estão incluídas as práticas sociais, em sua gama de atividades, desde o cuidado da mãe com o bebê e sua alimentação até as complexas operações demandadas pela atividade adulta, seja laboral, seja de recreação, que têm valor organizador e homogeneizador dos conteúdos sociais.

No grupo de educadores, os organizadores socioculturais em vários momentos falharam em sua função de continente, de objeto transicional, desorganizando o grupo. As práticas socioeducativas com as crianças pobres são marcadas pelo estigma, o que nos obriga a uma sumária digressão histórica, para buscarmos a origem desse organizador social.

O modelo capitalista das relações de trabalho, tal como vem sendo praticado nas economias dos Estados emergentes intensificou, principalmente no século passado, na década de 1980, a problemática das crianças na rua, que são tratadas e imaginadas, indiscriminadamente como “infratoras”. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) assegura a todas as crianças e adolescentes do território nacional a condição de sujeitos de direitos. No entanto, o que se observa na prática, em especial nas grandes cidades, é o

absoluto desrespeito aos direitos naturais e sociais básicos das crianças em situação de rua: abandono, exploração e perigo marcam suas vidas. O infrator, o marginal e o excluído permanecem enquanto organizador sociocultural da criança pobre. São infratores todos aqueles que vivem em situação de pobreza e abandono: a rua é o lugar para o excluído e o marginal.

Esse imaginário social (CASTORIADES, 2000) se evidenciava no grupo trabalhado, para o qual as crianças, por características próprias e desconhecidas dos educadores, representavam o horror; especialmente se chegassem em pequenos grupos, a ameaça se expandia em uma ressonância fantasmática transmitida a todos. Essas crianças, moduladas pela luta pela sobrevivência, tornavam-se, então, objetos perigosos, sem nome, sem rosto e sem lei, estranhos, invasores e perseguidores. Eram da rua, espaço dos excluídos, dos mais que pobres, dos miseráveis, do lixo, do louco, da coisa – como lixo são estigmatizadas, como lixo provocam dó, medo, desprezo. Essas crianças desandavam-se em objetos traumáticos que exigiam dos educadores um intenso trabalho psíquico com a iminência de transbordamento pelo excesso de afeto e de excitação, que o aparelho psíquico não podia conter, produzindo as desorganizações protetoras do grupo e dos sujeitos.

Nesse sentido, concordamos com a ideia de Anzieu (2009), de que o transbordamento psíquico pode ocorrer não só nas situações acidentais, como pensou Freud, mas em “todo incidente capaz de provocar os afetos que causam pena, terror, ansiedade e vergonha, que pode produzir um choque psicológico” (p. 131). O contato com o imprevisível e desconhecido dos meninos era esse choque, que produzia uma falha na libido narcísica, que impedia de proteger de maneira suficiente o envelope psíquico dos sujeitos e do grupo, agravando a ferida narcísica, ameaçando a existência grupal.

Igualmente, no grupo de educadores, com a repetição cotidiana dessas situações ocorria uma “acumulação de traumatismos” (KHAN, 1977), em que o traumático se apresentava pela força do afeto em jogo e pelo caráter insuportável dessa representação. Tratava-se de sentimentos amorosos, desejos e medos em relação à sexualidade, ao infantil. A perversidade polimórfica escancarada das crianças, sem interdição, provocava nos educadores ao encontrá-la, o estado de horror e fascinação. As crianças tornaram-se depositárias e representantes da perversão polimórfica dos próprios educadores, que também foram crianças e, portanto, perversos polimórficos. Esse funcionamento engendrava nas crianças e entre eles, a fantasia de um educador sedutor e perverso, e se criava uma ambiência erotizada e com culpa persecutória.

Ainda mais, esses conteúdos mobilizados colaboravam para as desorganizações, por que criavam nos educadores uma perturbação da percepção, uma dificuldade em distinguir as crianças como objeto animado (vivo) ou inanimado (morto), humano ou inumano. Essa dúvida impedia os educadores do conhecimento, embaraçava sua capacidade de pensar. A confusão entre animado e inanimado era decorrente do estado de não integração e da profunda ansiedade de abandono mobilizada e negada. Nessas circunstâncias, Anzieu considera que estamos diante de uma “questão de limites: [...] a angústia de cair em um estado onde se perde os limites e onde seu ser desaparece [...] esfacelado em miúdas partículas invisíveis” (2009, p. 306). Nessa confusão, os educadores abandonavam as crianças desprezando-as.

O animado percebido como inanimado remetia os educadores ao encontro do inquietante estrangeiro, do duplo, de uma estranha máquina, uma máquina-criança cujas pernas precisavam ser quebradas, a criança que quebrava tudo, brincava, vivia na barganha, trocava tudo, tinha interesse diferente e uma desconcertante agressividade; ela não estava acostumada a demonstrar afeto, a demonstrar o amor, só agressividade; não estabelecia diálogo com eles e só se submetia à rua. Porém, surpreendente, essa mesma criança-máquina se humanizava: queria um pai, agradecia num *rap*, demandava amor, sabia se comportar no *shopping*, pintava cartões de Natal, apresentava o Olodum. Quando essa dúvida emergia, desorganizava o grupo, mas logo era recoberta por um objeto fetiche, o Ideal, levando o APG a funcionar na posição ideológica, que garantia sua manutenção.

O grupo se desorganizava especialmente nas situações em que os educadores abordavam o drama dos meninos como impeditivos à realização do ideal do grupo: *os meninos não atendem as nossas expectativas, o que produz frustração, angústia. Eles representam para nós o fracasso, o que faz parte do trabalho com eles*. Nessas ocasiões, repetia-se uma insatisfação narcísica, diante de inúmeros fracassos: o ideal educativo soçobrava no encontro com a exclusão, com o desconhecido, com a falta, com a sexualidade. Esse conjunto era representado pelos participantes como o embate com a loucura, com a falta de limites e proteção e a exposição ao extermínio. Essa exigência pelo ideal despertava profunda ansiedade e o enfrentamento paradoxal do que tentavam esconder, isto é, elegeram essa ocupação, precisamente para se defenderem da exclusão e da “loucura”. Escolheram cuidar dos meninos de rua, para evitar ser um deles, como contou André: *eu me drogava, deitava no chão e olhava para rua, como os meninos*.

Nessa situação paradoxal, o menino significava para os educadores o fracasso, a queda do ideal narcísico, o que produzia uma perda de referenciais identificatórios, que elevava o risco de transbordamento e a perda de limite. Como não havia um continente seguro para o

processo de diferenciação entre eles, a ação educativa era permeada por intensa identificação aos meninos, com o acionamento dos afetos violentos, a desorientação, a cólera e uma angústia de abandono. Na Supervisão esses afetos violentos também foram dirigidos à analista, que ao contê-los possibilitou as reorganizações do espaço grupal.

Atender aos ideais proposto pelo ECA e pela PMSP desencadeava um conflito com o ideal dos educadores. Desse modo, durante a Supervisão o ECA foi escutado com o valor de “éca!”, ou seja, o que dá nojo, o que é do lixo, do perseguidor. O ideal imposto de fora se transformava em figura do eu ideal cruel e grandioso que os alienava, destruía suas identificações, fazia com que eles reagissem como um grupo aglutinado, que se tornava o reflexo de seu eu fragilizado.

E os educadores se atacavam, especialmente à medida que Diana e Rafael iam se tornando os representantes desse eu ideal perseguidor; ao assumirem em seu discurso a função de porta-vozes do ECA no Centro, desencadeavam movimentos de rivalidade e de ataques uns contra os outros. Por outro lado, a instituição constituída como um Centro de Referência-modelo propiciava as projeções narcísicas mobilizadoras de identificações heroicas, ou melhor, super heroicas. Ser referência exercia sobre os sujeitos uma coação para essa realização do ato heroico: a cada fracasso, contudo, apareciam as dúvidas, as falhas, os sofrimentos sepultados ou parcialmente anestesiados, e restavam os atos. Desse modo, sobretudo nas solicitações de apresentações públicas, as angústias e as desorganizações incrementavam-se. Mas, o agrupamento persistia.

Na mais profunda angústia, no lugar onde o desejo de satisfação narcísica, a necessidade de proteção e de não fracassar não se cumpriam, o Centro de Referência-modelo deixava-os à mercê de fantasias e ansiedades arcaicas, o que redundava em graves transtornos para os educadores que afetava os componentes narcísicos de seu sentimento de pertença. Os educadores se sentiam abandonados pela coordenação que, identificada com os educadores, abandonava sua função; pela instituição que os deixava à deriva, sem lei, além do que, não eram reconhecidos em suas dificuldades pela PMSP. Todos esses fatores se configuraram como uma insuficiência da função de contenção, uma falha no metaenquadre institucional, do que decorreram severos processos desorganizadores.

Todo esse relato nos permite afirmar que a falha, isto é, o esgarçamento da função continente do organizador sociocultural da tarefa grupal, agravada pelas fraturas do metaenquadre das instituições, ONG e PMSP, – enquanto continente protetor da vida psíquica do agrupamento – produziu as desorganizações observadas durante o processo de Supervisão.

Desde o início do trabalho grupal, ambas as instituições, a ONG com sua nova diretoria que desconhecia o atendimento aos meninos, e a PMSP, em especial, – que desde a publicação do decreto de extinção do Centro até a proposta de implantação da Casa Abrigo, passando pelas demissões de vários educadores por falta de escolaridade (que até então não era obstáculo ao trabalho dos educadores) –, criavam instabilidade e indeterminação, que resultavam em múltiplas desorganizações, pela falha da função de continência, intermediária, de metabolização e de proteção ao agrupamento.

Esse metaenquadre, em que o órgão operacionalizador da própria Política Pública, com sua perversidade (CALIGARIS, 1991), foi capaz de produzir perturbações profundas naqueles sujeitos e no grupo, reduzindo-os a uma instrumentalidade. As decisões das autoridades governamentais furavam a membrana, a envoltura, o que fazia emergir a ameaça de extermínio, de despedaçamento e, sem mecanismos suficientes de para-excitação grupal e de contenção, os limites silenciosos sobre os quais se constituíam e apoiavam a vida psíquica grupal eram invadidos, e todos se desorganizavam.

Diante dessas falhas nas molduras de contenção da vida psíquica dos sujeitos e do grupo era impossível a manutenção do funcionamento do pré-consciente e do pensamento, restando o ato. O grupo sobreviveu a essas desorganizações. Essas falhas, no entanto, organizaram e configuraram uma psicopatologia dos laços instituídos. O grupo se manteve graças a um excessivo grau de angústia e sofrimento de seus membros, na manutenção de um pacto denegativo impeditivo do cumprimento de sua tarefa primordial.

Capítulo 5 A psicopatologia e as funções metassociais

A história do grupo de educadores foi marcada por inúmeros desarranjos, mas a entrada dos organizadores, principalmente das fantasias, permitiu a construção de uma unidade que garantiu a vida grupal, sem deixá-la sucumbir. No entanto, chamou-nos a atenção a fragilidade existente no aparelho psíquico do grupo, cuja membrana protetora, ora porosa, ora esgarçada, era insuficiente para metabolizar os conteúdos vindos de fora, vividos como invasões desestruturantes do grupo. Durante o processo grupal essas invasões promoviam sentimentos de incertezas quanto à pertença de cada membro, no reconhecimento identitário e, ainda, a manutenção de um pacto denegativo, que afastava o pré-consciente, a capacidade de pensar e promovia o extermínio das representações verbais.

A partir da leitura dos documentos produzidos durante o trabalho de Supervisão com o grupo de educadores, analisamos o processo grupal mediante organizadores psíquicos e socioculturais, como apresentado no Capítulo 4. Constatamos que a porosidade da envoltura psíquica do grupo, sempre ameaçada, resultou, entre outros fatores da impossibilidade de a instituição mantenedora (ONG) e a PMSP exercerem suas funções metapsíquicas, ou seja, não foram capazes de criar uma membrana protetora para o desenvolvimento dos sujeitos e do grupo que permitisse a organização da vida psíquica. No transcorrer da análise do processo grupal, a partir da verificação das falhas no metaenquadre das duas instituições, foi se caracterizando uma psicopatologia dos laços com a ausência de espaço para o pensamento e de sua retirada do grupo. Diante dessas falhas, os participantes se paralisavam ou se desorganizavam, perdidos num tumulto.

A fim de afunilar nossa análise sobre a psicopatologia dos laços instituídos, neste capítulo trataremos da psicopatologia dos laços institucionais a partir de dois eixos norteadores: as falhas institucionais, em sua função de apoio e contenção ao psiquismo grupal, e a manutenção de alianças inconscientes impeditivas à realização da tarefa primária.

Com estas ideias, dirigimos nosso olhar para o interior do nosso grupo de educadores, e, desde a primeira sessão até a última, identificamos essa falha metassocial que contribuiu para o mal-estar institucional e a desorganização grupal. A quarta sessão tornou-se emblemática ao evidenciar o mal-estar: nesse dia, a maioria estava gripada, e uma caixa de lenços de papel trazida por um deles circulou e foi compartilhada. Estranhamente, todos estavam presentes e organizados na abertura da sessão grupal. No entanto, o clima inaugural indicava certo abatimento e tensão, tudo isso acompanhado de um misterioso silêncio. Não era possível o estabelecimento de uma cadeia associativa.

O tempo passava e as falas eram vazias, até que Cleonice interpretou aquele clima como efeito de uma notícia que os abalara: a publicação, no Diário Oficial do Município, da transferência da administração desse Centro para a rede pública, o que implicava o rompimento do convênio com a ONG e provável demissão dos funcionários. Nessa mudança, o quadro funcional se modificaria, não mais haveria apoio de psicólogos e todos os educadores deveriam ter nível universitário, o que resultaria em exoneração coletiva.

A violência da notícia produziu, entre os participantes, intensa angústia e a experiência de perda das referências, o que os fez regredir a um estado psíquico primitivo, em que restou apenas a “pele” como membrana de proteção grupal contra a invasão inesperada da Prefeitura de São Paulo, com a publicação de um decreto, que extinguiu o convênio com a ONG e transformava o Centro em um equipamento administradora diretamente por ela. Essa notícia teve efeito catastrófico sobre o aparelho psíquico grupal.

Por sua vez, a ONG mantenedora exigia alterações no atendimento e, com relação ao decreto municipal manteve-se omissa, não se pronunciou. A diretora do Centro era a incumbida de levar à ONG as decisões da PMSP, como foi revelado na vigésima sessão: mesmo em licença médica, a diretora participou da Supervisão e relatou: *o que tenho hoje é tudo somático! Hoje à tarde haverá uma reunião na SAS para a assinatura de um novo convênio de atendimento 24 horas, para 20 meninos. Eu não sei nada do projeto. E, agora, hoje, às 16h30 eu tenho uma reunião com a ONG responsável pelo Centro de Convivência para decidir. A ONG tem que decidir.* A ONG deveria decidir sobre sua participação na Casa Abrigo e parecia pouco envolvida com as implicações dessa participação.

Os educadores mantinham com essas duas instituições uma relação de desconfiança. Havia uma crise no atendimento às crianças. A nova diretoria da ONG desconhecia o trabalho, mas; exigia mudanças, no entanto não formulava diretrizes norteadoras. Os educadores sentiam-se ameaçados e evitavam uma aproximação com a ONG, como também temiam pelo fim da Supervisão. Por outro lado, a PMSP, como órgão regulador, formulava inúmeras cobranças, sem fornecer contenção para as dificuldades; ao contrário, inventava intempestiva e abruptamente novas ações, sem assegurar diretrizes políticas e operacionais para sua prática. Cada ato emanado do poder público era vivido como um ataque social, que desestabilizava o grupo. A PMSP em especial, com suas des/regulações, com a falta ou o excesso de normas e orientações, e sua ambição no aumento do número de crianças atendidas, contribuía para a alienação e o sofrimento dos educadores. Esse conjunto de desencontros,

oriundos das falhas metassociais, cooperou de modo decisivo nos processos desorganizadores da vida psíquica grupal.

5.1 As falhas nos dispositivos metassociais

As instituições representam para o sujeito e para o grupo uma garantia de proteção metapsíquica, em sua função psíquica de enquadre. Elas recebem os depósitos, as projeções, e os metabolizam para a psique. Possuem a função de para-excitação externa e criam condições ao desenvolvimento dos processos e das formações para a representação e a sublimação. As falhas no metaenquadre impedem as formações psíquicas do sujeito e do grupo para tratar a parte da negatividade (Kaës, 1991), dos desejos irrealizados, da experiência de raiva, da destruição, da morte, do impensável, inerentes à vida psíquica. O ataque social aos grupos provoca incertezas sobre a realidade interna e externa, atinge a atividade interpretativa do eu, abole as funções de para-excitação e gera a perda dos apoios identificatórios.

Jaitin, (2012) ao estudar as instituições de atendimento a infância e adolescência, verificou que as falhas na função metassocial causam graves consequências, como por exemplo, a não interdição ao incesto entre irmãos asilados juntos e o exercício precoce de relacionamentos sexuais entre as crianças atendidas; ela aponta para o fato que “diante dessas falhas as crianças violam a interdição de relações sexuais estabelecidas pela instituição, quando o envelope institucional é falho” (JAITIN, 2007, p. 99). Nesse sentido, as manifestações da PMSP a respeito do Centro provocaram efeitos de ruptura no aparelho psíquico do grupo de educadores, no trabalho de ligação, de representação e de articulação, em que o pensamento era cortado pela dificuldade de representação da violência dessa ruptura, desagregando-os.

As falhas institucionais, na função de metaenquadre, significavam para cada sujeito ali enlaçado uma ameaça à garantia e manutenção da integridade do eu, cujo resultado era a mobilização de angústias primitivas, produtoras, além das desorganizações grupais, de um intenso sofrimento. As duas instituições não exerciam suas funções de receptáculos, continentes, depósitos, envelopes de para-excitação aos fluxos pulsionais, às funções psíquicas fundamentais; ao contrário, causavam nos sujeitos intensa angústia de desamparo e o desmoronamento psíquico, cujas consequências foram as desorganizações, quando então restava aos educadores a confusão de grupo, em que se protegiam, se embaralhavam e se combinavam na desordem de não saberem a quem pertencia cada parte do corpo.

Sem a proteção metassocial, o grupo de educadores apresentava, em suas condutas sintomáticas, a paralisia, a agitação, o agir incessante e, sobretudo, a falta de espaço para pensar, o que acabava por contribuir para a ausência do pensamento no grupo, principal indício da patologia dos laços instituídos.

O pensamento, retirado do grupo e acrescido daquelas condutas sintomáticas, ratificava as falhas ou a destruição dos dispositivos de contenção e de transformação das ansiedades primitivas, o que promovia a violência e o sofrimento nos participantes. Tais falhas permitiam a emergência de um objeto persecutório no grupo, impossível de ser contido pelas duas instituições e pelos educadores, o que causava um sofrimento intolerável. Esse objeto perigoso aparecia de duas formas: projetado nos ataques entre os participantes no processo do grupo e/ou nas crianças atendidas, que se tornavam a própria representação do objeto a ser destruído, considerado como causa de sofrimento insuportável. Por outro lado, as identificações massivas aos meninos tinham como meta o domínio onipotente dos objetos persecutórios. Em tais circunstâncias, produz-se uma regressão, o ataque contra os laços e as identificações aos objetos atacados ou atacantes. Esse conjunto de manifestações expressava o sofrimento patológico agudo nesta instituição.

Essa situação pode ser exemplificada pelo relato de um educador, quando afirmou: [...] *tenho muito medo de minha agressividade, eu tenho uma fantasia que vou acabar com o menino*. A partir desse discurso é possível dizer que a força do educador em controlar esse objeto perigoso era a mesma que promovia os ataques, como também é possível constatar que a emergência da identificação massiva com os meninos provinha da mesma força em controlar o objeto perigoso.

Os ataques entre os educadores e a identificação com as crianças foram efeitos das falhas das funções do metaenquadre, que criaram dificuldades na manutenção da integridade do eu, ameaçado de despedaçamento. Configurou-se então uma problemática relacionada ao limite, como já mencionamos, a uma confusão entre as fronteiras do eu e de seus prolongamentos nos diferentes espaços dos laços institucionais, o que era gerador de ações violentas e do relacionamento sádico-masoquista entre os educadores e as crianças, como sugere Kaës:

Elas (a **problemática do limite e seus prolongamentos**) podem estar na origem de ações violentas e conjuntas sobre os objetos vitimizados, entre os quais alguns atuam em uma posição masoquista fundamental, e invocam os complementos sádicos onipotentes no ciclo fantasmático de base. (1996, p. 25, grifos nossos).

Já havíamos percebido essa problemática do limite, encenada por Carlo em diferentes sessões, depositada no enquadre grupal e revelada em seus transtornos. A impossibilidade dos educadores em cumprir com o enquadre analítico, os ataques entre eles, à analista e aos meninos, configuravam um conjunto de perturbações que levavam os educadores a um desconhecimento defensivo do sofrimento do outro, a uma alienação e a uma ignorância da alteridade. Alienação entendida por Kaes (1991) como a *negatividade radical* – é aquilo que, no espaço psíquico, tem a condição do que *não é*. Para Bernard (1997), estudioso da obra kaësiana, a negatividade radical implica

[...] o trabalho de pensamento e do agrupamento de reduzir ao infinito, de limitá-la e de acolhê-la como condição de contato com o desconhecido e com a alteridade, atuando para colar como *ersatz* (**substituto**) e de objeto onipotente no espaço aberto pela castração. A negatividade radical implica o grau especial do *irredutível*; dentro desse conceito o pacto denegativo se apresenta como um “*mais além*” no laço. (p. 119, grifos do autor).

A negatividade radical produz como efeito as alianças inconscientes em que o mecanismo defensivo é o duplo recalque, a recusa, a rejeição e a forclusão, o que, por sua vez, produz a formação de alianças inconscientes e reforça o sofrimento patológico nos grupos e nas instituições.

A paralisia, a agitação, a projeção e as identificações massivas encontradas no grupo de educadores são indicadores do sofrimento psíquico institucional, indicadores que podem ser deduzidos pelas condutas, pela escuta, pela transferência estabelecida na situação analítica grupal. No grupo, essas manifestações e a utilização dos mecanismos de defesa arcaicos, da rejeição e da negação, implicaram operações de clivagem do eu e do objeto, a impossibilidade dos processos simbolizatórios, quando o pensamento foi posto fora de uso no processo grupal.

Desse modo, a experiência em grupo sinalizou o fracasso da função metassocial das duas instituições, como também sinalizou a inadequação de ambas para a execução da tarefa primária. A inadequação evidenciava-se desde o espaço físico todo aberto, a ausência de espaço para o pensamento, o desconhecimento da criança atendida, além das deficiências político-administrativas, como já assinalamos. As manifestações da inadequação corroboravam para a existência de uma *psicopatologia da fundação e da função instituinte*, caracterizada por Kaës (1996) como problemas na formação contratual de sua função instituinte. Em suas palavras: “a instituição é inapropriada à sua função por inadequação entre sua estrutura e sua tarefa primária” (p. 26).

5.2 A psicopatologia da fundação e da função instituinte

A escuta do sofrimento, da psicopatologia da fundação e da função instituinte foi interpretada pelas condições em que os laços institucionais se constituíram e se mantiveram: pelos investimentos pulsionais, pelos fantasmas, pelos mecanismos de defesa, pelas identificações, pelos benefícios e pela proteção dos Ideais dos laços. E, sobretudo, pelas alianças, pactos e contratos, que são formações inconscientes, específicas e próprias dos conjuntos intersubjetivos: componentes significativos na formação de uma psicopatologia dos laços (KAËS,1996).

De acordo com o autor, os contratos, os pactos e os acordos ligam os sujeitos entre si em uma relação assimétrica, desigual e violenta. São restritivos e sacrificiais, em que os interesses do eu e do outro estão implicados. As alianças e os pactos têm uma dimensão defensiva, que permite a organização da grupalidade, mas podem se constituir também em fontes de sofrimento ao tornar-se bolsões de intoxicação, zonas de silêncio, do branco mental, que mantêm os sujeitos e os grupos estranhos a suas próprias histórias. Na nossa história grupal, o Ideal amarrou os laços entre os educadores e as duas instituições sob a forma de um pacto organizador; ao ser mantido sem se desatar, contribuiu na construção de uma psicopatologia, inicialmente denunciada por um pacto narcísico.

5.2.1 O pacto narcísico

Com o intuito de compreendermos a construção do pacto narcísico, retomaremos o acontecer grupal. Na primeira sessão, foi selado um acordo baseado no ideal de que todos eram iguais em direitos e por meio da Supervisão se tornariam um bom grupo de educadores. Nessa construção, a ordem social contribuiu com este enlaçamento, assim como o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que funcionou como apoio aos educadores para assegurar tal idealização. Por outro lado, juntamente com a aliança, havia o desejo e o empenho de cada um em transformar o Centro em “referência e modelo”, o que combinava com a política do poder público. A ordem social e as subjetividades entrelaçavam-se para a construção do mesmo Ideal.

Os conflitos cotidianos existentes no atendimento às crianças contradiziam as possibilidades de realização do Ideal, o que resultou para os educadores em uma experiência marcante, vivida pelo conjunto de forma catastrófica, que os impeliu a procurar proteção psíquica na configuração de uma aliança defensiva. Formaram um pacto para encobrir a realidade da vivência, enredaram-se em uma aliança cimentada pela poderosa ideia de que

eram um grupo uniforme e onipotente, em que cada participante era o “*herói*” a libertar os meninos. Nessa construção, as pulsões agressivas visavam à destruição das diferenças entre eles.

Desde a primeira narrativa, os educadores apelavam por reconhecimento, se agarravam à ideia de “*fazer Um*” (Green, 1988). Há uma enunciação que mostra o sentimento de ameaça e a necessidade de resguardo em aliança defensiva diante da certificação de que nada sabiam sobre os próprios desejos, a castração e a falta, mantidos pela ilusão de ser um corpo único: [...] *não conseguimos pensar nas crianças, só nos problemas pessoais e não damos o próximo passo para aprimorar o atendimento.*

A estrutura grupal configurou-se como uma aglutinação fusional ao colocar em cena uma representação imaginária com função unificante, narcísica e identificatória. O grupo unido em uma massa uniforme escondia as disjunções, as falhas, as diferenças e a falta. A recusa da diferença entre os sexos e o fantasma da castração mantinham a clivagem do eu e a crença de que o pênis do pai não tem nenhum papel na vida sexual da mãe, que o possui, e não foi castrada. E os membros do grupo, colados no corpo único, reconstituíam a integridade fálica e a unidade homossexual primária. A homossexualidade aparecia como defesa contra a imago materna pré-genital, como os afetos de raiva ligados ao ciúme fraterno.

A aliança soldou o corpo grupal e assegurou a unificação vital de um eu muito primitivo, como defesa contra as angústias de aniquilamento ou do silêncio de morte e de despedaçamento. O elemento que mantinha a aliança era o Ideal grupal, que ficou fortalecido pelo abandono do ideal de cada participante.

Os educadores, como membros de um pequeno grupo de idênticos, como no período de latência, apoiados nesta aliança constituída para enfrentar a problemática genital e edipiana do próprio grupo e as falhas institucionais, consolidaram um pacto narcísico, que, ao ser confrontado com os objetivos institucionais, criaram um paradoxo: o Ideal e a impossibilidade de sua realização. Diante dessa tensão, os participantes despendiam uma energia enorme no controle persecutório para manter este Ideal.

Nesse sentido, entendemos que a ideologia selou um contrato e um pacto narcísico no grupo, de modo que ele se encaixava e se escondia dentro de um pacto denegativo firmado na fundação do Centro.

5.2.2 O pacto denegativo e a fundação do Centro

O pacto narcísico garantiu a manutenção da grupalidade, ao servir de abrigo aos ataques desestruturantes vindos de fora, às falhas dos dispositivos metassociais, e ao enfrentamento de fantasias desorganizadoras mobilizadas no interior do agrupamento, e, tacitamente, consolidou uma mensagem de negação entre o educador e os meninos, com vista a inibir e a ignorar as manifestações do *infantil*. O *infantil* recalcado de cada um dos participantes dos laços se associou na formação do pacto, como ensina Kaës:

As alianças atuais se associam às formações e aos processos inconscientes já estabelecidos em cada sujeito. No processo grupal, os conteúdos inconscientes produzidos pelo correcalcamento ou pelo que é conjuntamente negado ou rejeitado retornam na cadeia associativa grupal, atravessam os processos transferenciais, os sintomas compartilhados, a formação de sonhos. O sintoma é o testemunho e o objeto de uma aliança: ele a manifesta, a expressa e a vela. (2009, p. 176).

Desde o início da Supervisão, todos os participantes sabiam da programação pela PMSP, de um outro equipamento, destinado ao abrigo das crianças – uma Casa Abrigo, em que seriam garantidos o pernoite e a estada, em que as crianças teriam a liberdade de entrar e dela sair. Na primeira sessão, a criação dessa Casa foi mencionada como uma experiência de reconhecimento pelo trabalho com os meninos. Alguns educadores foram convidados a participar da discussão de sua futura implantação. No entanto, nos processos transferenciais e com as interrupções da cadeia discursiva, notávamos a existência de um ponto nodal, em que emergia uma zona de silêncio e de esquecimento. Nas sessões seguintes, esse tema foi abandonado, retornando nas últimas, com a proximidade de sua implantação. Contudo, novamente a Casa Abrigo foi apresentada como uma experiência de reconhecimento, pois o saber acumulado pelo Centro de Convivência seria aplicado ao novo atendimento, como foi dito por Cintia, na décima sétima sessão.

Um segredo, entretanto, passeava pelo grupo, transitava entre as sessões, ora apenas mencionado e rapidamente esquecido e afastado do processo associativo, ora encenado. Sua primeira dramatização aconteceu na segunda sessão, com a denúncia de que Carlo havia aplicado uma suspensão ao menino Natanael. Natanael permaneceu nesta cena, perambulando pelo Centro, à deriva. A violência com que foi feita essa denúncia evidenciou uma estranheza indicativa de que o *infantil* era ali excluído, negado e recalcado, porém insistia em continuar “perambulando” entre eles. Carlo era o portador desse conteúdo e o transportava ao agrupamento.

Na quinta sessão, ao ser abandonada a ideia da municipalização do Centro pela PMSP, o grupo demonstrou uma outra dimensão conflituosa do *infantil* para os participantes: mesmo

quando os educadores eram reconhecidos e valorizados pelas crianças, com demonstrações de afeto e gratidão, como expressiu Daiane ao cantar seu *rap*, o *infantil* provocava um curioso incômodo entre eles.

Com o estabelecimento da transferência amorosa, na sexta sessão, mais uma vez reintroduziram a complexa relação estabelecida entre eles, a PMSP e as crianças: havia um descompasso entre as finalidades do Centro e as singularidades das crianças, que foi evidenciado por um dos participantes ao dizer [...] *esse objetivo é medonho! A Prefeitura não entende das dificuldades e quer tudo isso atendido. Cobram quantidade de atendimento e cobram a qualidade. Não entendem de meninos de rua, mas cobram [...]*. Nessa mesma sessão elaboraram o perfil das crianças atendidas; no entanto, as singularidades, os desejos, a sexualidade se mantiveram ignorados.

A partir da sétima sessão se revelou o traumático e atemorizante encontro diário com os meninos, semelhante ao descrito por Freud (1919) como o encontro com o duplo de si, ou seja uma captura narcísica. Esse encontro produzia nos educadores uma inquietante estranheza e uma impotência, em que o grupo desorganizado se esquecia das crianças.

A cada sessão iam ganhando expressão as dificuldades na lida com os meninos. Na décima primeira, surgiram indícios da presença de um pacto denegativo: os educadores, ao comemorarem o Dia da Criança, interromperam a reprodução do filme *Pixote* (BABENCO, 1980), por causa de seu conteúdo – morte e sexualidade da criança, quando, então, disseram [...] *não aguentamos ver as crianças morrerem*.

Na vigésima sessão, ao se aproximar o final da Supervisão e com a participação de Renata, Cíntia e Rafael no planejamento da implantação da nova Casa Abrigo, anunciou-se a revelação de um segredo, porém veementemente rechaçado, e que confirmou a existência do pacto denegativo: com muita angústia, Zélia contou ao grupo sobre sua experiência como diretora do Centro, na época em que havia o pernoite das crianças, e sobre os conflitos gerados pela sexualidade dos meninos. Nesse instante, Rafael⁵⁴ interrompeu violentamente sua narrativa, impedindo-a de continuar com a pergunta: *por que está se retornando a essa história? Não é dessa maneira que vamos implantar o novo equipamento!* Os participantes com o silêncio garantiram a manutenção do pacto.

O atendimento com pernoite, referido por Zélia, era mantido pela mesma ONG que cuidava do Centro. Esta ONG, a PMSP e os participantes mais antigos – Renata, Nestor e Alice –, em conluio guardaram aquele segredo, formando um pacto denegativo em que se

⁵⁴ Posteriormente, Rafael se tornou o diretor responsável por esta Casa Abrigo.

ocultava o saber sobre as dificuldades no trato com as crianças, sua sexualidade e sua morte. Esse pacto denegativo foi o resultado do trabalho de produção inconsciente específico deste agrupamento, que organizou e manteve os laços intersubjetivos institucionais.

O *pacto denegativo* é uma aliança inconsciente organizadora dos laços intersubjetivos. São formações psíquicas grupais para reforçar nos sujeitos enlaçados certos processos, funções ou estruturas originárias do recalçamento, da denegação, da recusa, do desmentido e da rejeição. São formações inconscientes, aqui entendidas por meio dos conceitos de ilusão grupal de Anzieu (1990 b) e de posição ideológica de Kaës (2009), ou seja, são formações inconscientes transformadas em alianças inconscientes. O retorno dos conteúdos das alianças constitutivas do laço grupal se efetua a partir dos efeitos do discurso associativo, nas transferências e nos sintomas.

As falhas das alianças, por insuficiência ou por excesso, pela ruptura ou pela revelação, evidenciam a fragilidade das garantias metapsíquicas dos membros dos grupos e das instituições. Por outro lado, em sua complexidade as instituições comportam várias dimensões conflituosas – psíquicas, econômicas, políticas e sociais. Tais dimensões e seus movimentos paradoxais sensibilizam seus membros ao que Mendel (1992) nomeou como uma “regressão psicoafetiva”, que favorece a construção de alianças, que se infiltram nas desordens entre estas dimensões.

A narrativa de Zélia, ao revelar esse pacto, continha tamanha violência que punha em risco a frágil membrana de envoltura daquele conjunto intersubjetivo. O pacto denegativo protegia a todos da ruptura, do desmoronamento psíquico e se manteve reafirmado por um excesso de recalçamento e negação, pois cotidianamente estavam expostos ao *infantil* das crianças e do próprio educador.

O *infantil* aqui é entendido, como propõe André (2009), como a sexualidade infantil polimorfa, múltipla, que se pode satisfazer com diferentes objetos e sem uma finalidade. Ela é como o inconsciente: não tem idade, ignora o tempo. Não é uma sexualidade preliminar, é uma sexualidade outra, nunca em conformidade, é sempre estrangeira, inquietante e apaixonante. O fantasma é seu elemento, e ela suscita todas as atividades humanas. Para melhor esclarecer, recorremos às palavras do autor:

[...] A **sexualidade infantil** não respeita nada, ela toca tudo, ela põe fogo em toda madeira mesmo ao risco de destruir aquilo que ela estimula, porque ela retira prazer de diferentes objetos e inventa formas inéditas em obtê-lo. A sexualidade infantil rompe nossos conformismos, nossa censura, nosso comportamento equilibrado. Seu recalçamento nutre a angústia e o desprazer multiplica os sintomas. A saúde psíquica lhe deve tudo, a doença também. (p. 112, grifos nossos).

O confronto permanente com o *infantil*, com sua estranheza inquietante, atingia a todos do grupo e as duas instituições (ONG e PMSP); produzia inúmeras desorganizações, seguidas de recalçamento e denegação desse conteúdo que se manteve amarrado em um pacto denegativo. Os laços intersubjetivos se organizaram sob esse pacto e as próprias desorganizações o mantiveram, porque serviram como “benefício secundário” – como definem Laplanche e Pontalis (1992) –, que compôs o sintoma como uma vantagem suplementar que mascarou e pactuou no ocultamento do *infantil*, satisfazendo narcisicamente, o sujeito, o grupo e a instituição.

O conteúdo presente e atado pela aliança inconsciente retornou nas sessões seguidas vezes. Aparecia nos atos dos educadores e das crianças, nas desorganizações e por meio da cadeia discursiva e da transferência com a analista. Esses signos podem ser decifrados pela atividade interpretativa. O pacto denegativo pôde ser compreendido pela própria história da fundação da instituição. Kaës (1996) demonstrou que a formação e a transmissão da origem e de seus significantes arcaicos e enigmáticos, guardados no pacto da fundação, retornam nas instituições nos momentos de mudança em seus projetos.

Identificamos que os envolvidos com a fundação do Centro transmitiram as origens e mantiveram seus significantes arcaicos e enigmáticos pelo duplo recalçamento e pela negação da sexualidade de cada um e das crianças por meio de “uma aliança inconsciente para que os sujeitos do laço se assegurassem de nada saber de seus próprios desejos” e os das crianças (KAËS, 1996, p. 33). Um pacto fora firmado pelos fundadores, antes da contratação dos três educadores mais antigos em exercício e da entrada da ONG mantenedora. Sua origem remonta à inauguração do Centro, quando era administrado pela PMSP. Nessa ocasião, o pacto denegativo adquiriu as características de conteúdos do recalçamento originário institucional, que foi sendo transmitido à ONG mantenedora e aos educadores, que o mantiveram, contrariando o que estávamos pensando: as desorganizações do grupo de educadores não eram produzidas pela ruptura de alianças inconscientes, originavam-se delas.

5. 2.3 A transmissão do recalçamento originário

Para elucidar a fundação do pacto denegativo, retomaremos a história da fundação do Centro, delineada no Capítulo 3.

Passados poucos meses da fundação do Centro, ocorrida no ano de 1991 o trabalho com os meninos sucumbiu em desorganizações, momento em que fomos convidadas a realizar

uma Supervisão e como havíamos participado da preparação de sua implantação, tivemos acesso à origem desta instituição.

Para dar início ao atendimento das crianças, na época, foi contratada uma equipe de educadores com pouca experiência com os meninos em situação de rua, uma vez que o mercado de trabalho não dispunha de profissionais qualificados para a função de educador social – atividade inovadora na ocasião. O diretor era o único com algum conhecimento sobre esse atendimento, porém adquirido fora da cidade de São Paulo.

Naquele momento, a cidade contava com algumas instituições organizadas pela Secretaria Estadual do Menor, que também iniciava sua experiência nesse tipo de atendimento. Foi o primeiro Centro municipal em São Paulo e sua finalidade era a convivência entre os meninos, em local abrigado e educativo. Planejou-se esta convivência, por meio de algumas atividades com as crianças em oficinas socioeducativas. Essas oficinas seriam executadas por uma equipe de educadores especializada em técnicas teatrais. Contratou-se, então, uma escola de teatro para pôr em prática a proposta pedagógica, em conjunto com os profissionais da PMSP.

Pesquisas acadêmicas sobre crianças em situação de vulnerabilidade social já estavam sendo feitas desde a década de 1980, mas, ainda não apreciadas, pouco se sabia sobre essas crianças e os modelos pedagógicos adequados a seu atendimento. No entanto, a visibilidade das crianças na/de rua, nos semáforos, nas praças, ora esmolando, ora cometendo pequenos furtos, criava no imaginário social a ideia de que se tratava de um novo e desconhecido fenômeno social, como explicita Perez:

Nos anos 80 cresceram consideravelmente as produções acadêmicas sobre a infância e a adolescência e também sobre os meninos (as) de rua. No contexto dessas discussões começou-se a olhar de uma forma diferente para a questão. As crianças e os adolescentes de rua tornaram-se símbolos da infância pobre e da situação social do Brasil. A mídia nacional e internacional passou a ocupar-se da questão sensibilizando a opinião pública para um fenômeno que sempre existiu na realidade brasileira. Divulgaram-se números alarmantes que chocaram a opinião pública dentro e fora do país (2003).

Nesse contexto alarmante, para seu atendimento foi, então, proposto um modelo: diariamente, as crianças viriam ao Centro, em horários combinados, para participarem em oficinas educativas de teatro. Nessas oficinas, o teatro seria o eixo disparador para a aprendizagem de diversas habilidades, como marcenaria, eletricidade, costura, além do conhecimento de história, geografia, português e matemática, a partir da eleição de um texto teatral. Eram conhecimentos necessários para a encenação do texto escolhido e para a execução do figurino, do cenário, da iluminação.

Como se acreditava que todas as crianças pobres eram de rua (PEREZ, 2003), esse mesmo projeto foi desenvolvido simultaneamente em alguns bairros periféricos da região sul da cidade. Mas, as crianças tinham outras características, eram também crianças de famílias de baixa renda e brincavam na rua; no entanto, eram moradoras do bairro e estavam próximas a suas famílias, em situação diferente das crianças do Centro, que viviam nas/pelas ruas centrais da região sul afastadas de suas famílias, com uma outra dimensão do tempo e com outros comportamentos, necessários para sobreviver na rua.

Nos bairros, esse modelo pedagógico com o teatro obteve algum sucesso. No caso do Centro, esse mesmo projeto fracassou e o contrato com a escola de teatro foi rompido. As crianças não conseguiam estabelecer uma rotina, com horários e datas previamente estabelecidos, constantemente se ausentavam e o educador as aguardava, até que desistia delas, as abandonava. Sem muita reflexão e aprofundamento sobre o fracasso desse modelo, constatou-se a inadequação da proposta diante das características, das necessidades e dos desejos daquelas crianças, bem como o despreparo e a falta de conhecimento de todos os envolvidos nesse projeto.

A falta de nova proposta pedagógica, a incapacidade de manter as crianças no atendimento e, na iminência da mudança do prefeito da cidade que, pela tradição brasileira extinguiria as políticas anteriores, criando novas, restaram aos educadores o marasmo e a inércia. Nessas circunstâncias, se intensificou o conflito: o pernoite clandestino dos meninos, com todas as suas implicações, o exercício da sexualidade precoce, a gravidez das adolescentes, os banhos furtivos na caixa d'água, onde eram depositados objetos roubados e drogas. Toda essa complexidade foi sepultada e lacrada, junto com a abertura às entradas noturnas das crianças. Tudo permaneceu em silêncio, em aguardo da nova administração.

No ano seguinte, 1992, com a nova política social esse projeto passou a ser administrado por uma ONG, e se manteve o atendimento por meio de oficinas pedagógicas. Mais tarde, essa mesma ONG ampliou o horário de funcionamento do Centro para o período noturno, inclusive o pernoite das crianças. Com o pernoite se agravaram os conflitos e a constatação do despreparo de todos para enfrentá-los. Mantinha-se o silêncio sobre a sexualidade das crianças e dos adolescentes ignorando-se sua presença. A sexualidade não podia estar no Centro, só fora dele, o que foi exemplificado pelo casal de namorados Diana e Rafael, um casal clandestino, cujo segredo foi conservado durante toda a Supervisão.

A cada verificação da inadequação das propostas pedagógicas para o atendimento das crianças e, obviamente, com seu fracasso, se repetia a história – a história da fundação e do

pacto original: a tentativa de exclusão do *infantil*, a falta e a retirada do pensamento e o ocultamento das singularidades dessas crianças.

O esquecimento apagou todos os conflitos e todas as suas consequências e ressaltou a inadequação de sua tarefa primária. Esses conteúdos recalcados e negados na história institucional foram transmitidos e representados no grupo trabalhado, organizaram esse agrupamento, permaneceram não analisados, continuaram impensáveis para os sujeitos do grupo.

A permanência do pacto denegativo da fundação e de sua função instituinte organizava o grupo; fazia suas exigências, porém: requeria intenso trabalho psíquico e gerava sofrimento psíquico torturante e avassalador. A impossibilidade dos educadores em revisitar a história da fundação da instituição produzia o “não trabalho psíquico”, como escreve Kaës (1996, p. 32), a falta “de representação e da interpretação da origem”.

O nascimento da instituição e os instantes da operacionalização de seu objetivo socioeducativo foram marcados pela impotência, pelo fracasso e pela obscuridade, tudo isso guardado em silêncio, todavia sempre reatualizado ao retornar nas cenas cotidianas da instituição. Com essas marcas a instituição solapava nos participantes o apoio das referências identificatórias satisfatórias. Naufragavam todos num sofrimento narcísico, pois o narcisismo de cada um não podia se apoiar sobre os “sonhos de desejos irrealizados” (FREUD, 1914) dos fundadores. Não podiam se reconhecer nem serem reconhecidos como membros desse conjunto, não podiam tomar parte integrante nesse contrato narcísico que sustentou o projeto institucional.

Todos os envolvidos naquela fundação asseguraram esse pacto, ao evitarem o confronto de seus próprios conteúdos recalcados com o *infantil* das crianças de rua e, se afastaram do cotejo com a *desilusão* de um *atendimento inovador e referência*, ao abandonarem a reflexão sobre a catástrofe inaugural. Pinel (1996) explicita como as instituições inovadoras criam uma outra ideologia institucional apoiada na ideia de que nada será igual ao passado, como bem enunciou Rafael: *por que está se retornando a essa história? Não é dessa maneira que vamos implantar o novo equipamento...*

Para Pinel (1996), “o fantasma de criar uma instituição totalmente nova, maravilhosa, afastada das escórias e imperfeições herdadas das gerações precedentes vai assegurar a estrutura e a dinâmica dos laços do conjunto” (p. 69), e obstará o trabalho de historicização. Nos momentos de crise, de dúvida, de ambivalência, na confrontação com a realidade e diante do fracasso dessa ideia, os laços institucionais se imobilizam, cedem espaço à alternância de

explosões e de êxtase entre os participantes, pois a ideia fundadora não pode tolerar nenhuma refutação e/ou contradição. O êxtase mantém os sujeitos em estado de excitação permanente, porque as formações intermediárias são falhas e geram crises que, por sua vez, atingem as zonas de contato e passagem entre os espaços intrapsíquicos e os espaços intersubjetivos e resultam na destruição dessas zonas e na dissociação.

Nessas circunstâncias o pensamento dialético é impedido. Cria-se o conflito entre o ideal e o contraideal, o que constitui um esquema catastrófico propício à emergência de alianças inconsciente. Deste modo, Pinel concorda com Kaës quando diz que “existe uma conjunção marcante entre o estabelecimento de uma aliança defensiva e uma situação vivida como traumática” (2009, p. 120).

A conservação do pacto denegativo e de um passado traumaticamente silenciado pelos primeiros participantes retornam em *busca de sentido*, como propõe Kaës (1996). Essa história silenciada impede o trabalho psíquico necessário para a formação de sentido – atividade de transformação e interpretação intrapsíquica –, põe em crise a atividade de pensamento e adquire uma dimensão patológica e alienante para os sujeitos das instituições. Sirota (2007) reitera essas ideias e as complementa: a impossibilidade de elaboração do passado institucional atinge os sujeitos, limitando seu acesso aos processos simbólicos, pois “o passado silenciado da instituição permite deixar em letargia também outros segredos das origens individuais e sem relação com o grupo atual (p.116)”.

No trabalho de escuta das desorganizações e do sofrimento dos nossos educadores evidenciou-se, com o silêncio comum, o pacto denegativo, que produziu nos participantes efeitos tais como a colagem aos meninos, a vergonha narcísica, a culpabilidade diante das falhas no atendimento e o clima depressivo ali existente. Esses efeitos paralisavam o funcionamento do grupo e dos laços institucionais deles alienavam-se visto que a manutenção do pacto e o silêncio implicam a paralisação da atividade pré-consciente, da função interpretante do outro, de mais de um outro e a construção e garantia das funções de representação e dos sistemas de pensamento.

A atividade de interpretação é assegurada pelo pré-consciente, cujo trabalho é tributário do pré-consciente do outro, de sua capacidade de sonhar, de contenção e de transformação. Nessas situações institucionais traumáticas, as falhas das formações intermediárias, especialmente do pré-consciente, são efeito de uma dupla colagem do eu: ao objeto traumático e ao envelope de para-excitação. Essa colagem produz o efeito de confusão e desorganização – a confusão tópica não separa o dizer do fazer, a ação da representação. O

mesmo acontece com os laços intersubjetivos – a colagem fornece o material necessário para a confusão nos sujeitos e entre eles, a desmetaforização do espaço discursivo. Essas confusões têm uma carga traumática e de insistente repetição, cujas consequências são o apagamento do pré-consciente e a imobilização dos processos transicionais. Aquilo que não pode ser significado, simbolizado e interpretado das desordens psíquicas, nas relações entre os sujeitos de uma instituição, nas relações entre eles e com o conjunto e seus representantes, retorna nas instituições, em uma cena na qual se amalgamam, de maneira emaranhada e confusional, a realidade psíquica e as outras ordens de realidade.

As organizações anárquicas daquele grupo provocavam uma falha na atividade simbólica, que, somadas às falhas nos dispositivos de contenção das duas instituições e às falhas das funções metassociais, impossibilitaram a diminuição do sofrimento e a formação de um Grupo de Trabalho (Bion, 1975) regido pelos processos secundários com a inclusão do pensamento.

5. 3 Psicopatologia institucional e Patologia do Social

A psicopatologia dos laços entre os educadores expressada pela paralisia e sideração eram sintomas que revelaram a falta de espaço e a impossibilidade para pensar, e, principalmente, para manter fora de uso o pensamento. Dessas dificuldades pode-se inferir as falhas ou a destruição dos dispositivos de contenção e de transformação das angústias primitivas. Essas perturbações afetaram os processos de simbolização, as oscilações ou distorções do narcisismo dos educadores, e contribuíram para os processos depressivos instaurados no grupo, a dessubjetivação e a alienação nos laços.

A vida psíquica no Centro não contou com sistemas de apoios, de contenção e sustentação, asseguradas pela função metassocial. Esta falha na função de metaenquadre da instituição, entre outras causas, se relacionava a sua tarefa primária – uma missão social impossível de ser cumprida – acolher, tratar e incluir o excluído do social; tornar-se o depósito do que era impensável, denegado, rejeitado, e abrigar o negativo. Para cumprir sua missão, a instituição deveria articular duas posições antagônicas: de um lado, acolher o excluído, e de outro, exercer a função de tecido conjuntivo e tornar-se um espaço de ligação criativo e vivo. Porém, tal complexidade a levava a se debater com essas forças ambivalentes, o que a tornava sensível e frágil para realizar sua função de metaenquadre, cujo resultado foi a produção de uma psicopatologia dos laços ali instituídos

As instituições articulam os sujeitos e os grupos que a compõem com a ordem social. Por sua vez, a ordem social também tem essa mesma função metassocial de conter e sustentar as instituições, os grupos e os sujeitos. Porém, ao considerar que o social tem essa função metapsíquica, e que a instituição ali encaixada também precisa ser contida e sustentada para garantir os processos psíquicos em seu interior, observamos que a falha neste metaenquadre atingiu as produções psíquicas da instituição e contribuiu na patologia dos laços institucionais. Como mencionamos no Capítulo 1, as proposições de Honneth (2008) sobre uma *patologia do social* podem colaborar para a compreensão e identificação da falha da função metapsíquica do social, aqui representado pelo Centro de Convivência.

Os estudos recentes da psicanálise de grupos e das instituições realizados por Kaës, (2012), Dejours (2013) e Diet (2013) evidenciaram que os sujeitos, os grupos e as instituições se veem diante de falhas de continência e sustentação de suas vidas psíquicas pela sociedade contemporânea. O reconhecimento dessas falhas, geradoras de um permanente sofrimento de origem social, nos leva a concordar com as ideias de Honneth (2008) sobre a patologia do social.

Esse autor pressupõe a existência de relações éticas e o direito ao reconhecimento de diferentes formas de viver o amor para que o ser humano se desenvolva e se realize. Em sociedade, o estabelecimento de relações fundadas na ética procede de lutas individuais e coletivas por reconhecimento. Trata-se de atingir novo patamar nas relações sociais, que poderá ou não ser conseguido e, de qualquer forma, por meio de processos conflituosos.

Nas situações em que é impossível a autorrealização do ser humano, impedido de estabelecer uma representação ética da normalidade social que seja capaz de enunciar as condições sociais aptas para sua realização, estamos diante de uma *patologia do social*.

Como ressalta Honneth (2008), nas situações de *injustiça e desrespeito*, intensifica-se o sofrimento de origem social, cujas expressões são a apatia e a indeterminação, resultantes, no mundo em que vivemos, das condições dissimuladas, do desrespeito e das injustiças presentes na sociedade capitalista. O social em estado patológico não exerce suas funções de manutenção e sustentação da vida biológica e da vida psíquica de seus membros.

Nos interstícios dos laços estudados, esta impossibilidade de vida digna tornou-se visível, desde a violação da justiça, até as condições indignas de vida, tanto dos educadores como dos meninos. Os desejos e os interesses desses sujeitos, crianças e educadores, submersos na ideologia, permaneciam negados pelos pactos denegativo e narcísico, o que

vedava o reconhecimento de si e dos outros. Deterioração social e experiências traumáticas fizeram emergir também uma patologia do social.

A patologia do social foi revelada nos maus-tratos aos corpos. Os efeitos desses maus-tratos, a humilhação e a vergonha, foram vistos nos corpos instrumentalizados dos educadores e das crianças. Os educadores desenvolviam atividades automáticas, sem refletir sobre o que estavam fazendo; as crianças, por sua vez, tinham seus corpos marcados pelas condições de pobreza e pela vida de rua: quando estavam no equipamento, suas circunstâncias lhes impediam de se concentrar e aproveitar as oficinas; suas circunstâncias levavam-nas ao tumulto e à perambulação, em um espaço onde todos os corpos estavam expostos a riscos.

Naquele pedaço do mundo, a luta permanente dos educadores para manter a unidade narcísica encobria a perda da autoconfiança (HONNETH, 2008) e a dúvida sobre a capacidade de continuar sobrevivendo. Havia, como sugere Honneth (2008), a “*morte psicológica*” a ameaçar os educadores, pois, ao invés de pensar, agiam automaticamente e, ao invés de se unir, se atacavam. A cadeia discursiva era desmetaforizada.

A impossibilidade de efetivação dos direitos conferidos às crianças pelo ECA fez com que essas normas de direito fossem representadas como “*eca!*” – desvalorizada e rebaixada ao lixo. O desrespeito aos direitos das crianças e dos educadores criou neles uma representação de suas condições de vida, como marginal e inumana, ou seja, uma experiência de “*nada valer*”, de não se reconhecer e ser reconhecido como humano, o que era uma “*morte social*” (HONNETH, 2008).

Essas mortes psicológicas e sociais, as constantes desorganizações grupais levavam à depreciação da vida grupal, a experiências traumáticas, ameaçadoras e angustiantes. Como sugere Honneth, os educadores inseridos em uma patologia do social e institucional, apresentavam falhas nos processos simbolizatórios, em que não encontravam razão para travar a luta pelo reconhecimento e se engajar em lutas sociais ou mesmo de formular reivindicações às instituições responsáveis. Esperavam e dependiam do “*homem-aranha*”⁵⁵, de um herói que viria do alto, que construiria uma teia protetora e continente, que os salvaria das falhas da função de metaenquadre do social.

⁵⁵O Homem-aranha foi o herói escolhido para ser pintado no teto do Centro de Referência, conforme visto no Capítulo 3, na décima quarta sessão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje sei que não é verdade. Onde restou o homem sobreviveu semente, sonho a engravidar o tempo. Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós, lá onde a violência não podia golpear e a barbárie não tinha acesso. Em todo tempo, a terra guardou, inteiras, as suas vozes. Quando se lhe impôs o silêncio elas mudaram de mundo. No escuro permaneceram lunares (MIA COUTO, 2012).

Nossa investigação registrou a história das desorganizações de um grupo de educadores de crianças de rua, cujo trabalho pedagógico era incluí-las em um espaço institucional, enquadrá-las em rotinas e persuadi-las a sair da rua, onde sobreviviam e se expunham a todo tipo de risco. Para todos e cada um dos educadores, realizar essa tarefa complexa significava enfrentar, em condições precárias, desafios cotidianos. As crianças, por sua vez, mantinham, com os educadores, laços ambíguos: desconfiando deles ou neles procurando proteção. A mesma ambiguidade era vista entre os profissionais, ora paralisados pela impotência, ora agigantados pela onipotência dos heróis. Como heróis, acolhiam as crianças, sentiam-se capazes, com suas oficinas, de salvar todos os meninos e meninas de rua. Tomados pelas dificuldades e pelo fracasso, o grupo se desorganizava, afastava-se dos objetivos e as crianças eram abandonadas. Meninos e meninas continuavam, no Centro ou na rua, no mesmo lugar: o lugar de exclusão e de segregação, pondo em evidência o educar como impossível.

Neste estudo a impossibilidade do ato de educar foi revelada em suas dimensões psíquicas e sociais. Em sua dimensão psíquica, o educar, como escreveu Freud (1937), assim como o governar e o curar são atividades impossíveis de se realizar com resultados satisfatórios, pois seus efeitos não podem ser previstos. O ato do educador implica a transmissão de determinado conhecimento cuja assimilação pelo educando é resultado que não pode ser antecipado (SANTIAGO, 2005): o educador espera que as atitudes das crianças confirmem destaque aos conteúdos que lhes foram repassados. No entanto, aparecem efeitos diferentes ou opostos aos pretendidos. Cada ato do educador ultrapassa a consciência, e a consequência disso é uma resposta que atinge o inconsciente daquele a quem foi dirigido, interpondo-se, sempre, a troca de elementos inconscientes e fantasmáticos, que podem ser apreendidos apenas a partir da manifestação de uma desordem qualquer. Os educadores do Centro lidavam com os mais inusitados efeitos de suas ações: desafio, contestação, provocação, recusa, ataque, que produziam a desorganização do grupo.

Se, de um lado, para a psicanálise, educar é transmissão, cuja impossibilidade repousa nas trocas inconscientes e seus efeitos são inesperados, de outro lado, o educar no Centro esbarrava na desorganização dos educadores produzida pelo próprio educar, e pelas contradições internas das políticas públicas da Assistência Social e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que almejavam, com o educar, o preenchimento imaginário, com conhecimentos (oferecendo inúmeras oficinas), de todos os vazios, desde o da ignorância intelectual até o vazio da precariedade social em que viviam os meninos de rua. Negando a realidade, as políticas públicas, parte da sociedade e os educadores, todos esperavam que os meninos assimilassem o conhecimento que lhes era dado e com isso saíssem da rua.

O rematriciamiento pretendido pela política da Assistência Social por meio de práticas educativas e de cuidados, bem como a impossibilidade de cumprimento de tais metas, lançavam os educadores ao sofrimento. A situação das crianças fazia aparecer no cotidiano institucional o antagonismo social, as desigualdades, as injustiças e o desrespeito, transformando o menino no porta-voz da patologia do social, escancarando tanto a "vida nua" (AGAMBEN, 2002) em que vivia quanto sua exclusão do laço social. Isso produzia nos educadores os efeitos de sideração e paralisia.

Outra impossibilidade do ato de educar estava ligada à onipotência ficcional, de que uma instituição isolada seria capaz de apresentar opções para que os jovens rompessem com o circuito da rua, sem a criação de uma rede social com articulação de diversos atores sociais e instituições para criar alternativas diferentes da segregação e da clausura. O mesmo equívoco se encontra no próprio ECA, que impõe obrigações impossíveis de serem cumpridas dada a estrutura social existente. Os educadores, na impossibilidade de atender o ECA, o tomavam como Ideal a ser alcançado e, ao mesmo tempo, o transformavam em "*eca!*" e em um perseguidor, o que desencadeava intenso sentimento de culpa e promovia a identificação massiva com os meninos. Tanto o ECA como a Política de Assistência Social desconsideravam as condições subjetivas das crianças, que ficavam de fora ao não serem escutadas como sujeitos singulares.

A instituição mantenedora do Centro, movida pelos ideais religiosos de salvar as crianças, acabava por abandoná-las tanto quanto eram abandonados os educadores, que sem rumo se perdiam, por falta de diretrizes pedagógicas. As autoridades municipais, em época pré-eleitoral ou por pressões da sociedade, improvisavam medidas paliativas e implantavam novos modelos de atendimento. A imprevisibilidade e o autoritarismo que permeavam esses

atos significavam, para os educadores, ataques sociais desestruturantes, acirrando a desorganização grupal.

A desorganização tornou-se sintoma grupal, isto é, algo partilhado entre todos os educadores. Formou-se um sintoma articulado entre a ordem social e as duas instituições, agravado pela ausência das funções metassociais de proteção à vida grupal e à institucional. Essa conjunção patologizante entre as ordens sociais e institucionais resultaram na falha na função de metaenquadre à vida psíquica dos educadores, o que contribuiu para a formação e manutenção desse sintoma.

A falta de sustentação da vida psíquica do grupo em razão da falência das funções metassociais e do esgarçamento da rede de contenção agenciaram os desarranjos no grupo. Os educadores, para garantir a própria existência, a de suas funções e a da instituição, se enlaçaram em uma psicopatologia expressada em um mal-estar no cotidiano profissional repleto de experiências de loucura, ruptura e sofrimento, que definimos como uma *patologia do metaenquadre*.

O grupo, em sua dialética, se manteve vivo nas experiências de ruptura e desorganizações, na patologia dos laços instituídos. Durante a Supervisão, várias foram as vezes que ocorreram as discussões obnubilantes, barradas pela analista. Mantinham-se ideias fixas e rígidas, asseguradas pelos ódios incontroláveis e somatizações violentas. Recorria-se à confusão como forma de resistência às mudanças e às inovações no atendimento. Nessa experiência de ruptura perpetuava-se a inibição de algumas funções psíquicas: o pensamento, a imaginação e a percepção. Inibidos, os educadores promoviam ações sem sentido e descontínuas, esvaziadas de qualquer práxis educativa. O mal-estar ali presente tornava-se uma barreira ao prazer de trabalhar, de se divertir e de se apropriar de qualquer resultado obtido com as atividades realizadas. Configurava-se uma dialética em que o ato de educar era impossível e gerava sofrimento. Era este sofrimento que impedia o estabelecimento de laço satisfatório, criador de vida, com as crianças, consigo próprio e com os outros.

Para sustentar os laços institucionais os educadores se ligaram em uma relação assimétrica, desigual e violenta, que exigia, de cada um, renúncia e sacrifício, em que abandonavam seu próprio ideal em prol do conjunto. Selaram um pacto narcísico grupal, uma proteção psíquica com a configuração de uma aliança defensiva contra o excesso de sofrimento. Formaram um pacto para recobrir esta vivência de ruptura, se enredaram em uma aliança ligada pela poderosa ideia de ser um grupo uniforme e onipotente guiado pelo ECA, que tornava cada um dos participantes o herói a libertar os meninos. Desse modo, também as

pulsões agressivas visavam à destruição das diferenças entre eles, permanecendo, educadores e meninos, iguais e indistintos.

O pacto da igualdade entre os membros do grupo e a existência de um segredo, indicado por uma zona de silêncio, sinalizavam a presença de um outro pacto estabelecido entre eles: um pacto denegativo escondido no pacto narcísico, denunciado pelos inúmeros relatos da exclusão e da perambulação da criança no Centro, em que o infantil era excluído, negado e recalcado.

A revelação desse outro pacto continha uma violência que punha em risco a frágil membrana de envoltura daquele conjunto intersubjetivo. Assim, o pacto denegativo protegia a todos da completa ruptura e do desmoronamento psíquico e manteve-se reafirmado por um continuado recalçamento e negação, pois cotidianamente os educadores estavam expostos a seu próprio infantil e ao das crianças. Esse confronto permanente com o infantil, com sua estranheza inquietante, atingia a todos do grupo e às instituições; produziu inúmeras desorganizações, seguidas de correCALÇAMENTO e denegação desse conteúdo, que se manteve amarrado no pacto. Assim, os laços intersubjetivos se organizaram sobre esse pacto e as próprias desorganizações o mantiveram, ao servirem como benefício secundário, compondo o sintoma com uma vantagem suplementar. Ele mascarou o infantil e pactuou no seu ocultamento, desse modo satisfazendo narcisicamente, o sujeito, o grupo e a instituição.

Apesar da revelação do pacto, não foi possível o trabalho psíquico sobre o conteúdo, pois a dificuldade com o *infantil* das crianças remontava à própria fundação da instituição. Um pacto fora firmado pelos fundadores, adquiriu características de conteúdos do recalçamento originário institucional, foi sendo transmitido aos mantenedores e aos educadores, que o mantiveram, o que nos levou a concluir que as desorganizações do grupo de educadores não eram produzidas pela ruptura de alianças inconscientes, mas originavam-se delas.

Uma psicopatologia da fundação e da função instituinte configurou os laços entre os educadores e as instituições. O passado institucional, com seus conteúdos traumáticos, permaneceu recalçado e transmitido por meio de alianças e a patologia foi decorrência da inadequação da estrutura da instituição à estrutura da tarefa primária, cuja consequência foi o sofrimento enlaçado na singularidade da instituição.

Diante da dialética impotência-onipotência, desorganização-organização-reorganização, o grupo se movia em busca da sobrevivência, num contexto de dor, exclusão e invisibilidade. Identificados como heróis ou lixo, os educadores se perdiam e se achavam em

meio às suas “inumanidades” (e às dos meninos), não se “*sentiam gente*”. Percebiam-se nos extremos, como objetos descartáveis ou seres detentores de força e de capacidade além da humana.

A presença da psicopatologia da fundação e da função instituinte naqueles laços e naquelas condições sociais precárias do atendimento no Centro nos revelou um cotidiano com uma dimensão traumática semelhante a uma *catástrofe histórica* (KAES, 1991), cujos efeitos psíquicos são o aniquilamento do pré-consciente, a paralisação dos processos intermediários e do pensamento.

Nessas circunstâncias, os sujeitos viviam situações de extremo desamparo, na iminência de uma violenta descontinuidade narcísica e nas relações de objeto. A ruptura era uma ameaça mortal para a capacidade psíquica de estabelecer ligações, pondo em risco a vida psíquica e, principalmente, a identificação do Eu com o humano.

Os educadores refaziam os pactos denegativos e narcísicos, cujos conteúdos eram novamente recalcados e negados, assegurando a vida grupal. Pelo movimento, pela inibição, pela emoção, pela perturbação e pelo embaraço os educadores se defendiam contra uma angústia não passível de simbolização. Todavia, para preservar e resgatar sua humanidade era necessário aos educadores um intenso trabalho psíquico, sustentado pela função metassocial, com o investimento e o reconhecimento narcísico. Seria preciso a contenção das ansiedades primitivas, a manutenção das proibições fundamentais e da rede identificatória, como condição de acesso à palavra e, com isso, a própria história.

Nesta tese, a psicanálise se encontrou com a História e com a história de um grupo, em que os sujeitos singulares foram levados a situações extremas de desintegração. Ao registrarmos essa história, a psicanálise deixa de ser cúmplice de um sofrimento social fazendo cair sobre o palco da fantasia a cena da história para tornar-se o memorial do até aqui impensável.

A escritura dessa história rompe o silêncio e a transforma em memória coletiva, que servirá como proteção ao ressurgimento do horror, da repetição e do silêncio, e oferecerá apoio, como *palavra emprestada*, para outros que vivem situações semelhantes no cotidiano das instituições.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

AMADO, J. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

ANZIEU, A. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990(a).

_____. **O Grupo e o Inconsciente** – O imaginário grupal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990(b).

_____. **Le Travail de l'Inconscient** – Textes choisis, présentés et annotés par René Kaës. Paris: Dunod, 2009.

ANDRÉ, J. **Les 100 mots de la psychanalyse**. Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

ASSADI, T. C. **O laço e o nó na montagem perversa**: um estudo de caso sobre a perversão. Campinas. Tese (Doutorado - área de concentração Saúde Mental) - (s.n.). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. 2007.

AULAGNIER, P. **La violencia de la Interpretación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

BERNARD, M. Mecanismos básicos de la dinámica grupal: las fantasías incestuosas. In: PUGET, J.; BERNARD, M.; CHAVES, G., G.; ROMANO, E. Una concepción de grupo. **El grupo y sus configuraciones** – Terapia psicoanalítica. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1991

_____. **Introducción a la lectura de la obra de René Kaës** - Buenos Aires, Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, 1997.

BICHARA, M. A. A.C. **O nó e o círculo**: os enigmas da vida e da morte de um grupo – Dissertação (Mestrado- Núcleo: Família e Psicanálise) (s.n.) - Faculdade de Psicologia Universidade São Marcos. São Paulo, 2000.

BION, W. R. **Experiência com Grupo**. São Paulo: Imago Editora, 1975.

_____. **Cogitations**. Londres: Karnac Books, 1992.

BLEGER, J. **Symbiosis y Ambigüedad**. Buenos Aires. Paidós, 1967.

_____. *Psicanálise do enquadre psicanalítico*. In: KAËS, R. ; MISSENARD, A. et al. **Crise, Rupture et Dépassement**, Paris, Dunod, 1997.

BLEICHMAR, H. **El narcisismo** – Estudio sobre la enunciación y la gramática inconsciente. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1984.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de julho de 1990, Seção 1, de 16 de julho de 1990, p. 13563. (com retificações, novas redações, acréscimos e revogações). **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Biblioteca.** Disponível em: <http://www.piraporadobomjesus.sp.gov.br/Anexo/098_Estatuto_Crianca_Adolescente.pdf >. Acesso em: 22 jan 2013.

CALLIGARIS, C. A Sedução Totalitária. In: ARAGÃO, L.T.; CALLIGARIS, C; COSTA, J.; SOUZA, O. F. **Clínica do Social** – ensaios. São Paulo: Editora Escuta, 1991.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da Sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 5ª edição, 2000.

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clemont-Tonnere e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pera; Vinícius de Oliveira; Sônia Lira; Othon Bastos; Matheus Nachteergaele e outros. Roteiro: Marcos Berrnstein; João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998.

COSTA, I. M. O poder da educação de rua. **Rede Brasil Atual**. Nº 36 jun 2009. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/36/o-poder-da-educacao-de-rua>>. Acesso em: 19 mai. 2013.

COSTA, J. F. **Psicanálise e Contexto Cultural**. Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1989.

COUTO, MIA. **A menina sem palavras** – histórias de Mia Couto. São Paulo: Editora Schwarcz S. A., 2013.

CRUZ, E. P. Mais de 1,2 mil crianças e adolescentes viciadas em crack vivem nas ruas de São Paulo. Agência Brasil – EBC. **Empresa Brasil de Comunicação S/A- EBC**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-10/mais-de-12-mil-criancas-e-adolescentes-viciadas-em-crack-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

DEJOURS, C. Effets de la désorganisation des collectifs sur le lien à la tâche à l'organisation. Toulouse: **Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe**. Toulouse : Éditiones érès. Nº 61. 2013.2, 2013.

DICIONÁRIO inFormal: Dicionário Online. **R7 Educação**. Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em: 06 jun. 2014.

DIET, E. Le Thanatophore. Travail de la mort et destructivité das les institutions, In KAËS, R. et. al. **Souffrance et Psychopathologie des Liens Institutionnels**. Paris : Dunod, 1996.

_____. De l'obscénalité à l'objectalité, les enjeux du sexuel dans le groupes. In: **Revue de Psychothérapie Psychanalytique**. Toulouse Éditiones érès. N° 43. 2004.2, 2004.

_____. La groupalité sectaire : emprise et manipulation. In: LECOURT, et al. **Modernité du groupe dan la clinique psychanalytique**: Groupe et psychopathologie. Paris : Éditions érès, 2007.

_____. Changement catastrophique, acédie et résistance au changement. **Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe**. Toulouse: Éditiones érès. N°61. 2013.2, 2013.

DUEZ, B. Psychopathologie de l'originaire et traitement de la figurabilité. Éléments pour une pratique psychanlityque en institution. In KAËS, R. et. al. **Souffrance et Psychopathologie des Liens Institutionnels**. Paris: Dunod, 1996.

_____. De l'obscénalité à l'objectalité, les enjeux du sexuel dans le groupes. In : **Revue Psychothérapie Psychanalytique de Groupe**. Toulouse : Éditiones érès. N°43. 2004.2. 2004

EZRIEL, H. . **Le Rôle du Transfer dans le Traitement Psychanalytique de Group**. Paris: Ed. Scheneider. 1998.

FERREIRA, T. **Os Meninos de Rua – O Psicólogo e os Impasses da Assistência**. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932000000100002&script=sci_arttext, 2000>. Acesso em: 20 fev 2014.

FOULKES, S. H. **Psychothérapie et analyse de groupe**. Paris: Payot, 1970.

FREUD, S. (1913). **Totem e Tabu**. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol.XIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

_____. (1914) Sobre o Narcisismo: uma introdução. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

_____. (1919a). A psicanálise e as Neuroses de Guerra. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

_____. (1919b). O estranho. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

_____. (1919c). Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões infantis. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

_____. (1922). Psicologia das Massas e Análise do Ego. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974

_____. (1929). O Mal-Estar da Civilização In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

_____. (1937). Construções em Análise. In: **Obras Completas de Sigmund Freud**. Vol. XXIII, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

FUMAGALLI, C. **Proceso Corrector en el Ambito Institucional**. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1981.

GAZETA DO POVO. Curitiba: edição de 22 mar. 2011. Paraná: Curitiba. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

GREEN, A. **Narcisismo de Vida Narcisismo de Morte**. São Paulo: Editora Escuta, 1988

HOLLANDA, S. B. **História da Civilização**. São Paulo: Cia Editora Nacional, [197?].

HONNETH, A. **La société du mépris – Vers une nouvelle Théorie critique**. Paris: La Découverte/Poche, 2008

HOUAISS, A.; VILLAR, de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

_____. Dicionário Eletrônico. Direção do projeto e prefácio: Mauro de Salles Aguiar. **Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda**. Editoração eletrônica: Textos e Formas Ltda., [s.d.], 2009.

JAITIN, R. Controverses sur l'inceste fraternal. In: **Modernité du groupe dans la clinique psychanalytique. Groupe et psychopathologie**. Sous la direction de Édith Lecourt – Toulouse: Éditions érès, 2007.

_____. Le transfert fraternel: génocide et lien parenalité. In: **Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe**. N°57. 2011.2. Toulouse: Éditions érès, 2012.

JASINER, G. e WORONOWSKI, M. **Para pensar a Pichon**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1992.

KAËS, R. **El tiempo em los grupos**. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1985.

_____. El pacto denegativo en los conjuntos trans-subjetivos. In: MISSENARD, A. et al. **Lo negativo** - figuras y modalidades. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1991.

_____. La histórica y el grupo. In: **La invención psicoanalítica del Grupo**. Buenos Aires: Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, 1994.

_____. **El grupo y el sujeto del grupo**. Elementos para una teoría psicoanalítica del grupo. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1995

_____. Souffrance et Psychopathologie des Liens Institués. Une introduction. In: KAËS, R. et al. **Souffrance et Psychopathologie des Liens Institutionnels**. Paris: Dunod, 1996.

_____. **O Grupo e o Sujeito do Grupo** - Elementos para uma teoria psicanalítica do grupo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. **El aparato psíquico grupal** – Construcciones de grupo. Buenos Aires: Gedisa Editorial, 2000.

_____. **As teorias psicanalíticas do grupo**. Lisboa: CLIMEPSI Editores, 2003.

KAËS, R. et. al. **L'identité narcissique du groupe** - Une problématique dans son histoire. Paris: Ceffrap, 2003.

_____. **Un singulier pluriel**. La psychanalyse à la épreuve du groupe. Paris: Dunod, 2007.

_____. **Les alliances inconscientes**. Paris: Dunod, 2009.

_____. **Le Malêtre**. Paris: Dunod, 2012.

KHAN, M. **Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1977.

KIDS. Direção: Larry Clark. Produção: Cary Woods. Intérpretes: Leo Fitzpatrick, Chloë Sevigny, Rosario Dawson e outros. Excalibur Films e outros. 1995, 96 minutos.

LACAN, J. **Complexos Familiares**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LAPLANCHE e PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE BON, G. **Les classiques des sciences sociales** (coleção). Paris: Félix Alian, 1905. Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2014.

LECOUR, T. E. Le contact sonore, de Freud à la musicothérapie analytique de groupe. In: **Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe**. Toulouse: Éditions érès, N°57. 2011.2 2011.

_____. Hommage à Ophélia Avron. **Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe**. N°61. 2013.2. Toulouse: Éditiones érès, 2013.

LESCHER, A.D. et al. **Cartografia de uma rede** - Reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo. 1998. Disponível em: <<http://www.projetoquixote.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Pesquisa-Cartografia-de-uma-Rede.pdf>>. Acesso em: 16 jan 2013.

LEVI-STRAUSS, C. (1947). **Les structures elementaires de la parenté**. Paris: Mouton, 1981.

MANIGOT, M. **El coordinador ante a pré-tarea**. BuenosAires: Ediciones Cinco, 1980.

MENDEL, G. **La Societé n'est pas une famille**. De la psychanalyse à la sociopsychanalyse. Paris, La Découverte, 1992

MEZAN, R. **Escrever a Clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MISSENARD, A. 2003. Un petit groupe, ça n'existe pas. In: MISSENARD, A.; NICOLLE, O.; HERY, P.; KAËS, R. **L'identité narcissique du groupe**. Une problématique dans son histoire. Paris: CEFFRAP, 2003.

NIETZSCHE, F. **A origem da tragédia no espírito da música**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 jan. 2006. Boletim de Notícias. Disponível em: < Home Page, O Estado de São Paulo. Boletim de Notícias. Edição nº117/2006>. Acesso em: 2 mai 2013.

_____. São Paulo, 24 fev. 2011. Jornal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,grandes-cidades-tem-23973-criancas-de-rua-63-vaio-parar-la-por-brigas-em-casa,683816,0.htm>>. Acesso em: 19 mai.2013.

OLIVEIRA, L Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04 acesso em 14/08/2013>. Acesso em:14 ago.2013.

PEREIRA, M. E. C. **Pânico e Desamparo**. São Paulo: Editora Escuta, 2008.

PEREZ, O. C. O atendimento aos meninos (as) de rua no centro de São Paulo. **Revista da UFG**, Vol. 5, No. 2, dez 2003. Disponível em: <www.proec.ufg.br>. Acesso em: 24 jan. 2015.

PICHON-RIVIRE, E. **El proceso grupal**. Del psicoanálisis a la psicología social. Buenos Aires. Ediciones Nueva Visión,1985

PINEL, J. P. La Deliaison Pathologique des Liens Institutionnels. Perspective économique et principes d'intervention. In: KAËS, R. et. al. **Souffrance et Psychopathologie des Liens Institutionnels**. Paris: Dunod, 1996.

_____. La construction du dispositif d'intervention à l'épreuve des mutations institutionnelles cotemporaines. In: Nicolle, O; KAËS, R. et al. **L'institution en héritage – Mythes de fondation, transmissions, transformations**. Paris: Dunod, 2007.

PIXOTE, a lei do mais fraco. Direção: Hector Babenco. Produção: José Pinto, Paulo Francini. Intérpretes: Fernando Ramos da Silva, Marília Pera; Jorge Julião e outros. Roteiro: Hector Babenco, Jorge Durán. Fotografia: Rodolfo Sánchez.Trilha Sonora: John Neschling. Embrasilme; HB Filmes, 1981.

PONTALIS, J. B. Le petit groupe comme objet. **Après Freud, Idées**. Paris: Gallimard, 1968.

PUGET, J. Psicoterapia psicoanalítica de la pareja. In: PUGET, J.; BERNARD, M.; CHAVES G. G.; ROMANO. **El grupo y sus configuraciones – Terapia psicoanalítica**. Buenos Aires, Lugar Editorial, 1991.

QUIROGA, A. P. **Enfoques e Perspectiva em Psicología Social**. Desarrollos a partir del pensamiento de Enrique Pichon-Rivière. Buenos Aires: Ediciones Cinco, 1990.

REVISTA DO BRASIL. In: **Rede Brasil Atual**, nº 36, junho de 2009. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/36/o-poder-da-educacao-de-rua>>. Acesso em: 19 mai. 2013.

RIBEIRO, H. P. (Coord.). **Gritos e Silêncios** – A degradação do trabalho e estados da voz. São Paulo: 1. ed., UNIFESP, 2013.

ROMANO, E. Factores terapêuticos e índices curativos. In: PUGET, J; BERNARD, M.; CHAVES G. G.; ROMANO, E. **El grupo y sus configuraciones** – Terapia psicanalítica. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1991.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. **Revista de Psicologia USP**, vol.10 n.2. São Paulo, 1999. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200013&script> Acesso em: 27 mai 2013.

RAUSKY, F. Délirer en groupe: Figures Helléniques da la psychopathologie collective . In: **Modernité du groupe dans la clinique psychanalytique - Groupe et psychopathologie**. Sous la direction de Édith Lecourt. Paris : Éditiones érès, 2007.

ROUCHY, J. C. **Le groupe, espace analytique**. Toulouse: Éditiones érès, 1998.

ROUSSILLON, R. **Agonie, Clivage et Symbolization**. Paris: P.U.F., 1999.

SÃO PAULO (Prefeitura). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. **População em situação de rua**. São Paulo (cidade). [s.d.]. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/populacao_em_situacao_de_rua/index.php?p=3183>. Acesso em: 19 mai. 2013.

SÃO PAULO (Prefeitura). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Centros de Referência de atendimento à criança e adolescente em situação de rua e vulnerabilidade social. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/assist_social/2006/01/26>. Acesso em: 19 abr 2012.

SARTRE, J. P. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1980.

SILVA Jr., N. Metodologia psicopatológica e ética em psicanálise: o princípio da alteridade hermética. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, III, 2, 129-138. São Paulo, 2000.

SIROTA, A. Le coupable-écran em groupe – Du secret des origines aux point aveugles dans les collectifs et les institutions. In: **Modernité du groupe dans la clinique psychanalytique - Groupe et psychopathologie**. Sous la direction de Édith Lecourt. Paris: Éditiones érès, 2007.

SPLITZ, R. **O primeiro ano de vida**: Um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VACHERET, C . Le psychanalyste et le groupe à médiation. In: **Revue Française de Psychanalyse**. 3. Tomo LXIII. Paris: Presse Universitaires de France, 1999.

_____Le psychanalyste et le groupe à médiation. In **Revue Française de Psychanalyse**. 3. Tomo LXIII. Paris : Press Universitaires de France.

WINNICOTT, D. W. **O brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1975.